

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGHIS)

MARIANA CALAZANS WANICK

**PROJETOS DE EDUCAÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL:
EDGARD ROQUETTE-PINTO E A REVISTA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (1932-
1934)**

VITÓRIA

2018

MARIANA CALAZANS WANICK

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**PROJETOS DE EDUCAÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL:
EDGARD ROQUETTE-PINTO E A REVISTA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (1932-
1934)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Amador Gil.

VITÓRIA

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP) (Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Wanick, Mariana Calazans, 1992-
W247p Projetos de Educação e Divulgação científica no Brasil: Edgard
Roquette-Pinto e a Revista Nacional de Educação (1932-1934) /
Mariana Calazans Wanick. – 2018.
196 p.: il.

Orientador: Antônio Carlos Amador Gil. Coorientador:
Fabio Muruci dos Santos.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Pinto, Edgard Roquette, 1884-1954. 2. Revista Nacional de
Educação. 3. Educação. 4. Divulgação científica. I. Gil, Antônio
Carlos Amador. II. Santos, Fabio Muruci dos. III. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais.
IV. Título.

CDU: 93/99

Elaborado por Maria Margareth Fernandes – CRB-6 ES-/O173

MARIANA CALAZANS WANICK

**PROJETOS DE EDUCAÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL:
EDGARD ROQUETTE-PINTO E A REVISTA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (1932-
1934)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração de História Social das Relações Políticas.

Aprovada em 3 de agosto de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Carlos Amador Gil
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof^a. Dr^a. Deane Monteiro Vieira da Costa
Instituto Federal do Espírito Santo
Membro Titular Externo

Prof^a. Dr^a. Juçara Luzia Leite
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Titular Interno

AGRADECIMENTOS

A conclusão desse trabalho representa o fim de mais uma etapa da minha formação acadêmica e também uma vitória e um marco na minha vida pessoal. O processo de pesquisa e escrita é, muitas vezes, um processo solitário e cansativo, mesmo assim não acredito que tenha me afastado significativamente da minha família, dos meus amigos e companheiros de vida. Entre os dias de semana de trabalho e estudo, na tentativa de conciliar as profissões de professora da educação básica e estudante/ pesquisadora, sempre encontrei o apoio, a conversa, as danças, os risos e brincadeiras de meus familiares e amigos. Foram anos muito intensos, de trabalho e rotina e a busca constante pela disciplina nos estudos e no cumprimento dos prazos e obrigações nas minhas duas profissões. Mesmo com essas dificuldades, desafios e renúncias, fazendo um balanço desses quase três anos, os considero bastante positivos e de muito crescimento. Por isso, quero agradecer imensamente a todos aqueles que passaram pela minha vida e, de alguma maneira, contribuíram para que esse trabalho fosse concluído.

Inicialmente, gostaria de agradecer a meus colegas de trabalho e também aos alunos que passaram pela minha vida. Mesmo que indiretamente, as aulas, os conhecimentos, as trocas de experiências, de risadas e de momentos de apoio e força mútuos contribuíram muito para me formar enquanto ser humano e, certamente, colaboraram para o processo de construção dessa dissertação.

Agradeço também aos meus colegas e amigos da dança, que mesmo com as minhas constantes ausências, sempre estiveram prontos pra me receber nos intervalos entre os compromissos e obrigações. Sempre com um dom maravilhoso de me fazer esquecer todos os problemas e obrigações, ao menos durante aquelas horinhas de dança.

Não poderia deixar de lembrar também dos colegas e amigos que compartilharam comigo a experiência do mestrado na mesma turma, em especial Marcela Portela e Larissa Sathler, com quem dividi angústias, prazos e questionamentos típicos desse momento da vida.

Ao professor Tom Gil, que se mostrou muito solícito e me ajudou com toques, correções e revisões nos momentos que mais precisei e também ao coorientador Fabio Muruci dos Santos. Agradeço também às professoras Deane Monteiro e Juçara Luzia Leite, que aceitaram compor a banca desde a qualificação e colaboraram de maneira direta para a conclusão deste trabalho.

Também dedico essa dissertação ao apoio e presença constante das minhas amigas, Anna Karoline Fernandes, Letícia Cavassana, Samine Benfica e Thays Souza, que mesmo

com as dificuldades de horário sempre se fizeram presentes, seja nos momentos bons ou ruins e compartilharam comigo o tempo, o carinho, as conversas, as angústias e os momentos de diversão. Agradeço também aos meus amigos, Filipe, Karol, Ícaro, Betinho e Paulo César F. Amâncio. Agradeço também a Douglas Furness e seu apoio durante esses quase três anos de mestrado, pelas nossas conversas, leituras, dicas e pela sua presença em minha vida durante a elaboração deste trabalho, nos momentos de bom e mal humor. Este trabalho também é dedicado a todos aqueles e aquelas que, mesmo sem citar os nomes, estão em meu coração e nas minhas lembranças.

Não posso deixar de agradecer também à minha família que sempre foi minha base e meu suporte. Agradeço a todos e todas, mas, especialmente, aos meus pais, Flavio e Virginia, minha irmã, Julia, e às minhas quatro avós. Vocês são a minha base e me proporcionaram a tranquilidade, tanto material quanto emocional, para que eu pudesse seguir. E, mesmo com as minhas ausências, o que me dava força era a certeza de que teria vocês comigo, como sempre estiveram, muito obrigada. Por fim, agradeço a Deus pela vida e pela saúde que tem concedido a mim e também por cada uma dessas pessoas que citei acima, agradeço pela vida de cada uma delas e por tê-las como companheiras de caminhada.

RESUMO

Compreender os debates e propostas em torno da educação e da divulgação da ciência na Revista Nacional de Educação, um periódico do Museu Nacional que circulou entre os anos de 1932 e 1934, é o objetivo central desta dissertação. Para melhor apreender as particularidades da publicação e seus objetivos, realizamos o movimento de localizá-la no contexto das discussões sobre propostas para o desenvolvimento da nação brasileira e de sua viabilidade, debate bastante recorrente nas primeiras décadas do século XX. Juntamente com esse esforço de contextualização da revista nos debates da época em que foi publicada, ressaltamos também a busca pela compreensão dos aspectos centrais do pensamento e das ações de Edgard Roquette-Pinto. O trabalho do médico, antropólogo e diretor do Museu Nacional, Edgard Roquette-Pinto, é elemento basilar para nosso trabalho porque ele foi o idealizador e editor da publicação e também diretor do museu no período em que a Revista circulou. Portanto, com este trabalho propomos uma leitura da Revista Nacional de Educação e sublinhamos sua contribuição para o debate sobre educação e vulgarização da ciência no Brasil de princípios do século XX, em conexão com elementos da trajetória de Edgard Roquette-Pinto, suas ações em prol da educação e da ciência, sua atuação enquanto diretor do Museu Nacional, e também seu pensamento antropológico, que foi fundamental para sua atuação como educador e vulgarizador da ciência. Ao longo das pesquisas, leituras do periódico e da bibliografia, notamos uma relação de proximidade entre a publicação e o novo governo que tomou posse com a Revolução de 1930. A partir de indícios como o próprio financiamento do periódico e a presença de alguns intelectuais ligados ao museu em decisões do governo, concluímos que o objetivo da revista coincidiu e casou muito bem, mesmo que temporariamente, com o governo de Getúlio Vargas. Notamos que a publicação só foi possível graças a essa parceria, mesmo que não tenha sido permanente ou garantida, foi fundamental para a publicação e circulação desse periódico com verba pública. Foi justamente uma alteração no equilíbrio de poder no interior do governo de Getúlio Vargas que comprometeu a continuidade da Revista, que chegou ao fim em 1934. Concluímos que a Revista Nacional de Educação representou um projeto de educação e divulgação científica, conectado com a antropologia de Edgard Roquette-Pinto de negação da mestiçagem como um fator inviabilizador do desenvolvimento da nação brasileira, que foi, mesmo que temporariamente, aceito e apoiado pelo novo governo federal representado pela entrada de Getúlio Vargas no poder com a Revolução de 1930.

Palavras chave: Revista Nacional de Educação; Edgard Roquette-Pinto; divulgação científica; educação.

ABSTRACT

Understanding the debates and proposals about education and the dissemination of science in the National Journal of Education, a periodical of the National Museum that circulated between the years of 1932 and 1934, is the central objective of this dissertation. In order to better understand the particularities of the publication and its objectives, we carried out the movement of locating it in the context of the discussions about proposals for the development of the Brazilian nation and its viability, a very recurrent debate in the first decades of the twentieth century. Together with this effort to contextualize the journal in the debates of the period in which it was published, we also highlight the search for an understanding of the central aspects of Edgard Roquette-Pinto's thinking and actions. Knowing the work of the doctor, anthropologist and director of the National Museum, Edgard Roquette-Pinto, is a basic element for our work because he was the idealizer and editor of the publication and also director of the museum during the period in which the Journal circulated. Therefore, with this work we propose a reading of the National Journal of Education and we underline its contribution to the debate on education and popularization of science in Brazil at the beginning of the 20th century, in connection with elements of Edgard Roquette-Pinto's trajectory, his actions in favor of education and science, his role as director of the National Museum, as well as his anthropological thought, which was fundamental for his role as educator and vulgarizer of science. Throughout the researches, readings of the periodical and the bibliography, we note a relation of proximity between the publication and the new government that took possession of the Revolution of 1930. From indications such as the own financing of the periodical and the presence of some connected intellectuals to the museum in government decisions, we conclude that the purpose of the journal coincided and married very well, even temporarily, with the government of Getúlio Vargas. We note that publication was only possible thanks to this partnership, even if it was not permanent or guaranteed, it was fundamental for the publication and circulation of this periodical with public funds. It was precisely a change in the balance of power within the Getúlio Vargas government that compromised the continuity of the Revista, which came to an end in 1934. We conclude that the National Journal of Education represented a project of education and scientific dissemination, connected with the anthropology of Edgard Roquette-Pinto's denial of miscegenation as an unfeasible factor in the development of the Brazilian nation, which was accepted and supported by the new federal government represented by Getúlio Vargas's entry into power with the 1930 Revolution.

Keywords: Edgard Roquette-Pinto; Revista Nacional de Educação; scientific divulgation; education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Anúncio do filme educativo Tapete Mágico.....	69
Figura 2- Prensa para secar e preparar folhas para serem colocadas em álbum.....	95
Figura 3- Pintura caipiras negaceando.....	97
Figura 4- Pintura Gioconda.....	98
Figura 5- Capa da Revista Nacional de Educação de número 15.....	101
Figura 6- Capa da Revista Nacional de Educação de número 3.....	101
Figura 7- Aracnídeos.....	150
Figura 8- Hieróglifos.....	154
Figura 9- Palavras formadas a partir de hieróglifos.....	154
Figura 10- Mapa dos Fusos Horários do Mundo.....	164

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Autores e artigos publicados.....	102
Tabela 2- Seções regulares na revista e seus autores.....	110
Tabela 3- Número de matérias em relação às temáticas.....	112

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 EDGARD ROQUETTE-PINTO E O CONTEXTO DA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	21
1.1- A biografia como questão: considerações teóricas.....	21
1.2- “Trajetória” de Edgard Roquette-Pinto.....	25
1.3- Discussão antropológica.....	34
1.4- A nova República “Velha”.....	45
1.5- Museu Nacional: o lugar de atuação em sua trajetória.....	58
2 REVISTA NACIONAL DE EDUCAÇÃO.....	66
2.1- Revista Nacional de Educação: censura cinematográfica e recepção.....	66
2.2- Década de 30 e a Revolução.....	74
2.3- Mais algumas considerações teóricas: história intelectual e conceitos.....	80
2.4- Metodologia para o Estudo das Revistas.....	88
2.5- Perfil da Revista.....	93
3 EDUCAÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA REVISTA NACIONAL DE EDUCAÇÃO.....	121
3.1- Discursos e diretrizes sobre Educação na Revista.....	124
3.2- Divulgação científica: conceito e iniciativas nas décadas de 1920 e 1930.....	138
3.3- A ciência na Revista Nacional de Educação.....	145
3.4- Considerações Finais.....	179
Bibliografia.....	186

INTRODUÇÃO

Educação e divulgação científica são as palavras chaves de nossa pesquisa. Compreender como o médico, antropólogo, militante do movimento sanitarista, funcionário e depois diretor do Museu Nacional, Edgard Roquette-Pinto, enxergou e buscou interferir nessas questões a partir de sua antropologia e sua visão das questões centrais que permeavam a sociedade brasileira de início do século XX, é questão primordial em nosso trabalho. Conhecer o pensamento e a ação de Roquette-Pinto é fundamental para que possamos compreender e interpretar a Revista Nacional de Educação, especialmente sua contribuição no que se refere ao debate sobre educação e divulgação científica. Edgard Roquette-Pinto idealizou e editou o periódico, que foi uma publicação do Museu Nacional e surgiu nos anos em que Roquette-Pinto foi diretor desta instituição.

A Revista Nacional de Educação, nossa principal documentação, foi um periódico que circulou entre 1932 e 1934. A revista era organizada e editada pelo Museu Nacional na época em que Edgard Roquette-Pinto era diretor da instituição. O antropólogo afirmava que a publicação de uma revista gratuita e voltada para público amplo e, especialmente, dos recônditos do país, era um sonho bastante antigo. Em suas próprias palavras:

Devo confessar, pela parte que me toca, que a publicação de uma revista essencialmente popular, destinada a levar a todos os lares um pouco de ciência e de arte, é um sonho velho de mais de 20 anos, que tenho a ventura de ver plasmado quando ao fim da minha carreira de professor, apaixonado pela profissão, beirando meus 30 anos de pesquisa científica e labor educativo.¹

A epígrafe da revista, presente em todos os seus 21 números, explicita o caráter da publicação e o significado que ela possuía para aqueles que a organizavam: “em todos os lares o conforto moral da ciência e da arte”. O periódico era editado, publicado e impresso gratuitamente, em papel simples, mas com quantidade significativa de imagens. Eram impressos cerca de 12.500 exemplares que saíam mensalmente em direção aos mais diversos e longínquos pontos do país. A publicação desafiava e, com isso, expunha e questionava, os limites da organização e integração do território nacional.

Essa publicação abordava assuntos bastante diversificados, de artigos de iniciação à botânica ou à vida dos animais a matérias que tratavam sobre a educação para as populações rurais e a higiene. Versavam também sobre temas que pareciam pouco relevantes e até

¹ROQUETTE-PINTO, Edgard. O Cinema e a Educação Popular no Brasil. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n. 5, p.5, fev.1933.

curiosos, como as sessões: *Como ouvir Música* ou *Lições de Desenho*. De maneira geral, é possível afirmar que essas matérias procuravam possibilitar o acesso de parte da população à educação e à ciência. É necessário, portanto, nos questionarmos sobre o tipo de educação e de divulgação da ciência, seus pressupostos e finalidades, questões que pretendemos desenvolver ao longo do texto.

O decreto 21.240 concedeu favores fiscais à indústria e ao comércio cinematográfico e criou a taxa cinematográfica para a educação popular. Essa taxa foi utilizada para custear a Fimoteca Nacional do Ministério de Educação e a Revista Nacional de Educação. Portanto, nosso trabalho também buscará esclarecer alguns aspectos da relação entre o periódico e o governo provisório de Getúlio Vargas. Defendemos, com Duarte², que a revista e o Museu Nacional tiveram, pelo menos nesse momento inicial, uma relação de proximidade com o governo federal.

A fim de compreendermos melhor a perspectiva que a revista encampa, especialmente sobre educação e divulgação da ciência, é necessário termos conhecimento do debate que ocorreu durante as décadas de 1910 e 1920. Discussões que giraram em torno da constatação, fortemente influenciada pelos pensamentos de base evolucionista, de que o Brasil ainda era um país bastante atrasado. Também afirmavam que parte significativa da cultura brasileira seguia modelos estrangeiros, na arte e na literatura, por exemplo. Os autores que levantamos destacaram a Primeira Guerra como um evento que contribuiu para mobilizar e desencadear uma nova forma de nacionalidade. Diferente da valorização romântica e pouco apegada à realidade do Brasil.

A crença na necessidade de superar o constatado atraso brasileiro colaborou para que o período da Primeira República fosse, de acordo com Ângela de Castro Gomes³, um momento de disputa entre muitos projetos que pleiteavam a superação do dito atraso brasileiro. Um desses projetos, do qual trataremos adiante de maneira mais pormenorizada, defendia que o problema do Brasil não era fruto da raça ou da mestiçagem, mas da ausência de organização nacional e da intervenção do governo federal. As elites regionais, que comandavam o governo federal, não agiam com a finalidade de integrar a população do interior e acabavam

² DUARTE, Regina Horta. **A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação científica e práticas políticas no Brasil – 1926-1945**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

³ GOMES, Angela Maria de Castro. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. (Org.). **Ciência, Civilização e República nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2010, v. 1.

contribuindo para que essas populações permanecessem alijadas do progresso e da “civilização”. O contato que essas populações do interior tinham com o Estado era ínfimo, visto que ali não chegava saúde, higiene ou educação. Nesse sentido, a obra *Os Sertões* (1902) de Euclides da Cunha exerceu um papel relevante no sentido de despertar o interesse por essas populações que viviam no interior do país, os sertanejos. Em consonância com essa obra, destacaram-se as expedições para o interior do país, organizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz e também a Comissão Rondon, cujo objetivo inicial era a construção de linhas telegráficas, mas também o “desbravamento” do interior.

Esses movimentos motivaram o surgimento da Liga Pró-Saneamento do Brasil (1918) que pleiteava a criação de um Ministério da Saúde a nível Federal. Essa busca pelo interior motivou um novo olhar sobre a nacionalidade brasileira. O sertão começa a ser visto como símbolo da identidade brasileira. Mas também passa a ser compreendido de forma mais real, como um local de miséria, pobreza e desgraça. Portanto, os habitantes desses locais passam a ser vistos como fortes e, ao mesmo tempo, selvagens. Precisam ser educados e “civilizados”. A partir dessa perspectiva, com a qual Roquette-Pinto comunga, o problema do atraso brasileiro não era fruto da mestiçagem, mas da falta de saúde, educação e higiene a que o povo estava submetido. Esse é o mote central para compreendermos o pensamento e a ação do autor. Sua atuação no Museu Nacional e, inclusive, a Revista Nacional de Educação, são maneiras que o antropólogo encontra para intervir na realidade a partir de seus pressupostos teórico-práticos.

A partir de sua perspectiva sobre o problema brasileiro, que não era uma questão de raça, mas de higiene e educação, defendemos, juntamente com Schwarcz⁴, Duarte⁵ e também a partir da leitura e análise da Revista Nacional de Educação, que Edgard Roquette-Pinto conseguiu atrair credibilidade e atenção para o Museu Nacional. Essa atração ocorreu por uma modificação na concepção do problema central do país e, também, por consequência, por uma mudança na compreensão do papel do museu, quais seriam suas atribuições e como ele deveria interagir com a sociedade. A aproximação do museu com a população, por meio da divulgação da ciência (educação, higiene, conhecimentos básicos sobre a nação) foi, portanto, estratégia de intervenção na sociedade a partir da concepção teórico-prática que os guiava e do projeto de nação e desenvolvimento que defendiam.

⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁵ DUARTE, Regina Horta. **A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação científica e práticas políticas no Brasil – 1926-1945**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

A partir de Duarte também reforçamos que essa estratégia contribuiu para fortalecer a posição do Museu Nacional dentro do novo governo, que surgiu após a Revolução de 1930⁶. O grupo dessa instituição, liderado por Roquette-Pinto, pleiteou e, por um tempo, conseguiu um lugar de destaque no projeto do novo governo. “Unindo biologia, iniciativas pedagógicas e negação do conflito social, o Museu Nacional conseguiu tornar-se parceiro respeitado pelo governo, em especial pelo Ministério de Educação e Saúde Pública⁷”. A Revista Nacional de Educação, nosso principal objeto, é um dos produtos dessa parceria. Compreendemos a Revista como fundamental para a trajetória de Roquette-Pinto e também para a relação entre o Museu Nacional e o novo Governo Federal. A Revista, enquanto plataforma do projeto do Museu e de seu diretor foi reconhecida pelo novo governo, que a compreendeu como instrumento e esforço para a formação da nação brasileira. Essa conclusão é possível a partir da observação da presença de depoimentos de algumas figuras proeminentes do novo regime na revista, como Francisco Campos e Getúlio Vargas.

A educação e a divulgação da ciência foram escolhidas como principais elementos de acesso e direcionamento de nosso olhar à publicação. Essa escolha se relaciona com os fatores já sublinhados anteriormente que remetem ao contexto da época e à atuação de Edgard Roquette-Pinto, que se destacou por sua dedicação à vulgarização da ciência e à educação a partir de sua atuação com a rádio educativa no Brasil e também no Museu Nacional, onde suas iniciativas buscavam transformá-lo, cada vez mais, em um espaço de ensino-aprendizagem. Por esses motivos, consideramos viável e interessante acessar parte da trajetória deste autor a partir da Revista Nacional de Educação e interpretá-la a partir da educação e da divulgação da ciência.

A fim de alcançarmos nosso objetivo, no primeiro capítulo, apresentamos Edgard Roquette-Pinto e apresentamos o referencial teórico que empregamos para compreender sua biografia, a noção de trajetória de Pierre Bourdieu. Logo depois, iniciamos uma discussão antropológica sobre raça e determinismo biológico, juntamente com as diversas saídas e oposições a esse pensamento. A contribuição de Schwarcz⁸ é lembrada quando sublinhamos que as ideias europeias sobre raça foram apropriadas de diferentes maneiras no Brasil. E, desta forma, buscamos trazer à margem os debates sobre desenvolvimento, progresso e raça

⁶ DUARTE, Regina Horta. **A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação científica e práticas políticas no Brasil – 1926-1945**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

⁷ Ibidem. p.19.

⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

durante os primeiros anos da República brasileira, com o cuidado de nos atentarmos para os conceitos e suas particularidades, como no caso do conceito de eugenia. A partir de Gomes⁹, discutimos e contestamos a visão tradicional da Primeira República como República Velha. Abordamos, portanto, os debates e ideias que marcaram este período e o compreendemos como momento crucial para a formação do Brasil por ser um momento em que há uma diversidade de ideias, autores e grupos discutindo as possibilidades de desenvolvimento do Brasil. O foco aqui não são as questões raciais, mas as características do país e a constatação de que o Brasil ainda não era uma nação. Contudo, o desenvolvimento e o progresso estariam relacionados com a transformação do país e de seus habitantes, em nação e povo. A partir da perspectiva de trajetória de Bourdieu, na qual os lugares de atuação ocupados pelo indivíduo biografado são fundamentais para a melhor compreensão de sua biografia, abordamos o Museu Nacional e a atuação de Roquette-Pinto nessa instituição. Suas ações e projetos nesta instituição nos auxiliam a acessar seu pensamento e suas atitudes para interferir e colaborar com a educação e a divulgação da ciência. E, conseqüentemente, também nos dizem bastante sobre a Revista Nacional de Educação, tanto no que se refere à sua criação e concepção, quanto no que diz respeito às ideias e à maneira como elas eram veiculadas na publicação.

O segundo capítulo se inicia com uma breve introdução sobre a Revista Nacional de Educação, o contexto de sua criação e o significado que o próprio Edgard Roquette-Pinto lhe atribui. Logo depois, tratamos pontualmente sobre as mudanças que ocorreram no contexto sociopolítico brasileiro na transição da década de 1920 para a de 1930 com a Revolução de 30. Elas são relevantes porque a revista reflete essa ambigüidade do momento, até mesmo sua existência e, posteriormente seu fim, dialogam com o novo governo e sua proposta em relação à educação e à nação. A seguir, fazemos uma incursão na história intelectual e discutimos alguns conceitos como redes de sociabilidade e gerações, que serão necessários na análise da revista, ainda neste capítulo. Também debatemos o estudo das revistas, seu potencial como fonte e também objeto de pesquisa e, por meio dessa discussão, apresentamos a metodologia que empregaremos para o manuseio de nosso material. Por fim, partimos para a parte mais longa e densa do capítulo, que lida diretamente com a publicação e procura formar um perfil da Revista Nacional de Educação, levando em consideração todas as questões já levantadas anteriormente.

⁹ GOMES, Angela Maria de Castro. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. (Org.). **Ciência, Civilização e República nos Trópicos**. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2010, v. 1.

O último capítulo busca se aprofundar na análise do periódico, especialmente no que se refere à educação e à divulgação da ciência. É fundamental discutir como esses dois elementos aparecem na Revista Nacional de Educação, os discursos e o contexto que mobilizam. Iniciamos o capítulo com a análise dos discursos sobre educação publicados na revista, são recuperadas as falas de educadores e políticos de destaque na época e analisadas levando em conta também o contexto em que foram ditas. Após a compreensão das diretrizes que guiam os discursos sobre educação, passamos para a divulgação científica. No primeiro momento, apenas discutimos o conceito de divulgação científica e as iniciativas das décadas de 1920 e 1930 nessa área. De posse desse debate, analisamos os artigos da revista que consideramos como científicos e procuramos justificar o aparecimento daquele conteúdo específico. Além disso, debatemos as estratégias empregadas para a transposição pedagógica, a linguagem, as imagens e recursos utilizados para que o conteúdo científico pudesse se tornar mais acessível a um público leigo e não especializado.

Por fim, ainda no último capítulo, exploramos as conexões entre a Revista Nacional de Educação e a trajetória de Edgard Roquette-Pinto. Vemos a validade do esforço de fazer uma leitura do periódico que leve em consideração alguns elementos da trajetória de Roquette-Pinto, principal idealizador e editor da publicação. Essas reflexões serão feitas com cautela, com a intenção de delinear traços da linha editorial do periódico e possíveis relações com os principais elementos do pensamento e da trajetória de Roquette-Pinto. Vale, neste momento, retomarmos o objetivo geral e os específicos de nossa dissertação.

Objetivo geral: Compreender os debates e propostas em torno da educação e da divulgação da ciência na Revista Nacional de Educação em conexão com a atuação e o pensamento de Edgard Roquette-Pinto. E, dessa maneira, localizar essas discussões tanto no contexto dos debates em torno da viabilidade da nação das primeiras décadas do século XX, quanto no pensamento antropológico de Roquette-Pinto e no modo como os debates aparecem na Revista Nacional de Educação.

Objetivos específicos do Primeiro Capítulo:

- a) Conhecer a biografia de Edgard Roquette-Pinto e a relação de suas atitudes com o contexto sociopolítico das décadas de 1910, 1920 e 1930.
- b) Compreender os aspectos centrais do debate sobre raças e desenvolvimento do Brasil e conseguir localizar e entender a perspectiva e o lugar que Edgard Roquette-Pinto ocupava.

- c) Apresentar o papel do Museu Nacional ao longo de sua existência, apontar as transformações pelas quais passou e compreender o papel de Edgard Roquette-Pinto nesse movimento de transformações.

Objetivos específicos do Segundo Capítulo:

- a) Localizar a criação da Revista Nacional de Educação no contexto de transformações políticas da década de 1930.
- b) Apresentar e se apropriar de referências teóricas e metodológicas acerca da história intelectual e da utilização de revistas em uma pesquisa histórica.
- c) Conhecer as principais características da Revista: os colaboradores mais regulares, temáticas mais recorrentes, presença de imagens, financiamento e distribuição do periódico, entre outros.

Objetivos específicos do Terceiro Capítulo:

- a) Apresentar os discursos que norteavam as ideias e ações no que se refere à educação na Revista Nacional de Educação.
- b) Discutir o conceito de divulgação científica e compreender de que maneira essas ações eram postas em prática nas décadas de 1920 e 1930.
- c) Apresentar e discutir as estratégias e os conteúdos elencados para a divulgação.
- d) Debater a existência de pontos de conexão entre os principais momentos da trajetória do autor e a Revista Nacional de Educação.

CAPÍTULO 1: EDGARD ROQUETTE-PINTO E O CONTEXTO DA PRIMEIRA REPÚBLICA

1.1 Biografia como questão: considerações metodológicas

A partir dessa dissertação, buscaremos refletir, discutir e analisar a história do Brasil das primeiras décadas do século XX a partir da trajetória intelectual de Edgard Roquette-Pinto e de sua atuação enquanto criador e editor da Revista Nacional de Educação. A obra de Roquette-Pinto, tanto seus livros e alguns de seus escritos em revistas da época, quanto a sua atuação enquanto diretor do Museu Nacional e divulgador fervoroso da ciência servirão como referência e ponto de partida para as discussões acerca do debate político, intelectual e social dos primeiros anos do século XX.

A opção por estudar os primeiros anos do século XX no Brasil se justifica pelo interesse em compreender as características e discussões acerca da recém-criada República brasileira e os principais projetos em torno da construção da nação que disputaram espaço no cenário político do início do século XX. O nome de Edgard Roquette-Pinto surgiu a partir do interesse pela história intelectual e dos intelectuais e se destacou aos nossos olhos por encampar um projeto de Brasil em que a educação e a divulgação da ciência são elementos-chave para a construção da nação. Formado em medicina e com atuação e interesse na área de antropologia e população, partiu de suas pesquisas e teorias antropológicas, que formulou e consolidou nas décadas de 1910 e 1920, para uma dedicação mais específica e sistematizada à ação educativa por diversas plataformas. Especialmente a partir das novas tecnologias na área de comunicação que surgiram no início do século XX no Brasil como o rádio e o cinema.

A multiplicidade de funções que o autor se propôs a exercer, as diversas instituições em que ocupou posições de destaque, juntamente com seu entusiasmo pela ciência, pela educação e a vontade de contribuir para a construção de um projeto de nação para o Brasil, foram características que colaboraram para a escolha deste personagem. Roquette-Pinto exerceu papel de destaque e relevância em espaços como o Museu Nacional, o Instituto Nacional do Cinema Educativo, a Academia Brasileira de Letras e na fundação da Academia Brasileira de Ciências e da Associação Brasileira de Educação. Além disso, o personagem também participou da Comissão Rondon em 1912 e da Liga Pró-Saneamento do Brasil, que coordenou a campanha pela criação do Ministério da Saúde.

O intelectual também foi um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e pioneiro da radiodifusão no Brasil, grande entusiasta da utilização do rádio enquanto instrumento educativo das populações que viviam nas regiões mais remotas e distantes. Também lecionou na Universidade de Assunção, no Paraguai. Tanto sua teoria antropológica quanto sua ação evidenciam a defesa de um projeto de Brasil que deveria valorizar a integração territorial e a população nacional e mestiça em detrimento das teses que preconizavam que o grande problema do país era sua população, que seria inerentemente inferior pela mestiçagem.

Ao destacarmos a multiplicidade de funções e áreas em que Roquette-Pinto discutiu e se aventurou, é válido reiterarmos que não temos a pretensão de dar conta de toda a obra do autor. Apenas uma reunião de autores, de diversas áreas e com diferentes perspectivas de reflexão sobre o Brasil, daria conta de tratar de um autor e ator no mundo público como foi Edgard Roquette-Pinto¹⁰. O que pretendemos, mais especificamente, neste trabalho, é analisar sua atuação enquanto divulgador da ciência e intelectual que pensava em projetos e possibilidades para a construção da nação brasileira. E, a partir disso, analisar a Revista Nacional de Educação e viabilizar uma leitura sobre a publicação em conexão com aspectos que consideramos centrais na trajetória de Edgard Roquette-Pinto.

Nísia Trindade Lima, em seu livro *Um sertão chamado Brasil*, propõe uma relevante periodização da trajetória de Roquette-Pinto. Apesar de não defender a existência de um corte radical, sugere a existência de duas “fases”, dois momentos distintos de sua carreira. No primeiro momento, que coincide com os primeiros anos de sua atividade profissional, a sua atuação enquanto antropólogo foi dominante. O segundo momento, por sua vez, se inicia a partir da década de 1930, e é aquele no qual o intelectual passa a se dedicar mais às atividades no campo educacional. Como a própria autora destaca, não é possível dissociar esses dois momentos. Sua atividade enquanto educador e divulgador da ciência apenas adquire sentido quando compreendida a partir da antropologia que desenvolveu que, por sua vez, está completamente imbricada em seu projeto e sua visão de nação. Seu trabalho enquanto educador perde sentido se analisado isoladamente. Os trabalhos de Roquette-Pinto que contemplam melhor seu momento como antropólogo são: *Rondonia* (1917), *Ensaio de antropologia brasileira* (1933) e *Seixos Rolados* (1927).

¹⁰LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. Roquette-Pinto e sua geração na República das Letras e da Ciência. In: SÁ, Dominichi Miranda de; Lima, Nísia Trindade (Org.). **Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

Claudio Aguiar Almeida em seu livro *O cinema como agitador de almas* também destaca a modificação do foco de trabalho de Roquette-Pinto, que se desloca da militância teórica em direção à dedicação mais intensa à educação dos elementos étnicos nacionais. Essa transformação ocorre em sua fase mais madura, por volta dos 45 anos. O autor passa a se preocupar mais com a ação do que com a teorização e a produção científica e intelectual.

Nossa opção neste trabalho é investigar a atuação de Roquette-Pinto na ampliação da educação e da divulgação da ciência e como essa atitude de valorização da ciência e do conhecimento se relacionava intimamente com a construção de um projeto de nação e desenvolvimento para o Brasil. Por isso, escolhemos analisar a Revista Nacional de Educação (1932-1934). Mesmo que a sua atuação enquanto antropólogo físico não seja nossa temática central, consideramos basilar compreender sua visão antropológica acerca da nação brasileira. Os acalorados debates que permeavam a sociedade do início do século XX também são cruciais para a nossa pesquisa, pois foi nestes primeiros 20 anos que constituiu a base de seu pensamento. A delimitação de sua teoria acerca da questão racial e sua inserção no debate intelectual dos primeiros anos do século XX é fundamental para compreendermos a atuação de Roquette-Pinto enquanto divulgador da ciência e educador. Sua atuação não deve ser desvinculada da crença em uma missão social da ciência, como uma militância que legitima e agrega sua visão acerca do país, seus principais problemas e soluções.

Neste momento vale introduzirmos algumas considerações metodológicas de Bourdieu¹¹ acerca do trabalho biográfico e, a partir disso, traçar algumas diretrizes sobre como trataremos a biografia em nosso trabalho. O autor parte da noção do senso comum de história de vida que, aos poucos, adentrou no meio científico. Ao falarmos de história de vida consideramos que a vida é uma história, um conjunto de acontecimentos de uma existência individual, e que possui um começo, etapas e um fim (finalidade e término). E, como pressuposto dessa crença em uma história de vida, está a noção de que a vida constitui um conjunto coerente que deve ser compreendido como um projeto munido de uma intencionalidade. Como se houvesse um sentido predeterminado nesse conjunto de acontecimentos e ações individuais.

¹¹ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta M. (Orgs). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191.

Para Bourdieu, em seu texto *A Ilusão Biográfica*¹², compreender a vida como uma história naturalmente coerente e cronológica é, possivelmente, conformar-se com uma ilusão retórica que foi reforçada por toda a tradição literária dos romances. O romance moderno, por sua vez, rompe com essa tradição, é descontínuo, seus elementos surgem de modo aleatório e imprevisível. É muito interessante a maneira com que o autor utiliza a questão dos nomes próprios e dos registros civis para reafirmar o modo como é instituída uma identidade social constante e durável. Esses registros oficiais garantem a identidade do indivíduo biológico através do tempo e dos diferentes espaços sociais e reforçam essa ideia de constância e coerência de uma história de vida. Mas, para Bourdieu, o nome próprio não vincula intrinsecamente nenhuma informação sobre o objeto que nomeia, suas propriedades biológicas e sociais estão em constante mutação e, portanto, todas as descrições são válidas apenas em um espaço e em um momento específicos no tempo. Isso porque o autor compreende o sujeito como fragmentado e múltiplo.

Como proposta ao conceito de história de vida, apropriado do senso comum e que pressupõe uma existência coerente e dotada de um sentido inerente, Bourdieu constrói a noção de trajetória: “como série de posições ocupadas por um mesmo agente num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações¹³”. Esse conceito pressupõe a ideia de que não só o agente está em constante transformação, como também os próprios espaços por ele ocupados, os campos. As ações dos indivíduos e, portanto, os acontecimentos biográficos, devem ser compreendidos como colocações e deslocamentos no espaço social, que se relacionam com o modo de distribuição das diferentes formas de capital que estão em disputa no campo considerado.

Portanto, para o autor, não é possível compreender uma trajetória sem que tenhamos construído as diferentes configurações do campo no qual ela se desenrolou e as relações objetivas que uniram o indivíduo (biografado) ao conjunto dos outros agentes envolvidos naquele campo e que eram confrontados com o mesmo espaço de possíveis. A relação entre o indivíduo e o contexto é fundamental. Não é possível compreender a trajetória daquele indivíduo sem que visualizemos os diferentes campos existentes e as posições por ele ocupadas dentro desse espaço de possibilidades. Para Bourdieu, o desvio pela construção do espaço é imprescindível para compreendermos a trajetória do biografado.

¹² BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta M. (Orgs). **Usos e abusos da história oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

¹³ *Ibidem*. p.189.

Em nosso trabalho, trataremos a biografia de Roquette-Pinto a partir da perspectiva de trajetória de Bourdieu. Roquette-Pinto ocupou uma série de espaços sociais, como já destacamos anteriormente, Museu Nacional, Academia Brasileira de Letras, Academia Brasileira de Ciências, Movimento dos Pioneiros pela Escola Nova, Comissão Rondon, Congresso de Raças, Instituto Nacional do Cinema Educativo, Associação Brasileira de Educação dentre outros. É necessário buscar compreender não apenas as transformações do autor, no que se refere, por exemplo, à presença em novas instituições, mas como ele se integrava e em que posição se situava em relação aos outros agentes envolvidos no mesmo espaço de possíveis que o dele.

É necessário compreender a configuração das relações objetivas entre os diferentes intelectuais e as posições ocupadas por Roquette-Pinto em determinadas instituições a fim de compreendermos melhor suas ações. Temos em vista também que a vida dos indivíduos não é linear, coerente e com um sentido inerente como o nome próprio ou até mesmo os romances clássicos nos levam a pensar, mas é fragmentada e múltipla. E, por isso, para compreendermos Roquette-Pinto, devemos levar em consideração a sua relação com a construção dos diferentes espaços de debate, ciência e educação nas primeiras décadas do século XX no Brasil.

A partir da perspectiva de Bourdieu sobre a biografia e os aspectos que ela deve contemplar, consideramos relevante iniciarmos a apresentação de nosso personagem, Edgard Roquette-Pinto. Primeiramente levantaremos alguns dados acerca de sua vida, criação e estudos. Após a introdução inicial, discutiremos suas principais ideias e teorias antropológicas e sua inserção no contexto de discussões e debates dos anos iniciais do século XX. Para tanto, faremos um pequeno desvio em nosso foco inicial, Edgard Roquette-Pinto, para tratarmos mais especificamente dos debates e discussões centrais desse período. Por fim, no final deste capítulo, destacaremos novamente a partir da perspectiva de Bourdieu¹⁴ as características centrais de sua atuação no Museu Nacional.

1.2 “Trajetória” de Edgard Roquette-Pinto

Vanderlei Sebastião Souza em sua tese de doutorado *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro* (1905-1935) defende que a escolha do autor pelo estudo da antropologia pode se justificar tanto pelo interesse que a questão racial

¹⁴ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta M. (Orgs). *Usos e abusos da história oral*. 8. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.p. 183-191.

exercia no período de transição do século XIX para o XX quanto por sua formação intelectual, de características humanistas, nacionalistas e cientificistas¹⁵. A esta altura do trabalho buscaremos compreender um pouco de sua trajetória e de sua formação a fim de relacionarmos com sua prática científica, enquanto antropólogo, mas, principalmente, sua atuação enquanto educador e divulgador da ciência.

Edgard Roquette-Pinto nasceu no Rio de Janeiro no ano de 1884, seu pai era pernambucano e sua mãe mineira¹⁶. Como destaca Souza, em 1889, após a abolição e a proclamação da República, Edgard, seus irmãos e sua mãe vão para Minas Gerais viver na fazenda de João Roquette Carneiro de Mendonça, seu avô materno, por ocasião do divórcio de seus pais. É interessante ressaltar que, de acordo com as memórias de Roquette-Pinto, a família de seu pai, pernambucana, era ligada à política monarquista, enquanto a família materna era mineira e republicana. A formação inicial de Edgard foi marcadamente aristocrática, com forte influência da cultura erudita. Sua infância rural em uma sociedade recém-saída da escravidão e, ao mesmo tempo, intensamente influenciada pelas culturas africana e europeia, possivelmente deixou marcas significativas no pensamento social do autor. Apesar de viver parte de sua infância em uma fazenda cafeeira em Juiz de Fora, Minas Gerais, cursou seus estudos secundários já no Rio de Janeiro para onde retornou com seu avô aos 12 anos. O retorno de sua família ao Rio de Janeiro ocorre devido à crise do café e também, possivelmente, pela preocupação de João Roquette com a educação de seus netos. A família se estabiliza na capital federal com o auxílio do amigo e senador Alfredo Ellis, que conseguiu um cartório para o avô de Edgard Roquette-Pinto¹⁷.

Nosso personagem cursou humanidades no Colégio Aquino quando adolescente. Sá e Lima¹⁸ e Souza¹⁹ sublinham a passagem de Edgard Roquette-Pinto pelo Externato Aquino devido à ênfase que essa instituição dava ao ensino de ciências e na presença de ideias

¹⁵ SOUZA, Vanderlei Sebastião. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. 2010.382f. RJ: tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), FIOCRUZ, 2010.

¹⁶ LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. Roquette-Pinto e sua geração na República das Letras e da Ciência. In: SÁ, Dominichi Miranda de; Lima, Nísia Trindade (Org.). **Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

¹⁷ SOUZA, Vanderlei Sebastião. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. 2010.382f. RJ: tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), FIOCRUZ, 2010.p. 33-34.

¹⁸ LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. Roquette-Pinto e sua Geração na República das Letras e da Ciência. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (Org.). **Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.p.58.

¹⁹ SOUZA, Vanderlei Sebastião. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. 2010.382f. RJ: tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), FIOCRUZ, 2010.

positivistas. Ainda de acordo com Nísia Trindade Lima e Dominichi Miranda de Sá, o Colégio Aquino teve célebres professores como Benjamin Constant e Capistrano de Abreu e como mais destacado aluno, Euclides da Cunha, uma das principais referências na obra de Roquette-Pinto²⁰.

Souza ressalta a transição de Edgard e sua família da pacata vida na fazenda para a excitação da vida urbana. Essa chegada à capital ocorre em um momento em que a cidade do Rio de Janeiro vivia uma relativa estabilidade política e efervescência cultural. A criação da Academia Brasileira de Letras (1897) exemplifica bem esse momento. A própria residência de seu avô representava um pouco desse clima cultural, já que intelectuais de projeção nacional costumavam se reunir no salão de sua casa. Portanto, desde jovem, Edgard convivia de maneira muito próxima com debates e discussões sobre filosofia e os rumos do país²¹. Souza também destaca a participação de nosso personagem no “salão” do médico e matemático Licínio Cardoso e a relação que ali estabeleceu com outros intelectuais como o engenheiro Henrique Morize, o matemático e professor da escola técnica Azevedo do Amaral e o médico Henrique Baptista, que viria a ser seu sogro²². Edgard Roquette-Pinto volta a cruzar com esses intelectuais em outros momentos de sua trajetória, como, por exemplo, com a fundação da Sociedade Brasileira de Ciências (1916), depois denominada de Academia Brasileira de Ciências (1921).

Edgard Roquette-Pinto entra na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1901, mesmo ano da reforma do Ensino Superior. Essa transformação buscava adaptar o tradicional ensino teórico às novidades de um ensino que valorizasse mais o caráter prático e científico em detrimento do excesso de enciclopedismo. Souza enfatiza as experiências que Edgard Roquette-Pinto adquiriu durante a faculdade de Medicina. A residência no Hospital da Santa Casa; o estágio como auxiliar do médico Henrique Baptista- com quem já tivera contato nas reuniões de Licínio Cardoso; e as visitas domiciliares que realizou junto com a equipe organizada por Oswaldo Cruz da Diretoria Geral de Saúde Pública, possibilitaram o contato do estudante com a realidade da população pobre²³. Foi a partir daí que Roquette-Pinto

²⁰LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. Roquette-Pinto e sua Geração na República das Letras e da Ciência In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (Org.). **Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.p.57-84.

²¹ SOUZA, Vanderlei Sebastião. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. 2010. RJ: tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), FIOCRUZ, 2010.p. 35-36.

²² Ibidem. p.40.

²³ Ibidem. p.42.

entrou em contato mais direto com a realidade de negros, mestiços e imigrantes europeus nos cortiços e morros cariocas.

Essa época em que o estudante participava do projeto de visita domiciliar às populações mais pobres da capital federal foi marcada pela ampliação da influência dos médicos nas decisões e projetos para a modernização do país. A reforma sanitária fazia parte de um projeto de superação do atraso levado a cabo pelos médicos, que teriam legitimidade para intervir em nome da ciência e da técnica em prol de uma reforma social, que também se tornou urbana. Esses profissionais passaram a ser incorporados pelo Estado e transformados em agentes do progresso e da civilidade. Transformar o Brasil em uma nação civilizada tornou-se o principal significado e objetivo da missão intelectual desses homens e do papel da ciência, especialmente da medicina, que deveria estar ligada ao Estado a fim de propiciar o desenvolvimento do povo²⁴. Ampliaremos a discussão sobre o projeto sanitário de reforma e modernização do país, seus desdobramentos e pontos de aproximação com a antropologia de nosso autor, mais a frente, ainda neste capítulo. Mas, por hora, cabe apenas identificarmos sua existência e influência.

Em 1905, com apenas 21 anos, o estudante de medicina escreve sua tese de doutorado sobre etnografia indígena: *Etnographia americana: o exercício da medicina entre os indígenas da América*. Sua tese buscava compreender como se desenvolveu o exercício da medicina nos diversos grupos indígenas²⁵.

Sá e Lima²⁶ e Souza colocam que em 1905, ainda com 21 anos, Roquette-Pinto é aprovado no concurso público para o cargo de assistente de antropologia física e etnografia do Museu Nacional. Nossa personagem concorreu com o irmão de João Baptista de Lacerda, diretor do museu à época, que não compareceu à segunda prova do concurso. O antropólogo permaneceu vinculado à instituição até 1935 e a dirigiu por dez anos, entre 1926 e 1935. A antropologia física no Brasil de princípios do século XX, que estava em consonância com a europeia, foi motivada pela entrada de uma série de idéias novas a partir de 1870. Era forte a

²⁴ SOUZA, Vanderlei Sebastião. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. 2010. RJ: tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), FIOCRUZ, 2010. p. 47.

²⁵ Ibidem. p.67.

²⁶ LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. Roquette-Pinto e sua Geração na República das Letras e da Ciência In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (Org.). **Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

corrente que negava a possibilidade de progresso e civilização ao Brasil pelo caráter mestiço e heterogêneo de sua população²⁷.

Logo após assumir, em 1906, o antropólogo vai à sua primeira viagem de campo para o sul do país para pesquisar os sambaquis, nesse contato com a região notou a ausência do poder público quando constatou que significativa parte da população imigrante sequer sabia falar o português, não havia escolas ou instrução pública de qualquer tipo²⁸.

Em 1911, Edgard Roquette-Pinto participou do Congresso Internacional das Raças realizado na Universidade de Londres juntamente com o então diretor do Museu Nacional, João Batista de Lacerda. Conseguiu auxílio do Ministério da Agricultura, do qual o Museu fazia parte, para prolongar sua estadia na Europa, inscrever-se em alguns cursos e aprimorar seus estudos. É mister sublinhar que o antropólogo também considerava a Europa um centro civilizador apesar de refutar alguns pressupostos racistas e de inferioridade racial.

Um ano depois, em 1912, Roquette-Pinto integrou a Comissão Rondon, cujo objetivo primordial e pragmático era estabelecer linhas telegráficas que interligassem e favorecessem a comunicação entre os locais mais remotos do país e a capital. Seu livro mais famoso é fruto das observações realizadas durante a expedição de Rondon, *Rondônia*, publicado em 1917, que marca o início de sua consagração profissional.

A Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, a Comissão Rondon, foi uma das viagens científicas que ocorreu durante a Primeira República. O objetivo primordial dessa expedição era ligar a capital, Rio de Janeiro, aos territórios do Amazonas, do Acre, do Alto Purus e do Alto Juruá. Além dessa questão mais pragmática de comunicação via telégrafo, Rondon destacava a complexidade e a extensão de sua obra, que objetivava controlar pontos estratégicos nas fronteiras com a Bolívia e o Paraguai. Cândido Mariano da Silva Rondon nasceu em Mato Grosso em uma família de poucos recursos e órfão, viu a carreira militar como alternativa para ascender socialmente. Rondon estudou na Escola Militar da Praia Vermelha, além de aluno, foi discípulo de Benjamin Constant e aderiu ao positivismo ortodoxo²⁹.

²⁷SOUZA, Vanderlei Sebastião. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. 2010.382f. RJ: tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), FIOCRUZ, 2010.p.50.

²⁸ Ibidem. p.74.

²⁹ COIMBRA JR., Carlos E. A; LIMA, Nísia Trindade; SANTOS, Ricardo Ventura. Rondônia de Edgard Roquette-Pinto: Antropologia e projeto nacional. In: DE SÁ, Dominichi Miranda; Lima, Nísia Trindade (Org.).

Ainda de acordo com Lima; Santos e Coimbra Jr, Rondon foi uma grande referência na trajetória de Roquette-Pinto, especialmente após Roquette-Pinto ter participado de uma expedição com a Comissão. *Rondonia* é primordialmente uma transcrição de seu diário de campo, seu fio condutor é a passagem do tempo e do espaço. Além de diário de campo, o livro também é um catálogo das coleções que, provenientes da expedição, foram expostas no Museu Nacional. O livro também apresenta um vocabulário com termos indígenas, quadros e tabelas com dados antropométricos desses nativos. O antropólogo também reitera a necessidade de documentar as sociedades indígenas da região a fim conhecê-las antes de serem “civilizadas”. Pois, para Roquette-Pinto, elas estariam fadadas à civilização.

Para Edgard Roquette-Pinto, o trabalho pragmático de implantação das linhas telegráficas e da abertura de estradas foi apenas o pretexto para a obra de pesquisa e de levantamento de dados. Lima; Santos e Coimbra Jr destacam que o trabalho de construção das linhas telegráficas foi acompanhado pelos trabalhos de reconhecimento hidrográfico e topográfico, já que os mapas da época não eram muito confiáveis e nem precisos. Levantamentos sobre a fauna e a flora, sobre as condições sanitárias, observação e contato com as sociedades indígenas a fim de conhecer seus costumes e suas línguas antes que fossem transformados e perdidos pelo progresso. É válido considerarmos que a Comissão Rondon não foi a única missão que se propôs a “desbravar os sertões” durante os anos da Primeira República. Discutiremos essa questão de maneira mais aprofundada mais adiante em nosso trabalho. Por agora, vale sublinharmos que os primeiros anos da República foram palco de um expressivo movimento de valorização dos sertões. Seja como espaço que precisa ser incorporado à civilização e que deve ser olhado pelas elites políticas a partir da implantação de políticas de investimento em saúde, higiene e educação; seja como espaço que é referência da autenticidade nacional, onde residiria a nossa nacionalidade e originalidade brasileiras.

Roquette-Pinto também lecionou em instituições de ensino médio como o próprio Colégio Aquino, no qual estudou, e também na Escola Normal do Rio de Janeiro. Ainda de acordo com Sá e Lima é válido destacar que lecionar em instituições secundárias renomadas era uma atividade de bastante prestígio³⁰. Não podemos nos esquecer também de sua participação na fundação da Sociedade Brasileira de Ciências em 1916, juntamente com

Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Roquette-Pinto. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

³⁰LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. Roquette-Pinto e sua Geração na República das Letras e da Ciência In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (Org.). **Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.p. 57-84.

outros cientistas e intelectuais: Henrique Morize, Licínio Cardoso e Amoroso Costa. Essa instituição possuiu importância significativa no projeto de vulgarização da ciência que, por iniciativa do próprio Roquette-Pinto, criou a primeira emissora de radiodifusão do país em 1923³¹.

Moreira; Massarani e Aranha destacam em seu artigo, *Roquette-Pinto e a divulgação científica*, que Roquette-Pinto foi o criador e principal motor da primeira rádio brasileira, Rádio Sociedade do Brasil, fundada em 20 de Abril de 1923 nos salões da Academia Brasileira de Ciências. Segundo os estatutos da rádio, ela foi fundada com fins exclusivamente científicos, técnicos, artísticos e de educação popular e não se envolveria em assuntos profissionais, comerciais ou políticos. Os programas da Rádio Sociedade eram variados, além de música, predominantemente clássica, e de informativos, havia uma diversidade de cursos: de línguas, história, física, química, literatura portuguesa e francesa, radiotelegrafia e outros. Conferências de renomados cientistas internacionais como Madame Curie também foram transmitidas pela rádio. Quando Albert Einstein esteve no Rio de Janeiro, ele visitou a rádio e transmitiu suas impressões sobre a importância do rádio na divulgação científica³².

É fundamental sublinharmos também a presença de Roquette-Pinto na criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil, movimento que encampava de maneira significativa as reivindicações e discussões da época acerca dos principais problemas brasileiros que dificultavam o progresso do país. A Liga foi criada em 1918 por iniciativa de Belisário Penna, à época da Diretoria Geral de Saúde Pública. De maneira mais pragmática, o movimento reivindicava a criação do Ministério da Saúde e se embasava teoricamente na tese de que os males do Brasil estavam relacionados às doenças e não à composição racial degenerada do povo brasileiro. A defesa do progresso pelo saneamento era uma forte convicção dos cientistas da saúde, com a qual Roquette-Pinto não apenas concordava, mas da qual era um dos precursores e ardoroso defensor³³.

³¹ LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. Roquette-Pinto e sua Geração na República das Letras e da Ciência In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (Org.). **Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.p.62.

³² ARANHA, Jaime; Massarani, Luiza; Moreira, Ildeu de Castro. Roquette-Pinto e a divulgação científica. In: DE SÁ, Dominichi Miranda; Lima, Nísia Trindade (Org.). **Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.p.253.

³³ BOMENY, Helena. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. **Estudos Históricos - Os anos 20**, Rio de Janeiro, v.6, n.11, p.24-39, 1993.

Além de sua participação no movimento em defesa da saúde pública, também deve ser lembrado o fato de ter participado e assinado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento que sintetizava os principais desejos e aspirações dos reformadores da educação. Sua preocupação com a saúde pública e com a educação é evidenciada ao longo de sua obra intelectual e também de sua vida pública.

Helena Bomeny destaca a relevância do movimento da Educação Nova no cenário político dos anos de 1920. A autora afirma que tanto os cientistas que se filiavam a movimentos como a Liga Pró-Saneamento, quanto os educadores que assinaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, argumentavam sobre a necessidade de centralização dos serviços e políticas de educação e saúde. O Estado teria que ser atuante, era comum a crítica ao efeito negativo do liberalismo e da autonomia estadual durante a Primeira República. Nomes centrais desse movimento, como Anísio Teixeira, reivindicavam a emancipação do indivíduo, a liberdade de pensamento e o incentivo às vocações individuais. O manifesto foi redigido por Fernando de Azevedo e publicado em diversos órgãos em 1932.

A partir da leitura do Manifesto, podemos notar a ênfase com que tratavam a educação. Ela não deveria mais ser um privilégio determinado pela condição econômica e social do indivíduo, deveria ser independente das condições materiais e intimamente relacionada à capacidade e ao potencial individual. Todo o indivíduo deveria ser educado até onde suas aptidões naturais (de inteligência e habilidade) o levassem. Fatores externos como condição social e econômica do educando não deveriam predeterminar sua trajetória escolar. A verdadeira função da Escola Nova deveria ser formar uma hierarquia democrática ou das capacidades, que deveria ser recrutada em todos os grupos sociais. O manifesto é bastante enfático quanto ao direito de cada indivíduo à sua educação integral. O Estado, por sua vez, deve arranjar meios para legitimar esse direito. Ensino laico, obrigatório e gratuito deveriam ser as metas.³⁴ Segundo os 26 intelectuais que assinaram o documento e seu redator, Fernando de Azevedo: “A escola que tem sido um aparelho formal e rígido, sem diferenciação regional, inteiramente desintegrado em relação ao meio social, passará a ser um organismo vivo”.³⁵ “A instrução pública não tem sido, entre nós, na justa observação de Alberto Torres, senão um “sistema de canais de êxodo da mocidade do campo para as cidades e da produção para o

³⁴ Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.188-204. ago. 2006.

³⁵ *Ibidem*. p.196.

parasitismo³⁶””. A escola deveria satisfazer às necessidades práticas de adaptação dos variados grupos sociais. Por que, da forma como ela está colocada hoje, não cumpre esse papel. Apenas legitima a hierarquia do dinheiro e da influência.

Como já foi mencionado anteriormente, nosso autor foi membro de uma série de associações científicas e culturais no Brasil e no exterior de acordo com De Sá e Lima³⁷. Sem a intenção de esgotá-las, mas apenas a título de exemplo: Sociedade Capistrano de Abreu, National Geographic Society, Association Internationale du Cinéma Scientifique, American Association of Museums de Washington e Instituto Franco-Brasileiro de Altos Estudos. O nome de Roquette-Pinto foi dado por alguns cientistas às suas descobertas a fim de homenageá-lo e reconhecer seus esforços em prol do desenvolvimento da ciência.

Não podemos nos esquecer de sua atuação como antropólogo e diretor do Museu Nacional, cargo que ocupou de 1926 a 1935 e seu forte compromisso com a transformação dessa instituição em um museu pedagógico, educativo, voltado não só para a produção, mas também para a divulgação da ciência. A realização de conferências, sessões de filmes educativos, confecções de folhetos explicativos para as exposições do museu, foram iniciativas feitas por Roquette-Pinto a partir do Museu Nacional. Ainda pela divulgação científica, cria a Revista Nacional de Educação que, por ser nosso objeto central, trataremos nos capítulos dois e três de maneira mais detalhada. O lema desta publicação do Museu Nacional, dirigido pelo próprio autor, reflete e resume muito bem o seu esforço na divulgação da ciência: “Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte”.

Outra maneira encontrada por Roquette-Pinto de divulgar a ciência e o conhecimento, além do rádio e da Revista Nacional de Educação, foi o cinema. Nosso personagem ajudou a criar e também dirigiu o Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE). Sua atuação neste órgão durou 10 anos, 1936 a 1946.

Como sublinha Scheila Schvarzman em seu artigo: *Edgard Roquette-Pinto e o cinema*, Roquette-Pinto pretendia fazer do cinema um instrumento de mudança cultural desde a década de 1910, mas, é somente a partir da década de 1930 com o Estado centralizado de Getúlio Vargas que essa proposta é acolhida. Nosso personagem procurava manter o cinema

³⁶ Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.196. ago. 2006.

³⁷ DE SÁ, Dominichi Miranda; LIMA, Nísia Trindade. Roquette-Pinto e sua geração na República das Letras e da Ciência. In: DE SÁ, Dominichi Miranda; Lima, Nísia Trindade (Org.). **Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

distante do divertimento popular, tinha restrições ao caráter gratuito da diversão, procura utilizá-lo para os nobres fins da educação popular. Ainda segundo Schvarzman, os filmes produzidos pelo Instituto não chegam ao povo, tratam de um universo de saberes eruditos. “O uso do cinema educativo no Brasil foi uma utopia. Uma utopia generosa, mas unilateral, uma vez que foram os sábios que definiram os conhecimentos necessários aos homens carentes³⁸”. Dava-se a esses carentes o conhecimento da cultura letrada oficial, em que a nação é o centro das preocupações. Não eram dadas informações no sentido da prevenção e do conhecimento popular. “Roquette-Pinto legou ao Brasil centenas de filmes que documentam sua vontade e a de outros de sua geração de controlar, influir e transformar a história brasileira de seu tempo³⁹”. A eficácia dessas ações, ainda de acordo com a autora, não é o mais importante, visto que deixou evidente em seus filmes os limites e expectativas de seu pensamento.

Iremos ampliar o debate acerca do contexto intelectual e social do início do século XX adiante neste capítulo. Mas, neste momento consideramos importante sublinhar e apresentar alguns pontos centrais da antropologia do autor. Reiteramos que esse não é nosso tema central. Para isso, é necessário destacar, de antemão, que o cenário intelectual brasileiro de início do século XX é motivado pelo desejo de compreender o próprio país e buscar reinventar a nação e a identidade nacional. A inquietação era alimentada pelo desejo de delimitar o lugar do Brasil no mundo para que, desta maneira, ele pudesse começar a trilhar o caminho do progresso e do desenvolvimento.

1.3 Discussão antropológica

A fim de melhor compreendermos o pensamento racial de Edgard Roquette-Pinto é preciso delinear as linhas mestras do pensamento racial que se consolidou na Europa entre os séculos XVIII e XIX e veio para o Brasil principalmente a partir de 1870. O pensamento racial brasileiro que se desenvolveu entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX foi fortemente influenciado pelas doutrinas racialistas europeias que apontam para a inviabilidade da formação de uma nação desenvolvida a partir de um povo mestiço. A inviabilidade da nação mestiça era o cerne do debate, seja para defendê-la ou buscar refutá-la. Nesta seção do trabalho afirmamos que a teoria racial brasileira tem suas idiossincrasias, como reforça Schwarcz, e não é uma mera cópia do modelo europeu do século XVIII. Essa

³⁸ SCHVARZMAN, Scheila. Edgard Roquette-Pinto e o cinema. In: DE SÁ, Dominichi Miranda; Lima, Nísia Trindade (Org.). **Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.p.318.

³⁹ *Ibidem*.p.319.

introdução é necessária porque Roquette-Pinto é um dos pioneiros na crítica ao determinismo racial e, portanto, um dos porta-vozes do pensamento racial brasileiro híbrido. Ao denominá-lo híbrido reforça sua ambiguidade, ao mesmo tempo em que critica a degeneração racial dos mestiços não defende uma igualdade completa dos tipos raciais, que continuam sendo classificados segundo uma escala hierárquica.

Iniciaremos introduzindo o modelo europeu que se disseminou ainda no reinado de D. Pedro II; depois esclareceremos o significado de racialismo e, em seguida, trabalharemos o conceito de eugenia e sua importância para o pensamento e as ações públicas no Brasil de princípios do século XX; e, por fim, mostraremos como Roquette-Pinto se encaixa nesse debate.

Em concordância com Schwarcz, o surgimento de uma atmosfera científica marcou o reinado de D. Pedro II. A segunda metade do século XIX foi um período marcado pela chegada de uma série de ideias europeias no cenário brasileiro: positivismo, evolucionismo e darwinismo social⁴⁰. Houve também um novo impulso às ciências matemáticas e biológicas, com o surgimento e transformação de instituições como: o Museu Nacional, as faculdades de Direito de São Paulo e Recife e o Instituto de Manguinhos.

Tornou-se comum a referência a autores como Agassiz, Gobineau, Thomas Buckle e o argentino José Ingenieros. De maneira bastante simplificada e, de certo modo, reducionista, esses autores defendiam a inviabilidade das nações cuja população era predominantemente mestiça. Esses pensadores foram basilares para a formação de um pensamento pessimista acerca do Brasil, visto que era evidente a miscigenação racial que imperava no país⁴¹. Pensar acerca da influência dessas teorias raciais no Brasil a partir deste livro de Schwarcz é ressaltar que não foram meramente cópias do debate europeu do século XVIII, mas que foram adaptadas à realidade brasileira. A escolha pela adoção desse pensamento racial europeu não foi, para a autora, fruto da sorte. Mas foi introduzido de forma crítica e seletiva “transformando-se em instrumento conservador e autoritário na definição de uma identidade nacional e no respaldo às hierarquias sociais já bastante cristalizadas⁴²”. Foi uma escolha da elite brasileira, branca, que reforçou seu poder na hierarquia brasileira.

⁴⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.p. 30-32.

⁴¹ Ibidem. p.36.

⁴² Ibidem. p.42.

Adotamos a postura da autora quando destacamos duas perspectivas no contexto intelectual do século XVIII que influenciaram as teorias raciais do século seguinte. A primeira delas é a visão humanista, herdeira da Revolução Francesa, que considerava a igualdade humana como um fator natural. A interpretação desse grupo sobre a origem humana era monogenista, acreditava, de acordo com a bíblia, que a humanidade tinha uma única origem e as diferenças poderiam ser explicadas em termos de maior perfeição ou degeneração em relação ao Éden. Já a segunda, destaca as aptidões intelectuais e o patrimônio genético, e ganha influência no século XIX. Essa segunda postura é uma reação ao Iluminismo e ao progresso como óbvio e inevitável e tem a ideia de raça como novo suporte intelectual. Esse termo, ainda a partir de Schwarcz foi introduzido nas primeiras décadas do século XIX para ressaltar a herança física permanente entre vários grupos humanos⁴³. Para esses homens, existiram vários centros de criação humana. Logo, as diferentes raças constituíam espécies diversas, as desigualdades eram óbvias e gritantes.

Com o lançamento da obra *A origem das espécies* (1859) de Charles Darwin a teoria evolucionista tornou-se uma espécie de paradigma da época, amenizando as disputas entre esses grupos. O evolucionismo e a utilização do conceito de raça tornaram-se comuns às duas correntes após o evolucionismo de Darwin.

Tornou-se comum a crença em um único modelo de civilização e progresso. Portanto, era necessário passar por determinados estágios para se chegar ao desenvolvimento. As sociedades poderiam, segundo esse ponto de vista, ser hierarquizadas a partir do seu nível de progresso. Outras duas noções fundamentais nesse contexto foram: o determinismo geográfico e o determinismo racial. Para o primeiro, o nível de desenvolvimento de uma nação era condicionado pelas condições físicas do meio em que a sociedade se organizava. O segundo, por sua vez, ressaltava que a mestiçagem era uma forma de degeneração racial e social e os tipos puros eram melhores. Portanto, o meio e a raça poderiam ser fatores que dificultavam o alcance do progresso e da civilização.

Notou-se um crescimento da curiosidade e da vontade em saber sobre as raças. Esse conhecimento foi usado politicamente, com a proposta de submissão ou a eliminação das raças consideradas inferiores a partir da perspectiva apontada anteriormente. Para enriquecermos um pouco mais nosso debate acerca do aspecto de desigualdade das raças

⁴³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.p.44-47.

iremos, com Todorov, buscar diferenciar aspectos teóricos e práticos. A palavra racismo costuma ter dois significados correntes: o primeiro refere-se a um comportamento, de ódio ou desprezo para com as pessoas de características físicas diferentes das nossas. O segundo, por sua vez, refere-se à ideologia, uma doutrina referente às raças humanas. Não necessariamente eles estão presentes simultaneamente no mesmo indivíduo. Portanto, Todorov utiliza a expressão racismo para o comportamento e racialismo para as formulações teóricas sobre a raça. Enquanto o racismo é uma prática antiga e universal, o racialismo é um movimento de ideias surgido na Europa, cujo período áureo vai do século XVIII ao princípio do XX⁴⁴. Consideramos interessante referenciar essa distinção justamente por estarmos tratando da influência desse movimento no Brasil e no pensamento de Edgard Roquette-Pinto.

Todorov destaca algumas características centrais da “versão clássica” da doutrina racialista, que foi modificada e apropriada em diferentes ocasiões, como ocorreu no Brasil segundo Schwarz⁴⁵. As proposições centrais do movimento racialista são: 1) afirmam a existência de raças; 2) há continuidade entre o aspecto físico e moral – não são apenas grupos de indivíduos com aparência semelhante, mas que também partilham características morais e culturais e as características físicas determinariam as culturais; 3) ação do grupo sobre o indivíduo- o comportamento do indivíduo está, em grande medida, correlacionado com o grupo étnico ao qual pertence; 4) hierarquia universal de valores- não se contenta em afirmar que as raças são diferentes, também crê que umas são superiores às outras, o que implica em uma hierarquia de valores; 5) política baseada no saber- é necessário que haja uma política que consiga harmonizar o mundo com as características diagnosticadas, é nesse momento que o racialismo se une ao racismo, a teoria dá lugar à prática⁴⁶.

Schwarcz ressalta que, no Brasil, o modelo racial combinou aspectos aparentemente contraditórios, de darwinismo social e evolucionismo. Isso porque a evolução social estava completamente imbricada no problema da raça⁴⁷. Como lidar com a evidência de o país ser profundamente mestiço? O aspecto inovador da leitura brasileira sobre as teorias raciais passava pela dificuldade em aceitar o destino profundamente pessimista e desolador ao qual o país estava destinado segundo as teorias europeias. Dessa forma, muitos autores brasileiros

⁴⁴ TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros. A reflexão francesa sobre a diversidade humana.** Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1993. p.107-108.

⁴⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁴⁶ TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros. A reflexão francesa sobre a diversidade humana.** Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1993.p.108-112.

⁴⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.43.

enxergavam a viabilidade de uma nação mestiça. “Incômoda era a situação desses grupos intelectuais, que oscilavam entre a adoção de modelos deterministas e as reflexões sobre suas implicações, entre a verificação de uma “modernidade nacional” e a verificação de que o país era, como tal, inviável”⁴⁸.

A mestiçagem racial era um dos elementos centrais definidores da nacionalidade brasileira. “O problema racial é, portanto, a linguagem pela qual se torna possível apreender as desigualdades observadas, ou mesmo uma certa singularidade nacional”⁴⁹. Apesar da predominância do debate racial, não era possível generalizar e afirmar que para todos os intelectuais brasileiros de finais do século XIX o problema da mestiçagem racial era visto como empecilho à constituição de uma nacionalidade brasileira. Nem todos viam a raça como um problema para a superação do atraso. E mesmo os que a viam como um problema ou um paradoxo tinham posições diferentes, que variavam da hesitação à total negação do valor da população negra e mestiça. Autores como Silvio Romero, Oliveira Vianna e Euclides da Cunha hesitavam quanto à qualidade da contribuição da população negra e mestiça, mas, de acordo com Carvalho, não negavam completamente a viabilidade da formação da nação com elementos mestiços⁵⁰. Admitiam a possibilidade de melhora a partir do branqueamento racial por meio, por exemplo, da vinda de imigrantes. Alguns intelectuais propunham a necessidade de uma política sistemática de imigração com o objetivo de renovar o povo brasileiro, trocar os mestiços por outro grupo de trabalhadores, preferencialmente europeus. Essa política provinha da crença de que o problema do Brasil era seu povo e a melhor, talvez única, solução para o fim do atraso brasileiro era a imigração⁵¹.

Contra essa perspectiva de inviabilidade do Brasil enquanto nação começou a surgir, no final da primeira década do século XX, uma elite branca médica e intelectual que passou a defender que raça não era um fator biológico, era uma categoria social. Como afirma Dávila, as elites tentaram escapar da armadilha determinista que prendia o Brasil ao atraso perpétuo pela maioria de sua população não ser branca⁵². Em contrapartida, adotaram a perspectiva de

⁴⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças— cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.p. 240.

⁴⁹ Ibidem. p. 239.

⁵⁰ CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados: escritos de História e Política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 233-267.

⁵¹ SOUZA, Vanderlei Sebastião. “As leis da eugenia” na antropologia de Edgard Roquette-Pinto. In: DE SÁ, Dominichi Miranda; Lima, Nísia Trindade (Org.). **Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

⁵² DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil 1917-1945**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. p. 22-26.

que degeneração é uma condição adquirida. A negritude ou a brancura não estariam apenas na cor da pele, estariam também e, principalmente, nas condições sociais: de saúde, higiene, educação e moradia, por exemplo. A negritude ainda conservava toda a conotação negativa, mas seria possível escapar à categoria social da negritude por meio da melhoria da saúde, educação, cultura ou classe social. Os brancos também podiam se degenerar caso expostos à pobreza⁵³. Gilberto Freyre endossa Roquette-Pinto em sua defesa de que as deficiências dos mestiços brasileiros se relacionam não às raças, mas às condições do ambiente. Nessa perspectiva, como afirma Dávila, a escola tem um papel fundamental: embranquecer a população, não no aspecto físico, mas cultural. Esses intelectuais não perdem a perspectiva negativa da mestiçagem e da negritude, mas a transferem para a perspectiva cultural e não biológica. É mister frisar que esses intelectuais não defendem uma igualdade radical entre brancos, mestiços e negros. A diferença continua existindo, mas no plano cultural. Era necessária uma nova forma de criar a brancura.

Essa forma de compreender o problema brasileiro se mostrou bastante atrativa para a elite brasileira porque, além de trabalhar com um diagnóstico, propunha remédios e soluções para a resolução do problema do fraco desenvolvimento do Brasil. A partir da constatação feita pelo médico Miguel Pereira em 1916, de que o Brasil era um vasto hospital dadas as péssimas condições de vida e a ampla quantidade e variedade de doenças às quais os brasileiros, especialmente do interior, estavam expostos, esses intelectuais propunham que a escola, a higiene e a saúde eram remédios que tinham alto potencial curativo e capacidade de transformar o brasileiro pobre e degenerado em capaz e produtivo, independentemente do tipo racial. A cura passaria justamente pela prática da eugenia: “A eugenia foi uma tentativa científica de “aperfeiçoar” a população humana por meio do aprimoramento de traços hereditários- noção popular por toda Europa e América no período entreguerras⁵⁴”. Essa tentativa científica de aperfeiçoamento dos indivíduos só foi pensada e considerada viável a partir do momento em que as elites se convenceram do poder da ciência de estabelecer uma nova ordem ao mundo. Neste momento, Souza cita Nancy Stepan e afirma que: “a eugenia do Brasil deve ser vista como parte de um entusiasmo generalizado pela ciência como “sinal” de modernidade cultural⁵⁵”. E completa, ainda segundo Stepan, que a eugenia brasileira se

⁵³ DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil 1917-1945**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. p.26.

⁵⁴ Ibidem. p.31.

⁵⁵ STEPAN, Nancy apud SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A eugenia no Brasil: ciência e pensamento social no movimento eugenista brasileiro do entre-guerras. In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2005, Londrina. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz**. Londrina: ANPUH, 2005.

confundia, em termos gerais, com as ciências sanitárias e alguns a interpretavam como apenas um ramo da higiene. A eugenia foi vista pela elite brasileira como uma maneira de auxiliar no processo de regenerar a nação e orientar o Brasil a seguir o trilho do progresso⁵⁶. Os eugenistas acreditavam que os “males sociais” se transformavam em verdadeiros “venenos raciais”⁵⁷. É válido fazermos um parêntese sobre o termo eugenia neste momento, apesar de o termos empregado no trabalho como sinônimo ou como algo próximo da higiene e da preocupação desses sanitaristas com a saúde e a prevenção, Souza sublinha que há diferenciações mais específicas e que não há um consenso sobre o termo. Isso ocorria porque havia correntes dentro da eugenia que cada vez mais discordavam dos pressupostos ambientalistas e defendiam que não havia como modificar tudo por meio de cuidados externos. Esses homens acreditavam que havia algo além da higiene, uma espécie de herança que dependia da eugenia⁵⁸. Incluímos esse parêntese a fim de nos aproximarmos da complexidade e diversidade do debate da época. No entanto, em nosso trabalho, não iremos nos aprofundar nessa questão e compreenderemos eugenia em sua vertente “leve”, de acordo com a classificação de Dávila⁵⁹.

Dávila divide a eugenia em dois tipos diferentes: a “pesada” e a “leve”. A eugenia pesada busca remover o acervo reprodutivo de indivíduos considerados indesejados e, para alcançar seu objetivo, lança mão de procedimentos controversos como a esterilização e o genocídio, a Alemanha nazista, a Grã Bretanha e os Estados Unidos fizeram uso dessas práticas. Já a eugenia “leve” preconiza que os cuidados pré e neonatal, com a saúde e a higiene públicas, além de uma preocupação com a psicologia, com a cultura geral e com a forma física possibilitam o desenvolvimento de indivíduos mais saudáveis⁶⁰. Para os defensores dessa vertente moderada, a população poderia ser melhorada geneticamente pelo reforço da saúde, higiene e educação. No Brasil predominou a eugenia “leve”, que era “defendida por uma confederação de médicos, cientistas e cientistas sociais unidos por seu desejo de ver o país sair da beira da degeneração provocada pela mistura de raças e culturas, e pela pobreza e costumes primitivos e insalubres⁶¹”.

⁵⁶ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A eugenia no Brasil: ciência e pensamento social no movimento eugenista brasileiro do entre-guerras. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005 p.2.**

⁵⁷ Ibidem. p.3.

⁵⁸ Ibidem. p.5.

⁵⁹ DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil 1917-1945**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. p. 30-31.

⁶⁰ Ibidem. p. 30-31.

⁶¹ Ibidem. p. 54.

Essa eugenia brasileira buscava a eliminação dos venenos, não das pessoas. E, a principal maneira de eliminar esses venenos era por meio da educação. A disseminação da escola primária e dos conhecimentos básicos adquire uma importância crucial para esses intelectuais brasileiros, transformar os homens e mulheres mestiços e doentes em “brancos” e saudáveis. A brancura aqui não se refere à cor da pele, mas ao comportamento e à posse de conhecimentos. Dávila sublinha que “os eugenistas brasileiros diferiam dos de outros países no grau em que levavam a eugenia para fora do laboratório e para dentro das políticas públicas⁶²”. Concordamos com Dávila quando ele afirma que o papel público peculiar que a eugenia tem no Brasil está em duas questões principais: 1) no fato de colaborar com as autoridades científicas, médicas e científico-sociais para explicar as ideias de inferioridade racial e definir estratégias para lidar com ela; 2) pelo fato de que os eugenistas defendem soluções científicas para problemas sociais, como se a ciência transcendesse a política. As políticas formuladas em linguagem eugênica despolitizavam o debate a respeito das normas raciais e, além disso, o prestígio da ciência fazia com que os programas eugênicos tivessem mais sucesso na captação de recursos em relação a outros projetos que não teriam esse aval da ciência⁶³.

Essa elite intelectual brasileira tinha como foco a formação de uma raça tipicamente brasileira e, por isso, lançavam mão dessas práticas eugênicas preventivas que eles acreditavam aprimorar a raça brasileira, física e culturalmente. “Embora a ideia de uma raça brasileira possa não ter significado muito para a população, os programas que a raça inspirou ligavam as elites e os pobres em um projeto comum que teve repercussões duradouras na definição do pensamento racial no Brasil⁶⁴”. A preocupação da elite com o povo brasileiro, e com a imagem do homem brasileiro, norteia um programa de ações coordenadas a fim de “aprimorar” essa população e embranquecê-la mesmo que “apenas” culturalmente. É interessante notar e ponderar sobre a permanência da conotação negativa da negritude e da mestiçagem e a manutenção de uma hierarquia social no Brasil.

Novamente concordamos com Dávila quando ele afirma que essas políticas eugenistas no Brasil também tiveram um caráter de manutenção das hierarquias e do preconceito racial. Quando esse grupo de intelectuais ia de encontro à herança europeia do determinismo racial, eles não acabavam com o racismo e igualavam racialmente a população brasileira. Revestidos

⁶² DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil 1917-1945**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. p.55.

⁶³ Ibidem. p.55.

⁶⁴ Ibidem. p.56.

de um discurso científico, médico e curativo, eles afirmam “apenas” que há solução para o Brasil mestiço e que a raça não deve ser delimitada exclusivamente pela cor da pele, mas pelos aspectos culturais. No entanto, é a cultura branca que eles possuem como elemento norteador, é a civilização de características europeias.

“Como essas políticas estavam imbuídas de lógica médica e científico-social, elas não pareciam, superficialmente, prejudicar nenhum indivíduo ou grupo. Em consequência, essas políticas não só colocavam novos obstáculos no caminho de integração social e racial no Brasil como deixavam apenas pálidos sinais de seus efeitos, limitando a capacidade dos afro-brasileiros de desafiar sua justiça inerente⁶⁵”.

Ainda de acordo com Dávila, Roquette era o principal representante da tese culturalista do antropólogo norte-americano Franz Boas, em que as pessoas deveriam ser avaliadas por seu nível de cultura e não pela suposta existência de raças inferiores ou superiores. Outros intelectuais como Oliveira Vianna e Rocha Vaz acreditavam na plena superioridade ariana e, conseqüentemente, impunham sérias dificuldades ao desenvolvimento do Brasil enquanto nação⁶⁶.

Roquette-Pinto enquanto antropólogo pretendeu traçar um retrato racial da população brasileira. Esforçava-se para conhecer os aspectos físicos, fisiológicos, anatômicos e psicológicos dos diferentes tipos raciais brasileiros. Só seria possível compreender os problemas de formação da nação e buscar melhorar a população a partir dos conhecimentos de antropologia física. Esse retrato racial deveria servir como documento científico para guiar as autoridades a intervir de maneira eficiente na organização nacional⁶⁷. Ainda de acordo com Souza, o grande objetivo de Roquette-Pinto era utilizar sua antropologia física como uma ferramenta de ação política a fim de reiterar sua tese central de que o problema do atraso brasileiro não se relacionava com a formação racial e mestiça do país. Apesar da vigorosa miscigenação que distinguia o país, o Brasil não possuía estudos antropológicos de fôlego sobre os elementos formadores da população. Inclusive, a participação na expedição de Rondon em 1912 colaborou para a reunião de dados antropológicos sobre as populações de indígenas e sertanejos.

⁶⁵ DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil 1917-1945**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. p. 22.

⁶⁶ Ibidem. p. 50.

⁶⁷ SOUZA, Vanderlei Sebastião. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. 2010. RJ: tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), FIOCRUZ, 2010. p. 49-52.

Segundo Souza, para Roquette-Pinto, a população brasileira teria se formado a partir do cruzamento das três raças principais: branca (colonizadores); amarela (indígenas) e negra (africanos escravizados). O conceito de “raça” era fundamental para classificar populações dentro de uma região, mas não como referência para caracterizar as nações e suas identidades, que devem ser determinadas pelos costumes e valores. As pesquisas de Roquette-Pinto sobre os tipos antropológicos brasileiros ganharam mais destaque junto ao governo federal na década de 1920. Souza destaca uma conferência que o antropólogo realizou na Biblioteca Nacional em 1921 na qual colocou que, inicialmente, a nação brasileira não era conhecida pelos homens de ciência, nem pelas autoridades públicas. Mais para frente em seu discurso teria afirmado, ainda de acordo com Souza, que há no Brasil um viveiro de nações que se completam. Mas, só seria possível compreendê-las a partir de sua pesquisa antropológica. Os resultados preliminares de suas pesquisas sobre os tipos antropológicos do Brasil seriam apresentados em 1922. Ele coletou dados de cerca de 600 mulheres e 1127 homens de várias partes do país⁶⁸.

O resultado completo da pesquisa saiu nos Arquivos do Museu Nacional com o título *Notas sobre os typos antropológicos do Brasil* em 1928. Nessa pesquisa, Roquette-Pinto conclui que os quatro principais tipos raciais brasileiros eram: leucodermos (brancos); melanodermos (negros); faiodermos (brancos + negros) e xantodermos (brancos + índios)⁶⁹. Para Souza, a nomenclatura racial de Roquette-Pinto foi saudada por seus contemporâneos por imprimir um caráter mais científico. Essa cientificidade era nova para os brasileiros. Alguns intelectuais da época como Oliveira Vianna, questionaram o caráter “inovador” dessa classificação, por defenderem que as denominações em grego utilizadas por Roquette-Pinto apenas revestiam as velhas categorias raciais de um colorido científico.

Já em 1929, esse texto foi apresentado no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. Ainda de acordo com Souza, foi um trabalho bastante esperado por ele já ter adquirido prestígio com outras publicações como *Rondônia* (1917) e *Seixos Rolados* (1928)⁷⁰. Outras atividades também conferiram e reforçaram seu prestígio: fundação e direção da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e a direção do Museu Nacional.

⁶⁸ SOUZA, Vanderlei Sebastião. “As leis da eugenia” na antropologia de Edgard Roquette-Pinto. In: DE SÁ, Dominichi Miranda; Lima, Nísia Trindade (Org.). **Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008. p.213-244.

⁶⁹ BOJUNGA, Claudio. **Roquette-Pinto - o corpo a corpo com o Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2017. p. 164.

⁷⁰ SOUZA, Vanderlei Sebastião. “As leis da eugenia” na antropologia de Edgard Roquette-Pinto. In: DE SÁ, Dominichi Miranda; Lima, Nísia Trindade (Org.). **Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.p.213-244.

Ao longo da década de 1920 seu nome estava envolvido em diversas atividades públicas, mas os estudos antropológicos não só continuaram como também foi por meio deles que o antropólogo encontrou caminho para expressar sua militância intelectual e nacionalismo. Isso porque a antropologia física era tanto um meio de conhecer a realidade brasileira quanto uma estratégia política que refutava os prognósticos negativos sobre o país. Para se chegar a um conhecimento objetivo das características raciais, a antropologia deveria estudar minuciosamente os indivíduos, detalhes do corpo humano.

De acordo com Giralda Seyferth em seu artigo *Roquette-Pinto e o debate sobre raça e imigração no Brasil*, para Edgard Roquette-Pinto, o principal problema brasileiro não é racial nem demográfico, mas de organização nacional⁷¹. A educação e a higiene são apontadas como maneiras de atingir o progresso e tornar os trabalhadores brasileiros, mestiços, mais eficientes. A partir desse raciocínio, nosso autor não se opõe à imigração, mas não a considera fundamental para o desenvolvimento da nação. Não há falta de “braços” para trabalhar, os trabalhadores mestiços não são intrinsecamente piores do que os imigrantes europeus, por exemplo. A eficiência dos brasileiros poderia ser a mesma dos outros, desde que tivessem acesso às condições básicas de saúde e higiene e que também pudessem ter educação.

Seyferth destaca, em seu artigo, as duras críticas que Roquette-Pinto fazia à política de povoamento que predominou na história brasileira. Essa política teria trucidado os índios, importado africanos como escravos e depois libertando-os sem nenhuma preparação para a liberdade. Essa política também abandonou à própria sorte os elementos nacionais nos sertões e nas periferias dos centros urbanos e mandou trazer de fora gente branca a um alto custo⁷².

A visão de Roquette-Pinto acerca da questão racial é central para a compreensão de seu pensamento no que se refere à viabilidade da nação brasileira e dos elementos que elenca para torná-la viável. A discussão acerca do problema racial também é chave para compreendermos o debate de sua época, visto que Roquette-Pinto foi um dos primeiros a questionar o determinismo racial e a buscar comprovar sua falsidade.

⁷¹ SEYFERTH, Giralda. Roquette-Pinto e o debate sobre raça e imigração no Brasil. In: DE SÁ, Dominichi Miranda; Lima, Nísia Trindade (Org.). **Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

⁷² Ibidem. p.162.

1.4 A nova República “Velha”

O período da Primeira República tem ganhado crescente destaque e relevância na produção historiográfica brasileira. Segundo Ângela Maria de Castro Gomes, esse período há muito tempo conhecido e consagrado na historiografia brasileira como “República Velha” tem começado a ser estudado pelos historiadores por outra perspectiva. A autora destaca que o termo “República Velha” foi imaginado e propagado pelos ideólogos autoritários das décadas de 1920 a 1940 e reforçado pelos interessados na legitimação do regime de Getúlio Vargas. Esse termo, apesar de naturalizado e amplamente utilizado e reproduzido, expressa um ato de poder dos defensores do projeto autoritário que contrapôs essa “República Velha”- de diretrizes liberais e poder descentralizado ao “Estado Novo”- criado em 1937 a partir de um golpe do presidente à época, Getúlio Vargas, e com características marcadamente centralizadoras e autoritárias. Ao nos alertar para o sentido dessa nomenclatura, Gomes propõe uma revisão e uma retomada desse período a fim de buscarmos compreendê-lo como um dos momentos mais ricos para o debate de ideias no Brasil. Para a autora, esses primeiros anos da República são cruciais por suscitarem a seguinte questão: qual o problema do atraso brasileiro e como superá-lo? Por que o país não consegue desenvolver-se como outros países europeus ou até mesmo americanos? O que fazer para alterar esse diagnóstico?⁷³

Nosso trabalho parte da perspectiva crítica de Gomes sobre a Primeira República, ao enxergamos este período como de intensa busca pela modernidade e de disputa entre diferentes projetos de modernização e superação do atraso brasileiro. Este momento é estratégico para o desenvolvimento de reflexões que tinham o aval da ciência e buscavam construir um Brasil civilizado a partir da perspectiva europeia de civilização. Há para a autora um protagonismo dos intelectuais nas primeiras décadas do século XX, que assumem a missão de modernizar uma sociedade recém-saída da escravidão e da monarquia, grandes responsáveis pelo atraso em que o país se encontrava. Edgard Roquette-Pinto se insere nesse grupo de intelectuais que defendem que a degeneração não está no povo brasileiro em si, mas em aspectos externos, como falta de higiene e educação. Como afirmamos na seção anterior, ele desenvolve projetos para a modernização e construção da nação brasileira a partir de reflexões científicas sobre um dos temas centrais do período: a mestiçagem e a inferioridade das populações mestiças e não brancas. Ele parte do princípio de que é possível modernizar e

⁷³ HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. (Org.). **Ciência, Civilização e República nos Trópicos**. Ied. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2010. p. 11-29.

desenvolver uma nação mestiça a partir de forte investimento em políticas eugênicas, educacionais, higiênicas e de saúde.

A discussão da Primeira República adquire relevância em nossa pesquisa por ter sido o período em que o pensamento de nosso autor foi gestado. A partir das questões, debates, movimentos, anseios e problemas que existiram nos primeiros anos da república brasileira. Roquette-Pinto estava inserido nesta discussão sobre a necessidade de modernização e superação do atraso brasileiro. Utilizou da antropologia para propor uma alternativa de progresso para o Brasil e se relacionou com intelectuais de outras áreas das ciências que também pensavam suas disciplinas a partir das contribuições que poderiam dar à tarefa de desenvolver o Brasil. Essas políticas de formação do povo brasileiro a partir das conclusões “científicas” da eugenia e da ação social, por meio da construção de escolas e adesão de políticas de higiene e nutrição das crianças, se iniciaram com mais força por volta da segunda metade da década de 1910 com a publicação do relatório da expedição de Arthur Neiva e Belisário Penna ao interior do Brasil. Mas, tiveram seu momento áureo na década de 1930, quando o governo de Getúlio Vargas encampou e estimulou boa parte dessas políticas que buscavam transformar o Brasil em nação e os brasileiros em povo, na acepção de coletividade⁷⁴.

A partir de Gomes é pertinente observar que no Brasil da transição do século XIX para o XX o campo intelectual e o político permaneceram bastante imbricados⁷⁵. Os intelectuais, intérpretes da realidade brasileira, possuem grande valor político. Por exemplo, as afirmações teóricas de Roquette-Pinto sobre a raça e a mestiçagem no Brasil não se encerravam em uma discussão que se limitava aos cientistas e suas instituições. Mas eram também políticas, pois influenciavam diretamente nos rumos não só dos debates, mas também das ações que seriam tomadas perante a sociedade. Além disso, os debates se expandiam para os jornais e outros meios mais populares como os rádios e o cinema.

O interesse em discutir como a educação e a divulgação da ciência trabalhavam para promover uma ideia de viabilidade da nação brasileira nas duas primeiras décadas do século XX no Brasil se justifica pela força que a questão nacional tinha à época, como já sublinhamos anteriormente. Como destaca Tânia Regina de Luca em seu livro *A revista do*

⁷⁴ DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil 1917-1945**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. p.33-35.

⁷⁵ HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. (Org.). **Ciência, Civilização e República nos Trópicos**. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2010. p. 11-29.

Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação, os intelectuais brasileiros de início do século XX refletiram obstinadamente o Brasil a fim de abarcar sua especificidade. Sublinhavam os problemas, propunham soluções e defendiam diferentes sonhos e projetos de futuro. Esse, para a autora, é um movimento comum de momentos de crise, transformação ou ruptura, e se torna quase uma compulsão⁷⁶. A busca dos elementos fundadores e de originalidade da nação, a construção de uma identidade capaz de diferenciá-la no confronto com o outro e o esforço para compreender sua atuação no contexto mundial parecem ganhar um novo sentido em momentos de “crise”. Lilia Moritz Schwarcz sublinha que o período de transição do século XIX para o XX foi de bastante ebulição social, política e intelectual e a Guerra do Paraguai acelerou as contradições do sistema. Somada à Guerra do Paraguai, o fim da escravidão, a preocupação com a questão da mão de obra, o fim do Império e a transição para a República marcaram a passagem do século XIX para o XX e colaboraram para esse momento de ebulição social⁷⁷. Gomes ressalta que os intelectuais da Primeira República assumem de modo obstinado o desafio de modernizar essa sociedade, fruto dessas profundas mudanças de fins do século XIX⁷⁸.

Pécaut⁷⁹, Hochman&Lima⁸⁰ e Oliveira⁸¹ destacam como característica predominante entre intelectuais das primeiras décadas do século XX a desilusão com a República e os rumos que ela havia tomado. Esse novo regime não apenas não correspondia aos sonhos desses intelectuais, como também os afastou das funções públicas e cargos oficiais. Apesar de terem se mobilizado em prol da República, não se sentiram contemplados com a organização republicana que estava se formando. Não havia, segundo esses intelectuais, espaço para a atuação deles nesse novo regime. A vida republicana passou a ser “dominada” pelas oligarquias cafeeiras e seus interesses. Como ressalta Lúcia Lippi de Oliveira, os primeiros anos do século XX também representaram para a capital do Brasil, Rio de Janeiro, um período de modernização e intensa influência francesa. A reforma do prefeito Pereira Passos pretendia tornar o Rio de Janeiro uma cidade cosmopolita em moldes semelhantes a Paris. Estas

⁷⁶ LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

⁷⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.p.24-28.

⁷⁸ HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. (Org.). *Ciência, Civilização e República nos Trópicos*. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2010.

⁷⁹ PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

⁸⁰ HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade. Condenado pela raça absolvido pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. FIOCRUZ/CCBB, 1996.

⁸¹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

transformações urbanísticas, de acordo com Oliveira também influenciaram as manifestações artísticas do período, conhecido como *Belle Époque*. É válido destacar o espírito cosmopolita da época e a preocupação que o movimento tinha em reproduzir as tendências e gostos europeus.

Nesse contexto de forte influência europeia, Pécaut⁸², Oliveira⁸³, Souza⁸⁴; Hochman e Lima⁸⁵ e Nagle⁸⁶ destacam que a Primeira Guerra exerceu papel importante para a re colocação do problema da brasilidade na ordem do dia. Ao retornar como tema central, ainda de acordo com Oliveira, o nacionalismo adquire uma função militante, diferente do nacionalismo ufanista e romântico de fins do século XIX. Este novo nacionalismo recoloca a questão da identidade nacional no sentido de buscar o rompimento com a herança europeia, em especial no que se refere às teses racialistas, que ainda exerciam forte influência no debate intelectual da época. Neste contexto da Guerra, a bibliografia consultada reitera que para boa parte dos intelectuais era necessário abandonar a ideia de empréstimo e aproximação com a cultura europeia, para, em contrapartida, buscar o “Brasil real”, o cerne de sua nacionalidade e originalidade. Surgiram, ainda em meados e fim da década de 1910, movimentos que hasteavam a bandeira nacionalista, como, por exemplo, a Academia Brasileira de Ciências (1916), a Liga Pró Saneamento do Brasil (1918), a Sociedade Eugênica de São Paulo (1918). Souza⁸⁷ destaca também a relevância da Revista do Brasil, dirigida por Julio de Mesquita e Monteiro Lobato, enquanto expressão dessa plataforma nacionalista⁸⁸.

Nagle, por sua vez, coloca que as primeiras manifestações nacionalistas apareceram mais sistematicamente e de maneira mais influenciadora no campo da educação escolar a partir dos livros didáticos de conteúdo moral e cívico. A formação de ligas também foi prática comum, como a Liga de Defesa Nacional, motivada por Olavo Bilac e muito preocupada com a valorização do serviço militar e a Liga Nacionalista, empenhada na defesa do voto e,

⁸² PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

⁸³ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

⁸⁴ SOUZA, Vanderlei Sebastião. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. 2010. RJ: tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), FIOCRUZ, 2010.

⁸⁵ LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúde, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. **Ciência e Saúde Coletiva**, 5, 2000. p.313-332, 2000.

⁸⁶ NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

⁸⁷ SOUZA, Vanderlei Sebastião. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. 2010. RJ: tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), FIOCRUZ, 2010. p.145.

⁸⁸ Importante discussão sobre a primeira fase da revista e sua importância para esses movimentos dos primeiros anos da República foi realizada por Tânia Regina de Luca em seu livro: LUCA, Tânia Regina de. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

consequentemente, na necessidade de expandir a educação primária. Era uma ampla gama de movimentos nacionalistas de diferentes lugares e espectros da sociedade.

“O nacionalismo, no período, não foi fenômeno adstrito a determinados grupos ou associações. De um modo geral, não se tratava apenas de uma atitude contra valores, instituições e grupos estrangeiros, mas de uma tentativa de afirmação das peculiaridades e interesses derivado de um conhecimento mais amplo da própria realidade nacional⁸⁹”.

Apesar de um movimento em prol da (re) descoberta do Brasil, Souza nos recorda que boa parte da comunidade intelectual de início do século XX ainda acreditava que o país não poderia ser visto enquanto nação. Tanto pela ausência do sentimento de nacionalidade quanto pela clara heterogeneidade racial da população. A discussão sobre os impactos de uma população majoritariamente mestiça ainda era presente, ainda que nos primeiros anos do século XX tenha havido uma profusão de obras que buscassem redefinir interpretações sobre a realidade do país a partir de um nacionalismo revigorado, com tendências a visões um pouco menos deterministas e condenatórias sobre as causas do atraso brasileiro⁹⁰.

Carvalho nos dá uma ideia geral da discussão que se passava no início da república, o cientificismo juntamente com o determinismo geográfico e racial impediam ou, pelo menos, dificultavam a crença de que o Brasil, tropical e mestiço, fosse um competidor sério na corrida da civilização. A partir desse panorama geral é possível esboçar as diferentes visões e proposições sobre o Brasil. Para alguns, a degeneração era inevitável, para outros ela poderia ser evitada pela imigração de elementos brancos e, ainda para outro grupo, o problema do atraso brasileiro não estava na miscigenação racial em si, mas nas condições de vida a que os mestiços brasileiros estavam submetidos e na falta de organização do território. O objetivo, tirar o Brasil do atraso, era praticamente unanimidade. A diversidade foi encontrada nos mecanismos utilizados para alcançar este fim. Alguns defenderam a imigração, predominantemente de elementos brancos; outros aderiram a campanhas civilizatórias, como a de Canudos ou o Movimento Sanitarista. Houve ainda os que se filiaram ao movimento modernista e outros que se vincularam aos movimentos de reforma educacional baseados em ideias norte-americanas: a Escola Nova. Também devemos sublinhar aqueles que se vincularam a mais de um movimento. O que todos tinham em comum era a crença na

⁸⁹ NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 64-80.

⁹⁰ SOUZA, Vanderlei Sebastião. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. 2010.382f. RJ: tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), FIOCRUZ, 2010.

necessidade de tirar o país do atraso em que ele se encontrava e, de fato, formar uma nação brasileira⁹¹.

Nagle complementa o panorama de Carvalho quando sublinha os principais movimentos político-sociais e correntes de ideias que se desenvolveram ao longo da Primeira República. Mesmo com restrita difusão e repercussão, o socialismo e o anarquismo se desenvolveram nas primeiras décadas do século XX no Brasil, especialmente entre os imigrantes europeus. O nacionalismo, como sublinhamos anteriormente, teve uma adesão muito ampla e significativa e norteou a maior parte dos movimentos políticos e sociais desse período, acreditava-se na necessidade de viabilizar a formação do Brasil. Por isso, o nacionalismo integrou praticamente todos os demais movimentos e grupos destacados. O catolicismo, como forte divulgador da ideologia da ordem, também teve espaço relevante entre as ideias e instituições. Além desses, Nagle ressalta o tenentismo como um dos movimentos de destaque durante a década de 1930. A importância dos tenentes se relaciona diretamente com o descrédito e a desorganização com a qual os brasileiros em geral e o exército, em particular, via os políticos republicanos. Será que às forças armadas cabe apenas a obediência aos poderes constituídos? Se o próprio governo não os respeita, será que o exército deve fazê-lo independentemente? A partir desse movimento nasce a doutrina do cidadão-soldado. Outros dois movimentos destacados por Nagle foram o modernismo, grupo de vanguarda cultural; e o integralismo, ligado a influências autoritárias e fascistas.

Cabe perguntar, como os contemporâneos de Roquette-Pinto lidavam com essa questão da nação no Brasil. Será que consideravam o Brasil como uma nação? Para Gilberto Hochman e Nísia Trindade Lima o debate sobre identidade nacional ocupou um espaço privilegiado no Brasil da Primeira República e, era corrente afirmar que o país não constituía uma nação. Era, no máximo, uma reunião de províncias pouco integradas que haviam sido transformadas em estados e agrupadas pela constituição republicana de 1891. Essa constatação se tornou cada vez mais comum com as diversas expedições científicas feitas com o objetivo de “desbravar” o interior, de povoar os sertões e integrar sua população à nacionalidade⁹². A viagem de Penna e Neiva ao interior foi organizada pelo Instituto Oswaldo Cruz e financiada pela inspetoria de obras contra as secas. Durante os nove meses, os

⁹¹ CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados: escritos de História e Política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 248-257.

⁹² HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade. Condenado pela raça absolvido pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça, ciência e sociedade**. FIOCRUZ/CCBB, 1996.

cientistas passaram pela Bahia, por Goiás, pelo Piauí e por Pernambuco. Ali foram coletadas informações acerca das condições sociais, econômicas e étnicas das populações que viviam longe do litoral, local correntemente denominado por “sertão”.

A partir da viagem ao interior, Belisário Penna e Arthur Neiva afirmam em seu relatório que diagnosticaram o abandono, o tradicionalismo e a ausência de qualquer sentimento de identidade nacional nesses sertanejos. “Raro o indivíduo que sabe o que é o Brasil. Piauí é uma terra, Ceará outra terra. Pernambuco outra (...) A única bandeira que conhecem é a do divino”⁹³. Esses homens do interior se veem abandonados e sem assistência alguma, não têm: escolas, estradas, polícia, cuidados médicos ou higiênicos. Esses homens do sertão, sertanejos, só têm contato com o Estado no momento da cobrança de impostos, ou seja, em seus aspectos coercitivos.

Uma das principais tendências desse período, e com a qual Roquette-Pinto também comungava, compreendia a doença como problema crucial para a construção da nacionalidade, como sublinhamos na seção anterior. Como ressalta Hochman e Lima, o sanitarismo sintonizava-se com as demais correntes nacionalistas brasileiras. O movimento sanitarista agrega importantes setores da elite intelectual, que depois formarão a Liga Pró-Saneamento (1918), que encampará a bandeira da criação do Ministério da Saúde. Esse movimento assinala a necessidade de integrar o homem do interior ao país. A doença era um grande obstáculo para a nação brasileira pois as populações do interior sofriam com inúmeras enfermidades. Esses autores destacam quatro eventos basilares e fundadores desse movimento: 1) impacto do relatório da expedição do Instituto Oswaldo Cruz de Belisário Penna e Arthur Neiva; 2) enorme repercussão do discurso do médico Miguel Pereira em que afirmava que o Brasil era um vasto hospital; 3) repercussão dos artigos de Penna sobre saúde e saneamento que saíram no Correio da Manhã entre os anos de 1916 e 1917; 4) a própria atuação da Liga Pró-Saneamento, entre 1918 e 1920. Além da denúncia contra o abandono em que vivia a população sertaneja, o movimento concentrou esforços na rejeição do determinismo racial e climático⁹⁴. Os males do Brasil se relacionavam à doença, não à raça ou ao clima e, portanto, poderiam ser tratados e curados.

⁹³ PENNA&NEIVA apud HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade. Condenado pela raça absolvido pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça, ciência e sociedade**. FIOCRUZ/CCBB, 1996. p.30.

⁹⁴ HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. **Ciência e Saúde Coletiva**, 5, 2000. p. 313-332, 2000.

Ainda a partir de Hochman e Lima, esses relatórios foram essenciais para o diagnóstico e a redescoberta do Brasil, que mobilizou intelectuais e políticos e motivou a campanha em prol do saneamento. Era imprescindível nesse relatório a centralidade do argumento de que os sertanejos eram abandonados e esquecidos. E, mesmo vitimado por doenças, ainda se mostravam fortes em algumas regiões. Como ressalta Souza, eles possibilitaram um retrato do país, onde era perceptível a divisão entre litoral e sertão. A população litorânea, que vivia nas principais cidades do país, desconhecia a realidade do interior, abandonado pelas autoridades públicas. E, a partir, dessas viagens científicas, a antiga visão ufanista acerca dos sertões do país cede lugar a uma perspectiva mais realista. Deixa de ser o local da imensurável riqueza, como era vista desde os românticos no século XIX, a partir de um olhar com pouco ou nenhum conhecimento prático e realista. Passa, portanto, a ser um local de miséria e desgraça. Torna-se uma obrigação, para esses homens que partem para o interior, denunciar o abandono e a miséria deste sertanejo. Esse relatório corrobora e reitera o pensamento de Edgard Roquette-Pinto de negação do determinismo racial e climático. A partir de Souza, esse documento oferece elementos para reforçar e estruturar a corrente que defende que o problema da população sertaneja não era inerente à cor ou à raça, mas à doença e à ausência de condições mínimas de vida e higiene⁹⁵.

Essas descrições acabam por adquirir um significado político crucial quando analisadas dentro do contexto político da Primeira República. Ainda a partir de Souza, a primeira República possuía um modelo de organização descentralizado, com forte presença das oligarquias regionais e dos ditos coronéis, que exerciam função privilegiada na política nacional. Circula, portanto, um discurso entre os diversos setores da sociedade em que esse modelo descentralizado de atuação política teria reforçado a falta de atuação do Estado com a população rural e pobre. Essas expedições para os sertões reiteram as denúncias contra o sistema político. As elites políticas pouco ou nada intervinham nos longínquos e remotos sertões. Essas endemias rurais seriam resultado da atuação ou justamente da falta de ação do Estado, que mantinha um sistema de saúde ineficiente ou praticamente inexistente⁹⁶.

⁹⁵ SOUZA, Vanderlei Sebastião. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. 2010. RJ: tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), FIOCRUZ, 2010. p. 137-138.

⁹⁶ *Ibidem*. p. 139.

Hochman e Lima também colaboram com esse debate, afirmam que a grande transformação feita pelo movimento sanitarista foi a responsabilização do governo⁹⁷. Reforçamos que para esse grupo a responsabilidade pelo atraso brasileiro é do governo e da doença, não da raça ou da natureza. Era necessário, portanto, transformar esses habitantes do “sertão” do Brasil em efetivos brasileiros. Trabalhamos com a expressão sertão aqui como uma categoria mais social e política do que geográfica, a periferia de uma grande cidade poderia ser considerada nessa perspectiva. As alternativas propostas por esse grupo passavam pelas políticas de saúde e educação para integrar os sertões ao litoral. O país, visto por muitos como condenado pela raça, poderia se libertar da condenação e desenvolver-se a partir dos recursos mobilizados pelo saneamento.

O grande símbolo desse movimento é o personagem “Jeca Tatu” de Monteiro Lobato. A história desse personagem representa de maneira exemplar a influência do movimento sanitarista no meio intelectual da época. Inicialmente, “Jeca Tatu era pobre, ignorante, sujo e mestiço⁹⁸”. Mas, por volta de 1918, ano da fundação da Liga Pró-Saneamento, Monteiro Lobato muda sua opinião sobre “Jeca Tatu”. Ele não é preguiçoso e indolente por pertencer a “um tipo degenerado” ou a “uma raça degenerada”. O problema de seu personagem, que representava o homem do sertão brasileiro, era a falta de alimentação; as doenças, especialmente a ancilostomose; e a falta de saneamento⁹⁹. O Jeca Tatu, que representa o sertanejo, não é inerentemente inferior ou ruim, mas está improdutivo e indolente devido às condições em que vive. E, desta maneira, a responsabilidade por esse comportamento dos “Jecas” do Brasil é da República Oligárquica, que não soube integrar esses homens ao país.

Monteiro Lobato escreve *A Ressurreição do Jeca* uma parábola dirigida às crianças que conta a regeneração do “Jeca Tatu”. O Jeca se regenera, prospera e passa a ser um fazendeiro competitivo a partir do momento em que passa a acreditar na ciência médica e coloca sua cartilha em prática. O personagem se torna, além de rico, um educador sanitário, que transmitia a seus empregados o que aprendera.

A visão desses intelectuais sobre o sertão não é idealizada como a dos nacionalistas românticos e ufanistas. O sertanejo era, ao mesmo tempo, forte e rude. Era rude por sua carência de civilização. Ainda de acordo com esses autores, a ruptura com essa visão do

⁹⁷ HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. *Ciência e Saúde Coletiva*, 5, 2000. p. 313-332, 2000.

⁹⁸ STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.p.167.

⁹⁹ Ibidem. p.167.

campo enquanto um local idílico e exuberante ocorre com a obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha (1902). Compreendemos, juntamente com Souza¹⁰⁰ e Hochman e Lima¹⁰¹, que a obra de Euclides é basilar para a compreensão desse movimento em direção ao interior e à formação do pensamento de Edgard Roquette-Pinto.

A obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha foi uma das referências basilares para a formação do pensamento de Roquette-Pinto. Euclides foi decisivo nas interpretações que Roquette produziria mais tarde acerca do “caráter racial” brasileiro. A partir da leitura dessa obra, quando ainda era estudante de medicina, ele é instigado a conhecer e estudar as populações do interior do país. Como destaca Souza, Roquette-Pinto reconhece que *Os Sertões* é uma obra de arte, mas reforça seu caráter científico, preocupado com a descrição da realidade social¹⁰². Mostra objetivamente a ligação das ciências naturais com as sociais. Durante a expedição para o interior com a Comissão Rondon, Roquette-Pinto teria levado consigo uma cópia de *Os Sertões*, que considerava obra sem igual de etnografia sertaneja.

Com Ricardo Ventura Santos é interessante notar alguns pontos de aproximação e distanciamento entre *Os Sertões* (1902) e *Rondônia* (1917). Como pontos de convergência, podemos ressaltar que ambos retratam a vivência de seus atores em expedições de interação entre agentes enviados pela civilização e populações tradicionais, seja de índios ou sertanejos. Enquanto para Euclides esse sertanejo seria esmagado pela civilização, para Roquette-Pinto seria absorvido por ela. Essa diferença não é apenas retórica, mas também no modo de compreender uma questão fundamental. Para Euclides, o caráter híbrido do mestiço destaca a fatalidade das leis biológicas. O mestiço do interior ainda estaria em uma situação “favorável” em relação ao do litoral, pois era protegido por uma boa adaptação ao meio primitivo. Dessa maneira, embora considerasse *Os Sertões* como o grande livro do Brasil, considerava equivocada a condenação da miscigenação feita por Euclides. Roquette-Pinto se posicionava contra a ideia central dessa grande obra, de que as “raças fracas” seriam fatalmente esmagadas pelas “raças fortes”. A grande ilusão de Euclides foi considerar inferior gente que era só atrasada e ignorante. Para Roquette-Pinto o sertanejo seria absorvido pela civilização à

¹⁰⁰ SOUZA, Vanderlei Sebastião. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. 2010.382f. RJ: tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), FIOCRUZ, 2010.

¹⁰¹ HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade. Condenado pela raça absolvido pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça, ciência e sociedade**. FIOCRUZ/CCBB, 1996.

¹⁰² SOUZA, Vanderlei Sebastião. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. 2010.382f. RJ: tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), FIOCRUZ, 2010. p. 50-51.

medida que tivesse acesso a melhores condições de vida, higiene, saúde, educação e às facilidades da vida moderna.

A relação ambígua de Roquette-Pinto com a obra de Euclides sintetiza bem sua visão acerca da questão racial do Brasil. É fundamental reiterar que a tendência que elege a saúde e o saneamento como principais problemas do Brasil não é hegemônica. Ela convive com outras interpretações, inclusive, aquelas que ainda defendiam a tese do branqueamento que ainda eram presentes e ganhavam terreno entre intelectuais da época¹⁰³.

Souza defende que a busca de Roquette-Pinto pelo Brasil se baseava na elaboração de um retrato antropológico, empírico e objetivo, sobre as características raciais da população brasileira. Esse retrato se construiria com base nos métodos e concepções científicas advindas das ciências naturais. Concepção cientificista, atrelada ao positivismo. Seus trabalhos são, em grande parte, empíricos, etnográficos, de coleta de dados. Nesse sentido, difere de boa parte de seus contemporâneos que costumavam escrever ensaios e obras de cunho mais literário. Souza ainda destaca que, apesar de pouco conhecido pela historiografia, foi considerado por seus contemporâneos como importante protagonista no debate sobre ideias raciais¹⁰⁴. Gilberto Freyre, no prefácio de sua obra *Casa-Grande & Senzala*, evidencia a influência de Roquette-Pinto e Franz Boas em seu trabalho. A importância de Roquette-Pinto está em afirmar que não eram simplesmente cafuzos ou mulatos, aqueles que Freyre julgava representar o Brasil, mas cafuzos ou mulatos doentes. Teria aprendido com Boas, forte influência na obra de Roquette-Pinto, a diferença entre raça e cultura, discriminar os efeitos de relações puramente genéticas das influências sociais e do meio. Freyre afirma que seu ensaio se fundamenta nessa diferenciação e as relações entre as raças, no Brasil, estavam muito mais ligadas às questões econômicas do que de raça ou religião¹⁰⁵.

É possível inferir que, para Roquette-Pinto, o que havia de mais “tradicional” e representativo do Brasil e de seu povo era o sertanejo, o homem do interior. Esse homem, mestiço, encampava o que havia de mais original em nosso país. Para ele, o fato desse símbolo ser mestiço não consistia em um problema, ele não era intrinsecamente inferior por isso. E, desta forma, nossa nação em construção não estaria fadada ao fracasso. A questão era

¹⁰³ STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

¹⁰⁴ SOUZA, Vanderlei Sebastião. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. 2010. RJ: tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), FIOCRUZ, 2010. p.17.

¹⁰⁵ FREYRE, G. **Casa-grande&senzala**. 51ª Ed. rev.- São Paulo: Global, 2006.p.29-54.

a falta de condições mínimas em que esses homens viviam. O “Jeca Tatu” é um excelente representante desta “geração”: “ele não era assim, mas estava assim”.

Antes de passarmos à próxima seção, é fundamental conhecermos o pensamento de Alberto Torres, um jurista que participou do regime republicano e influenciou intensamente as discussões, diagnósticos e proposições sobre a situação do Brasil. Alberto Torres é figura singular do pensamento social brasileiro¹⁰⁶, viveu entre 1865 e 1917. Torres formou-se em direito e ocupou diversos cargos na vida pública. Foi deputado estadual, federal, presidente do Estado do Rio de Janeiro, ministro da Justiça e Negócios Interiores no governo de Prudente de Moraes e, por fim, ministro do Supremo Tribunal Federal. Apesar de ter participado da formação do regime republicano, inclusive como ministro, se tornou um amargo crítico da república que ajudara a estabelecer e a denunciava como um jogo de teorias rebuscadas sobre um campo de realidades miseráveis. Sua crítica à geração política que proclamou a república foi como “uma ponte no caminho entre a proclamação da República liberal em 1889 e a Revolução Nacionalista de 1930¹⁰⁷”. Serviu como uma espécie de grito congregador para os grupos políticos que assumiram o poder com Getúlio Vargas.

Depois de aposentado e até sua morte, em 1917, Torres construiu sua crítica da cultura brasileira em uma série de artigos no *Jornal do Comércio* propondo curas nacionalistas para os males da nação. Vários desses artigos foram separados para compor suas obras: *A Organização Nacional* e *O problema Nacional Brasileiro*. De acordo com Dávila, Torres concluiu que: “temos sido, assim, um país ao qual tem faltado: organização e educação econômica, capital, crédito, organização do trabalho, política adaptada às condições do meio e à índole da gente: um país desgovernado, em suma¹⁰⁸”. Para Torres, o Brasil era um país extremamente desorganizado e corrupto. Apesar de abertamente abolicionista e contrário aos determinismos raciais, ele chegou a afirmar que a escravidão foi uma das poucas coisas organizadas que o país já possuiu¹⁰⁹.

¹⁰⁶ Trataremos sobre Alberto Torres a partir das considerações de:

BARIANI, Edison. **O Estado demiurgo: Alberto Torres e a construção nacional**. Caderno CRH. Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Centro de Recursos Humanos, v. 20, n. 49, p. 161-167, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/6423>>. Acesso em: 01/08/2017

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres**. Sociologias, Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan/jun 2005, p. 302-323. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n13/23565.pdf>. Acesso em: 01/08/2017.

¹⁰⁷ DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil 1917-1945**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. p. 103-104.

¹⁰⁸ Ibidem. p.104.

¹⁰⁹ Ibidem. p.104.

Em relação às raças, Alberto Torres se afasta de qualquer possibilidade de desigualdade biológica intrínseca entre os seres humanos. Portanto, é contrário à noção de determinismo racial porque as diferenças entre os homens estariam intimamente ligadas às influências do meio e das vivências. O autor afirma que a questão central do país era a falta de organização nacional para a condução dos seus reais problemas. A partir do pensamento de Alberto Torres são criadas novas explicações, não mais sustentadas nos pressupostos raciais. O povo brasileiro não é o mais inferior, apenas ignorante em relação à sua terra. Não havia, para Torres, uma pauta de reformas ou uma ideia revolucionária, mas um projeto de superação da desordem. E esse “plano” deveria ser executado pelo Estado. O Estado que produziria indivíduos habilitados ao convívio e à participação. Ou seja, a sociedade era dependente do Estado, dependia da ação estatal para organizar-se. Segundo Ricardo Luiz de Souza, a democracia para Alberto Torres só poderia ser alcançada pelo autoritarismo, o Estado deveria formar o povo.

De acordo com Dávila: Para Torres, o Brasil carecia de elites que conhecessem o país e fossem capazes de orientá-lo. No fim, o Brasil era uma “terra que ninguém estudou”¹¹⁰. Esse grupo de intelectuais que valorizavam e acreditavam no potencial das políticas de caráter eugênico para formar o povo brasileiro e desenvolver o país se viam como herdeiros e cumpridores do apelo de Torres para conhecê-lo e educá-lo. Eles se viam como a elite imbuída da missão de conduzir e formar o povo brasileiro. A influência de Torres era tão significativa para esses intelectuais brasileiros, que criaram a “Sociedade dos Amigos de Alberto Torres”. Essa sociedade reuniu algumas das principais figuras e lideranças políticas da época para aplicar as ideias de Alberto Torres. Os principais membros foram: Oliveira Vianna; os higienistas Belisário Penna e Saturnino de Brito; Teixeira de Freitas, do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística; Roquette-Pinto; o ministro da agricultura e depois candidato a presidente, Juarez Távora e, por fim, o integralista Plínio Salgado¹¹¹. Ainda de acordo com Dávila, afirmamos que a Sociedade foi criada para divulgar as ideias de Torres e debater sobre a constituição de 1934. A instituição foi especialmente ativa na oposição à imigração europeia e na promoção da eugenia por meio da educação, higiene e saúde.

É possível notar a presença de intelectuais de diferentes espectros políticos na Sociedade de Amigos de Alberto Torres, que refletiu o casamento entre os ideais liberais

¹¹⁰ DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil 1917-1945**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. p.105.

¹¹¹ Ibidem. p.105-106.

progressistas e o autoritarismo reacionário, chegando a aproximar-se do fascismo com o integralista Plínio Salgado. A aproximação de Roquette-Pinto e Alberto Torres está justamente na crença na possibilidade de transformação do Brasil e dos brasileiros em uma nação e um povo, respectivamente, a partir da condução de uma elite intelectual que colocasse a nação e os interesses coletivos acima dos individuais. A autoridade desta elite vinha da ciência e da crença na melhoria da população. Portanto, o problema do povo brasileiro não era uma questão racial e a inferioridade não era uma questão inerente, o brasileiro é um povo passível de regeneração, transformação. E, para que essa transformação se concretizasse era necessário que uma elite intelectual conduzisse um projeto de organização e transformação nacional em bases nacionalistas, corporativistas e autoritárias¹¹².

1.5 Museu Nacional: o lugar de atuação em sua trajetória

Em consonância com a perspectiva de Bourdieu e sem perder de vista nosso interesse primordial, investigar as ações e propostas de Edgard Roquette-Pinto no âmbito da educação, da divulgação científica e da construção de um projeto de nação para o Brasil, é mister compreendermos melhor o Museu Nacional. Como já afirmamos anteriormente, a instituição foi um dos principais lugares de atuação de Edgard Roquette-Pinto. Cabe, portanto, refletirmos que instituição era essa e, mesmo que brevemente, lembrarmos como ela foi criada e as diferentes políticas e medidas que foram tomadas a partir do Museu Nacional. Isso para delinear o seu papel no conjunto de outras instituições científicas semelhantes e sua relação com o Estado.

Entre 1870 e 1930, os museus nacionais, Museu Paraense de História Natural, Museu Nacional do Rio de Janeiro e Museu Paulista, desempenharam importante papel como locais dedicados à pesquisa etnográfica e ao estudo das ciências naturais. Com exceção do Museu Nacional, cuja criação está vinculada à vinda de D. João VI para o Brasil em 1808, os demais foram criados em meados do século XIX. O Museu Paraense foi fundado em 1866, em local de forte presença e interesse dos naturalistas, a Floresta Amazônica, e o Museu Paulista em 1894. A década de 1890 é comumente lembrada como a época áurea dos museus, que coincide com sua valorização a nível internacional. Como nos lembra Schwarcz, até meados do século XIX, a ciência feita no e sobre o Brasil era realizada por viajantes estrangeiros que

¹¹² SOUZA, Ricardo Luiz de. **Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres**. Sociologias, Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan/jun 2005, p. 302-323. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n13/23565.pdf>. Acesso em: 01/08/2017.

vinham ao país exclusivamente para coletar espécimes exóticos de plantas, animais, minerais e também materiais etnográficos¹¹³.

É importante sublinhar que essas três instituições, citadas anteriormente, cumpriram papel relevante no incentivo de pesquisas em ciências naturais e antropologia física no país. Também representaram um ideal de cientificidade, bastante estimado e buscado durante a virada do século XIX para o XX, como sublinhamos acima na seção sobre a antropologia no período de Roquette-Pinto. A discussão sobre o homem brasileiro também era presente nesses museus. Era comum que os antropólogos dos museus compreendessem o país como um imenso arquivo de documentos originais e essenciais para o estudo das “etapas atrasadas” da humanidade. Roquette-Pinto compartilhava dessa concepção, que é perceptível quando, em seu livro *Rondonia*, afirmou ser necessário tirar um “instantâneo” dessas populações “primitivas” que viviam no interior do país, antes que elas desaparecessem. Como vimos em itens anteriores, em nosso país, a evolução social se viu associada ao problema da raça, suas teorias e possíveis implicações. O paradoxo em conviver e acreditar, mesmo que de maneira original e heterodoxa, em teorias que levavam ao próprio descrédito e confirmação da inviabilidade da nação, marcavam essas instituições de saber e os profissionais a ela vinculados.

Ainda de acordo com Schwarcz¹¹⁴ e Duarte¹¹⁵, destacamos que os anos de 1920 foram o momento de refluxo da relevância dos museus em âmbito nacional. Tornam-se menos ambiciosos, perdem sua pretensão enciclopédica inicial. Além disso, na década de 1920 tornam-se evidentes as fragilidades dessas instituições, a falta de verba pública e a menor importância que tinham em detrimento a outros centros de ciência, que se voltavam mais para o desenvolvimento de um saber aplicado. Schwarcz ecoa as palavras de Lacerda, que afirma não haver recursos, formação técnica apropriada e vocação dos jovens. Mas, por sua vez, sobrava avareza por parte dos poderes públicos, que remuneravam mal esses trabalhos¹¹⁶.

Como o foco de nosso trabalho é contribuir com a análise sobre Edgard Roquette-Pinto, daremos mais atenção ao papel do Museu Nacional do Rio de Janeiro, local em que ele atuou por boa parte de sua carreira (1906-1935). Cabe, neste momento, um esforço de

¹¹³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.p.69-70.

¹¹⁴ Ibidem. p. 94.

¹¹⁵ DUARTE, Regina Horta. **A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação científica e práticas políticas no Brasil – 1926-1945**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2010.

¹¹⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.p. 94-95.

compreensão sobre o Museu Nacional, como foi criado, como se desenvolveu e que papéis adquiriu ao longo de sua existência. Ainda recordando Bourdieu, qual o local que a instituição e seus funcionários ocuparam à época de Edgard Roquette-Pinto? Será que o antropólogo propôs e conseguiu efetuar alguma transformação nessa instituição?

Lopes¹¹⁷ e Schwarcz¹¹⁸ afirmam que o Museu Nacional foi criado pelo decreto de D. João em 1808, instalado no prédio em que hoje se situa o Arquivo Nacional. A instituição iniciou com uma modesta coleção doada por D. João VI. Nesse momento, o papel da instituição era, sobretudo, comemorativo, sem qualquer preocupação com a classificação ou análise dos objetos. Foi apenas em meados do século XIX, o referido período de valorização dos museus, época da criação de outras instituições desse modelo no país, que o Museu Nacional passa a adequar-se aos padrões europeus. Essa reorganização ocorre entre as gestões de Ladislau Netto (1874-1893) e Batista de Lacerda (1895-1915)¹¹⁹. “Reinaugurado em meados dos anos de 1870, o Museu Nacional representa um dos exemplos de museu profissionais nacionais que se estruturaram visando reproduzir as deliberações dos centros estrangeiros¹²⁰”. É nesse momento em que o museu contrata novos profissionais, espaço aparelhado para cumprir seu novo fim científico. Vale ressaltar que nessa época foram criados os Arquivos do Museu Nacional, revista trimestral organizada a partir de 1876 com o objetivo de promover o debate sobre as descobertas do museu. Inicialmente havia mais espaço para as ciências físicas e naturais, depois a antropologia vai, progressivamente, conquistando maior destaque e relevância¹²¹.

Sobre o caso específico do Museu Nacional, Schwarcz¹²² e Duarte¹²³ ressaltam que durante os anos de 1920 ele também sofreu com a precarização e a pouca relevância que o governo despendia à instituição. Apesar do reconhecimento da importância da ciência como saber essencial à construção da nação e estratégico por influenciar diversas ações políticas, era visto como pouco valorizado pelas autoridades públicas e até mesmo pela população. Essa

¹¹⁷ LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. Editora Hucitec/ Editora UnB, 2009. p. 42-43.

¹¹⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.p.70.

¹¹⁹ Ibidem. p. 71.

¹²⁰ Ibidem. p.78.

¹²¹ Ibidem. p.71-72.

¹²² Ibidem.p.94.

¹²³ DUARTE, Regina Horta. Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte: a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-34). **História, Ciências e Saúde**, vol.11, n.1, 2004. p.51.

foi uma das motivações dos intelectuais defenderem um Estado forte. A necessidade de um Estado centralizador que valorizasse e investisse em ciência.

Mas, um novo momento de reconhecimento e destaque teria se consolidado a partir de fins da década de 1920 com a atuação de Edgard Roquette-Pinto como diretor. A afirmação das autoras é fundamental para nos auxiliar na compreensão do papel de nosso autor enquanto diretor do Museu e também da forma que o museu adquiriu sob sua direção. Além disso, também é mister refletirmos sobre as propostas e mudanças que realizou. A atuação de Edgard Roquette-Pinto como diretor do Museu Nacional foi marcada por sua perspectiva antropológica, crítica aos determinismos racial e climático e pela tentativa de tornar o museu mais próximo da população, especialmente das escolas. Para o antropólogo, o grande problema da nação não se relacionava com a mestiçagem racial do povo brasileiro, mas com a falta de saúde, educação e higiene. Portanto, como já dito na seção anterior quando discutimos o contexto de formação do pensamento de nosso autor, para ele, o problema não era intrínseco à mestiçagem, mas de organização social. A atuação do antropólogo enquanto diretor é norteadada pela necessidade de educar essas populações.

Valorizando a educação e a aproximação do Museu Nacional com as escolas, Roquette-Pinto estava de acordo com a tendência que predominava no país a partir da década de 1920, de um entusiasmo educacional e um otimismo pedagógico. Esse entusiasmo foi marcado por uma profusão de escolas de ensino primário em boa parte do país, ligadas principalmente aos governos estaduais e às suas respectivas reformas educacionais. Diversos estados realizaram reformas educacionais e passaram a se preocupar com a educação das crianças. Havia a crença de que a falta de alfabetização era um dos principais, senão o principal, problema do Brasil. A população não tinha educação, logo, não votava e, conseqüentemente, legitimava o (des) governo dos coronéis e políticos ligados aos interesses oligárquicos. Além dessa razão de cunho político, houve, nesse período, uma forte influência de novas ideias pedagógicas. Não era simplesmente expandir o número de escolas, mas também adequar e modificar os discursos e práticas dessas instituições. Nesse contexto, as discussões acerca da Escola Nova e sua perspectiva de educação voltada para a observação e a experimentação foram bastante presentes¹²⁴. É, portanto, em meio a esse processo que Roquette-Pinto assume como diretor do Museu Nacional em 1926. E, a forma como ele

¹²⁴ NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.52.

conduz sua direção, se coaduna com as perspectivas e reformas educacionais que aconteciam no país e também no Rio de Janeiro.

A atuação de Roquette-Pinto no Museu Nacional foi bastante longa, durou trinta anos. Inicia-se em 1905 e encerra-se em 1935, neste ínterim, o antropólogo foi diretor da instituição por quase dez anos (1926-1935). Sá e Lima destacam a gestão de Roquette-Pinto no Museu Nacional por sua concepção do museu como um espaço pedagógico, educativo¹²⁵. Teresa Raquel de Carvalho e Maria Renilda Nery Barreto em seu artigo: *A circulação e a divulgação do conhecimento de Edgard Roquette- Pinto* reforçam a posição de Sá e Lima ao afirmarem que o antropólogo lançou mão de diversas estratégias e meios de comunicação em prol da divulgação da ciência: conferências, textos, revistas, filmes, programas de rádio e exposições¹²⁶. Sublinham ainda que, apesar de ter havido certa abertura no Museu Nacional desde 1870 com Ladislau Netto, foi nos anos de 1920, sob a direção de Roquette-Pinto, que o museu passou a atingir um público mais diversificado, em especial de professores e alunos das escolas públicas. Havia a exibição de filmes produzidos pelo próprio antropólogo durante sua viagem exploratória aos sertões do Mato Grosso em 1912. O Museu Nacional, durante o período de atuação de nosso autor não se limitava apenas a falar para um estreito círculo de cientistas que se interessavam pelas exposições e pela ciência produzida naquela instituição, mas também divulgar esses conhecimentos e tornar a exposição mais compreensível para um público menos especializado a partir da confecção de um “pequeno” manual de apoio, como destaca Jorge Antônio Rangel em seu artigo, *Ciência e educação na construção do Museu Social Republicano: A experiência de geração de Edgard Roquette-Pinto no Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Esse manual era um resumo elementar de informações sobre as exposições a fim de que a passagem pelo museu pudesse adquirir sentido para o público mais amplo¹²⁷.

Roquette-Pinto concebia os museus como instituições fundamentalmente de apoio ao sistema educacional e, por isso, um ano após assumir como diretor do Museu, em 1927, criou

¹²⁵ SÁ, Dominichi Miranda de; LIMA, Nísia Trindade. Roquette-Pinto e sua geração na República das Letras e da Ciência. In: SÁ, Dominichi Miranda de; Lima, Nísia Trindade (Org.). **Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008. p.63.

¹²⁶ BARRETO, Maria Renilda Nery; CARVALHO, Teresa Raquel. **A circulação e a divulgação do conhecimento de Edgard Roquette- Pinto**. In: 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Belo Horizonte, 2014. Disponível em:<www.14snhct.sbhct.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1826>. Acesso em: 11/07/2016.

¹²⁷ RANGEL, Jorge Antônio. **Ciência e educação na construção do Museu Social Republicano: A experiência de geração de Edgard Roquette-Pinto no Museu Nacional do Rio de Janeiro**. In: VIII Congresso Brasileiro de História da Educação: Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil. 2013. <Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/CIENCIA%20E%20EDUCACAO%20NA%20CONSTRUCAO%20DO%20MUSEU%20SOCIAL.pdf>>. Acesso em: 11/07/2016.

o Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural (SAE). Ainda de acordo com Silly, este foi o primeiro setor de educação em museus no Brasil e instituiu uma separação entre educação e pesquisa. Esse novo departamento do Museu deveria tomar para si todas as atividades educativas do museu, especialmente as direcionadas às escolas¹²⁸. “Dirigidas para a instrução, essas ações estiveram sintonizadas com novas ideias em educação que circularam no Brasil na década de 1920 e que inspiraram movimentos sociais por reformas educacionais, como o da Escola Nova, marcando debates sobre educação neste período¹²⁹”.

A partir da pesquisa feita no arquivo SEMEAR do Museu Nacional do Rio de Janeiro notamos a presença de cartas de instituições de ensino e de professores para a direção do Museu. Essas cartas tratavam de solicitações de material para auxílio na sala de aula. Além de cartas, também encontramos, na pasta do SAE, uma relação das escolas e professores que utilizavam as salas equipadas e próprias para cursos para levar seus alunos, seja para atividades planejadas pelos próprios professores ou cursos de extensão universitária organizados pelo próprio Museu. Essas salas tinham projetores e havia a possibilidade de exibição de filmes educativos. Portanto, a partir da bibliografia e dos documentos consultados, é perceptível que a Revista fazia parte de um conjunto de ações voltadas para a divulgação da ciência e interação com a população, especialmente a escolar.

No ano de 1932, o Museu realizou curso de extensão universitária de várias disciplinas e com vários de seus professores, que também participavam da Revista Nacional de Educação. Roquette-Pinto ministrou aulas de biologia; Bastos D’Ávila e Mello Leitão sobre antropometria; Alberto Betim Paes Leme sobre mineralogia e Alberto J. de Sampaio sobre antropogeografia. No ano de 1933 foram ofertadas palestras para professoras sobre questões diversas como: a flora brasileira e a proteção ambiental; a população brasileira; a etnografia; o próprio papel do Museu Nacional para o Ensino de História Natural e também cursos sobre a preparação de material para museus escolares. É interessante notar também a tentativa do Museu de fazer com que as escolas conseguissem pôr em prática a ideia do Museu Escolar e, para isso, elas também contatavam o Museu Nacional para pedirem ajuda.

¹²⁸ SILLY, Paulo Rogério Marques. **Casa de ciência, casa de educação: ações educativas do Museu Nacional (1818-1935)**. In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação- Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil. 2013.p. 12-13. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/CASA%20DE%20CIENCIA-%20CASA%20DE%20EDUCACAO-ACOES%20EDUCATIVAS.pdf>. Acesso em 26 abr. 2018.

¹²⁹Ibidem. p.13.

Moreira Massarani e Aranha reiteram uma importante faceta do multifacetado Roquette-Pinto, a de divulgador da ciência¹³⁰. O antropólogo iniciou essa busca pela divulgação da ciência cedo, desde 1906, quando começou a trabalhar no Museu Nacional e continuou por toda vida. Em suas ações, como já citado anteriormente, fez uso das novas tecnologias do momento, como o rádio e o cinema. Os autores destacaram que, numa espécie de resumo autobiográfico no final de sua vida, Roquette-Pinto afirmou nunca ter perdido o interesse pela antropologia, sua ciência predileta. Ele parece seguro de seu lugar de prestígio em relação à sua contribuição sobre a questão racial no Brasil. E reiterou que seu desejo, àquela altura de sua vida, era divulgar os conhecimentos da ciência moderna às camadas populares, entregar a ciência ao povo. Ainda de acordo com esses autores, as décadas de 1920 e 1930 foram as mais prolíficas no que se refere à história da divulgação científica no Brasil. Foi um dos raros momentos em que lideranças da comunidade científica dedicaram-se, mesmo que parcialmente, a esta atividade. Isso é perceptível pela participação ativa de membros da própria Academia Brasileira de Ciências.

Inserido nesse propósito de divulgação da ciência, durante sua atuação como diretor do museu, é de suma relevância destacar a criação da Revista Nacional de Educação em 1932. Analisar o periódico a partir da concepção de Edgard Roquette-Pinto sobre a educação e a divulgação da ciência é o cerne de nossa pesquisa. Portanto, analisaremos a revista mais detalhadamente nos capítulos 2 e 3. Por hora, cabe apenas ressaltarmos os aspectos centrais e a situarmos em meio a outras atividades propostas pelo Museu. Sobre a revista, Regina Horta Duarte escreve o artigo: *Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte: a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-34)*. Neste texto a autora coloca que a Revista foi publicada de 1932 a 1934 pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro, ela veiculava conteúdos de arte, ciência e história para um público mais amplo. Eram publicados cerca de 16 artigos por volume e foram publicados 21 números, de outubro de 1932 a junho de 1934. Em todos os números havia a seguinte epígrafe de Roquette-Pinto: “em todos os lares do Brasil, o conforto moral da ciência e das artes¹³¹”.

Essa revista deve ser compreendida como iniciativa de uma República renovada, como estratégia de inaugurar novas relações entre governo e a população a ser educada, sintonizada

¹³⁰ ARANHA, Jaime; Massarani, Luiza; Moreira, Ildeu de Castro. Roquette-Pinto e a divulgação científica. In: DE SÁ, Dominichi Miranda; Lima, Nísia Trindade (Org.). **Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

¹³¹ DUARTE, Regina Horta. Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte: a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-34). **História, Ciências e Saúde**, vol.11, n.1, 2004.

com o ideal de um Estado cuja ação pedagógica visava à constituição de um povo e uma nação. A revista era uma publicação mensal sob a direção de Roquette-Pinto e financiada pelo recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública com a verba da censura cinematográfica, fruto do decreto 21.240 de abril de 1932 formulado por Francisco Campos e Oswaldo Aranha e assinado por Vargas. A distribuição era gratuita e procurava cobrir boa parte do território brasileiro desafiando as dificuldades de comunicação e integração características do Brasil dos anos de 1930.

Regina Horta Duarte em seu livro *A Biologia Militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil-1926-1945*, evidencia a atuação de Roquette-Pinto no Museu e sublinha que “com uma visão autoritária, marcada por verdadeira obsessão pedagógica e por voluntarismo, acreditava que medidas adequadas dirigidas à população poderiam trazê-la à cena em sua “verdade” mais profunda”¹³². A visão autoritária da qual falamos se encaixa na perspectiva de defesa de um Estado forte em contraposição ao governo liberal e descentralizado característico da Primeira República. A crítica a esse modelo era acompanhada pela defesa de um governo que fosse mais ativo, centralizado e encampasse as necessidades de educação, saúde, saneamento e higiene da população. O Estado, segundo Duarte, deveria ser guiado pelos interesses coletivos, capazes de gestar as condições para que a nação brasileira pudesse deslanchar e os cientistas deveriam guiar esse processo¹³³. Essa missão pedagógica do Museu, encampada por Roquette-Pinto durante sua gestão, utilizou diversas mídias e possibilidades de acesso dos saberes à população em geral. O tema organizador que perpassou e motivou ações desse tipo foi a Nação Brasileira. A questão latente que se colocava: como solucionar o problema das populações doentes, ignorantes e privadas do acesso ao desenvolvimento? Duarte afirma que essas atividades pedagógicas e, por que não dizer de divulgação da ciência, foram vistas como verdadeiras estratégias políticas¹³⁴.

Defendemos, juntamente com Schwarcz¹³⁵, Duarte e também a partir da leitura e análise da Revista Nacional de Educação, que Edgard Roquette-Pinto conseguiu atrair novamente credibilidade e atenção para o Museu Nacional. Essa atração ocorreu por uma modificação na concepção do problema central do país e também, por consequência, por uma

¹³² DUARTE, Regina Horta. *A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação científica e práticas políticas no Brasil – 1926-1945*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2010.p.15.

¹³³ Ibidem.p.15.

¹³⁴ Ibidem. p.16.

¹³⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

mudança na compreensão do papel do museu, quais seriam suas atribuições e como ele deveria interagir com a sociedade. A aproximação do museu com a população, por meio da divulgação da ciência (educação, higiene, conhecimentos básicos sobre a nação) foi, portanto, estratégia de intervenção na sociedade a partir da concepção teórico-prática que os guiava e do projeto de nação e desenvolvimento que defendiam¹³⁶. A partir de Duarte, também reforçamos que essa estratégia contribuiu para fortalecer a posição do Museu Nacional dentro do novo governo, que surgiu após a Revolução de 1930. O grupo dessa instituição, liderado por Roquette-Pinto, pleiteou e, por um tempo, conseguiu um lugar de destaque no projeto do novo governo. “Unindo biologia, iniciativas pedagógicas e negação do conflito social, o Museu Nacional conseguiu tornar-se parceiro respeitado pelo governo, em especial pelo Ministério de Educação e Saúde Pública”¹³⁷.

CAPÍTULO 2: REVISTA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

“Os fins educativos do Museu Nacional desdobraram-se, dest’arte na Revista Nacional de Educação, órgão que completa uma trilogia de cultura, com os “Archivos” e com o “Boletim” cujo renome honra a ciência Brasileira em todos os países”¹³⁸.

2.1 A Revista Nacional de Educação: censura cinematográfica e recepção

Como já dissemos anteriormente, a Revista Nacional de Educação foi um periódico do Museu Nacional do Rio de Janeiro que circulou de outubro de 1932 a junho de 1934, sua criação esteve relacionada ao decreto número 21.240 do então presidente Getúlio Vargas. Esse decreto criou a Comissão de Censura Cinematográfica e a taxa cinematográfica para a educação popular. A lei reiterou o caráter educativo do cinema e realçou o contorno centralizador que o novo regime político surgido com a Revolução de 30 começou a traçar.

“No interesse da educação popular, a censura dos filmes cinematográficos deve ter cunho acentuadamente cultural; e, no sentido da própria unidade da nação, com

¹³⁶ DUARTE, Regina Horta. **A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação científica e práticas políticas no Brasil – 1926-1945**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2010.p. 162-165.

¹³⁷ DUARTE, Regina Horta. **A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação científica e práticas políticas no Brasil – 1926-1945**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. p.18-19.

¹³⁸ Relatório do Diretor do Museu Nacional apresentado ao Sr. Ministro da educação e saúde pública- Trabalhos do Museu em 1932. Rio de Janeiro, 10 de Fevereiro de 1933.

vantagens para o público, importadores e exibidores, deve funcionar como um serviço único, centralizado na capital do país”¹³⁹.

A partir desse trecho podemos inferir que o governo, ainda provisório, de Getúlio Vargas considerava importante utilizar a nova tecnologia do cinema para o propósito educativo. No entanto, para que a tecnologia fosse aproveitada inteiramente, era necessário que passasse pelo crivo e controle do Estado, não seria útil para o Brasil introduzir esses novos artifícios de maneira esparsa e descentralizada. Era fundamental um maior controle sobre o que o cinema poderia e deveria veicular, cooptá-lo para a tarefa de educar a população brasileira ao invés de ser um mero divertimento que, inclusive, poderia estimular comportamentos, hábitos e valores considerados indevidos, impróprios ou imorais.

Como efeitos imediatos desse decreto centralizador de 1932 podemos destacar, por exemplo, a proibição da exibição de filmes que não possuíssem o certificado do Ministério da Educação e da Saúde Pública. Eles não poderiam ser exibidos em nenhuma parte do território nacional e, de acordo com o decreto, sua interdição seria justificada caso afetassem o decoro público, sugerissem crimes ou maus costumes, prejudicassem a cordialidade na relação com outros povos, insultassem coletividades ou indivíduos e ferissem a dignidade nacional e/ou incitassem a desordem pública. Para os julgadores da Comissão de Censura, esses filmes não colaborariam para o propósito de educar a população.

A Comissão de Censura Cinematográfica era composta por um representante do chefe de polícia, representante do Juiz de Menores, do diretor do Museu Nacional, de um professor designado pelo Ministério da Educação e Saúde Pública e de uma educadora indicada pela Associação Brasileira de Educação. O chefe dessa comissão era o diretor do Museu Nacional, portanto, Edgard Roquette-Pinto presidiu essas seções. Roquette-Pinto via o cinema como instrumento educacional riquíssimo, que precisava ser aproveitado em prol da educação popular, era contrário à vulgarização do cinema e sua utilização como forma de divertimento. Sua concepção do cinema como aspecto atrelado à educação popular e que requeria direcionamento e limites para que atingisse seu objetivo, estava em consonância com a proposta do decreto 21.240 de Getúlio Vargas.

O filme era exibido previamente para a comissão e pagava um valor em espécie, essa taxa paga era convertida em Taxa Cinematográfica para a Educação Popular e era recolhida à

¹³⁹ BRASIL. Decreto n. 21.240, de 4 de abr. de 1932. Nacionalizar o serviço de censura dos filmes cinematográficos, cria a Taxa Cinematográfica para a educação popular e dá outras providências, Rio de Janeiro, DF, abr. 1932. **Revista Nacional de Educação**, v.1, n.1, p. 5.

Tesouraria do Departamento Nacional do Ensino. O valor recolhido pelo Departamento Nacional de Ensino ficou sob a responsabilidade do Museu Nacional, que pôde empregá-lo, com a autorização do Ministro da Educação e da Saúde Públicas, na manutenção da Filmoteca Nacional do Ministério e no Serviço de Cópias e Circulação de Filmes Técnicos que fornecia filmes a instituições de ensino oficiais e particulares. Além desses dois destinos, o dinheiro da Censura Cinematográfica ia para a “publicação de uma revista popular de vulgarização de ciências, letras e artes, sob o título de Revista Nacional de Educação¹⁴⁰”.

A revista possuiu 21 números, cada um deles com cerca de 12.500 exemplares, que saíam no dia 15 de cada mês e eram distribuídos pela Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação, orientado por Teixeira de Freitas. A distribuição era gratuita e tinha a pretensão de cobrir todo o território nacional com, ao menos, um ou dois exemplares em cada município. Além da distribuição gratuita, era autorizada a venda de alguns exemplares a um preço módico.¹⁴¹ Roquette-Pinto, diretor do Museu Nacional, idealizador e editor do periódico, confessava “que a publicação de uma revista essencialmente popular, destinada a levar a todos os lares um pouco de ciência e de arte, é um sonho velho de mais de 20 anos¹⁴²”.

A parceria entre a Revista Nacional de Educação e o cinema também é perceptível na própria publicação, na medida em que os anúncios cinematográficos foram as únicas formas de propaganda permitidas no periódico. Para Roquette-Pinto e os responsáveis pela revista, o caráter educativo deveria ser predominante e os anúncios e propagandas eram proibidos a fim de que o conteúdo da publicação pudesse ser realmente voltado para a educação da população e não apenas para agradá-la e obter rendimentos em cima do aumento do público leitor. Era dominante a preocupação com a gratuidade e o caráter exclusivamente educativo da publicação. No entanto, os anúncios de filmes educativos eram uma constante, eram permitidos por serem considerados positivos e, portanto, o estímulo à procura por esse tipo de material era visto como válido por Roquette-Pinto e os responsáveis pelo periódico. Além disso, esses anúncios chegaram a ser uma considerável fonte de renda da Revista e era utilizada para ajudar a custeá-la durante o período em que esteve em circulação.

¹⁴¹ BRASIL. Decreto n. 21.240, de 4 de abr. de 1932. Nacionalizar o serviço de censura dos filmes cinematográficos, cria a Taxa Cinematográfica para a educação popular e dá outras providências, Rio de Janeiro, DF, abr. 1932. **Revista Nacional de Educação**, v.1, n.1, p. 15.

¹⁴²ROQUETTE-PINTO, Edgard. O Cinema e a Educação Popular no Brasil. **Revista Nacional de Educação**. Rio de Janeiro, v.1, n. 5, p.5, fev. 1933. ROQUETTE-PINTO, Edgard. O Cinema e a Educação Popular no Brasil. **Revista Nacional de Educação**. Rio de Janeiro, v.1, n. 5, p.5, fev. 1933.



Figura 1- Anúncio de Filme educativo¹⁴³.

É válido destacar que não encontramos documentos que comprovem que a revista tenha cumprido com êxito a missão de se fazer presente nos municípios mais longínquos do país. Sabemos apenas da intenção de Edgard Roquette-Pinto e do Museu Nacional de desafiar a sabida descentralização e falta de estrutura brasileira em prol do sonho de, como diz a epígrafe da revista, que houvesse “em todos os lares do Brasil, o conforto moral da ciência e da arte”. Cabem aqui duas ressalvas ao otimismo do autor, a primeira delas é o questionamento da viabilidade desse projeto, seria de fato possível que todos os municípios recebessem o periódico? E os diversos problemas em acessar cidades do dito “sertão” brasileiro, a ausência de transportes e de estradas para alcançar esses locais, além dos altos custos e do longo tempo de viagem para que as encomendas chegassem a todos os seus destinos, a logística é uma razão para questionarmos a extensão que esse periódico alcançou. Durante esses dois anos de publicação não houve sequer uma matéria que apontasse o modo

¹⁴³ Anúncio do Filme Educativo Tapete Mágico. **Revista Nacional de Educação**, v.1, n. 3, dez.1932.

como a Revista chegaria a esses lugares, quais mecanismos o Museu Nacional e o departamento responsável pela distribuição dos exemplares lidariam com esse problema. Também não há matérias que suscitem questionamentos sobre o tempo que as publicações demorariam a alcançar seus destinos.

A segunda ressalva refere-se à questão do público, considerando que a revista tenha chegado a, pelo menos parte de seus destinos, como saber se ela de fato alcançou seu objetivo de “chegar a todos os lares”. Como saber se ela chegou ao município e realmente foi distribuída às bibliotecas, escolas ou associações? Novamente, o periódico não toca na questão logística, de como a publicação chegaria à população, mesmo já no município. Para quem essas revistas seriam enviadas, aonde seriam entregues? Esses assuntos não são levantados ao longo das edições e nos possibilitam questionar a real dimensão e alcance que o periódico teve ao longo de seus dois anos de duração.

Apesar de não apresentar dados mais específicos e claros sobre o alcance do periódico, Roquette-Pinto demonstrou certa preocupação com a recepção na matéria de abertura da revista de número 5, *Cinema e Educação Popular no Brasil*¹⁴⁴. O editor e criador da revista evidenciou sua preocupação não apenas em garantir que o periódico chegasse a seus destinatários: escolas, associações e instituições científicas em todo o Brasil, mas também questionou de que maneira a publicação era recebida. Será que a Revista Nacional de Educação estaria efetivamente sendo um instrumento de cultura para as massas populares ou apenas cumpriria uma função de relatório que despertaria pouco ou nenhum interesse no público em questão?

Apesar de não desenvolver de maneira mais profunda e sistematizada ao longo das matérias da revista essa preocupação com a recepção do material, Roquette-Pinto colhe e divulga algumas cartas e bilhetes que recebeu de diversas pessoas, associações e instituições de todo o país. Essas cartas eram de professores de institutos profissionais; do Bispo do Espírito Santo; professor de faculdade da Bahia; da União Operária de São João Nepomuceno em Minas Gerais; de alguns professores primários; da União Internacional de Empregados em Hotéis, Restaurantes, Cafés e anexos; carta de um cidadão do Estado do Rio de Janeiro; do Centro Operário de Rio Preto em São Paulo e do Sindicato dos eletricitistas do Distrito Federal, para ficar apenas em alguns. De maneira geral, essas cartas elogiam a Revista pela sua

¹⁴⁴ ROQUETTE-PINTO, Edgard. O Cinema e a Educação Popular no Brasil. **Revista Nacional de Educação**. Rio de Janeiro, v.1, n. 5, p.1-9, fev. 1933.

preocupação em tratar dos assuntos nacionais e preencher uma lacuna na educação do povo. Roquette-Pinto ainda reiterou que esse breve balanço foi necessário para saber se seria ou não válido continuar esse empreendimento. A recepção positiva levantada por Roquette-Pinto na matéria divulgada na revista teria explicitado a relevância e o pioneirismo do periódico, primeiro gesto rigorosamente popular praticado pela República, já que o Museu Nacional e a Biblioteca Nacional foram criações de Dom João VI. Para Roquette-Pinto, o Museu Nacional não era apenas o mais antigo centro de pesquisas especializadas do Brasil, mas também o maior Instituto de Educação popular e livre, inclusive para os mais humildes.

Vale, no entanto, problematizarmos essa recepção positiva à qual Roquette-Pinto, editor da revista, se refere. Cabe a nós como historiadores questionarmos e interpretarmos os documentos. Deste modo, é fundamental reiterarmos que a “fonte” em questão, a matéria da revista, foi produzida por Roquette-Pinto com uma intenção. Neste caso, a intenção seria a manutenção da revista, da verba e de sua imagem positiva, o que possivelmente conduziu o editor do periódico a selecionar as cartas e bilhetes que mais se adequavam à sua visão e seus interesses em relação à revista. Portanto, essa colocação de Roquette-Pinto não nos possibilita ter uma visão profícua e ampla sobre a recepção da revista.

A fim de levantarmos algumas pistas e pontos de reflexão sobre a recepção da revista, consultamos o arquivo SEMEAR do Museu Nacional. Pesquisando documentos sobre a Revista Nacional de Educação, encontramos cartas de diversas instituições: escolas, associações de operários, Casa dos artistas, bibliotecas, e até mesmo diretores ou professores de instituições escolares, advogados ou figuras de influência política, como Teixeira de Freitas e Dulcídio Cardoso. Também vimos correspondências com duas bibliotecas nos Estados Unidos, agradecendo o recebimento do periódico e a consideração pelo profícuo intercâmbio e, em uma delas, ressaltando a existência de uma seção de publicações brasileiras. Boa parte dessas cartas era em agradecimento pelo recebimento da Revista ou pedidos de encaminhamento dessa publicação para a sua instituição. Havia também pedidos para a publicação de determinadas palestras, textos ou poemas de alguns autores.

Teixeira de Freitas, que dirigia a Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação e idealizador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), chegou a enviar correspondência a Roquette-Pinto ressaltando que chegavam, de todos os lados, pedidos de remessas da Revista Nacional de Educação. A partir da análise da documentação é perceptível que os elogios à revista, em geral, passavam pela sua utilidade e contribuição para o

desenvolvimento da ciência e da educação no país. Um exemplo bastante interessante da recepção da revista e de elogios a ela vem de um cidadão que se intitula de “atencioso admirador e patricio muito grato”, João F. Jacob. Para este homem, seria lamentável que a revista desaparecesse com a primeira mudança na direção do recém-criado Ministério de Educação e Saúde. Essa revista seria, portanto, melhor do que as demais de sua época, justamente pela seleção mais útil de seus conteúdos. Dentre os vários documentos escolhemos este por tratar de um cidadão sem nenhuma identificação prévia ou vinculação a instituições, não se identifica como professor, advogado, operário ou político, apenas como um cidadão. Outro fator que nos motivou a optar por este documento está no fato de ele se referir a disputas internas de poder no interior do Ministério, e do novo governo que se formava, e afirmar que estas disputas poderiam acarretar no fim dessa publicação¹⁴⁵.

Mesmo com a pesquisa realizada nos documentos do arquivo do Museu Nacional, reiteramos que a recepção da Revista não é o cerne de nosso trabalho. E, para que pudéssemos discutir essa questão com mais propriedade, teríamos que nos debruçar sobre uma quantidade maior de documentos e também percorrer um maior número de arquivos. Só desta maneira poderíamos delinear de modo mais eficiente e exaustivo a recepção deste periódico. Em contrapartida, a partir desses documentos, conseguimos levantar algumas questões para reflexão e também inferir que a revista agradava parte significativa de seus leitores, especialmente àqueles ligados a instituições de ensino à de organizações de trabalhadores. Atribuímos essa certa receptividade ao fato de que esses grupos consideravam a revista como uma facilitadora desse processo de educação da população.

Nesta dissertação optamos por utilizar a Revista Nacional de Educação para acessar aos debates e disputas por projetos de educação e de valorização e divulgação da ciência durante as três primeiras décadas do século XX. Um dos principais objetivos de nosso trabalho é mostrar como o periódico trata a educação e a divulgação científica, e como a priorização dessas temáticas está inserida no contexto de debates e prioridades das décadas de 1920 e 1930. Fortemente marcadas pelo debate intelectual acerca da relevância da construção de uma nação brasileira efetiva, para que o Brasil pudesse superar seu atraso característico,

¹⁴⁵ Relatório da Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1934. SEMEAR/Museu Nacional/UFRJ.

rumo à civilização e ao progresso¹⁴⁶. E, para isso, era necessário “civilizar” os brasileiros e, desse modo, formar o povo. O objetivo mais específico deste capítulo é apresentar a Revista Nacional de Educação e traçar uma espécie de perfil dessa publicação para que, no próximo capítulo, possamos analisar mais detalhadamente sua contribuição acerca dos debates sobre educação e divulgação científica e situá-los no contexto.

É basilar reiterarmos que essa atitude centralizadora com relação à censura cinematográfica está em consonância com outras medidas desses primeiros anos de governo de Vargas, como a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, da nomeação dos interventores para os Estados e da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. E, como reforçamos no capítulo anterior, parcela significativa da intelectualidade brasileira aprovava essas modificações rumo a uma crescente centralização política. Era lugar comum evidenciar os problemas e insuficiências da descentralização característica da Primeira República.

Iniciaremos o capítulo procurando compreender as transformações que ocorreram no Brasil na passagem da década de 1920 para a década de 1930. Com o objetivo de buscarmos conectar a Revista Nacional de Educação e as medidas tomadas pelo Museu Nacional sob a direção de Edgard Roquette-Pinto com as transformações políticas que estavam em curso no país.

Logo depois, faremos algumas considerações teóricas sobre História Intelectual e das Ideias e explicaremos alguns conceitos que consideramos úteis para auxiliar na análise do periódico. Com destaque para as expressões: redes de sociabilidade e geração intelectual. Essa discussão teórica é seguida pela metodológica, quando debatemos a metodologia utilizada para analisar nosso material, os vinte e um números da Revista Nacional de Educação. Como afirmamos anteriormente, escolhemos a revista como via para acessarmos o debate intelectual da época. Desta forma, é fundamental sublinharmos a relevância da revista enquanto plataforma de divulgação e difusão das ideias e delinear as especificidades metodológicas desse tipo de fonte e objeto.

No item 2.5 analisaremos as características centrais da revista, tanto no que se refere a seu conteúdo e às temáticas que aborda quanto aos seus aspectos formais. Essa análise será

¹⁴⁶ GOMES, Angela Maria de Castro. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. (Org.). **Ciência, Civilização e República nos Trópicos**. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2010, v. 1. p.11-29.

feita a partir da metodologia proposta por Luca¹⁴⁷ em que ressalta a relevância de nos atentarmos para questões formais como a presença de imagens, o papel, o tipo de impressão, a disposição e a regularidade das matérias no periódico. Outro ponto crucial desse capítulo é o levantamento dos principais colaboradores da revista e temáticas da publicação. Neste momento do texto buscamos compreender as redes de sociabilidade que circundavam a revista. A partir das conclusões, ainda que parciais, intentamos delinear algumas conclusões acerca do perfil do periódico.

2.2 Década de 30 e a Revolução

Para melhor compreendermos a atuação de Roquette-Pinto no Museu Nacional e na Revista Nacional de Educação, é fundamental tratarmos da mudança que ocorreu no governo no ano de 1930. É o momento do fim da Primeira República e início de um novo governo, provisório até 1934; constitucional até 1936 e autoritário e ditatorial de 1937 a 1945. Concordamos com Pandolfi quando ela ressalta que o golpe que instituiu o Estado Novo em 1937 foi apenas um dos caminhos possíveis delineados a partir da Revolução de 1930. Por esse raciocínio, não era possível prever, durante os primeiros anos do governo varguista, os rumos que ele tomaria. Esses anos de 1930 a 1937 foram de significativa indefinição, com disputas entre diferentes grupos e projetos de desenvolvimento para o Brasil. Uma das razões para essa pluralidade foi a diversidade de grupos que participou do processo que culminou com a subida de Vargas ao poder em 1930¹⁴⁸. Também sobre esse período, Duarte sublinha que, com a revolução de 30, esses intelectuais, insatisfeitos com o governo descentralizado e oligárquico, criaram esperanças em uma ação que limitasse a atuação dos poderosos e o combate às práticas arraigadas das elites oligárquicas¹⁴⁹. Já havia durante a Primeira República uma expectativa e até uma defesa, inclusive por parte dos intelectuais, de um Estado mais forte e centralizado. Portanto, esses primeiros anos de transição foram bastante conturbados, inúmeros projetos em pauta e diversos setores da sociedade em torno deles.

O conhecimento desse período é basilar para o desenvolvimento de nossa pesquisa porque foi nesse ínterim, de ferrenha disputa entre projetos e grupos, que a Revista Nacional de Educação surgiu como uma proposta organizada pelo Museu Nacional a partir da verba

¹⁴⁷ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezy (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2006.

¹⁴⁸ PANDOLFI, Dulce Chaves. **Os anos 30: as incertezas do regime**. ANPUH, XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa, 2003. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.182.pdf>. Acesso em: 24 out.2017. p.1.

¹⁴⁹ DUARTE, Regina Horta. **A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação científica e práticas políticas no Brasil – 1926-1945**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.p.52.

federal adquirida com a Censura Cinematográfica. Portanto, se houve verba federal disponível para o periódico é porque havia um relacionamento profícuo entre o grupo do Museu Nacional, liderado por Roquette-Pinto, e o governo provisório.

A Aliança Liberal, coalizão que apoiou e deu suporte a Getúlio Vargas em sua campanha contra o seu oponente, Júlio Prestes, agregou desde grupos dissidentes das oligarquias regionais até os tenentes. A corrente dos tenentes civis defendia a manutenção do governo provisório a fim de que medidas mais radicais pudessem dismantelar os poderes oligárquicos e garantir a implantação de medidas mais nacionalistas e intervencionistas. Esse grupo não acreditava que a democracia deveria ser instantaneamente reestabelecida, o movimento deveria primeiro consolidar-se e radicalizar-se. Eles se inspiraram no modelo de Estado de Alberto Torres, e eram favoráveis a um regime forte, centralizador e nacionalista, como pontuamos anteriormente. Em contrapartida, os oligarcas dissidentes defendiam práticas mais liberais e o retorno imediato ao regime constitucional e à ordem democrática. Pleiteavam a manutenção de um Estado liberal e federalista, aos moldes da Primeira República, que impusesse limites ao poder federal e proporcionasse mais autonomia aos Estados¹⁵⁰.

As medidas iniciais, como reforça Pandolfi, foram mais centralizadoras e valorizaram as reivindicações dos setores tenentistas. Exemplos dessa prática, a nomeação dos interventores nos Estados, a criação do Ministério da Educação e Saúde e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio¹⁵¹. Essas medidas, tomadas logo nos primeiros anos de governo, evidenciaram a valorização do poder da União em detrimento dos poderes regionais. Frente a essa evidente centralização, crescia a insatisfação dos setores defensores de maior distribuição de poder regional, as oligarquias que haviam apoiado a Aliança Liberal. Já ciente e pressionado pelas insatisfações de uma considerável parcela de seus apoiadores iniciais, Vargas editou um Código eleitoral em 1932 buscando contemplar as diversas bandeiras da Aliança Liberal e conter a crescente oposição. Mas, mesmo com essas tentativas, a demora de Getúlio Vargas em encaminhar a feitura da nova Constituição e o adiamento das eleições por mais um ano desencadeou graves insatisfações em parcela significativa da população.

Pandolfi ressalta que o estopim desse movimento foi a Revolução Constitucionalista de São Paulo em 1932. Apesar de ter sido derrotado três meses após sua deflagração, o

¹⁵⁰ PANDOLFI, Dulce Chaves. **Os anos 30: as incertezas do regime**. ANPUH, XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa, 2003. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.182.pdf>>. Acesso em: 24 out.2017. p.1-2.

¹⁵¹ *Ibidem*. p. 2.

movimento garantiu que Vargas cumprisse sua promessa de permitir e agilizar a reconstitucionalização do país. Além disso, São Paulo conseguiu que seu interventor fosse paulista e civil em meio à maioria de tenentes. As eleições para a Assembleia Constituinte foram realizadas em 1933 e, em 1934, foi promulgado o texto definitivo. A Constituição de 1934, a despeito das tendências mais autoritárias e centralizadoras do novo governo até aquele momento, atendia aos anseios liberais, propunha um modelo de Estado mais liberal e menos centralizador que o dos primeiros anos do governo de Vargas. Além disso, estendeu o direito de voto a homens e mulheres maiores de 18 anos, consagração de alguns direitos sociais, instituição da Justiça do Trabalho e fortalecimento dos setores ligados à Igreja Católica. Ficou estabelecido também que as eleições seriam diretas, com exceção da primeira, que seria indireta¹⁵².

No dia seguinte à promulgação da Constituição, Vargas foi eleito indiretamente pelos constituintes. Nas eleições indiretas para o Congresso em 1934, parte da elite que havia sido derrotada com a revolução de 30, foi reconduzida ao poder. E, nesse período surgiram dois grupos, um à direita e outro à esquerda do espectro político: a Ação Integralista Brasileira e a Aliança Nacional Libertadora. A última foi colocada na ilegalidade em 1935, quando foram descobertos seus planos de uma revolução armada para conduzir o comunista Luís Carlos Prestes ao poder. A partir de 1935, com a justificativa da ameaça comunista, Vargas vai, aos poucos, ampliando novamente seu poder e retirando as prerrogativas das Assembleias. Até que em Novembro de 1937, o Congresso Nacional foi cercado por tropas da Polícia Militar¹⁵³. Nesse momento, o regime muda e passamos para o período que conhecemos como Estado Novo (1937-1945), momento da ditadura varguista. Esse breve resumo do período foi essencial para que retornemos a Roquette-Pinto e possamos compreender onde ele se situava mediante essa situação.

Duarte coloca que, neste momento conturbado e de disputa entre diversos projetos, o governo pediu para que cientistas do Museu Nacional escrevessem um anteprojeto sobre a regularização da caça. A autora ressalta que: “num contexto de enfrentamento de projetos políticos diversos e indefinição de rumos, a luta pela proteção da fauna silvestre foi uma entre várias ações dos cientistas do Museu Nacional, através das quais visavam obter a proteção do

¹⁵² PANDOLFI, Dulce Chaves. **Os anos 30: as incertezas do regime**. ANPUH, XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa, 2003. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.182.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2017. p.4.

¹⁵³Ibidem.p. 4-5.

governo para influir na construção da nação”.¹⁵⁴ O anteprojeto de regularização da caça é, para a autora, apenas um exemplo dessa aproximação do novo governo com Roquette-Pinto e o museu por ele dirigido. Para Duarte, os cientistas do Museu foram tomados de grande euforia pelas possibilidades de transformação da sociedade, especialmente por vislumbrarem suas demandas encaminhadas pelas autoridades oficiais¹⁵⁵.

Concordamos com Duarte quando evidencia a aproximação de Roquette-Pinto e do Museu com o governo Provisório de Vargas. Essa proximidade com o novo regime era interessante para Roquette-Pinto e o Museu pelo apoio financeiro para as atividades de divulgação da ciência e da educação que a instituição procurava, cada vez mais, agregar e encampar. Essas atividades colaboravam para a criação de um ambiente favorável para a transformação da população ignorante em civilizada. O contato com o governo poderia render mais verbas para a execução dos projetos de educação e divulgação da ciência do Museu Nacional. E, portanto, eles poderiam ter um alcance mais efetivo e, dessa forma, contribuir para que o Brasil pudesse desenvolver-se e superar seu atraso. Roquette-Pinto e os cientistas do Museu se entusiasmaram com a possibilidade de interferirem nas políticas públicas, pela colaboração na produção de anteprojeto de lei e também de sugestões de políticas nas áreas de saúde e educação.

Inferimos que a Revista Nacional de Educação também foi uma das plataformas de interferência dos intelectuais do Museu Nacional na sociedade. Esses cientistas não teriam contribuído apenas por meio da defesa e participação em alguns projetos de lei. A publicação em questão foi relevante por estreitar a relação do museu com o governo. A partir da verba federal houve a possibilidade de divulgarem e trabalharem em conjunto, ao menos por um período. O periódico foi criado em 1932, em meio às disputas de projetos e perspectivas do novo governo e manteve-se até 1934 como uma frente de diálogo e proximidade entre o Museu e o Governo Federal. Conseguiram o incentivo financeiro do governo por meio da verba da Censura Cinematográfica e, também a partir dessa plataforma, passaram a influenciar na sociedade brasileira a fim de possibilitar a construção da nação. É válido reiterar com Dávila que a década de 1930 foi um momento muito positivo para os

¹⁵⁴ DUARTE, Regina Horta. **A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação científica e práticas políticas no Brasil – 1926-1945**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2010. p.53.

¹⁵⁵ Ibidem. p.52-53.

reformadores educacionais, tiveram oportunidades inéditas de colocarem suas ideias em prática no governo de Vargas¹⁵⁶.

Dávila afirma que, mesmo com o início da ditadura do Estado Novo e muitos educadores proeminentes serem forçados a deixar seus cargos em prol de conservadores católicos, o curso da educação pública foi pouco alterado e políticas de educação, saúde e higiene se mantiveram para continuar o processo de formação, educação e disciplinarização do povo brasileiro¹⁵⁷. A crença na capacidade de transformar a população brasileira em povo a partir da educação e da saúde preventiva ou higiene era uma espécie de consenso entre os intelectuais e políticos da época. Congregava, portanto, indivíduos dos mais diversos espectros políticos e grupos de poder, desde reformadores vinculados à valorização do Estado laico até conservadores católicos.

Para o novo governo de Vargas essa relação também era interessante, pois a presença desses cientistas entre os apoiadores do regime funcionava como um atestado para a legitimidade do governo. Além disso, o pensamento de Roquette-Pinto e alguns de seus companheiros do Museu Nacional reforçavam a ideia organicista e corporativista. Defendiam uma transformação social pacífica e direcionada à construção da nação. E, nesse sentido, se aproximavam da proposta que o novo governo vinha demonstrando encampar. Mas, apesar de interessante para ambas as partes, essa parceria não era garantida e nem inquestionável.

Tanto que o fim da Revista Nacional de Educação começou a ser delineado em julho de 1934 quando as atividades da censura cinematográfica passaram à competência do Ministério da Justiça e a publicação converteu-se em órgão oficial do recém-criado Departamento de Propaganda e Difusão Cultural¹⁵⁸. Duarte ainda ressalta a carta escrita por Roquette-Pinto a Mário de Andrade em que o diretor do Museu Nacional qualifica esse ato como um dos piores golpes que a inconsciência dos governantes desferiu no mais alto e puro das ideias. Refere-se à publicação como “maná espiritual para seu pobre povo”. Ainda segundo Duarte, o cientista e diretor do Museu Nacional viu o trabalho de anos, fruto de um sonho de décadas, ser subitamente arrancado de suas mãos. Essa decisão selou o fim da revista e nenhum número foi publicado após essa medida que a colocou como órgão oficial do governo e a retirou da tutela do Museu Nacional e de seu editor, Edgard Roquette-Pinto.

¹⁵⁶ DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil 1917-1945**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. p.34.

¹⁵⁷ Ibidem. p. 35 -36.

¹⁵⁸ DUARTE, Regina Horta. **A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação científica e práticas políticas no Brasil – 1926-1945**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2010. p.100.

A partir da leitura dos documentos do arquivo SEMEAR, vimos um ofício do novo diretor Alberto Betim Paes Leme ao Sr. Teixeira de Freitas sobre a dispensa do pessoal da Revista Nacional de Educação em 31 de Março de 1933¹⁵⁹. Ainda na pasta de ofícios de janeiro a agosto de 1935, observamos discussões e diversos pareceres sobre o papel da Comissão de Censura cinematográfica e seu fim. Notamos uma cisão nas opiniões, algumas valorizando o trabalho dessa comissão, que teria como missão valorizar um tipo de cinema em que a educação fosse o principal objetivo, enquanto outros defendiam que esse órgão não exercia sua função como deveria e era palco de alguns escândalos de corrupção e favorecimento de determinados grupos. Não pretendemos aqui nos aprofundar nessa discussão sobre a eficácia da comissão e a possível presença de favorecimentos e atividades ilícitas. Apenas pretendemos ressaltar que a visão de Roquette-Pinto e de seus companheiros de que as tarefas exercidas na Comissão e também de certo modo na Revista eram fundamentais, muito proveitosas e bem organizadas, também eram contestadas por outros grupos. Cabe aqui sublinhar a existência de dissenso.

Sobre o fim da Revista Nacional de Educação, é perceptível que houve um distanciamento do projeto do governo de Vargas em relação ao do Museu. Duarte afirma que entre 1930 e 1934, o Museu Nacional e seus projetos obtiveram do governo o reconhecimento de suas iniciativas e o apoio para incrementá-las. Conseguiram, portanto, exercer o papel de autoridades a serem ouvidas e consultadas. No entanto, esse grupo sofreu sucessivos golpes e perdeu o prestígio desde julho de 1934, quando a publicação sai da tutela de Edgard Roquette-Pinto¹⁶⁰. Tanto a consulta aos documentos quanto a leitura de Duarte nos possibilitam inferir que Roquette-Pinto deixou o Museu Nacional em 1935 quando viu minguar as possibilidades de atuação nesta instituição. De acordo com os documentos do arquivo SEMEAR, Roquette-Pinto pega uma licença prêmio e não retorna mais para o Museu, é escalado para dirigir o Instituto Nacional do Cinema Educativo, a partir de 1936.

Como discutimos acima, o cenário da década de 1930 foi marcado pela disputa entre diversos projetos no interior do governo de Getúlio Vargas. As discussões em torno do projeto educacional mais viável também estiveram presentes e, é perceptível uma mudança no direcionamento da política do governo provisório. No início, acena para os grupos progressistas com a criação do Ministério da Educação e Saúde e, com isso, criou a

¹⁵⁹ Cópia de ofícios do Museu Nacional de Janeiro a Agosto de 1935.

¹⁶⁰ DUARTE, Regina Horta. **A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação científica e práticas políticas no Brasil – 1926-1945**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2010. p.129.

expectativa de uma consistente renovação pedagógica. Contudo, os grupos católicos, opositores ferrenhos aos ideais da Escola Nova, avançaram no cenário político. Em maio de 1934 os católicos conseguiram a aprovação de duas emendas e a nomeação de Gustavo Capanema foi bem recebida por eles, um novo projeto educativo passou a ser construído. Contudo, nesse novo projeto o Museu Nacional perdeu importância e seus professores foram reduzidos à categoria de “naturalistas”¹⁶¹.

Duarte afirma que já em 1936, um ano após a saída de Edgard Roquette-Pinto do Museu, o relatório do novo diretor, Alberto Betim Paes Leme, inicia-se com um protesto contra o Ministro da Educação, devido à lei que retirou do nome dos chefes de seção o título de professor e manteve apenas o de naturalista. Em 1937 Roquette-Pinto também abandona a emissora de rádio PRD-5 quando seu companheiro de fundação, Anísio Teixeira, se torna figura pouco querida no cenário político que, como dissemos, estava cada vez mais dominado pelos grupos católicos e críticos fervorosos do escola-novismo. Também em 1937, Mello Leitão deixou o Museu Nacional e em seu livro *Biologia no Brasil*, lamentava as condições precárias das instalações e das coleções do museu, além de se entristecer pelo fim da Revista Nacional de Educação e de todas as iniciativas comandadas por Roquette-Pinto¹⁶². Portanto, como ressaltamos anteriormente, a relação de apoio mútuo entre o Museu e o Governo Provisório se desgastou e perdeu a força na medida em que o cenário político se alterou e os grupos católicos e conservadores foram, cada vez mais, ampliando seu poder de influência.

2.3 Mais algumas considerações teóricas: história intelectual e conceitos

Optamos por discutir a abordagem teórica sobre intelectuais neste momento do segundo capítulo a fim de que possamos empregá-la na análise do periódico. Conceitos como redes de sociabilidade e geração intelectual serão mobilizados ao longo da seção 2.4, em que analisamos o perfil da revista.

Sobre a História Intelectual, é relevante destacarmos a abordagem de Jean François Sirinelli, que sublinha as dificuldades dessa vertente da História. Por muito tempo houve uma falta de olhar na direção da História dos intelectuais, que teria se fragilizado muito com a crise da história política, já que essa vertente ainda não estava completamente constituída e se situava no cruzamento da biografia com o político. Apesar de destacar o impacto que a crise

¹⁶¹ DUARTE, Regina Horta. **A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação científica e práticas políticas no Brasil – 1926-1945**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2010. p.131.

¹⁶² Ibidem. p.130.

da História Política teria causado, o autor salienta algumas características inerentes à História dos Intelectuais que teriam colaborado para a marginalidade dessa vertente, como a dificuldade de definir os limites do que é ser intelectual o tamanho, em geral pouco expressivo do grupo em termos numéricos, o fato de compor a história de um passado próximo, portanto, considerado perigoso por facilitar o julgamento de valor e as armadilhas relacionadas à simpatia ou antipatia pela abordagem do autor em questão. Além disso, o fato de a historiografia recente ter uma predileção pelas massas, pela longa duração e também por questionarem o real papel dos intelectuais durante os processos e eventos, colaboraram para o descrédito e a pequena influência que essa vertente exerceu¹⁶³ no momento em que a corrente predominante era vinculada à Escola dos Annales e privilegiava elementos da longa duração, das estruturas, mentalidades e aspectos relacionados à economia, à sociedade e à cultura em detrimento do político.

Sirinelli destaca o aparecimento de uma nova história dos intelectuais durante meados da década de 1970 relacionada ao renascimento da história do político e à respeitabilidade da história mais recente. Contudo, o grande fator impulsionador teria sido o próprio crescimento do grupo de intelectuais e sua dessacralização. Sobre o problema da simpatia, ressalta que pode incorrer em qualquer trabalho de historiadores, e não deve ser negado, mas evidenciado, a fim de que seja possível avaliá-lo e buscar evitá-lo. Rodrigues da Silva ressalta, por sua vez, que a crise de representação do intelectual serviu de estímulo para o seu aparecimento como novo objeto de estudo a partir dos anos 1980 e de uma nova área de investigação, a história intelectual¹⁶⁴. Para a autora, essa crise historicamente datada integra as mutações de paradigmas intelectuais frutos de deslocamentos de modelos históricos. Apesar das diferenças no que se refere às causas, esses autores localizam o aparecimento da história intelectual aproximadamente no mesmo período histórico.

Angela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen, no artigo, *Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo*, destacam que a categoria intelectuais, bem como a abordagem baseada no “meio intelectual” é recente, de fins do século XX¹⁶⁵. Como razões para esse desenvolvimento tardio, podemos

¹⁶³ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.p.231-270.

¹⁶⁴ SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragments da história intelectual – entre questionamentos e perspectivas**. Campinas, Papirus, 2002. p.18.

¹⁶⁵ GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia

elencar a desconfiança que a Escola dos Annales e os estruturalismos nutriam para com a história política. Essa vertente seria negativa por possibilitar mais facilmente o aparecimento do elitismo, do presentismo e do subjetivismo. Só nas décadas de 1980 e 1990, com a crítica mais ferrenha aos modelos explicativos macrossociais e deterministas, é que são abertas novas possibilidades de incorporar o sujeito à História, inclusive com destaque para os intelectuais. Portanto, uma abordagem da história dos intelectuais está filiada ao desenvolvimento da história cultural e da “nova” história política. Ocorre, portanto, um desencantamento da figura do intelectual como “gênio”, tratamento que gerava desconfiança entre os historiadores. Por outro lado, aumentam os esforços para construir ou retomar categorias que enriquecessem o tratamento dado a esses sujeitos históricos, os intelectuais.

A partir das discussões propostas por Sirinelli e por Rodrigues da Silva é possível apontar algumas características mais específicas da História dos intelectuais. Sirinelli em seu texto *Os Intelectuais*, que se encontra no livro *Por uma História Política* organizado por René Rémond, propõe o estudo dos intelectuais como atores do político. A dificuldade desse enfoque está nos contornos mutáveis dessa categoria, na inexistência de um partido dos intelectuais e abundância de documentos. Esses motivos tornam complexo o estudo dos intelectuais nesta perspectiva. Se não existe um partido dos intelectuais, como localizá-los e organizá-los como um grupo que atua e influi politicamente?

A partir dessa perspectiva, a história dos intelectuais se encarregaria de estudar como as ideias se organizam no meio dos intelectuais, quais as diferentes configurações de grupos em torno de uma ideia. A exploração desse campo ocorrerá justamente pela reinserção dessas ideias no seu ambiente social e cultural e por sua recolocação em um contexto histórico. Não seria matéria da História dos intelectuais investigar como as ideias vêm à mente dos intelectuais, ou seja, de que modo as ideologias se aclimatam no meio intelectual, por que têm mais força em determinados momentos e terrenos e enfraquecem em outros. Esses questionamentos ultrapassariam os limites da história dos intelectuais proposta por Sirinelli.

Para Sirinelli, é matéria da história dos intelectuais o estudo das *estruturas elementares de sociabilidade* dos intelectuais, que deveria delimitar como se impõem a eles os dados da consciência política de um contexto específico. Como esses intelectuais são influenciados e interferem no debate político de sua época e a partir de que mecanismos,

plataformas ou, *estruturas elementares de sociabilidade*, realizam essa interferência. Não devemos nos ater à maneira como as ideias vêm aos intelectuais, mas como elas chegam até a sociedade civil. Este é um objetivo mais relevante para essa abordagem voltada para a história política dos intelectuais¹⁶⁶. É tempo de lembrar que “as ideias não passeiam nuas pelas ruas; que elas são levadas por homens que pertencem eles próprios a conjuntos sociais”¹⁶⁷.

Rodrigues da Silva parte da análise de duas obras, uma do campo de história intelectual e outra, de história dos intelectuais a fim de nos auxiliar a compreender melhor as nuances entre as vertentes¹⁶⁸. Com uma abordagem em história social, política e com auxílio de procedimentos das ciências sociais como os conceitos de “campo”, *habitus* e “bens simbólicos” de Pierre Bourdieu, Cristophe Charle monta um quadro capaz de explicar porque determinada pessoa havia tomado certa posição. Assim, o trabalho de Charle permite compreender o nascimento de duas figuras de intelectual que marcaram a vida política francesa: o intelectual de direita e o de esquerda. Esse seria um exemplo de história intelectual, que busca compreender o contexto intelectual da época e, a partir daí, situar as possíveis posições que os intelectuais poderiam tomar¹⁶⁹.

Como exemplo de história dos intelectuais, Rodrigues da Silva destaca o trabalho de Jean François Sirinelli, que escreve em termos de uma história política dos grupos intelectuais e culturais. A partir de listas e petições, o livro *Intellectuels at passions françaises: Manifestes et pétitions au XX siècle*¹⁷⁰, retrata a história política dos intelectuais no século XX e destaca os acontecimentos históricos e as datas que mobilizaram os intelectuais no pós-guerra. A autora faz uma crítica a esse trabalho, quando diz que Sirinelli incorre nos limites inerentes a uma história exclusivamente política. O autor destaca as “redes de sociabilidade”, mas para Rodrigues da Silva, Sirinelli se contenta em descrever e afirmar a existência das redes, e não consegue explicar sua complexidade. Falha, portanto, em explicar como as pessoas tomaram determinadas posições, dentro de quais contextos e configurações sociais, culturais e institucionais essas solidariedades se constituíram. Para Rodrigues da Silva essa abordagem política dos intelectuais possui os mesmos limites da história política tradicional¹⁷¹.

¹⁶⁶ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996. p. 231-270.

¹⁶⁷ Ibidem. p. 258.

¹⁶⁸ SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragments da história intelectual – entre questionamentos e perspectivas**. Campinas, Papirus, 2002. p. 18-22.

¹⁶⁹ Ibidem. p.18-20.

¹⁷⁰ Ibidem. p.20-22.

¹⁷¹ Ibidem. p.21.

Ao apontar os limites da história política dos intelectuais proposta por Sirinelli, Rodrigues da Silva reforça a existência de diversas possibilidades de abordagem acerca da história intelectual e, dessa forma nos oferece uma visão mais ampla das possibilidades a serem exploradas neste campo. A primeira possibilidade se refere à biografia intelectual, que procura ressaltar a trajetória de um indivíduo e as relações que estabelece com seus pares, visões de mundo e formas de pensamento de um determinado meio intelectual, que é responsável pela configuração de uma trajetória e de uma obra. Essa proposta visa compreender a trajetória do intelectual a partir do conceito de trajetória de Bourdieu “como série de posições ocupadas por um mesmo agente num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações¹⁷²”, como já foi destacado anteriormente. É necessário, portanto, o desvio pela construção do espaço, do meio intelectual, em que o personagem esteja inserido, só assim é possível compreender melhor a trajetória do biografado.

Além da biografia intelectual, outra abordagem possível da história intelectual é a que privilegia a análise interna da obra e não se preocupa com as características da sociedade intelectual exterior à obra. Essa vertente pouco se diferencia de uma história das ideias. Em geral busca interpretar as ideias do texto a partir dos elementos internos da obra. A última possibilidade de abordagem proposta pela autora é de uma sociologia dos intelectuais, construída a partir de uma dimensão fundamentalmente política. Para Rodrigues da Silva, o problema dessa abordagem é que o mapa dos lugares intelectuais pode significar pouco se não estiver acompanhado de um procedimento de análise e interpretação¹⁷³.

Em nosso trabalho buscamos nos aproximar da proposta de uma biografia intelectual, procuramos analisar a trajetória de Roquette-Pinto enquanto intelectual e divulgador da ciência. Nessa busca por compreendê-lo não lançamos mão apenas de seu pensamento e da análise daquilo que efetivamente escreveu, o que se encaixaria mais em uma abordagem de história das ideias, como já sublinhamos anteriormente. Mas também procuramos elementos exteriores: com que intelectuais ele se relaciona, quais são suas redes de sociabilidade, em que lugar social ele e suas propostas se encontravam, de que maneira e a partir de que plataformas buscava interagir com a sociedade. Como destacamos anteriormente com Sirinelli, não nos

¹⁷² BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta M. (Orgs). Usos e abusos da história oral. 8. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191.

¹⁷³ SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragmentos da história intelectual – entre questionamentos e perspectivas**. Campinas, Papirus, 2002. p. 22-25.

preocuparemos apenas em como as ideias chegaram a Roquette-Pinto, mas de que maneira iam até a sociedade em geral.

A fim de facilitar a construção de uma biografia intelectual no sentido proposto por Rodrigues da Silva, consideramos válido lançar mão de certas noções que nos auxiliam a enxergar o intelectual em relação à sociedade. Essas possibilidades de análise colaborarão para que não o analisemos de maneira isolada, unicamente a partir de seus pensamentos e escritos. Portanto, sociabilidade e geração são termos constantemente empregados a fim de viabilizar o estudo da História Intelectual. São categorias de análise que podem auxiliar a direcionar e tornar a pesquisa mais frutífera por meio do estímulo a não nos esquecermos do contexto e das relações em que os intelectuais se inserem.

As *estruturas de sociabilidade* dos intelectuais são difíceis de apreender e podem variar ao longo do tempo e de acordo com os subgrupos estudados. Um exemplo dessa alteração são os salões. Por muito tempo foram grandes espaços de sociabilidade mas, hoje em dia, perderam sua centralidade. Apesar de destacar essa diversidade e as mudanças diacrônicas, Sirinelli sublinha duas *estruturas elementares de sociabilidade* intelectual: 1) as revistas oferecem uma estrutura ao campo intelectual por meio das amizades que as subentendem e pela influência que exercem. É um local privilegiado para buscar delimitar e compreender os pequenos grupos intelectuais e também para analisar o movimento de ideias; 2) os manifestos e abaixo-assinados também nos possibilitam investigar as relações que os intelectuais têm e as posições que tomam¹⁷⁴. O autor considera relevante o papel das relações afetivas, mas adverte também para a supervalorização das hostilidades e amizades dentro de grupos de intelectuais. Apesar de serem relevantes e, por vezes até decisivas, não devemos superestimar as características emocionais dos intelectuais sob pena de nos levarmos por interpretações psicológicas e estereotipadas. O nosso estudo sobre a Revista Nacional de Educação se insere nessa perspectiva. A revista vista como uma estrutura de sociabilidade que agrega pessoas e influencia o debate público. Aprofundaremos um pouco mais no debate sobre a utilização de revistas e periódicos como objetos da história e as metodologias empregadas para seu estudo ainda neste capítulo e também no capítulo seguinte.

Entre esses grupos de intelectuais que compartilham estruturas de sociabilidade, chamados por Sirinelli de “redes”, frequentemente se incluem grupos formados a partir das

¹⁷⁴ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996. p. 231-270.

solidariedades de idade. Para o autor, a despeito da desconfiança de vários grupos, como dos próprios fundadores dos Annales, as solidariedades de idade podem colaborar com o estudo dos intelectuais por que o intelectual costuma se definir em relação a uma herança e também porque os esclarecimentos dos efeitos de idade podem guardar um caráter explicativo. Mas, o estudo dos intelectuais não pode ser limitado à incorporação do indivíduo a um determinado grupo como se isso tivesse um caráter explicativo inerente.

Giselle Martins Venâncio, em seu artigo: *Prefigurações da paisagem historiográfica: revistas, coleções e mediações*, também ressalta o caráter explicativo da categoria geração. Afirmar que intelectuais fazem parte de uma mesma geração significa refletir como são parte de um movimento maior e suas ações só podem ser compreendidas se analisadas a partir dos termos ao qual se referem, ou seja, a partir do contexto em que foram produzidas¹⁷⁵. As gerações se reconhecem a partir de grupos que agem em função de uma plataforma. Rodrigues da Silva busca delimitar o uso da geração na história intelectual. Reconhece que é um conceito polissêmico e que os fatores biológicos e etários não são suficientes para estabelecer semelhanças entre intelectuais. Isso porque, viver no mesmo espaço de tempo não significa, necessariamente, compartilhar as mesmas experiências de vida e formas de pensar. A noção de geração intelectual estaria relacionada a indivíduos que compartilharam as mesmas experiências coletivas e construíram a mesma visão de mundo. Há, portanto, uma noção de geração enquanto contemporaneidade que, para a autora, é a mais adequada para a história intelectual¹⁷⁶.

Gomes e Hansen reforçam que as gerações não são como um “grupo de idade”, mas principalmente como um grupo de formação, ligadas entre si por partilharem influências muito semelhantes. Mas, mesmo sob as mesmas influências, as gerações não são postuladas como chaves explicativas de grupos intelectuais, mas como fatores que devem ser identificados e analisados para que as sociabilidades dos grupos sejam mais bem compreendidas¹⁷⁷. Portanto, esses eventos e “climas” que afetam uma geração, não explicam, mas devem ser explicados para que possamos nos aproximar das características centrais de cada geração intelectual. Outro ponto destacado pela autora é de que uma geração só ganha

¹⁷⁵ VENÂNCIO, Giselle Martins. *Prefigurações da paisagem historiográfica: revistas, coleções e mediações*. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Orgs.). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p.442-448.

¹⁷⁶ SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragmentos da história intelectual – entre questionamentos e perspectivas**. Campinas, Papyrus, 2002.

¹⁷⁷ GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. *Prefigurações da paisagem historiográfica: revistas, coleções e mediações*. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Orgs.). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p.25.

significado quando se relaciona com outras, a troca de experiências é extremamente necessária.

Concordamos com Rodrigues da Silva¹⁷⁸ e Karvat e Machado¹⁷⁹ quando destacam que o pesquisador em história intelectual não pode ignorar as contribuições de Bourdieu para uma análise que pretenda levar em consideração não apenas aquilo que a obra diz ou disse em sentido estrito, mas o que ela significou em seu contexto. As reflexões de Bourdieu são vistas por esses autores como uma das mais férteis para pensar a vida intelectual e seus desdobramentos. É possível entender o conceito de *campo* como um sistema de relações, que pressupõem hierarquia e relações de poder¹⁸⁰. Para compreender o campo intelectual, que é o caso específico de nosso trabalho, é necessário atentarmos para as relações entre posições, para a configuração desse meio. As ações dos intelectuais não podem ser compreendidas se deslocadas da malha que as tecem, de seu contexto de disputas por posições e hegemonia dentro daquele meio específico. É interessante pensar como as relações objetivas de constituição e formação do *campo* contribuíram para a legitimidade dos bens simbólicos que produz. Portanto, ao analisar determinado produto intelectual ou determinado autor, não podemos desconsiderar a teia de relações nas quais ele está imerso. O significado atribuído a ele e sua recepção não devem ser analisados sem levar em consideração a posição que ocupa no *campo* e as relações de poder- *poder simbólico*- que estão envolvidas.

Gomes e Hansen também consideram inevitável a aproximação com o conceito de *campo* de Bourdieu, mas buscam sublinhar as distinções entre a utilização de conceitos como redes de sociabilidade e geração e o conceito de *campo*. Para essas autoras, o conceito de *campo* incorpora dimensões “arqueológicas” e “genealógicas”. Nessa conformação são importantes as relações que teriam originado esse grupo¹⁸¹. Em uma dimensão que diminuiria o papel da idade, mas reforçaria o papel do local, e das relações que o constituíram. O conceito de campo está mais diretamente relacionado com as estratégias e lutas por posições que ocorrem “dentro” de um espaço de disputas. As autoras afirmam não negar a existência

¹⁷⁸ SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragments da história intelectual – entre questionamentos e perspectivas**. Campinas, Papyrus, 2002. p.25-27.

¹⁷⁹ KARVAT, Erivan Cassiano; MACHADO, Valeria Floriano. **História intelectual e história de intelectuais: reflexões, perspectivas, problemas**. Disponível em: <http://www.erh2014.pr.anpuh.org/anais/2014/426.pdf>. Acesso em: 24 out. 2017.

¹⁸⁰ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

¹⁸¹ GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Orgs.). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p.25-26.

dessa disputa por posições, mas, ao privilegiarem o uso de categorias como redes de sociabilidade e geração pretendem enfatizar uma perspectiva histórica que acompanhe a formação e transformação dessas formas associativas e os diversos usos que os intelectuais fazem. Apesar desse esforço de diferenciação, Gomes e Hansen ressaltam que o conceito de *campo* foi reelaborado por Bourdieu e adquiriu maior flexibilidade. A partir dessa perspectiva menos ortodoxa e mais flexível do conceito, é possível nos apropriarmos dele combinando-o com as categorias de redes de sociabilidade intelectual e geração, por exemplo.

O objetivo desta seção foi evidenciar as diferentes formas e estratégias utilizadas pela historiografia para melhor compreendermos a atuação do grupo de intelectuais do qual Roquette-Pinto fez parte. Utilizaremos esses conceitos na seção 2.5 deste capítulo, no momento em que tratamos da Revista Nacional de Educação e de como ela encampava os ideais de nacionalismo e de possibilidade de mudar o Brasil a partir da constituição de seu povo por meio do investimento em políticas de educação e divulgação da ciência. Esses conceitos nos auxiliarão a compreender as redes de sociabilidade das quais Roquette-Pinto fazia parte.

2.4 Metodologia para o Estudo de Revistas

Ao discutir as relações entre intelectuais e revistas, Beatriz Sarlo reitera a abordagem de Sirinelli sobre a importância das revistas para a história intelectual, visto que são “instituições dirigidas habilmente por um coletivo, informam sobre os costumes intelectuais de um período, sobre as relações de força, poder e prestígio no campo da cultura¹⁸²”. Para esta autora, a decisão de publicar uma revista reflete a necessidade e o ímpeto de fazer política cultural. A revista se diferencia do livro pois acredita-se que ela possibilita interferir no debate daquela conjuntura específica, daquele momento. O tempo da revista é o presente, enquanto o livro tem uma durabilidade maior. Essa ligação da revista com o presente se dá justamente por sua vontade de intervir nele e de alguma forma modificá-lo. Uma revista velha evidencia claramente sua desatualização, os temas dos quais ela trata ou já foram incorporados à cultura comum, ou são lembrados como fracassos, que não tiveram inserção significativa na sociedade. É fundamental também notar que a revista deve ser analisada como um conjunto, a análise individual dos textos jamais poderia nos dar uma ideia das principais questões que definiram aquele presente, que hoje é passado. Elas funcionam como provas de como se

¹⁸² SARLO, Beatriz. **Intelectuales y revistas: razones de una practica**. Universidade de Buenos Aires, 1992. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/ameri_0982-9237_1992_num_9_1_1047. Acesso em: 06/03/2017. p.15.

pensava naquele presente e o que se projetava para seu futuro imediato, que hoje é passado. E, portanto, servem de fontes para o historiador.

Afirmar que a revista deve ser analisada como um todo e não de maneira fragmentada em textos individuais, significa dizer que não é apenas o conteúdo veiculado em suas páginas que é relevante. Mas também a forma: ordem, paginação e maneira de dar títulos, por exemplo. As revistas parecem mais adequadas do que os livros a uma leitura sócio-histórica. Elas são um lugar de organização de discursos diferentes, um mapa das relações intelectuais, com suas características de idade e ideologia, e uma rede entre a dimensão cultural e política¹⁸³. Regina Crespo também reforça o espaço privilegiado que as revistas adquiriram para o estabelecimento de pautas de discussão e também de ação no campo cultural, intelectual e também sociopolítico¹⁸⁴. Durante o século XX elas foram instrumento importante para que grupos de artistas e intelectuais pudessem intervir no debate intelectual, cultural e político. É, segundo a autora, uma nova perspectiva de estudá-las, a partir de sua relação direta com os contextos em que surgiram e circularam.

É válido sublinharmos também a contribuição de Tânia Regina de Luca a partir de três textos¹⁸⁵ que tratam do uso dos periódicos não apenas como fonte para a História, especialmente por meio da História da Imprensa, mas também como objeto, problema. Em seu texto *A História dos, nos e por meio dos periódicos* a autora afirma que a resistência em utilizar os periódicos como fontes para pesquisas em História estava bastante relacionada ao peso da história tradicional, na qual os documentos precisavam ser: objetivos, neutros e fidedignos. E, mesmo com a crítica dos Annales à história dita tradicional a partir da década de 1930, a imprensa continuou à margem das tendências para pesquisas históricas. Apenas com as alterações ocorridas em fins do século XX com a terceira geração dos Annales, foi proposta uma renovação temática e também questiona o modelo de história macroeconômica e com pretensões totalizantes em prol de uma abordagem mais voltada para a cultura. Para

¹⁸³ SARLO, Beatriz. **Intelectuales y revistas: razones de una practica**. Universidad de Buenos Aires, 1992. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/ameri_0982-9237_1992_num_9_1_1047. Acesso em: 06 mar. 2017.p.15.

¹⁸⁴ CRESPO, Regina (Org.). **Revistas en América Latina: proyectos literarios, políticos y culturales**. Ediciones Eón, 2010.

¹⁸⁵ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezy (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. Revista do Brasil (1938-1943), um projeto alternativo? In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. **Política, Nação e Edição: o lugar dos impressos na construção da vida política**. São Paulo: Annablume, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

Luca, é possível acompanhar o processo que foi da marginalidade e desconsideração do periódico à sua centralidade a partir do processo de renovação da disciplina histórica.

Luca reforça que o estudo das publicações literárias e culturais tem sido bastante frutífero, isso porque as revistas foram frequentemente utilizadas por movimentos de vanguarda, como instrumento de luta e divulgação de seus manifestos. É interessante relacionar a diversificação das temáticas historiográficas e a escolha dos periódicos como fonte de pesquisa. As pesquisas que têm o periódico como objeto ampliaram o espectro de temas: história de gênero, da infância, dentre outros.

Ainda no artigo, *História dos, nos e por meio dos periódicos*, a autora ressalta alguns aspectos metodológicos relevantes e que não devem funcionar como uma fórmula, mas como inspiração para as pesquisas que utilizam as revistas. O olhar atento para a materialidade da revista é fundamental: qual o seu formato, o tipo de papel em que é impressa, a qualidade, as cores, as imagens. Essas diferenças físicas apontam para outras especificidades, que comumente se relacionam aos sentidos assumidos e espaços ocupados pelo periódico no momento de sua circulação¹⁸⁶. É interessante observar, por exemplo, a interação entre métodos de impressão disponíveis em determinado momento histórico e o lugar social ocupado pelo periódico. Por que utilizar papéis mais simples ou tecnologias de impressão já ultrapassadas? Muitas vezes a explicação reside no lugar que essa publicação ocupa e no seu público. É necessário historicizar sua fonte e questionar o porquê, dentre todas as opções, essa teria sido a escolhida. É preciso compreendê-la dentro de seu contexto social e localizá-la numa série. A revista não deve ser analisada como um objeto único e isolado. Portanto, o conteúdo não deve ser dissociado de seu lugar social.

A fim de exemplificar essas questões, podemos destacar dois aspectos formais da Revista Nacional de Educação que fornecem pistas significativas para a compreensão de seu lugar social e sua função. A primeira delas é a utilização de papel e impressão simples, essa escolha deve ser analisada a partir da compreensão de que a Revista objetivava ser distribuída gratuitamente para os diversos estados e municípios brasileiros. Encontra-se aí a necessidade de buscar um produto mais barato, necessidade de distribuição relativamente ampla e gratuita. O outro aspecto gráfico relevante é a quantidade significativa de imagens e ilustrações. Esse apelo visual pode ser explicado a partir de seu objetivo de ser divulgadora da ciência a um

¹⁸⁶ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezy (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p.130-132.

público amplo e, na maior parte das vezes, pouco instruído. A abundância de imagens visava, portanto, facilitar o acesso ao conteúdo da Revista e, ao mesmo tempo, possibilitar que esse público mais amplo conhecesse obras de arte clássicas, tanto de pintores brasileiros quanto estrangeiros.

Luca conversa com Sirinelli quando enfoca no papel da revista como espaço de sociabilidade, agrega pessoas em torno de plataformas comuns que pretendem difundir¹⁸⁷. As revistas colaboram para a compreensão das redes de sociabilidade entre os intelectuais de determinada geração. Neste momento também podemos evocar novamente Beatriz Sarlo, que entende a Revista como uma política cultural, ou seja, a vê a partir da necessidade de interferir em um determinado debate: político, cultural ou científico¹⁸⁸.

Além do já citado artigo, *História dos, nos e por meio dos periódicos*¹⁸⁹, Tânia Regina de Luca possui o livro: *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação*. Neste livro a autora estuda a Revista do Brasil, que foi criada em 1916, idealizada por Julio de Mesquita, que à época já era dono do jornal O Estado de São Paulo. Luca sublinha o processo de idealização da Revista e conecta sua fundação com o contexto no qual o Brasil se encontrava à época, ressalta a influência da Primeira Guerra Mundial e de um reflorescimento do nacionalismo, bem como da República Oligárquica e sua descentralização. A autora também ressalta que o objetivo central deste novo periódico era a propaganda nacionalista, uma vez que um problema primordial do país era a falta de consciência nacional e um desconhecimento em relação às coisas nacionais. Havia um desapego em relação às nossas tradições e história. A publicação foi concebida enquanto uma proposta de ação para colocar o país no rumo certo.

O livro também destaca os aspectos formais da obra como o fato de terem sido 113 números e com uma média de 95 páginas por número. Há também um levantamento da ordem das matérias e seções da Revista. A pesquisa da autora tem como foco a primeira fase da revista, que compreende os anos de 1916 a 1925. O livro não deixa de destacar as transformações que ocorreram na imprensa no início do século XX e o incipiente mercado editorial brasileiro, com destaque para a figura de Monteiro Lobato. Lobato que foi um dos

¹⁸⁷ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. in: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996. p.231-270.

¹⁸⁸ SARLO, Beatriz. **Intelectuales y revistas: razones de una practica**. Universidade de Buenos Aires, 1992. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/ameri_0982-9237_1992_num_9_1_1047. Acesso em: 06/03/2017.

¹⁸⁹ LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezy (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2006.

principais colaboradores da revista e, em 1918, comprou a publicação e investiu fortemente no mercado editorial. Há um levantamento dos principais colaboradores da Revista e a constatação de que o veículo aglutinava autores de posições políticas, ideológicas e estéticas diversas, não havendo um discurso único, se aceitando certa diversidade, mesmo que Luca reconheça a predominância do discurso de uma elite paulista¹⁹⁰.

É possível ressaltar que um dos objetivos primordiais do livro de Tânia Regina De Luca era a relação da Revista do Brasil com a construção da nação brasileira. Um dos questionamentos basilares da publicação se inseriu e até mesmo contribuiu para construir os debates acerca do que seria ou deveria ser a nação brasileira. Fizemos esse breve resumo sobre o livro de Luca porque seu modelo nos será bastante útil. Em nosso trabalho, pretendemos analisar a Revista Nacional de Educação a partir da linha proposta por Luca em seus artigos e desenvolvida em seu livro sobre a Revista do Brasil e sua relação com a construção da nação brasileira.

A fim de direcionar os estudos que utilizam as revistas, Luca destaca alguns passos que utiliza em suas pesquisas e que nos inspiram e nos direcionam metodologicamente. Segundo a autora, é importante ressaltar a necessidade de: 1) encontrar fontes e organizá-las; 2) localizar essas publicações na história da imprensa; 3) atentar para as características de ordem material: formato, tipo de papel, qualidade da impressão, imagens; 4) compreender a forma de organização interna do conteúdo; 5) caracterizar as imagens, material iconográfico; 6) caracterizar o grupo responsável pela publicação; 7) identificar os principais colaboradores; 8) identificar a que grupo se destinava; 9) apontar as fontes da receita do periódico; 10) analisar o material de acordo com a problemática escolhida. Ao longo de nossa análise da Revista Nacional de Educação frequentemente faremos referências a essas indicações de Luca não com o objetivo de as tratarmos como um modelo fechado, mas para guiar e direcionar nosso estudo¹⁹¹. E, a partir dessas diretrizes, iremos construir um perfil da revista.

¹⁹⁰ LUCA, Tânia Regina de. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

¹⁹¹ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezy (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p.142.

2.5 Perfil da Revista

Nossa fonte é a Revista Nacional de Educação, cujos 21 números, publicados de 1932 a 1934, foram encontrados na Biblioteca do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Não estavam em bom estado de conservação, mas foi possível encontrar a série completa.

A Revista Nacional de Educação não foi a única publicação do Museu Nacional. Em fevereiro de 1876 foi criada a revista Arquivos do Museu Nacional por um decreto imperial durante a direção de Ladislau Netto. Esse decreto afirmava ser função do Museu Nacional publicar uma revista para dar conta das investigações e trabalhos realizados no estabelecimento e publicar notícias que fossem do interesse da ciência¹⁹². Silly destaca que a Arquivos do Museu Nacional foi uma das primeiras revistas científicas publicadas no Brasil e sua publicação ficou sob a responsabilidade de uma Comissão formada pelo diretor geral juntamente com um diretor e um subdiretor de cada seção. A distribuição do material era gratuita, mas não pretendia alcançar a população em geral, mas bibliotecas e estabelecimentos científicos e literários, tanto no Brasil quanto no exterior¹⁹³. O projeto desse periódico científico era elevar o Museu Nacional a verdadeiro órgão de produção científica, colaborando para o progresso do país e a conquista de um lugar entre o rol de países civilizados¹⁹⁴. A produção da ciência contribuiria para adquirir um local de maior destaque na hierarquia mundial e a inserir o Brasil em uma rede de países que trocavam informações, livros e periódicos científicos¹⁹⁵. Já em 1923, quase uma década antes da criação da Revista Nacional de Educação, Arthur Neiva criou o periódico Boletim do Museu Nacional durante o período em que dirigiu o Museu¹⁹⁶.

Mesmo com diferenças facilmente notáveis entre as revistas anteriores do Museu Nacional, especialmente a Arquivos do Museu Nacional, e a Revista Nacional de Educação, é possível inseri-las numa mesma série. Isso porque todas são revistas da mesma instituição e

¹⁹² AGOSTINHO, Michele de Barcelos. **A Revista Arquivos e a biblioteca do Museu Nacional: espaços de circulação e conservação das ciências naturais do Brasil Imperial**. Acervo- Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v.26, n.1, p. 81-92, jan-jun. 2013.

¹⁹³ SILLY, Paulo Rogério Marques. **Casa de ciência, casa de educação: ações educativas do Museu Nacional (1818-1935)**. Rio de Janeiro: Uerj, 2012. Tese (doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação. p.187.

¹⁹⁴ Ibidem.p.189.

¹⁹⁵ Ibidem.p. 190.

¹⁹⁶ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Arthur Neiva e a 'questão nacional' nos anos 1910 e 1920**. História, ciência, saúde- Manguinhos. Rio de Janeiro, v.16, n.1, p.249-264. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702009000500012>. Acesso em: 24 out. 2017.

com foco na ciência, sua valorização e difusão. Contudo, as semelhanças terminam quando direcionamos nosso olhar ao público alvo dessas publicações e a abordagem que cada uma delas defende e veicula acerca da ciência. Enquanto a revista *Arquivos do Museu Nacional* valoriza a disseminação da ciência para outros cientistas e instituições científicas, a *Revista Nacional de Educação* busca divulgar ou vulgarizar a ciência para um público mais amplo, de não cientistas.

Portanto, a *Revista Nacional de Educação* não tem como objetivo marcar o Museu Nacional como um espaço de produção científica, mas de torná-lo um espaço de ensino. A revista busca consolidar o Museu Nacional como um espaço de ensino em colaboração com as escolas e outras iniciativas voltadas para a área da educação. E, nessa perspectiva, cabe a ponderação de Loureiro sobre as especificidades dos termos disseminação e divulgação científicas, ambos são modalidades de difusão da ciência. No entanto, de acordo com a discussão levantada por esse autor, disseminação científica é um termo adequado para medidas e periódicos que pretendem difundir a ciência entre especialistas. O objetivo de um veículo disseminador da ciência é possibilitar a discussão entre pares de uma mesma área ou intercâmbio entre especialistas de diferentes vertentes. Enquanto divulgação ou vulgarização da ciência é o termo adequado para se referir a publicações e medidas que busquem levar a ciência para os não especialistas, leigos. Há, portanto, nesse caso a necessidade de recodificar a linguagem da informação científica para atingir um público mais amplo.¹⁹⁷ A partir da proposta de Loureiro é relevante pontuar que a revista *Arquivos do Museu Nacional* seria disseminadora da ciência enquanto a *Revista Nacional de Educação* divulgadora ou vulgarizadora da ciência. Retornaremos a essa discussão de maneira mais detalhada no início do terceiro capítulo.

A *Revista Nacional de Educação* também não foi o único periódico de divulgação científica dirigido por Edgard Roquette-Pinto. Ainda em 1923, Roquette lança a *Revista Rádio*, órgão quinzenal da Rádio Sociedade com artigos principalmente sobre radiodifusão. Em 1926, a Rádio Sociedade publica uma nova revista, *Electron*, também dirigida por Roquette-Pinto e distribuída aos sócios da Rádio Sociedade¹⁹⁸.

¹⁹⁷ LOUREIRO, José Mauro M. **Museu de ciência, divulgação científica e hegemonia**. Ciência da informação, Brasília, n.1, p.88-95, 2003.

¹⁹⁸ BOJUNGA, Claudio. **Roquette-Pinto - o corpo a corpo com o Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2017. p.220.

Apesar da simplicidade dos materiais utilizados na Revista Nacional de Educação, é abundante o uso de imagens ao longo dos exemplares e é relevante sublinhar que possuíam uma boa qualidade. As imagens tinham caráter didático, com o objetivo de exemplificar e tornar mais acessível o conteúdo do texto. Como exemplo desse uso do recurso gráfico, podemos destacar as gravuras que representam as partes das plantas ou que demonstram como armazená-las com fins de compor um pequeno Museu Escolar. Essas imagens para ilustrar e exemplificar eram abundantes, por exemplo, na seção *Noções elementares de botânica* de Carlos Vianna Freire, especialmente quando destacava a importância da criação de acervos de ciências naturais nas escolas. As instruções sobre os passos que deveriam ser seguidos para que cada escola pudesse ter sua própria coleção de fauna e, principalmente, flora, eram reforçadas por meio de desenhos e instruções precisas sobre como organizar um álbum com exemplares de plantas e potes para o armazenamento de pequenos animais. O cuidado e os detalhes das instruções, notáveis também a partir dos desenhos que priorizavam cada etapa do processo, evidenciam o valor que atribuíam a este tipo de material.

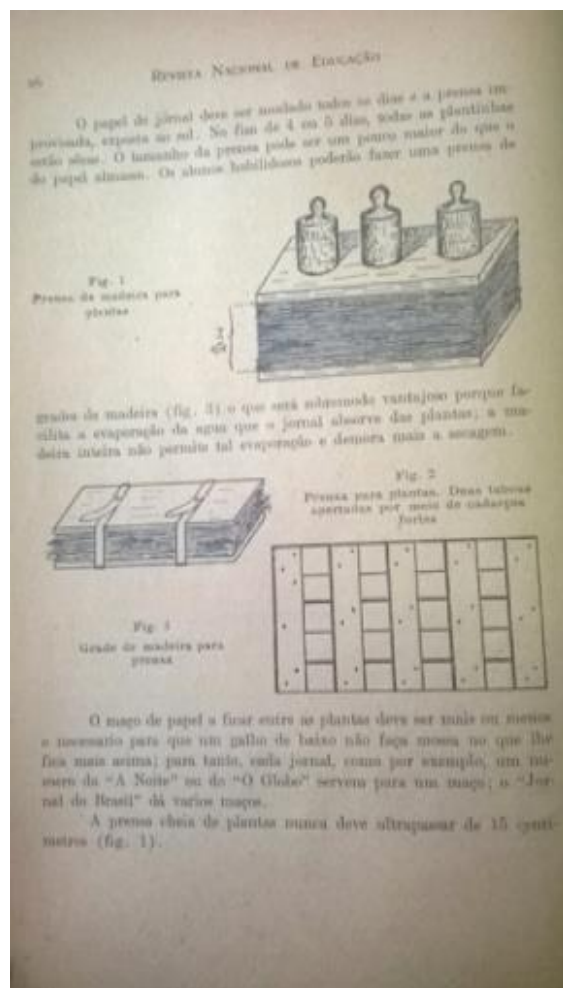


Figura 2- Prensa para secar e preparar folhas para serem colocadas em álbum.

Para Freire, era fundamental que os alunos fossem estimulados pelas mestras a estarem em contato com a natureza e aprender botânica a partir dessa interação direta com o meio ambiente e não com explicações teóricas longas e com pouco ou nenhum apego à realidade. O botânico propõe que essas professoras construíssem com os alunos um álbum com espécies de plantas que eles mesmos encontrassem no cotidiano para, junto com as crianças, classificar, mesmo que de maneira bastante simples, esses vegetais. E tudo isso deveria ser ensinado de maneira lúdica porque essa “idade é própria; aprende brincando”¹⁹⁹. Essa maneira de ensinar, bastante discutida à época e sob forte influência do movimento da Educação Nova e de seu manifesto de 1932 seria a mais adequada:

“A criança que for educada assim aprendendo a amar as coisas da natureza, ao chegar à adolescência não depreará as árvores da via pública, não apedrejará os passarinhos, como infelizmente fazem os ignorantes (e são muitos) que perambulam pelos nossos parques e jardins e cujo único prazer é quebrar galhos, picar com canivete as cascas das árvores, e outros crimes contra a floresta indefesa²⁰⁰”.

As imagens cumprem nessa matéria uma função de bastante relevância, servem para exemplificar como as professoras devem proceder para que o ensino de botânica seja mais prazeroso e proveitoso. Nesse momento colaboram para que o periódico cumpra a função a qual se propõe, funcionar como uma espécie de manual e divulgar a ciência, tanto para a sociedade em geral quanto para estimular as professoras a abordá-la.

Era recorrente também a utilização de pinturas e gravuras com o objetivo de apresentar ao indivíduo comum paisagens de partes do Brasil, costumes indígenas e também popularizar obras de arte, clássicos brasileiros e internacionais. Essas imagens eram dispostas no corpo do texto, entre as diferentes seções e até mesmo no meio de uma mesma matéria e, não necessariamente, eram vinculadas ao assunto da seção em que estavam inseridas.

¹⁹⁹ FREIRE, Carlos Vianna. Toda escola deve possuir uma coleção de botânica. **Revista Nacional de Educação**. n.1.p.24.

²⁰⁰ Ibidem.p.24.



Figura 3- Pintura Caipiras negaceando- Almeida Junior

A imagem acima exibe um quadro brasileiro em que os personagens principais são caipiras ou sertanejos, homens do interior do Brasil e eleitos por Roquette-Pinto, Euclides da Cunha e diversos intelectuais já citados anteriormente, como símbolos da brasilidade. Esse quadro do pintor Almeida Junior é colocado no meio de um artigo de Alberto J. de Sampaio, professor de botânica do Museu Nacional, *O Tricentenário da Quina*, que comemora o terceiro centenário do uso da casca da planta medicinal chamada quina. A importância dessa planta está no combate à malária e em seu papel no auxílio ao Saneamento Urbano e Rural. Essa imagem não tem a função específica de ilustrar o artigo sobre a quina e suas propriedades medicinais, mas se insere na perspectiva geral da revista, de valorizar o conhecimento e a divulgação da arte, dos artistas e dos elementos da cultura que consideravam genuinamente brasileira. E, nesse sentido, a arte caipira de Almeida Júnior²⁰¹, pintor brasileiro da segunda metade do século XIX, se encaixa muito bem na perspectiva geral do periódico e teve lugar de destaque²⁰².

²⁰¹ COLI, Jorge. A violência e o caipira. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.30, p.23-30, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2172>>. Acesso em: 24 out. 2017.

²⁰² JUNIOR, Almeida. Caipiras negaceando. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.10, p.8-9, jul.1933.

A presença da obra clássica do Renascimento Italiano, Gioconda, de Leonardo Da Vinci, pode ser explicada pela preocupação da publicação em fornecer uma bagagem cultural mínima para o leitor da revista, para que ele tivesse conhecimento dos clássicos. Portanto, para os organizadores da publicação era relevante destacar quadros de autores mundialmente famosos e obras clássicas que são referência dentro da perspectiva da cultura geral ocidental. Além da divulgação da ciência, a revista também se preocupava com a educação estética. O periódico buscava criar uma noção de recepção estética na população brasileira, que não possuía nenhum cultivo, de acordo com as elites. A revista era uma das estratégias para introduzir na população a noção de belo e a capacidade de apreciá-lo²⁰³.



Figura 4- Pintura Gioconda – Leonardo Da Vinci

As Revistas variavam quanto ao número de matérias, ao longo dos 21 números as edições tinham entre 12 e 23 seções. A quantidade variava conforme o tamanho das matérias, visto que os exemplares costumavam ter cerca de 90 páginas, com exceção da revista de

²⁰³ VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000 p. 409.

número 2, com 127 páginas, da edição 3 com 71 páginas e da publicação 11/12, com 157 páginas. A revista de número 11/12, que mais destoou da média das demais, foi uma edição especial de aniversário do periódico. Ao analisar a série de revistas, não notamos regularidade na ordem de aparecimento das matérias por temática ou autor. Nem as colunas regulares na revista possuem uma ordem específica e permanente na publicação.

A regularidade foi encontrada em apenas dois casos específicos, as colunas *Viagem ao Brasil* (1817-1820) e *Notas e Informações*, foram, nessa ordem, as duas últimas colunas de todos os exemplares. Essas foram as únicas seções presentes em todos os números. *Viagem ao Brasil (1817-1820)* é uma obra dos naturalistas bávaros de princípios do século XIX: Carl Friedrich Philipp Von Martius e Johann Baptist Von Spix. Desde 1815 o príncipe Maximiliano Joseph I da Baviera havia encomendado para a Real Academia de Ciências de Munique uma viagem científica pelo interior da América do Sul, mas a oportunidade surgiu apenas em 1817, por ocasião do casamento de D. Pedro I com a princesa Leopoldina da Áustria²⁰⁴. Essa expedição não foi a única que ocorreu durante o século XIX no Brasil. A vinda de D. João VI para a colônia, a abertura dos portos brasileiros e o próprio incentivo e interesse do príncipe regente em trazer expedições científicas, artísticas e comerciais para ampliar o conhecimento sobre a nova sede do império, estimularam a vinda de viajantes estrangeiros²⁰⁵. O desenvolvimento técnico-científico europeu durante o século XIX contribuiu para o número significativo de expedições por meio da melhoria dos transportes, do estímulo à pesquisa científica e também pela possibilidade de exercer um domínio sobre essas terras exóticas, diferentes e recém-abertas a relações com outros países²⁰⁶.

Viagem ao Brasil (1817-1820) foi traduzida do alemão para ser publicada na Revista Nacional de Educação. A inserção dessa obra na publicação pode ser compreendida a partir do caráter de valorização da fauna, da flora, das belezas e riquezas do Brasil. Neste momento devemos recordar dois aspectos, o primeiro deles é o fato de a Revista ser um periódico do Museu Nacional do Rio de Janeiro, conhecido por suas coleções de História Natural e pelo intercâmbio que realizou ao longo do século XIX com diversos naturalistas. O segundo ponto a ressaltar está no fato de que essas expedições científicas estudavam a fauna, a flora e a

²⁰⁴LISBOA, Karen Macknow. **Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: Quadros da Nação e esboços de uma civilização**. São Paulo, 1992.p. 74-75.

²⁰⁵SARNAGLIA, Marcela. O Brasil sob o olhar estrangeiro: um estudo da obra Dois Anos no Brasil de Auguste François Biard. Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique de Faria Pereira; Valdeci Lopes de Araujo (orgs). **Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas**. Ouro Preto: EdUFOP, 2012.p.3.

²⁰⁶ Ibidem. p.4.

diversidade brasileira. Promoviam, portanto, a ciência no país, a “descoberta” e classificação de diversos elementos brasileiros, mesmo que boa parte desse material fosse para os museus europeus. Portanto, resgatar e traduzir uma obra de naturalistas do século XIX, como *Viagem ao Brasil*, de Spix e Martius, é valorizar o conhecimento sobre os rincões brasileiros, com suas riquezas de flora, fauna e minerais e de homens e suas culturas.

Notas e Informações, a outra seção que aparece em todos os exemplares, destacava pequenas biografias de artistas e autores citados ao longo da revista. Também encontramos eventos e informações relativos à ciência e à educação, correção de erros que pudessem ter ocorrido na revista e legendas das pinturas e gravuras encontradas na edição. É válido destacar também que alguns números foram publicados juntos, os exemplares: 11/12, 13/14, 16/17, 18/19 e 20/21. Outra regularidade encontrada no periódico é a presença da epígrafe: “... em todos os lares do Brasil o conforto moral da ciência e da arte” na capa de todos os números do periódico.

Em todos os números da publicação encontramos a foto de um brasileiro ou personagem que, mesmo estrangeiro, tenha contribuído, a partir das perspectivas do periódico, com o desenvolvimento de algum aspecto do Brasil e que eram expoentes em suas áreas de atuação. Dentro dessa plêiade de autores cabe sublinharmos a presença do jornalista, escritor, professor e poeta Euclides da Cunha (1866-1908); do político e escritor Alberto Torres (1865-1917); do músico e mais importante compositor de ópera brasileiro Carlos Gomes (1836-1896); da educadora, escritora e poetisa Nísia Floresta (1810-1885); do militar fluminense Duque de Caxias (1803-1880) e também de figuras de destaque do século XVIII e XIX, como o símbolo da Inconfidência Mineira Tiradentes (1746-1792) e o sacerdote católico e estadista Diogo Antônio Feijó (1784-1843). Todos eles são recuperados a partir da perspectiva exemplar, uma vez que foram vistos como pessoas que imprimiram suas marcas na História do Brasil e, de alguma maneira, contribuíram para a construção da nação brasileira, questão primordial nas discussões e debates das décadas de 1920 e 1930, como destacamos anteriormente. A escolha dos autores para compor a capa da revista não foi descompromissada e aleatória, foram priorizadas figuras que suscitasse aspectos de grandeza, unidade e desenvolvimento do Brasil. E que podem, portanto, ser levantadas para auxiliar na compreensão do projeto de formação da nação defendido pelo periódico. No final da revista, na coluna *Notas e Informações* havia uma pequena biografia sobre o personagem que se encontrava na foto de capa da edição.

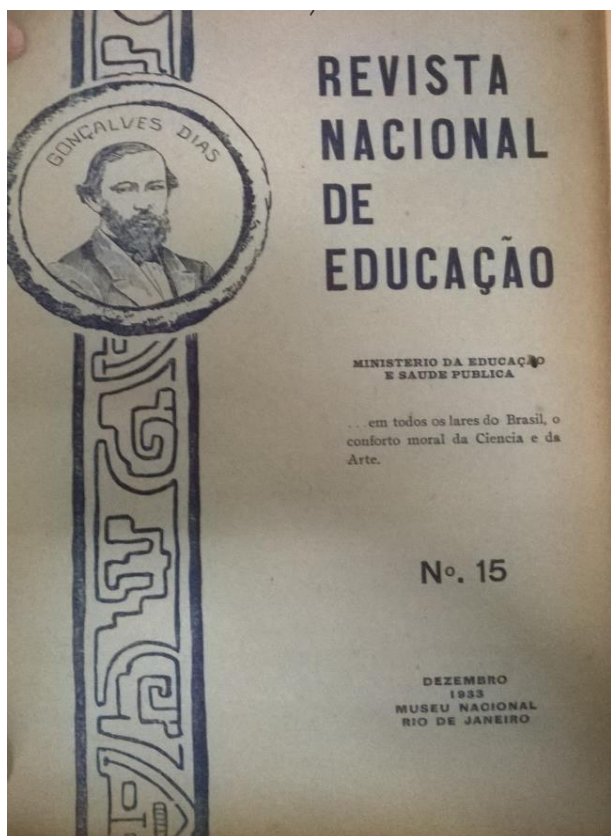


Figura 5- Capa da Revista de número 15

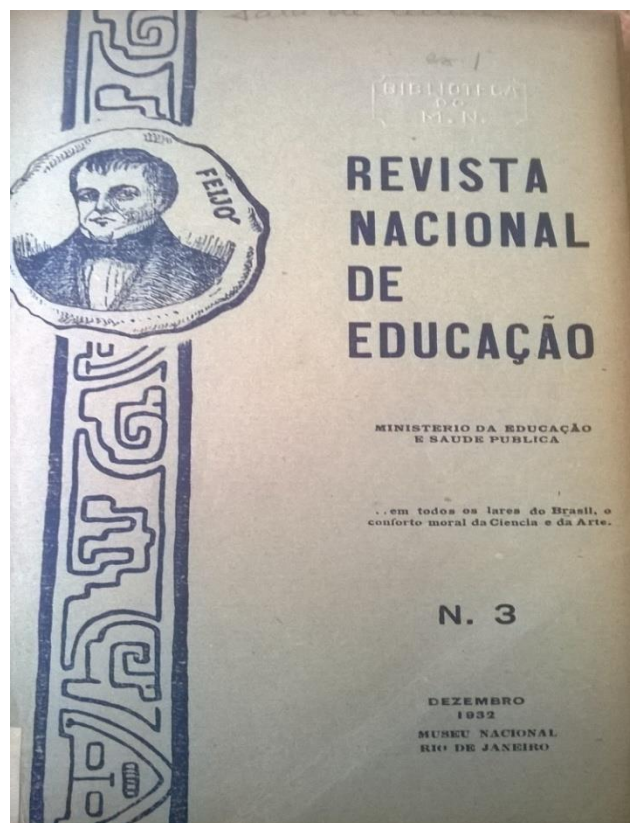


Figura 6- Capa da Revista de número 3

Ainda a partir da perspectiva metodológica de Luca é necessário compreendermos melhor o grupo responsável pela publicação do periódico²⁰⁷. Além de Roquette-Pinto, que outros intelectuais contribuíram com a Revista Nacional de Educação? Em nossa pesquisa delimitamos esse grupo para que pudéssemos conhecê-lo melhor e, desta maneira, ressaltar seus pontos em comum e compreender o que os uniu em torno desse projeto. Buscamos conhecer as redes de sociabilidade intelectual estabelecidas na revista a partir de um procedimento bastante simples, observar os autores e a frequência com que eles escrevem para o periódico. Partimos do pressuposto de que quanto maior o número de matérias com as quais o pesquisador contribuiu para o periódico, mais efetiva é a influência e a relação desse intelectual com as perspectivas defendidas pela revista e a responsabilidade por sua organização.

²⁰⁷ LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezy (org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

Tabela 1- Referente aos autores de acordo com a quantidade de artigos publicados na Revista.

Autores	Número de contribuições
Carlos Vianna Freire	15
Alberto Childe	14
Mello Leitão	14
A.J de Sampaio	11
Moyses Gikovate	11
Othello Reis	9
L. Cruls	8
Raimundo Lopes	6
O.F	6
Edgard Roquette-Pinto	5
Alexandre Ferreira	5
Seth	5
F. Guerra Duval	5

Ao observar a tabela notamos que os autores que mais escreveram matérias para a revista eram vinculados ao Museu Nacional, Carlos Vianna Freire, Alberto Childe, Mello Leitão, A. J de Sampaio, Moyses Gikovate²⁰⁸ e também com um número um pouco menor de contribuições, Raimundo Lopes e Edgard Roquette-Pinto.

Mello Leitão, Roquette-Pinto e A.J de Sampaio eram funcionários do Museu Nacional e tiveram formações semelhantes, foram contemporâneos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e somente Sampaio que não a concluiu. Formou-se apenas mais tarde como médico homeopata pela Escola de Medicina e Cirurgia do Instituto Hahnemanniano.²⁰⁹ Neste capítulo não retornaremos à trajetória de Edgard Roquette-Pinto, já abordada de maneira mais detalhada no capítulo anterior.

Mello Leitão (1886-1948), um dos autores que mais colaborou com a Revista, com 10 contribuições ao longo dos 21 números. Era paraibano e formou-se pela Faculdade Nacional de Medicina em 1908. Nos primeiros anos de sua carreira atuou como médico, mas depois se

²⁰⁸ SANTOS, Maria Cristina Ferreira dos. **Educação e Ciência no Brasil Republicano: a atuação de Cândido de Mello Leitão no Museu Nacional do Rio de Janeiro (1931-1937)**. In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação - Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil. 2013. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/EDUCACAO%20E%20CIENCIA%20NO%20BRASIL%20REPUBLICANO.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2017.

²⁰⁹ DUARTE, Regina Horta. **A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação científica e práticas políticas no Brasil – 1926-1945**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2010.p.54.

dedicou à carreira de professor do ensino secundário e superior e à atuação na área das ciências biológicas e naturais²¹⁰. Participou da Associação Brasileira de Educação, fundada em 1924, na qual conviveu com defensores do movimento de renovação da educação e também foi membro e presidente da Academia Brasileira de Ciências²¹¹. Em consonância com as ideias que defendia e os espaços de sociabilidade em que estava inserido, a atuação profissional de Mello Leitão reivindicava mudanças no ensino de História Natural e Biologia Geral nas escolas. Advogava que essas disciplinas necessitavam de novos métodos, mais vibrantes e próximos ao cotidiano dos alunos.

A trajetória de Mello Leitão foi balizada por sua participação como professor do Instituto de Educação do Distrito Federal, considerada vitrine dos ideais educativos defendidos pelos renovadores, pertencentes ao movimento da Educação Nova. Bem como por sua atuação como professor de zoologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro e sua participação na Escola Superior de Agricultura de Medicina Veterinária. As publicações de Mello Leitão na coleção desenvolvida pela Companhia Editora Nacional e, em diversos periódicos nacionais e internacionais, também marcaram sua trajetória²¹².

Alberto José de Sampaio (1881-1946) nasceu na cidade de Campos dos Goytacazes no estado do Rio de Janeiro. Sua trajetória foi bastante semelhante à de Edgard Roquette-Pinto. A. J de Sampaio entrou no Museu Nacional por concurso público em 1905 para assumir o cargo de Assistente de Botânica e, em 1912, tornou-se professor e chefe da Seção de Botânica do museu. Quando assumiu no Museu Nacional largou seus estudos de Medicina, para os quais só retornou muitos anos depois. Mesmo depois de formado, A.J de Sampaio atuou como botânico e adquiriu posição de destaque em sua área²¹³. Assim como Roquette-Pinto, Sampaio também participou da Comissão Rondon e publicou em 1916 um estudo sobre a flora do Mato Grosso no qual procurava reunir todos os trabalhos, nacionais ou estrangeiros, sobre a região. A partir daí, teria nascido seu projeto de classificação fitogeográfica de todas

²¹⁰ SANTOS, Maria Cristina Ferreira dos. **Educação e Ciência no Brasil Republicano: a atuação de Cândido de Mello Leitão no Museu Nacional do Rio de Janeiro (1931-1937)**. In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação - Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil. 2013. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/EDUCACAO%20E%20CIENCIA%20NO%20BRASIL%20REPUBLICANO.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2017.

²¹¹ Ibidem. p.2.

²¹² Ibidem. p.4.

²¹³ DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade. Alberto José Sampaio- um botânico brasileiro e o seu programa de proteção à natureza. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, v. 21, n.33, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752005000100007>. Acesso em: 24 out. 2017.

as regiões do Brasil²¹⁴. Além de botânico, também era ativista da proteção ambiental, defendia o reflorestamento e a criação de parques e reservas nacionais. A.J de Sampaio também publicou em diversas revistas de relevância nacional como Arquivos do Museu Nacional, Revista Brasileira de Geografia, Boletim do Museu Nacional e, claro, a Revista Nacional de Educação.

Campeão de publicações na Revista Nacional de Educação, Carlos Vianna Freire era organizador das coleções de botânica do Museu Nacional e foi convidado por Edgard Roquette-Pinto para participar do periódico. Freire escreveu principalmente artigos introdutórios sobre botânica e também sobre o ensino dessa disciplina em que sublinhava a necessidade de renovar a maneira de ensiná-la, aproximando-a dos alunos²¹⁵. O botânico incita as professoras de educação primária a estimular a observação e a classificação de plantas a partir da criação de coleções de vegetais nas escolas com o auxílio dos próprios alunos.

Alberto Childe (1870-1950) apesar de ter nascido na Rússia sempre se considerou um cientista brasileiro. Foi conservador da seção de arqueologia egípcia do Museu Nacional desde 1912 e também conservador do Museu Anátomo-Patológico da Faculdade Nacional de Medicina. Eram cargos modestos, portanto, Childe frequentemente completou sua renda com traduções do russo e do francês. Alberto Childe era profundo conhecedor do Egito Antigo e também de filologia, suas colunas versavam basicamente sobre Arqueologia e História.²¹⁶ Sua coluna *A Rússia na Idade Média* esteve presente em 7 exemplares da Revista Nacional de Educação.

Raimundo Lopes (1894-1941) também foi um pesquisador vinculado ao Museu Nacional. Segundo Adriana Keuller, desde 1922 Arthur Neiva buscava incluir Raimundo Lopes no quadro de funcionários do Museu Nacional por considerar suas publicações de estimado valor. Lopes ingressou como naturalista auxiliar na 4ª Seção de Antropologia e

²¹⁴ DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade. Alberto José Sampaio- um botânico brasileiro e o seu programa de proteção à natureza. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, v. 21, n.33, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752005000100007>. Acesso em: 24 out. 2017.

²¹⁵ SILY, Paulo Rogério Marques. **Casa de ciência, casa de educação: ações educativas do Museu Nacional (1818-1935)**. Rio de Janeiro: Uerj, 2012. Tese (doutorado em Educação).Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação.p.327.

²¹⁶ Suplemento Ciência para todos. Jornal A manhã. 29/10/1950. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=085782&pagfis=475&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso: 01 ago. 2017.

Etnografia devido à intercessão de Arthur Neiva junto a Roquette-Pinto. Como naturalista auxiliar participou de diversas expedições ao interior do país, especialmente nas regiões norte e nordeste e mais especificamente em sua terra natal, o estado do Maranhão. Dedicou-se aos estudos etnográficos, antropogeográficos e arqueológicos do Maranhão e também às questões mais gerais do Brasil e da América. Colaborou com a confecção de diversos mapas sobre concentração de indígenas no território nacional, vegetação e expedições realizadas pelo Museu Nacional²¹⁷.

Louis Cruls não era pesquisador diretamente filiado ao Museu Nacional, foi um astrônomo nascido na Bélgica e naturalizado brasileiro, que ficou conhecido por sua atuação como diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro desde 1891 e pela expedição que chefiou ao Planalto Central Brasileiro para pesquisar as condições físicas, geológicas e naturais²¹⁸.

Seth (1891-1949), pseudônimo de Álvaro Marins, era um desenhista, caricaturista, cartunista e ilustrador nascido em Macaé, no Estado Rio de Janeiro. Ele ficou conhecido por suas caricaturas e charges que abordavam temas políticos e populares em tom sarcástico, seus desenhos saíam em periódicos de destaque da época como Fon-Fon! A Noite, Seleta e D. Quixote. Seth foi o primeiro a lançar uma animação brasileira, produzida nos cinemas, O Kaiser (1917)²¹⁹. Na Revista Nacional de Educação contribuiu com a coluna Lições de Desenho na qual ensinava algumas técnicas para a utilização do desenho mesmo para aqueles que não nasceram com aptidão para isso.

F. Guerra Duval foi um dos fundadores do Photo Club Brasileiro em 1923, o objetivo desse movimento era congregar os praticantes da fotografia e promover reflexões, debates, concursos e exposições. Tornou-se referência para a prática fotográfica em todo o país e desempenhou papel fundamental na discussão da fotografia como arte²²⁰.

²¹⁷ KEULLER, Adriana Tavares do Amaral Martins. **Os estudos físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: cientistas, objetos, idéias e instrumentos (1876-1939)**. 2008. SP: tese (Doutorado em História Social). USP, 2008. p.178-192.

²¹⁸ Luís Cruls. Wikipedia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_Cruls>. Acesso em: 24 out. 2017.

²¹⁹ Seth. Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa208720/seth>>. Acesso em: 24 out. 2017.

²²⁰ ABDALA, Rachel Duarte. **A fotografia além da ilustração: Malta e Nicolas construindo imagens da Reforma Educacional no Distrito Federal (1927-1930)**. São Paulo, USP, 2008. p.97. Disponível em: <http://www.usp.br/niephe/publicacoes/docs/cap2_Abdalal.pdf>. Acesso em 24 out. 2017.

Notamos também a presença de trechos da obra do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, que nasceu no Brasil e se notabilizou ainda no século XVIII (1783-1792) pela expedição científica, econômica e política que realizou pelas capitânicas do Grão-Pará, São José do Rio Negro (Amazonas) e Mato Grosso (Cuiabá). Apesar de brasileiro, Ferreira foi educado em Portugal e, recém-egresso da Universidade de Coimbra, onde cursou Filosofia e obteve titulação em Filosofia Natural, foi convidado por Portugal para chefiar uma expedição filosófica. Cinco anos após o convite inicial, Alexandre Rodrigues Ferreira finalmente parte para o Brasil para iniciar a expedição, o evento científico mais importante empreendido por Portugal em terras brasileiras. Essa expedição tinha como objetivo o conhecimento da fauna, da flora, dos minerais e da etnografia da população das regiões por onde passava, mas também possuía um relevante caráter socioeconômico. A viagem estava inserida no contexto de diminuição da exploração do ouro no Brasil. Neste contexto de diminuição da exploração aurífera e, conseqüentemente, de seus lucros, Portugal buscava novas alternativas, soluções e respostas para o prosseguimento da colonização. O diverso e rico inventário produzido por Ferreira sobre as regiões visitadas nos possibilita a compreensão sobre os povos indígenas da época, suas culturas e seu processo de colonização²²¹.

É necessário refletirmos sobre os motivos de incorporarem trechos do diário do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, escrito durante o século XVIII, na Revista Nacional de Educação, que foi publicada no contexto de transformações ocorridas na década de 1930. Parte dessa pergunta pode ser respondida a partir do último trecho do parágrafo anterior, a riqueza desses materiais colecionados e até mesmo produzidos na expedição ainda tinha considerável valor nas décadas de 1910, 1920 e 1930. A atualidade desses materiais para os homens do século XX residia no fato de serem frutos de um esforço científico de conhecimento e contato direto com o interior brasileiro e suas idiossincrasias, em um momento em que o “sertão” era reconhecido como o cerne da autenticidade brasileira, seja pelo seu povo ou pelas suas características climáticas e geográficas. A presença significativa de trechos dos relatos de viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira se coloca na mesma perspectiva da presença do relato de Spix e Martius, *Viagem ao Brasil (1817-1820)*, em todos os exemplares do periódico. Essas obras ainda colaboravam para a compreensão das diferentes culturas e do processo colonizador que havia formado o Brasil. Além disso, eram

²²¹ LEITE, José Nailton; LEITE, Cecília Sayonara G. Alexandre Rodrigues Ferreira e a formação do pensamento social na Amazônia. **Instituto de Estudos Avançados de São Paulo**, São Paulo, v.24, n.68, 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100019>. Acesso em: 24 out. 2017.

uma fonte de informações sobre as regiões mais remotas do país, desconhecidas da maior parte dos brasileiros que viviam no litoral e nas cidades. E, reiterando o que já falamos anteriormente, o sertão era visto como o bastião da nacionalidade brasileira. Portanto, os relatos daqueles que tiveram a experiência de conhecê-lo eram leitura obrigatória para esses intelectuais. Era fundamental conhecê-los, como um ponto de partida e de informações prévias para nortear as expedições do século XX.

A tabela 1 procurou levantar e organizar, quantitativamente, os autores que mais contribuíram para a revista a partir do critério de quantidade de publicações. Entretanto, sabemos que tratados isoladamente os dados da tabela não possuem capacidade explicativa inerente e nem suficiente. Nesse momento vale retomarmos algumas considerações sobre história intelectual e reiterarmos que em nossa busca por compreender a Revista Nacional de Educação e sua perspectiva a respeito da divulgação científica e da educação, não deixaremos de refletir sobre a atuação de Edgard Roquette-Pinto como diretor do Museu Nacional e também como editor e idealizador do periódico. Refletiremos sobre como a antropologia de Roquette-Pinto e sua atuação enquanto diretor do Museu Nacional conversa com a proposta defendida pela Revista Nacional de Educação, especialmente no que se refere à educação e à divulgação da ciência. Em nosso texto é válido ressaltar a relação de Edgard Roquette-Pinto com elementos exteriores, intelectuais com os quais ele se relacionou, suas redes e estruturas de sociabilidade a partir das quais interagiu com seus contemporâneos e, por fim, o lugar social em que ele e suas propostas se encontravam. Apesar de incipiente, esse movimento nos auxiliará a compreender melhor a revista e a sua linha editorial e nos aproximará do grupo que a organizou.

Retomando Sirinelli, as revistas, juntamente com os manifestos, são os exemplos mais clássicos e importantes de *estruturas elementares de sociabilidade*. Portanto, ao escolhermos estudar a Revista Nacional de Educação e as perspectivas de educação, nação e ciência que ela promoveu durante os dois anos de sua circulação, partimos do pressuposto de que essas *estruturas* ou plataformas nos auxiliam a compreender a maneira como essas ideias chegaram à sociedade civil. É tempo de lembrar que: “as ideias não passeiam nuas pelas ruas; que elas são levadas por homens que pertencem eles próprios a conjuntos sociais²²²”. Ainda de acordo

²²² SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.p.258.

com a perspectiva de Sirinelli, as revistas são compreendidas como estruturas elementares de sociabilidade pelas amizades que as subentendem e a influência que exercem.

A tabela 1 está inserida na perspectiva de busca pela apresentação do quadro geral da revista e, com isso, os intelectuais que estavam diretamente relacionados a ela. As pequenas biografias desses autores contribuem para que conheçamos os principais colaboradores, a quais instituições estavam vinculados e em que áreas trabalhavam. Essas informações nos auxiliam a compreender com quais ideias e projetos esses autores simpatizavam e inferir as razões pelas quais participaram do periódico. O movimento de levantamento desses dados e de busca por informações a respeito desses colaboradores da revista foi feito a fim de que pudéssemos começar a levantar alguns pontos de encontro na biografia desses indivíduos e, deste modo, tentarmos delinear o perfil da revista: a maneira como se relacionava com o governo de Vargas e as características centrais do conteúdo da publicação.

Sublinhar os autores que mais contribuíram para a revista e apresentar um pouco de suas biografias contribuiu para chegarmos a algumas considerações acerca desse grupo que teve presença mais efetiva na organização do periódico. Primeiramente, pudemos notar que parcela significativa desses intelectuais possuíam vínculo com o Museu Nacional, 7 dos 13 nomes citados anteriormente são professores ou pesquisadores vinculados à instituição. Portanto, ainda que de maneira geral, estavam afinados com a perspectiva levada a cabo por Edgard Roquette-Pinto de intercâmbio do museu com as escolas e com o público pouco especializado. Essa perspectiva de atuação é perceptível pela defesa de programas e medidas que levavam a escola, os alunos e o professor para o interior do Museu e também procuravam oferecer materiais de suporte didático para os mestres das escolas, como discutimos anteriormente. Fora a pertença ao Museu Nacional, esses intelectuais também possuem em comum a relação com movimentos de renovação da educação, mesmo que a partir de diferentes perspectivas e áreas do conhecimento. A apresentação e defesa de novos métodos e formas de ensinar e aprender determinadas disciplinas e áreas do conhecimento é recorrente na revista. Há, por diversas vezes, a crítica à educação tradicional e a defesa da perspectiva de uma educação nova. Carlos Vianna Freire e Mello Leitão, por exemplo, destacam a relevância do contato direto com a natureza em detrimento da simples memorização de nomes e funções de plantas e animais.

Com o suporte de Silva²²³, Venâncio²²⁴ e Sirinelli²²⁵, ousamos afirmar que os intelectuais da Revista Nacional de Educação pertencem à mesma geração intelectual. Com essa constatação, afirmamos que os intelectuais da revista agiram a partir de algumas questões específicas do contexto em que atuaram. Contudo, Rodrigues da Silva e Gomes nos alertam para o cuidado que devemos ter ao utilizar a categoria de análise baseada na geração, isto porque viver em uma mesma época não significa necessariamente partilhar as mesmas experiências e influências. Apesar das críticas à utilização da categoria de análise geracional, a consideramos pertinente por nos auxiliar a compreender os pontos em comum do grupo de intelectuais brasileiros das décadas de 1920 e 1930 que estudamos neste trabalho. Teremos cuidado em não alargar excessivamente a categoria de análise e também levar em conta a formação e o pensamento e não apenas a idade.

Aplicando essa discussão à Revista Nacional de Educação e aos intelectuais que atuaram nela, pudemos observar a crítica à descentralização característica da Primeira República, a busca por novos rumos e soluções para o problema do atraso brasileiro como um elemento que marca a formação desses intelectuais. Esses homens depositam boa parte da solução desse problema nacional na ampliação da educação para a população brasileira, mesmo dos mais recônditos cantos do país. Essa questão é, a nosso ver, uma indagação comum aos intelectuais que se preocupavam com os rumos que o país estava tomando desde a Proclamação da República e que tinham uma formação de caráter “nacionalista”. Não era, portanto, apenas uma relação baseada na solidariedade de idade, mas principalmente, de formação e de vivências comuns.

Além dos principais autores e a quantidade de matérias com as quais cada um deles contribuiu, também é válido ressaltar as seções que se repetem com certa frequência na revista. É fundamental conhecermos as colunas que tiveram uma maior regularidade de aparecimento e seus respectivos autores. Com esse movimento intentamos notar as temáticas às quais essas matérias se referem e os autores que as escreveram a fim de compreendermos

²²³ SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragmentos da história intelectual – entre questionamentos e perspectivas**. Campinas, Papyrus, 2002.

²²⁴ VENÂNCIO, Giselle Martins. Prefigurações da paisagem historiográfica: revistas, coleções e mediações. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Orgs.). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

²²⁵ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. in: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

melhor a estrutura da revista e a forma de organização dos conteúdos. A tabela a seguir nos auxiliará nesse processo.

Tabela 2- Referente às seções regulares na revista e seus respectivos autores

Coluna	Autor	Frequência na Revista
Noções elementares de Botânica	Carlos Vianna Freire	13
O Céu do Brasil	L. Cruls	8
A Rússia na Idade Média	Alberto Childe	7
Palestras sobre fotografia	F. Guerra Duval	5
Assuntos Agrícolas	O.F	5
Lições de Desenho	Seth	5
Dicionário Meteorológico	Sampaio Ferraz	4

Primeiramente, é perceptível que apenas Sampaio Ferraz não apareceu na tabela anterior dentre os autores com mais publicações na Revista. Isso nos indica, portanto, que as colunas regulares eram, em geral, escritas por aqueles que colaboravam constantemente com o periódico. A coluna *Noções elementares de botânica* do organizador da seção de botânica do Museu Nacional, Carlos Vianna Freire, só não esteve presente em três revistas, de números 1, 5 e 9. Ao observar a tabela notamos a presença de três seções que encaixamos como pertencentes à categoria de ciências físicas e biológicas, *Noções elementares de Botânica*, *O Céu do Brasil* e *Dicionário Meteorológico*. Sob a denominação “ciências físicas e biológicas” abrangemos matérias sobre qualquer temática referente às ciências biológicas e naturais, que é boa parte do material, e também que tratam sobre ciências físicas e químicas, como o caso de *O Céu do Brasil* do astrônomo L. Cruls. *A Rússia na Idade Média*, terceira coluna mais presente na publicação, foi escrita por Alberto Childe e classificada por nós como pertencente à categoria “humanidades”. Por “humanidades” compreendemos artigos que versem sobre história, arqueologia e geografia humana. Consideramos *Palestras sobre fotografia* e *Lições de Desenho*, respectivamente escritas por F. Guerra Duval e Seth, dentro da categoria “educação”. Escolhemos classificá-las dessa maneira por compreendermos que essas seções buscavam funcionar como uma espécie de curso rápido e introdutório sobre fotografia e desenho. Inserem-se, portanto, dentro da perspectiva de educação que o periódico defendia.

Era possível e necessário aprender algumas habilidades específicas a fim de aprimorar a capacidade de utilização das novas tecnologias da época como a fotografia, o cinema e o rádio e também utilizá-las a favor da comunicação e da divulgação de ideias científicas e da educação.

Assuntos agrícolas versa sobre diversos aspectos relativos às características, cuidados e dicas para a melhoria da produção agrícola. Essa coluna se relaciona com a categoria de ciências biológicas e físicas, por tratar de temáticas que tangenciam a biologia e a botânica. Contudo, preferimos classificá-la na categoria economia, porque, mesmo quando aborda aspectos da biologia, faz a partir de uma perspectiva de melhoria da economia e da utilização dos diversos produtos agrícolas em prol do desenvolvimento da nação.

Neste momento de nosso trabalho cabe ampliarmos o debate acerca das temáticas mais recorrentes ao longo das matérias da revista, o conteúdo da publicação e as principais discussões, questões e debates suscitados ao longo de seus 21 números e 16 volumes. Partimos do pressuposto de que a Revista Nacional de Educação foi criada por Edgard Roquette-Pinto e apoiada por intelectuais relacionados ao Museu Nacional para reforçar junto ao novo governo um projeto de nação brasileira, que passaria pela difusão da educação, da ciência e da arte para o povo brasileiro. E, como afirmamos no início deste capítulo a partir da leitura de Pandolfi, os primeiros anos do governo de Getúlio Vargas foram muito propícios para aproximação, flerte e construção de projetos nacionalistas e de características centralizadoras. Como ressalta Duarte, houve aproximação desses intelectuais do Museu com o novo governo por meio da parceria no anteprojeto de lei sobre a caça.

Nessa perspectiva, ressaltamos a presença do governo federal no decreto lei número 21.240 que instituiu a Comissão e a taxa de censura cinematográfica e criou a Revista Nacional de Educação como um produto dessa nova fonte de renda do Estado. Portanto, com base em Duarte²²⁶ e Pandolfi²²⁷, inferimos que a atribuição das tarefas de direção da Comissão de Censura Cinematográfica e de administração da verba adquirida ao Museu Nacional também indicam uma aproximação desses intelectuais com o novo governo federal.

²²⁶ DUARTE, Regina Horta. **A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação científica e práticas políticas no Brasil – 1926-1945**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2010.

²²⁷ PANDOLFI, Dulce Chaves. **Os anos 30: as incertezas do regime**. ANPUH, XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa, 2003. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.182.pdf>>. Acesso em: 24 out.2017.

A fim de facilitar a apresentação das temáticas mais recorrentes na revista e a posterior análise desses dados, recorreremos, novamente, às tabelas.

Tabela 3- Número de matérias em relação às temáticas presentes na revista.

Temas	Quantidade de matérias na revista
Ciências biológicas e físicas	65
Educação	64
Humanidades	51
Poemas/textos/traduições	16
Ciências exatas	14
Antropologia/etnografia	13
Higiene e Saúde	8
Economia	7
Leis e decretos	3
Total	241

Primeiramente, cabe ressaltarmos que os dados dessa tabela correspondem à totalidade de artigos encontrados em todos os números da revista. Era evidente a dificuldade de classificar os textos em apenas uma categoria, contudo, mesmo reconhecendo a interdisciplinaridade de parte significativa das matérias e o fato de que essas temáticas frequentemente se entrelaçavam, fizemos esse esforço. Em geral, utilizamos como critério a nossa percepção sobre qual tema mais se destacava no artigo por meio da observação da linguagem e da maneira com a qual o autor organizava sua argumentação. Mesmo que a matéria verse sobre um tema específico, química, por exemplo, se seu objetivo primordial não for discutir algum assunto referente à química em si, mas à forma como a química deve ser ensinada nas escolas, a classificamos como uma matéria de educação.

Um bom exemplo foi a coluna *O Ensino de Química na Educação*²²⁸ de Maria da Glória Maia de Almeida, que é uma conferência em homenagem à criação de um Clube de Química que acabou se tornando um momento propício para discutir educação e os rumos que ela vinha tomando nos últimos anos. A exaltação dos novos laboratórios e da nova maneira de utilizá-los e encará-los e, a partir dessa reflexão mais específica sobre o ensino de química, a autora parte para uma discussão mais ampla sobre educação, critica duramente a erudição pura e simples e reitera: “(...) a educação visa ideal mais elevado, tende a afirmar seu campo

²²⁸ ALMEIDA, Maria da Glória Maia e. O Ensino de Química na Educação. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n. 3, p.15, dez.1932.

de ação de um modo mais eficiente e é assim que hoje a encaramos, consistindo na aquisição de conhecimentos que visem cada vez mais a afirmação do indivíduo no meio em que vive (...)²²⁹”.

Optamos por fazer uma tabela que nos proporcionasse uma visão panorâmica dos conteúdos da revista. Sabemos que as categorias: educação, ciências biológicas e físicas, humanidades, antropologia/etnografia, higiene e saúde, ciências exatas, textos/poemas/traduições, economia e leis e decretos são bastante amplas. Seria possível subdividi-las em diversas outras seções a partir do enfoque que pretendemos dar para a análise. Silly, por exemplo, também recorre à utilização de tabelas referentes às temáticas da revista e o número de artigos correspondentes a cada categoria. No entanto, Silly restringe sua análise aos textos sobre ciências e, desse modo, subdivide essa categoria em diversos subtemas: Botânica, Educação, História, Antropologia, Astronomia, Agronomia, Zoologia, Geografia, Geologia, Biologia, Matemática, Arqueologia, Física e Química²³⁰. Neste momento de nosso trabalho, contudo, consideramos mais relevante um olhar amplo a fim de conhecermos as tendências, linhas e temáticas que a revista persegue. Cabe, neste momento, fazermos um esforço de explicar o porquê da escolha de nossos critérios e o que esses temas abarcam, ou seja, que tipos de matérias consideramos pertencer a cada uma das categorias.

Por Ciências físicas e biológicas, abarcamos os artigos que tratam sobre botânica, biologia, astronomia, geologia, geografia física e proteção ao meio ambiente. Apesar de abarcar subcategorias aparentemente tão diversas, há em comum a preocupação em divulgar esses conhecimentos específicos e relacionados às ciências naturais e físicas a um público amplo. É a categoria com mais artigos ao longo dos exemplares da Revista. A presença significativa de matérias com esse perfil pode ser atribuída à quantidade significativa de professores e pesquisadores do Museu Nacional que tinham as plantas e os animais como objeto de pesquisa, como A. J de Sampaio, Mello Leitão e Carlos Vianna Freire. Esses autores, já citados anteriormente por serem colaboradores regulares do periódico, compõem parte significativa dos artigos dessa área. Além disso, visualizamos uma predominância de estudos sobre o Brasil e a busca por desenvolver e levar ao público “as coisas” e a ciência do país. Portanto, juntamente com Silly, inferimos que o número significativo de textos sobre a

²²⁹ ALMEIDA, Maria da Glória Maia e. O Ensino de Química na Educação. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n. 3, p.17, dez.1932.

²³⁰ SILY, Paulo Rogério Marques. **Casa de ciência, casa de educação: ações educativas do Museu Nacional (1818-1935)**. Rio de Janeiro: Uerj, 2012. Tese (doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação. p. 332-333.

natureza brasileira, suas potencialidades em relação à fauna, flora, solo, minério e clima corroboram para uma visão positiva e de valorização do elemento nacional²³¹.

A educação aparece logo em seguida, com apenas uma matéria a menos do que a categoria de Ciências Biológicas e físicas. Entendemos como pertencentes à categoria Educação todos os artigos que versam diretamente sobre modalidades e momentos da Educação e do processo de ensino, como educação rural, *O professor da roça*²³²; educação para mulheres, *Páginas Femininas*²³³; papel educativo dos museus, com destaque para o Museu Nacional, *Papel Educativo do Museu Nacional de História Natural*²³⁴; ensino superior e as Universidades brasileiras em comparação com as de outros países, *Universidades*²³⁵; educação dos estudantes “super normais”, *Notas à margem da educação dos super normais*²³⁶ e ensino profissional, *Como criar o ensino profissional quase sem despesa*²³⁷.

Também agregamos à categoria Educação os artigos de intelectuais, professores e políticos de renome nacional que fazem um balanço da educação no Brasil, discutem os rumos que ela deve seguir, as novas influências, ideias e perspectivas a serem incorporadas na educação brasileira a fim de que possa ampliar sua atuação e melhorar sua qualidade. Como exemplos de artigos desse tipo destacamos *Educar*²³⁸ e *Carta ao Professor Roquette-Pinto*²³⁹.

Artigos que buscam ensinar uma habilidade específica como *Lições de Desenho*²⁴⁰, *Como ouvir Música*²⁴¹ ou *Lições sobre fotografia*²⁴² também foram classificados como

²³¹ SILY, Paulo Rogério Marques. **Casa de ciência, casa de educação: ações educativas do Museu Nacional (1818-1935)**. Rio de Janeiro: Uerj, 2012. Tese (doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação. p. 333.

²³² CAMPOS, Humberto. O professor da roça. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.65, nov.1932.

²³³ VICTORIA, Rita E. Latallado de. Páginas femininas. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 61, nov.1932.

²³⁴ MELLO-LEITÃO, Cândido de. Papel Educativo do Museu Nacional. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 96, nov. 1932.

²³⁵ ROSA, Ferreira da. Universidades. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.3, p. 3, dez.1932.

²³⁶ KASEFF, Leoni. Notas à margem da educação dos super normais. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, n.4, p.17, jan.1933.

²³⁷ GONZAGA, Aprígio. Como criar o ensino profissional quase sem despesa. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.8, p.14, mai. 1933.

²³⁸ VARGAS, Getúlio. Educar. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.11/12, p. 1, ago/set. 1933.

²³⁹ CARDOSO, Dulcídio. Carta ao Professor Roquette-Pinto. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.8, p.1, mai.1933.

SERRANO, Jonathas. Carta ao Professor Roquette-Pinto. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, vol, 1, n.8. p. 2, mai. 1933.

²⁴⁰ SETH. Lições de Desenho. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, n.3, n.4, n.5 e n.7.

²⁴¹ SINZIG, Frei Pedro. Como ouvir música? **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.4 e n. 5, jan-fev. 1933.

pertencentes à categoria Educação por buscarem ensinar, como em um curso rápido, aspectos centrais de determinada habilidade. Por fim, também encontramos artigos específicos sobre a necessidade de novos métodos de ensino e com propostas para que isso possa ocorrer. Nessa perspectiva destacamos *Utilinda Brincando*²⁴³ e matérias sobre a radiodifusão e sua contribuição para a educação. De modo geral, os textos sobre educação se vinculam a uma dessas perspectivas já citadas. Obviamente existem artigos que se distanciam destas perspectivas e publicam, por exemplo, questões e resoluções de determinados exames de abrangência nacional. Juntamente com Silly, defendemos que a educação busca afirmar-se enquanto campo de pesquisa com novas ideias, propostas e métodos. É comum notar a crítica à educação tradicional e a inserção na perspectiva do movimento da Educação Nova. Diferentemente de Silly, inferimos também que a educação exerceu papel central na atuação política desses intelectuais e em sua aproximação com o governo de Vargas²⁴⁴.

A categoria Humanidades, que aparece em terceiro lugar em relação à quantidade de matérias na Revista Nacional de Educação, engloba artigos das áreas de História, Geografia Humana, Biografia, Arqueologia e Filosofia. Alberto Childe e Jonathas Serrano foram os principais colaboradores de artigos dessa área, que abordavam temáticas relativas à História e à Arqueologia das sociedades antigas como em *Vasos gregos*²⁴⁵ e *A leitura dos Hieroglifos*²⁴⁶ e também questões que envolviam debates sobre a medida do tempo na História, como em *Eras e Calendários*²⁴⁷. Havia também artigos que tratavam sobre lendas e mitos, relações entre países, história em geral, literatura e biografia. Incluímos nessa categoria algumas biografias de renomados cientistas, como a de Santos Dumont²⁴⁸ ou do Prof. Emmanuel de Martonne²⁴⁹.

²⁴² GUERRA-DUVAL, F. Palestras sobre fotografia. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.4, n.5, n.6, n.7, n.8, jan-mai. 1933.

²⁴³ ALMEIDA, Maria da Glória Ribeiro de. *Utilinda Brincando*. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.10, p. 21, jul.1933.

²⁴⁴ SILLY, Paulo Rogério Marques. **Casa de ciência, casa de educação: ações educativas do Museu Nacional (1818-1935)**. Rio de Janeiro: Uerj, 2012. Tese (doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação. p. 333.

²⁴⁵ CHILDE, Alberto. *Vasos gregos*. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 45, out.1932.

²⁴⁶ CHILDE, Alberto. *A leitura dos Hieroglifos*. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.24, nov. 1932.

²⁴⁷ SERRANO, Jonathas. *Eras e Calendários*. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.3. p. 35, dez.1932.

²⁴⁸ G. Santos Dumont, *Revista Nacional de Educação*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 64, out.1932.

²⁴⁹ SAMPAIO, Alberto J. de Sampaio. Prof. Emmanuel de Martonne. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.9, p.16, out.1932.

Poemas/textos/traduições é uma categoria com 16 aparições ao longo da revista e compreende todas as citações e poemas, nacionais ou traduções, de autores nacionais ou estrangeiros. Alguns desses textos são de autores já reconhecidos à época, como *Círculo Vicioso*²⁵⁰ de Machado de Assis, contudo, a maior parte dos poemas é de autores pouco conhecidos. A coluna *Seara Alheia* presente em 4 números da revista, 1, 2, 4 e 6, foi organizada por F.A Monteiro de Barros e trabalhava com traduções e versões de poemas e textos em prosa alemães para o português e de poemas e textos brasileiros para o alemão. Nessa coluna foram apresentados trechos de obras clássicas como parte da obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha no número 6 e uma canção do alemão Goethe no exemplar de número 1.

Compreendemos por ciências exatas artigos que falam especificamente sobre matemática, contabilidade, estatística, física e química a partir de uma perspectiva mais teórica e com ênfase nos cálculos e aspectos matemáticos das disciplinas. Exemplos de artigos que abarcamos nessa categoria, *Noções de Estatística aplicada à Biometria*²⁵¹, *Contabilidade Industrial*²⁵² e *Adições Longas*²⁵³.

Com 12 artigos, a categoria antropologia e etnografia incorpora textos de naturalistas do século XVIII, como o de Alexandre Rodrigues Ferreira, mas também de intelectuais do século XX como Moysés Gikovate e seus artigos *Mounds*²⁵⁴ e *Os Sambaquis*²⁵⁵. É válido pontuar que em todos os exemplares está presente a coluna *Viagem ao Brasil*, dos naturalistas Spix e Martius, sobre a qual já comentamos anteriormente. Não contamos com essa coluna regular em nossa contagem, mas ela também pode ser considerada pertencente a essa categoria. A partir disso, podemos perceber que a antropologia possui uma relevância e constância considerável no periódico, em todos os exemplares havia ao menos uma seção sobre esse assunto.

Por higiene e saúde abordamos matérias mais específicas sobre a necessidade de medicina profilática, prevenção a algumas doenças a partir de melhoria na higiene sanitária e

²⁵⁰ ASSIS, Machado de. *Círculo Vicioso*. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.20/21, p. 82, mai/jun. 1934.

²⁵¹ D'AVILA, Bastos. *Noções de Estatística aplicada à Biometria*. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 15, nov. 1932.

²⁵² LEITÃO, Hilário. *Contabilidade Industrial*. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n. 2.p. 59, nov. 1932.

²⁵³ REIS, Othello. *Adições Longas*. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n. 3, p. 8, dez.1932.

²⁵⁴ GIKOVATE, Moyses. *Mounds*. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n. 7, p. 77, abr. 1933.

²⁵⁵ GIKOVATE, Moyses. *Os Sambaquis*. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n. 9, p. 71, jun. 1933.

também na necessidade de algumas medidas mais individuais como a prática de exercícios e a higiene pessoal. *Pecados da colheita e manipulação do leite*²⁵⁶ que aborda a importância dos cuidados com a higiene na retirada do leite da vaca e na manipulação dos instrumentos. Sebastião M. Barroso é o principal autor de artigos sobre saúde e higiene. *Saúde e doença*²⁵⁷ e *Instrução e Educação Sanitária*²⁵⁸ também estão inseridos nessa perspectiva.

Escolhemos separar uma seção para economia principalmente devido à coluna *Assuntos Agrícolas*, que aparece nos exemplares 5, 6, 11/12, 13/14, 15 e 20/21. Essa seção trata de assuntos diversos relacionados à agricultura, mas predominam os artigos que versam sobre determinados produtos agrícolas e suas potencialidades econômicas como, por exemplo, o milho, o algodão e o trigo. Além dessa seção, classificamos como pertencentes à categoria economia artigos como *Itabira, cidade do ferro*²⁵⁹ e *O Algodão*²⁶⁰. Esses artigos apresentam, de maneira geral, uma proximidade muito significativa com a questão da nação. Abordam a economia a partir de uma perspectiva de valorização das potencialidades nacionais, destacam os elementos que o país tem de positivo e suas riquezas e propõem maneiras de aproveitá-las melhor. Não é uma perspectiva pragmática ou teórica da economia, mas uma abordagem mais voltada para a valorização dos elementos nacionais.

Classificamos três textos na categoria Decretos e Leis, que abrange trechos de leis que versam sobre temáticas basilares para a Revista. Como o decreto 21.240 que nacionaliza a censura dos filmes cinematográficos²⁶¹, o decreto 21.938 que determina que o dia 7 de Setembro seja considerado dia de festa nacional brasileira²⁶². A última lei que aparece na revista são instruções regulando a censura e a seleção de filmes educativos na seção de Filmoteca da Biblioteca Central de Educação²⁶³.

²⁵⁶ FRESNEL, Otto. Pecados na colheita e manipulação do leite. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 31, nov. 1932.

²⁵⁷ BARROSO, Sebastião M. Saúde e Doença. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.7, p. 27, abr.1933.

²⁵⁸ BARROSO, Sebastião M. Instrução e Educação Sanitárias. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.6, p. 54, mar. 1933.

²⁵⁹ NASCENTES, Antenor. Itabira, cidade do ferro. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.4, p.49, jan. 1933.

²⁶⁰ REIS, Othello. O Algodão. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.7, p. 45, abr. 1933.

²⁶¹ BRASIL. Decreto n. 21.240, de 4 de abr. de 1932. Nacionalizar o serviço de censura dos filmes cinematográficos, cria a Taxa Cinematográfica para a educação popular e dá outras providências, Rio de Janeiro, DF, abr. 1932. In: **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.1. p. 5, out. 1932.

²⁶² BRASIL. Decreto 21.938, de 11 de out. de 1932. Determina que o dia 7 de setembro seja considerado dia da festa nacional brasileira, Rio de Janeiro, DF, out. 1932. In: **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n. 3, p. 2, dez. 1932.

²⁶³ **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n. 9, p. 19, jun.1933.

Foi proposital não inserirmos a categoria nação na tabela anterior, referente às principais temáticas do periódico. Essa escolha se deveu à conclusão de que o elemento nacional está presente em praticamente todos os textos da Revista Nacional de Educação, portanto, não faria sentido separar apenas alguns desses artigos. A nação é, a nosso ver, a diretriz central da revista a partir da qual se agrupam as demais temáticas e questões. Os conteúdos do periódico, sua preocupação com a educação e divulgação da ciência em diversas abordagens: antropologia, poemas e textos, humanidades, ciências biológicas e naturais, são mobilizados a fim de possibilitar o acesso a informações, não unicamente, mas especialmente, acerca das riquezas e potencialidades do Brasil. Entendemos que a publicação busca munir os brasileiros de uma bagagem de “cultura geral”, considerada básica para esses intelectuais, a fim de que possam contribuir de maneira mais efetiva para o desenvolvimento do Brasil. Portanto, a divulgação de matérias sobre economia, educação, antropologia, botânica, biografias, história, arqueologia e literatura, são compreendidas por nós como uma maneira encontrada por esses intelectuais do Museu Nacional, em consonância com o Governo Federal, de atuar e corroborar para o desenvolvimento brasileiro e a construção de uma cultura e identidade brasileira em detrimento à forte presença da cultura estrangeira nos anos da Primeira República.

Como dissemos anteriormente, a questão nacional é abordada de maneira transversal em boa parte dos artigos da revista, no entanto, alguns textos trabalham a temática de modo mais direto e nos proporcionam reflexões bastante interessantes e enriquecedoras sobre o Brasil e as discussões em torno da questão nacional nas décadas de 1910, 1920 e 1930. No primeiro número da revista em *Reafirmando*²⁶⁴, Edgard Roquette-Pinto faz uma crítica ferrenha àqueles que ele denomina como “maus compatriotas”, representantes da “elite” letrada brasileira que não colaboram para estimular no povo brasileiro a crença em seu valor. “O Brasil não é terreno baldio, campo sem dono aguardando energias estranhas. Habita-o um povo que, para vencer suas dificuldades históricas, apenas precisa que lhe digam palavras tônicas para infundir-lhe a convicção do valor próprio²⁶⁵”. É válido sublinhar que Roquette-Pinto reconhece as dificuldades do povo brasileiro, mas considera que esses problemas são históricos e, portanto, há a necessidade de que a minoria letrada brasileira estimule e ajude a organizar e sanar essas questões estruturais, ao invés de reforçar os problemas e proclamar a falta de soluções. A parcela letrada do país deveria assumir a dianteira desse processo de

²⁶⁴ ROQUETTE-PINTO, Edgard. Reafirmando. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 17, out. 1932.

²⁶⁵ *Ibidem*.p.17.

modernização do país. “Embora aceitando a justa crítica do que aqui se vê, nós nos afastamos dos demolidores; e vamos hoje reacender dentro de nós mesmos, mais uma vez, a esperança.²⁶⁶” Para o autor deste artigo, o Brasil tinha, inclusive, alcançado o máximo de progresso compatível com o nível de “atraso intelectual de seus filhos” e, portanto, via a necessidade evidente e eminente de educar as populações para que pudessem trabalhar da melhor forma as potencialidades do país. O último parágrafo nos ajuda a compreender o papel da Revista Nacional de Educação em meio a este panorama: “Que todos os lares espalhados pelo imenso território do Brasil recebam, livremente, o conforto moral da ciência e da arte. Para servir a este ideal manda publicar o Governo da República a Revista Nacional de Educação²⁶⁷”. Esse artigo ressalta a importância da manutenção da esperança na possibilidade de transformar a realidade do país e aponta a Revista Nacional de Educação como uma iniciativa, do Governo Federal e do Museu Nacional, que caminha neste sentido.

Em *Comentários*²⁶⁸, no terceiro número da Revista Nacional de Educação, Edgard Roquette-Pinto novamente levanta questões relativas à nação e ao progresso do país. Dessa vez, o mote de sua argumentação é a extensão territorial brasileira e a afirmativa comum de que as dimensões do país dificultam o seu desenvolvimento. Ele até reconhece que a dimensão territorial avantajada colabora para a lentidão na circulação de ideias e pessoas pelo país. “No entanto, para nós brasileiros, a ciência vai cada vez mais transformando aqueles valores, alterando o efeito prático da extensão territorial como elemento antagonista”²⁶⁹. E, essa argumentação é embasada com exemplos de como as distâncias eram vivenciadas anos atrás e como eram na época em que o texto foi escrito. Já naquele momento, década de 1930, Roquette-Pinto ressalta que as viagens já eram bem mais curtas. O autor finaliza o texto afirmando que as distâncias são sempre relativas ao atraso. E, a partir de todas as questões de contexto da época e também do próprio pensamento de Roquette-Pinto, discutido no primeiro capítulo, afirmamos que esse problema das distâncias era também uma questão de falta de organização do território brasileiro e da ausência de poder público. Esse pequeno texto tem relação com o excerto da obra de Alberto Torres *As fontes da vida no Brasil*, que abre a edição de número 6 da revista e justifica a inexistência de trabalhadores nacionais pela ausência de um regime social de trabalho no Brasil com exceção da escravidão. Os costumes

²⁶⁶ ROQUETTE-PINTO, Edgard. Reafirmando. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 17, out. 1932.

²⁶⁷ Ibidem. p.18.

²⁶⁸ ROQUETTE-PINTO, Edgard. Comentários. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.3. p.1, dez. 1932.

²⁶⁹ Ibidem. p.1.

das roças brasileiras teriam “amolecido” e “dissolvido” a possível aptidão para o trabalho dos sertanejos²⁷⁰. Portanto, para Alberto Torres, “não é preciso alardear abismos de ciência psicológica, nem revolver severos termos de ciência, para explicar esse trivial aspecto de uma formação social que, nem a natureza, nem a direção política, conduziram para a organização”²⁷¹. Nenhum desses artigos apresenta um argumento novo, todas essas questões já foram levantadas e discutidas anteriormente quando exploramos o contexto das primeiras décadas do século XX.

Essas três matérias nos auxiliam a organizar e consolidar as ideias que debatemos e discutimos desde o primeiro capítulo sobre a questão nacional nos primeiros anos do século XX. Evidentemente também existem outros textos que discutem os rumos que a nação deve tomar e seus problemas de maneira semelhante, no entanto, optamos por esses artigos por pertencerem a dois autores de influência basilar no periódico: Edgard Roquette-Pinto e Alberto Torres. Enquanto o primeiro foi o criador, idealizador e editor do periódico, o segundo foi uma das principais influências no pensamento e nas ações de Roquette-Pinto. Esses excertos reforçam os argumentos mobilizados no capítulo 1 e no início deste segundo capítulo, de que a Revista é entendida como uma política cultural financiada pelo governo federal com o intuito de colaborar com a educação e a formação do povo brasileiro, inclusive dos que habitavam os sertões e rincões do país. E está inserida no contexto de debates e discussões sobre os rumos e as formas de desenvolvimento que o país deveria adotar e a crença na possibilidade de superação do atraso por meio da educação e organização nacional. A esperança e o otimismo são características presentes nos discursos desses autores. Apesar de não negarem a existência do problema, veem com esperança a possibilidade de solução. E essa linha argumentativa fica evidente nos artigos citados acima.

Após apresentarmos a maneira como organizamos as 241 matérias da revista de acordo com a nossa avaliação sobre as temáticas que se sobressaem em cada artigo, cabe nos atermos a uma análise mais apurada. Neste momento vale discutirmos e analisarmos como esses textos abordam as questões basilares de nossa pesquisa: educação e divulgação científica. Para isso, trataremos de maneira mais cuidadosa e pormenorizada os artigos da revista a fim de compreendermos como essas questões são abordadas e o que podemos inferir a partir dessas observações.

²⁷⁰ TORRES, Alberto. As fontes da vida no Brasil. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.6, p.2, mar. 1933.

²⁷¹ Ibidem. p. 2.

CAPÍTULO 3: EDUCAÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA REVISTA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O capítulo anterior nos proporcionou uma visão panorâmica da Revista Nacional de Educação. Após as considerações metodológicas sobre as particularidades do trabalho com as revistas e a contextualização das transformações que ocorreram no Brasil a partir da Revolução de 1930, passamos à análise da revista como um todo. Discorremos sobre as características materiais do periódico, suas relações com outras publicações do Museu Nacional, os autores que colaboraram com artigos de maneira mais recorrente e as temáticas que mais se repetem. Fizemos também três tabelas, a primeira ressaltou o nome dos autores que mais colaboraram com o periódico e o número de suas contribuições. A segunda sublinhou as seções que apareceram com maior regularidade e os respectivos autores. A última, por sua vez, organizou todos os artigos da Revista, com exceção da tradução de *Viagem ao Brasil e Notas e Opiniões* que esteve presente em todos os exemplares, em grandes temas e contabilizou a quantidade de matérias por temática.

O caminho traçado nos permitiu concluir que ciências biológicas e físicas e educação foram as duas diretrizes centrais da publicação. Além das ciências biológicas e físicas, notamos uma quantidade significativa de textos sobre humanidades, ciências exatas, antropologia e etnografia e higiene e saúde. Esse levantamento temático nos motivou a analisar mais aprofundadamente aspectos da divulgação científica e da educação na Revista Nacional de Educação. Claro, não deixando de ressaltar a forte relação da opção por essas temáticas com a perspectiva de formação da nação brasileira. A escolha pelas temáticas de vulgarização da ciência e a preocupação com a educação se relacionavam com o problema da construção da nação brasileira. Mas por que escolher a divulgação científica e educação como motes para a análise do periódico? Compreendemos a Revista como uma obra cujo principal objetivo era levar alguns conhecimentos de base científica e racional para um público bastante heterogêneo e composto majoritariamente por não especialistas. E o objetivo fulcral desse movimento era contribuir, de alguma forma, para a transformação dos brasileiros em povo e, conseqüentemente, do Brasil em nação. Devemos sublinhar que o foco deste capítulo é analisar como era feita a divulgação da ciência para os não especialistas aos quais a revista se destinava. Quais as temáticas centrais e, também, como esses homens didatizavam esses conhecimentos mais específicos e complexos para uma linguagem que eles consideravam

acessível a um grupo mais amplo e leigo de pessoas. O papel que a ciência adquiriu na época também será lembrado neste capítulo e nos ajudará a compreender melhor a publicação.

A educação também aparece com muita força e regularidade na revista, de artigos sobre as políticas e leis referentes à educação a discussões sobre métodos de ensino e busca pela aplicação de alguns deles pelos autores do periódico. Neste capítulo, nos interessa discutir e ressaltar apenas os artigos sobre educação que expressam discursos de indivíduos de importância política ou porta-vozes de alguma instituição. Optamos por utilizar apenas estes textos porque pretendemos compreender quais eram as diretrizes que guiavam a Revista no que se refere à educação e à relação com as outras iniciativas nessa área. Isso porque entendemos que existe uma relação significativa entre o sistema educacional da sociedade que pretendem analisar e a possibilidade de espalhar uma cultura científica²⁷². Índices de alfabetização, por exemplo, estão diretamente relacionados com as possibilidades de expandir a noção de ciência e divulgá-la. Portanto, ao escolhermos os discursos de intelectuais e políticos sobre a importância de expandir a educação e apontando algumas formas e instituições a partir das quais pretendem fazer isso, nos aproximamos também das iniciativas acerca da divulgação da ciência. Vulgarizar a ciência e disponibilizá-la fora dos círculos restritos da elite e dos níveis mais complexos da educação formal era uma iniciativa que expressava o posicionamento político e a visão de mundo desses intelectuais, e, além disso, estava completamente imbricada e motivada pela crença no poder da educação e do conhecimento racional, que deveria ser disponibilizado para a população brasileira. Divulgar a ciência era, portanto, uma maneira de educar a população. Ou, ao menos, de contribuir ou com o aprofundamento da educação daqueles que tiveram a oportunidade de fazer apenas o ensino primário ou de colaborar para a formação de professores e professoras de diversas partes do país. A partir da leitura da revista e da análise da trajetória de Roquette-Pinto, já apresentada no primeiro capítulo, é perceptível que ciência e educação estavam totalmente interligadas, visto que divulgar a ciência era uma forma de educar a população e complementar sua educação formal, sabidamente deficiente e com pouco alcance.

A partir desses discursos sobre educação, também conseguimos perceber traços do contexto e dos debates da época a partir da publicação. Por meio da análise desses artigos

²⁷²VERGARA, Moema de Rezende. **A revista brasileira: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República**. 2003.234f. Tese em História- PUC, Rio de Janeiro. p.44.

sobre educação, perceberemos conexões da Revista com associações em defesa da educação, como a Sociedade Carioca de Educação, a Associação Brasileira de Educação e a Associação de Amigos de Alberto Torres, por exemplo. Optamos por não focar nos textos mais específicos sobre pedagogia e nem por tentar identificar a corrente à qual determinado artigo ou pensamento se filia, apesar de reconhecermos a influência da perspectiva da Escola Nova na publicação. Isso porque nosso objetivo central não é esmiuçar as características e aplicações da teoria pedagógica na Revista, mas compreender a relação da publicação com o movimento em prol da educação e com as iniciativas feitas por Edgard Roquette-Pinto para transformar o Museu Nacional em uma instituição com viés educativo e de vulgarização da ciência. Com a análise de artigos sobre educação pretendemos traçar as diretrizes políticas, as iniciativas e os discursos que nos auxiliam a delinear o papel da publicação como divulgadora e propagadora de transformações na área da educação. No segundo momento do capítulo, ressaltaremos, mais especificamente, a divulgação científica e o contexto das décadas de 1920 e 1930 no que se refere à vulgarização. A partir dessa compreensão, analisaremos alguns artigos da revista e também algumas de suas imagens, a fim de que possamos compreender como a ciência era veiculada nas matérias, e por meio de quais estratégias ela era divulgada. Ou seja, quais conteúdos eram mobilizados e quais estratégias utilizavam para alcançar o objetivo de serem compreendidos por um público leigo em ciência e também, em geral, com uma formação escolar ínfima ou inexistente.

Na última parte deste capítulo e na conclusão apontaremos algumas reflexões que podem nos auxiliar a compreender melhor a Revista Nacional de Educação em conexão com a atuação e a trajetória de Edgard Roquete-Pinto. Apesar da curta duração do periódico e da clareza da existência de outras revistas de divulgação da ciência e também das demais iniciativas de divulgação científica e de valorização da educação das quais Roquette-Pinto participou, como a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a Academia Brasileira de Ciências e a própria criação de uma seção do Museu Nacional destinada exclusivamente a preparar materiais e receber as escolas, a Revista Nacional de Educação tem papel relevante para a compreensão da trajetória do autor, bem como a trajetória de Roquette-Pinto nos auxilia a entender a publicação e seus objetivos. E, por isso, é necessário o esforço conjunto de compreensão de aspectos da trajetória do autor e da Revista em conexão com as transformações, questões e problemas característicos da década de 1930. Somente a partir dessa conexão entre os pontos centrais do pensamento de Edgard Roquette-Pinto e o conteúdo

da Revista que poderemos refletir sobre a relação entre a publicação e seu editor. Iniciaremos o capítulo com a análise de algumas matérias sobre a educação no periódico.

3.1 Discursos e diretrizes sobre Educação na Revista

“O Brasil atingiu o máximo de progresso compatível com a situação de atraso intelectual da maioria dos seus filhos. Daqui por diante, só progredirá em passo razoável, de acordo com os seus recursos naturais e sociais, se for possível dar ao seu povo o que lhe falta para caminhar menos lentamente: fé em seu destino, que será realmente deslumbrante... se ele souber arrancar da terra o que ela dá sempre aos que *sabem*²⁷³.”

Essa citação do idealizador e editor da Revista Nacional de Educação, Edgard Roquette-Pinto, é emblemática. A fala se encontra no primeiro exemplar da publicação e evidencia elementos primordiais para a análise que buscamos empreender neste trabalho. A importância reside justamente no fato de delimitar o espaço que o periódico intenta ocupar no contexto da década de 1930, período em que foi criado. Como já ressaltamos anteriormente, havia a crença comum de que o Brasil estava fadado ao atraso e a uma posição subalterna na hierarquia mundial. A miscigenação racial, o clima e o meio ambiente e a colonização portuguesa foram fatores suscitados por pensadores da época como justificativas para o deficitário crescimento brasileiro. Roquette-Pinto reitera, nesse trecho, que, ao contrário do que alguns “maus compatriotas” afirmam, o país teria atingido um nível considerável de desenvolvimento e civilização. E ainda defende que seria impossível que o país crescesse ainda mais nas condições de atraso intelectual em que ele se encontrava à época. Portanto, o atraso intelectual, fruto da falta de investimento em educação e instrução do povo brasileiro era a causa primordial para a estagnação econômica brasileira. A terra só poderia oferecer mais a seus habitantes se soubessem como aproveitar melhor suas potencialidades. Caso contrário, não haveria como retirar mais daquela terra, ela já havia fornecido o máximo que podia sem ter passado por uma organização e sistematização de sua exploração.

Compreendemos, portanto, a criação da revista ao mesmo tempo como uma proposta e uma ação que objetivava divulgar os conhecimentos acerca do Brasil para a população a fim de que pudessem colaborar para a superação do atraso brasileiro. O periódico era um dos elementos que poderiam contribuir para otimizar o aproveitamento de recursos e de mão de obra nacionais. Para que o Brasil pudesse, primeiramente, transformar-se em uma nação e, desse modo, conseguir desenvolver-se e destacar-se no cenário mundial, era necessária a

²⁷³ ROQUETTE-PINTO, Edgard. Reafirmando. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p.17, out.1932.

formação do povo brasileiro. E, formar o povo significava dar certo sentido e homogeneidade às pessoas que viviam dispersas pelo país. O papel que a educação cumpriria era crucial, era tarefa regeneradora, longa e interminável. Era um dos ensinamentos da Revolução Francesa o fato de que “a educação supõe uma vigilância “sem descanso e nem reparos” e da emergência de uma concepção pedagógica em que os hábitos e valores do passado precisavam ser apagados²⁷⁴”.

A República brasileira só se constituiria com a unidade nacional, homens que se viam enquanto comunidade que compartilhavam uma história e cultura comuns. E, para isso, era necessário romper com a inserção aleatória, desorganizada e rebelde das pessoas na sociedade. Era desafio da elite republicana expandir a escola e fazer da razão moderna parte integrante da formação dos homens brasileiros sem desestabilizar a nova ordem política conquistada²⁷⁵. E, é nesse objetivo maior que a Revista Nacional de Educação se insere, como contribuição para que essa razão moderna se disseminasse no Brasil e colaborasse para a formação do povo e da nação brasileiras.

A concepção de educação veiculada pela revista é bastante abrangente. Inclui desde discursos de importantes políticos e representantes de movimentos em prol de uma renovação da educação até novos métodos de potencializar o efeito e a dimensão do ensino. Passando pelas diferentes abordagens que a temática pode implicar, educação rural, educação feminina, educação tecnológica, educação ambiental, educação dos sentidos, dentre outras. Essas diferentes vertentes estão interligadas na intencionalidade de produzir costumes, valores e conceitos comuns, que se desprendam dos antigos, considerados negativos por não estarem de acordo com a perspectiva racional e moderna. “A educação tornou-se um símbolo integrado à república pela crença na sua capacidade de regenerar, moralizar, disciplinar e unificar as diferenças²⁷⁶”. Inicialmente, cabe analisarmos as diretrizes educacionais defendidas pelos políticos e educadores nos diversos discursos veiculados pela revista. A escolha por começarmos com esses discursos se dá justamente para que possamos observar esse viés de valorização da racionalização e da construção de um discurso unificado entre os intelectuais do Museu e o projeto do Governo Provisório de Getúlio Vargas.

²⁷⁴ VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000 p. 404.

²⁷⁵ Ibidem. p. 404.

²⁷⁶ Ibidem. p. 405.

O primeiro número da revista se inicia com uma declaração de Francisco Campos feita à mão: “Até agora a União nada havia realizado em benefício da cultura popular. Esta revista representa a primeira contribuição federal à obra de educação do povo brasileiro, constituindo um estável empreendimento, destinado a ter mais longa e proveitosa repercussão no país²⁷⁷”. Campos, como um representante do governo varguista evidencia a parceria entre o museu e o novo Governo Federal e exalta o papel do periódico em um contexto em que há pouca ou nenhuma iniciativa em nível federal para a educação do povo brasileiro.

É interessante sublinhar que ainda no primeiro exemplar, encontramos um artigo sobre o recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, uma das primeiras criações do governo revolucionário. Nesse texto é perceptível uma tentativa de afirmação e enaltecimento dessa nova pasta, que foi requisitada por diversos grupos intelectuais ligados à saúde e à educação durante a Primeira República. E, só com a Revolução de 30 e o início do governo de Getúlio Vargas que esse Ministério foi criado. O valor de sua função e aquilo que representou para os diversos setores da sociedade, que por muito tempo o pleitearam, justificava as deficiências que ainda possuía pela falta de verba. O artigo delimitava a função dessa nova pasta “este Ministério tem a incumbência necessária e grandiosa de cuidar do corpo e aperfeiçoar o espírito- eugenizar e instruir- isto é, preparar o brasileiro de amanhã²⁷⁸”.

Para o ministro Washington Pires, que acabara de receber a pasta do ministro interino Salgado Filho, os serviços de saúde vinham se mantendo dentro de seus principais objetivos e estavam conseguindo ser eficientes. Porém, acredita que dias melhores virão quando “aos quadros de vários serviços do Departamento de Saúde Pública será concedido desenvolver de salutareos desdobramentos pelo país inteiro, o que hoje são obrigados a restringir às capitais²⁷⁹”. A falta de verba embarga ações mais amplas a nível federal, mas, apesar das dificuldades, ele assegura que a varíola, a peste bubônica e a febre amarela já não mais assolam o país. Reconhece os diagnósticos que defendem que as doenças como a ancilostomose e a malária estavam criando, definindo, um novo tipo racial no Brasil. Ou, como o ministro denominou, deformando o homem brasileiro. É perceptível a certeza de Pires quanto à qualidade do material humano, do povo brasileiro.

²⁷⁷ CAMPOS, Francisco. Ministério da Educação e Saúde Pública. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 3, out. 1932.

²⁷⁸ Ministério da Educação e Saúde Pública. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.51-52, out. 1932.

²⁷⁹ PIRES, Washington. Ministério da Educação e Saúde pública. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.51, out. 1932.

Apesar de tratar da questão da saúde, o novo ministro também aborda a centralidade da temática da educação e atrela um melhor desempenho à necessidade de mais verbas. Sobre a educação ele afirma “forçoso é convir que nossas vistas se perdem no tocante a ela (educação) no infinito das distâncias onde se fecham os horizontes de vastíssima planície, ainda quase totalmente vazia²⁸⁰”. Ainda há, para o ministro que estava acabando de assumir, tudo por fazer. Há projetos de todo tipo, ensino técnico, ensino profissional, organização das atribuições relativas à educação e o poder responsável. Porém, esse período em que escreve não seria adequado para novos projetos, é um momento conturbado de disputa entre diferentes grupos e pautas nesse governo revolucionário. Referindo-se ao conturbado período de afirmação do governo de Getúlio Vargas e à revolução Constitucionalista ocorrida em São Paulo: “Agora, porém, o que nos cumpre é vencer a contrarrevolução, e nós a venceremos, não há dúvida. Depois, retornaremos serenamente o trabalho, que só é profícuo dentro da ordem, urgindo que muito trabalhemos para a compensação dos grandes prejuízos que ao Brasil a guerra está causando²⁸¹”.

É notável que o primeiro número já evidencia a parceria entre a Revista Nacional de Educação e os intelectuais que a representam com o novo Governo Federal, em processo de afirmação. A plataforma do Ministério da Educação e Saúde Pública encontra-se, neste momento, alinhada à de Roquette-Pinto e seus colaboradores. A saúde e, principalmente, a educação, inclusive a educação para a prevenção de doenças, chamada medicina profilática, eram vistas como fundamentais para moralizar e unificar o país e seu povo.

O segundo número é aberto pelo discurso do Ministro interino Salgado Filho ao transmitir a Pasta do Ministério da Educação e da Saúde Pública a Washington Pires, novo ministro. Há forte semelhança entre os discursos, Salgado Filho também reforça a importância do cargo que deixa para seu sucessor e a competência de Pires para lidar com esse desafio, era médico e professor. Sobre a duplicidade da pasta, Filho afirma que “ela diz respeito aos fatores preponderantes na vida dos povos, dos quais tudo depende - da cultura dos seus concidadãos, da sua instrução, da sua integridade física²⁸²”. Para o ex-ministro, a prosperidade das nações, de maneira geral, está em grande medida relacionada às atribuições desse cargo, especialmente no caso do Brasil: “considerado por mestre emérito um vasto hospital, onde,

²⁸⁰ PIRES, Washington. Ministério da Educação e Saúde pública. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.52, out. 1932.

²⁸¹ Ibidem. p.52.

²⁸² FILHO, Salgado. Ministério da Educação e Saúde Pública. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.1, nov. 1932.

acrescentaremos, abrigam-se **doentes analfabetos**²⁸³”. Frente ao que ele chama de **coeficiente apavorante de iletrados**, sobretudo entre os mais pobres. “Precisamos tudo fazer para que o ensino não seja um privilégio dos ricos, e as taxas cobradas sejam exíguas, para cobrirem as despesas e não produzirem lucro²⁸⁴”. Filho reitera aquilo que destacamos no início dessa seção como objetivo da revista “não esqueçamos que as classes mais pobres são as que mais carecem de instrução para poderem cooperar com as demais nos destinos do nosso Brasil²⁸⁵”. A perspectiva do ex-ministro da pasta de Educação e Saúde Pública reforça a ideia que destacamos anteriormente, a revista como um instrumento de instruir as classes mais pobres, já que continuar negligenciando esses grupos comprometeria ainda mais o desenvolvimento do país. É notável a relação que estabelecem entre a inserção das populações pobres e sertanejas e a formação da nação brasileira. Inserir esse povo disperso, pobre, mal alimentado e sem instrução alguma era condição para que o país se tornasse uma nação e despontasse no rol das nações desenvolvidas.

O discurso inaugural de Álvaro Fróes da Fonseca como presidente da Sociedade Carioca de Educação abre a revista de número quatro. Fróes da Fonseca foi um médico e antropólogo que atuou em diversas instituições como as Faculdades de Medicina de Porto Alegre, da Bahia e do Rio de Janeiro. Também foi professor de Antropologia Física do Museu Nacional entre os anos de 1926 e 1934, período que coincidiu com a direção do também médico e antropólogo Edgard Roquette-Pinto. Com um discurso inflamado inaugura a Sociedade Carioca de Educação “Avulta, dia a dia, e a fundação de hoje é um índice a mais, e senso profundo de responsabilidade para com as gerações vindouras. É o momento de agir, de combater pelo futuro²⁸⁶”. Ressalta a importância de uma instituição desse tipo e coloca-se como em um “posto de combate²⁸⁷”. O professor abre seu pronunciamento afirmando que da política lhe interessa apenas um problema: “o de transformar, pela educação cívica, os **rebanhos de carneiros eleitorais** em eleitores conscientes dos seus direitos e, mais que isto, dos seus deveres²⁸⁸”. Maior do que o problema da utilização de métodos educativos ultrapassados e tradicionais é “o de fazer chegar a educação, imperfeita, embora, a quantos

²⁸³ FILHO, Salgado. Ministério da Educação e Saúde Pública. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.1, nov. 1932.

²⁸⁴ Ibidem. p.1.

²⁸⁵ Ibidem. p.1.

²⁸⁶ FONSECA, Alvaro Fróes. Discurso inaugural do Professor Alvaro Fróes da Fonseca na Sociedade Carioca de Educação. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n. 4, p.1, jan. 1933.

²⁸⁷ FONSECA, Alvaro Fróes. Discurso inaugural do Professor Alvaro Fróes da Fonseca na Sociedade Carioca de Educação. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n. 4, p.1, jan. 1933.

²⁸⁸ Ibidem. p.1.

nascem com direito a ela em todo o imenso território do Brasil. Neste sentido é que o problema é um problema brasileiro²⁸⁹”. De nada adianta discutir os novos métodos empregados nos Estados Unidos ou na Europa sem, sequer, conhecer a realidade do sertão carioca e, muito menos, do brasileiro. “Toda gente concorda na indispensabilidade do ensino primário e profissional gratuitos e acessíveis para todos. Mas, concordarão todos em que é melhor que tal ensino seja menos perfeito e atinja com segurança o maior número de crianças?²⁹⁰” A partir dessa indagação ele suscita o problema do ensino secundário, que ainda continuava a ser visto como mero preparo para as faculdades, “como um degrau de acesso à fábrica de doutores²⁹¹”. Reitera que o acesso à cultura não pode ser privilégio das elites plutocráticas.

Dulcídio Cardoso, também na inauguração da Sociedade Carioca de Educação, é encarregado de representar essa instituição no Conselho Executivo da Federação Nacional das Sociedades de Educação. Logo de início se coloca em uma posição de vanguarda e afirma que se identifica com a missão educacional, “não medindo sacrifícios para a defesa do setor onde se decidem os destinos das instituições democráticas²⁹²”. Para Cardoso, sobre a Revolução de 1930: “os adversários mais encarniçados da Revolução não poderão negar que ela foi o movimento que até o presente maior vibração ocasionou na coletividade nacional”²⁹³. Com a Revolução e a criação do Ministério de Educação, deu à educação um ambiente mais propício às atividades pensantes, possibilitando o aumento de esperança na organização da política educacional. “Essa criação de um órgão técnico para superintender as questões de ensino, revelou o conhecimento de uma verdade generalizada: o carinho que as democracias precisam ter pela educação²⁹⁴”. Cardoso ressalta a ausência de um programa claramente definido na escola brasileira. É necessário formar uma consciência política e para atingi-la é necessária a “cooperação de todos os verdadeiros educadores, espíritos livres, progressistas e sobrepujantes às incompreensões e conflitos transitórios do momento que passa²⁹⁵”. O autor propõe a execução de um programa de brasilidade, que seria arcabouço de nossa política

²⁸⁹ FONSECA, Alvaro Fróes. Discurso inaugural do Professor Alvaro Fróes da Fonseca na Sociedade Carioca de Educação. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n. 4, p.2, jan. 1933.

²⁹⁰ Ibidem. p.2.

²⁹¹ Ibidem. p.2.

²⁹² CARDOSO, Dulcídio. Discurso do Professor Dulcídio Cardoso na Sociedade Carioca de Educação. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.4, p. 3, jan. 1933.

²⁹³ Ibidem. p.4.

²⁹⁴ CARDOSO, Dulcídio. Discurso do Professor Dulcídio Cardoso na Sociedade Carioca de Educação. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.4, p. 4, jan. 1933.

²⁹⁵ Ibidem. p. 5.

pedagógica. Essa escola teria que coordenar nossas forças culturais penetrando ao coração dos nativos, por meio de uma didática persuasiva e isenta de ilusões e mimetismos.

O discurso do professor Jorge Figueira Machado reforça a relevância e presta homenagem a instituições como a Sociedade Carioca de Educação e a Federação Nacional das Sociedades de Educação, que teriam colaborado para ajustar e equilibrar a política educacional. Especialmente em um período ainda bastante conturbado e incoerente em relação à pedagogia. Há uma mistura de temores entre o caos da pedagogia tradicional e os novos princípios que surgem, ainda como um complexo incoerente de noções desconexas e observações imperfeitas. Para Machado, a doutrina “que justifica a escola nova, não resulta apenas da assimilação, pela pedagogia, do progresso das ciências naturais e especialmente da psicologia. Ela decorre, também, de uma nova consciência que determina uma renovação estrutural das coletividades²⁹⁶.” As transformações ocorridas no âmbito da ciência e da técnica e as transformações que ocasionou no ambiente social, provocaram uma ampliação do nível geral de cultura e novas concepções de política educacional. É necessária, portanto, toda uma obra de ajustamento da escola ao novo organismo social. No final de seu discurso, Machado reforça um discurso nacionalista. “O que se torna imperioso, entretanto, é o exame positivo, científico da nossa natureza, da nossa gente, da nossa índole, do nosso idioma, das nossas inclinações e preferências, das nossas crenças ideais e da interação desses elementos²⁹⁷”. “E só o labor das obstinadas falanges aguerridas, como a dos educadores, os grandes intérpretes da nacionalidade, pode auscultar, sentir e compreender as ânsias, os ideais, e as emoções de nosso povo²⁹⁸”. Há uma perceptível valorização do papel do educador enquanto agregador e construtor da nação brasileira. E a Sociedade Carioca de Educação se alista nas hostes que vêm erigindo palmo a palmo a civilização brasileira. A revista de número 6 também traz esse mesmo discurso de Figueira Machado.

O discurso de Fernando da Silveira ressalta o valor da Sociedade Carioca de Educação e exalta o fato de ela já congregar 500 sócios no dia de inauguração e posse de sua diretoria. “O número de pessoas mostra a simpatia irradiante dos objetivos que ela se propõe: Educar²⁹⁹”. Para Silveira, a existência de sociedades voltadas para a educação não significa

²⁹⁶ MACHADO, Jorge Figueira. Discurso do Prof. Jorge Figueira Machado. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n. 5, p.62-63, fev. 1933.

²⁹⁷ Ibidem. p.63.

²⁹⁸ Ibidem. p.63-64.

²⁹⁹ SILVEIRA, Fernando da. Discurso do Prof. Fernando da Silveira. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.5, p. 64, fev. 1933.

que o governo seja ineficiente e não cumpra seu papel. Mesmo que o governo cuide com afinco dessas questões relativas à educação, sempre existem problemas devido ao alto grau de complexidade e especialização que essas atividades requerem. Os cursos universitários e as sociedades de educação cumprem o papel de proporcionar estímulo científico e propiciar colaboração entre os membros. Ainda sobre a centralidade das sociedades educacionais:

“Conscientes de que o país só pode progredir verdadeiramente quando todos os elos representando ideias estejam presos de modo a formar uma corrente forte, a Sociedade Carioca de Educação, apenas fundada resolveu filiar-se a essa grande força que se chama Federação Nacional das Sociedades de Educação, que congrega vinte associações espalhadas por diversos estados do Brasil³⁰⁰.”

Dulcídio Cardoso e Jonathas Serrano, ambos já citados anteriormente por suas contribuições à revista, são novamente retomados pelas cartas que escreveram a Edgard Roquette-Pinto. Nesse momento, é fundamental frisarmos que Dulcídio Cardoso foi um militar e político que atuou durante o governo de Getúlio Vargas. Ocupou posições de destaque, foi diretor do Departamento Geral de Educação, órgão vinculado ao Ministério de Educação e Saúde Pública; foi secretário de segurança pública do estado de São Paulo a partir de 1937; também ocupou o cargo de chefia no recém-criado Ministério da Aeronáutica; foi secretário do interior do Distrito Federal entre 1951 e 1952 e foi prefeito da capital a partir de 1952. Com a morte de Getúlio Vargas, Dulcídio abandonou a política³⁰¹. O objetivo dessa breve apresentação de Cardoso foi salientar as relações políticas que o conectavam e, a partir dessa perspectiva, compreender sua carta a Roquette-Pinto.

É uma carta bastante breve que data de Maio de 1933, época em que chefiava a Diretoria Geral de Educação. No texto, Cardoso elogia a iniciativa de Edgard Roquette-Pinto e afirma que: “pela feitura de todos os números, observei, com aprazimento, que essa é uma publicação verdadeiramente seletiva e vulgarizadora do pensamento científico da educação em nosso país³⁰²”. Compreendemos essa carta como mais uma demonstração de proximidade com o governo varguista e os ocupantes de cargos de relevância nacional, especialmente no âmbito da educação. Para Cardoso, a publicação cumpriria um papel único e inovador, em consonância com a fala de Francisco Campos que abre o primeiro número da revista na qual

³⁰⁰ SILVEIRA, Fernando da. Discurso do Prof. Fernando da Silveira. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.5, p. 65, fev. 1933.

³⁰¹ Dulcídio Cardoso. CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARDOSO,%20Dulc%C3%ADdio%20do%20Esp%C3%ADrito%20Santo.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2017.

³⁰² CARDOSO, Dulcídio. A Revista Nacional de Educação. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.8, p. 1, mai. 1933.

afirmava que a publicação representava a primeira contribuição federal à cultura popular e à educação do povo brasileiro. Dulcídio reitera o posicionamento de Campos, seu parceiro no governo varguista quando afirma: “se não houvesse tal órgão de publicidade, para a nossa cultura seria necessário criá-lo. Sua feição é estética, e seu conteúdo proveitoso, como convém à sua finalidade educativa³⁰³”.

Jonathas Serrano, autor de algumas matérias sobre História e biografias, também escreveu uma carta a Roquette-Pinto no início da edição número oito. Serrano ficou conhecido como um intelectual e militante católico que pensava a questão da identidade nacional a partir da marca do catolicismo³⁰⁴. O elogio à revista não é o ponto fulcral da carta, que se refere à Roquette-Pinto como Presidente da Comissão de Censura Cinematográfica e sua atuação como diretor da Comissão de Censura é o assunto predominante na carta. Faz uma espécie de balanço de um ano de funcionamento da censura e chega à conclusão de que foi extremamente positivo, raríssimos casos de divergência fundamental, fruto da ação firme e bem orientada do diretor. Além da questão da censura, Serrano reconhece a dificuldade em fazer chegar uma informação ao grande público e ressalta a importância do papel de Roquette-Pinto em colocar à disposição o rádio e a Revista Nacional de Educação, plataformas que divulgavam o melhor da cultura científica, artística e literária brasileira. Serrano elogia mais especificamente a forma com que Roquette-Pinto estava conduzindo o projeto e finaliza sua correspondência afirmando que: “espera que vença afinal, também no Brasil, a grande causa do cinema a serviço da educação³⁰⁵”.

Fundamental para a compreensão das características gerais do discurso da Revista Nacional de Educação sobre educação é a fala de Getúlio Vargas de agosto de 1933, que abre a revista de números 11/12. A edição de números 11/12 é especial, em comemoração ao aniversário de 1 ano da publicação. É curioso e interessante que o número comemorativo seja aberto justamente pelo discurso do então presidente do governo provisório, Getúlio Vargas. Inferimos que essa posição de destaque em uma edição comemorativa novamente delinea os

³⁰³ CARDOSO, Dulcídio. A Revista Nacional de Educação. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.8, p. 1, mai. 1933.

³⁰⁴ SILVA, Giovane José. Uma janela para o passado: a obra de Jonathas Serrano e a produção de uma ‘historiografia católica’ na República. In: MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda; Varella, Flávia Florentino. (orgs.). **Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?** Ouro Preto: Edufop, 2009. Disponível em: <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/t/giovane_jose_da_silva.pdf>. Acesso em: 24 out. 2017.

³⁰⁵ SERRANO, Jonathas. Carta a Roquette-Pinto. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.8, p. 1-2, mai. 1933.

contornos de uma aproximação significativa entre o discurso e a ação do periódico e do governo.

Esse discurso, *Educar*, foi realizado em sua visita ao estado da Bahia, lugar bastante simbólico porque Vargas o considerava como berço do Brasil, local em que se iniciou o processo de colonização.

“(...) erigiu-se a primeira cruz, símbolo sagrado, unindo o Novo Mundo, que surgia à civilização cristã renascente; daqui partiram os exploradores do Recôncavo; aqui, fixaram-se os primeiros descobridores, tirando da terra dadivosa seu sustento e perpetuando-se na sua descendência; aqui constituiu-se o núcleo inicial de resistência para a manutenção e posse das terras descobertas; enfim, aqui foram lançados os alicerces da Nação que hoje somos e da grande pátria que devemos ser³⁰⁶.”

Apesar de “berço da nação”, para Getúlio, a Bahia e, por consequência, o Nordeste era a parte de nosso território que mais sofria ainda com os reflexos da colonização e das lutas por riquezas travadas pelos portugueses em sua colônia. Getúlio Vargas aponta como principais problemas brasileiros a falta de organização do trabalho no Brasil, consequência da abolição tardia da escravidão. O fim do trabalho escravo apenas às vésperas da República entrou a resolução de um dos capitais problemas econômicos no Brasil. “Feita a abolição, o novo regime encontrou o trabalho desorganizado e, tão profunda foi a repercussão desse fato que, até hoje, só de forma parcial, temos conseguido atenuar-lhe os efeitos nocivos³⁰⁷.”

O movimento abolicionista, apesar de fundamental, apenas libertou os escravos e não problematizou a substituição da mão de obra. Todo esse processo de desorganização do trabalho contribuiu para dar forma a outro problema que assolava o país durante a década de 30, o êxodo rural.

“Agravando semelhante desorganização, verificou-se o êxodo dos habitantes do interior, atraídos pelas ilusórias facilidades de trabalho abundante e bem recompensado, para os centros urbanos de vida intensa. O proletariado das cidades aumentou desproporcionadamente, originando o pauperismo e todos os males decorrentes do excesso de atividades sem ocupações fixas³⁰⁸.”

Esse movimento em direção às cidades não foi apenas das camadas mais pobres, houve também a saída dos filhos da elite dos campos em busca de diplomas e de empregos no quadro de funcionários públicos.

³⁰⁶ VARGAS, Getúlio. *Educar*. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n. 11/12, p.1, ago/set. 1933.

³⁰⁷ *Ibidem*. p.2.

³⁰⁸ *Ibidem*. p.3.

Vargas, em seu discurso, evidencia que há apenas uma solução para a resolução desse problema. “Cumpre-nos incentivar, por todas as formas, a volta ao bom caminho. Os atalhos que nos podem levar a ele são muitos, mas, o rumo um só: o retorno aos campos³⁰⁹.” A solução para os problemas do Brasil passava por dois eixos centrais: “**educar as populações rurais** e, ao mesmo tempo, valorizar economicamente o interior, povoando-o e saneando-o³¹⁰.” Para o então presidente do governo provisório, povoar não é apenas acumular elementos humanos em determinada região, é necessária a verificação de suas condições físicas, como é a terra, a salubridade e a acessibilidade naquele local. Além disso, é necessário proporcionar alguma assistência social e auxílio técnico. Para Getúlio, faz-se necessário privilegiar as regiões saudáveis e ainda despovoadas ao invés de insistir no povoamento de áreas inóspitas e de difícil acesso e exploração. Mesmo valorizando o povoamento dessas áreas mais propícias, o presidente afirma que também trabalha com o saneamento das regiões já densamente povoadas e devastadas por endemias. Reconhece, no entanto, que as iniciativas já existentes são poucas e dispersas e que há a necessidade de uma ação mais generalizada: “(...) um plano completo de saneamento rural e urbano, capaz de revigorar a raça e melhorá-la como capital humano, aplicável ao aproveitamento das nossas condições excepcionais de riqueza³¹¹.” É entristecedor “(...) observar-se o espetáculo doloroso de vastos conglomerados humanos entorpecidos pela malária, corroídos pela sífilis ou a lepra, remisso a qualquer atividade produtiva e condenados a inevitável decadência, à míngua de socorro dos poderes públicos³¹².” No discurso, Getúlio ressalta que povoar e sanear não é tudo, é necessário fixar esse homem à terra por meio do domínio, do acesso à propriedade da terra.

Mais do que povoar e sanear, o Brasil e sua população precisam de educação. Esse é o mote central da fala de Getúlio Vargas. “Todas as grandes nações, assim merecidamente consideradas, atingiram ao nível superior de progresso pela educação do povo³¹³.” E essa educação precisa ser ampla e social, física, moral, eugênica, cívica, industrial e agrícola, tendo como alicerce a educação primária e técnica profissional. Nesse sentido não há nada de orgânico e definitivo, apenas iniciativas esparsas e sem sistematização em alguns estados. Alfabetizar não deve ser o único objetivo dessa educação: “a instrução que precisamos desenvolver, até o limite extremo das nossas possibilidades, é a profissional e técnica. Sem ela, sobretudo na época caracterizada pelo predomínio da máquina, é impossível trabalho

³⁰⁹ VARGAS, Getúlio. Educar. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n. 11/12, p.3, ago/set. 1933.

³¹⁰ Ibidem. p.3.

³¹¹ Ibidem. p.4.

³¹² Ibidem. p.4.

³¹³ Ibidem.p.5.

organizado³¹⁴.” A partir da instrução, primária e profissional, o objetivo de Vargas seria educar:

“dar ao **sertanejo**, quase abandonado a si mesmo, a consciência de seus direitos e deveres; fortalecer-lhe a alma, convencendo-o que existe solidariedade humana; enrijar-lhe o físico pela higiene e pelo trabalho, para premiá-lo enfim, com a alegria de viver, proveniente do conforto conquistado com as próprias mãos³¹⁵.”

Todo brasileiro poderá ser homem admirável e cidadão modelar desde que receba educação, tanto a instrução profissional e técnica quanto a conscientização desse sertanejo. “Convençamo-nos de que todo brasileiro poderá ser um homem admirável e um modelar cidadão. Para isso conseguirmos, há um só meio e uma só providência:- é preciso que todos os **cidadãos** recebam educação³¹⁶”. Vargas reconhece que a educação nunca foi encarada como um legítimo caso de salvação pública e que o Brasil e os brasileiros só se desenvolverão se a educação for encarada dessa maneira, como salvação pública. Seria papel do governo provisório fazer toda a nação se interessar e cooperar para solucionar o problema da falta ou deficiência da educação para boa parte da população.

Getúlio afirma a necessidade de criar escolas para fortalecer e expandir a instrução e ressalta que a escassez de recursos não deve impossibilitar a manutenção da ação. Mas, propõe que essas escolas não devam ser criadas segundo um modelo rígido, aplicável ao país inteiro. Mas, de acordo com as características de cada região, nos centros urbanos escolas técnicas e profissionais na forma de liceus de artes e ofícios, nas áreas rurais, escolas rurais sob a forma de internatos ou patronatos. A conexão entre as atribuições de cada poder, evitando gastos desnecessários a fim de que a verba seja melhor aproveitada. Vargas se compromete a: determinar que os estados empreguem 10% das rendas na instrução primária e que o Governo Federal instale a Universidade Técnica. “Tudo isso significa “educar”- palavra que nos deve servir de lema para uma patriótica e autêntica cruzada³¹⁷”.

“Educado o povo, **o sertanejo rude feito cidadão consciente**, valorizado o homem pela cultura e pelo trabalho inteligentemente produtivo, o Brasil, terra maravilhosa por sua beleza natural, transformar-se-á na grande pátria que os nossos maiores visionaram e que as gerações futuras abençoarão³¹⁸.”

³¹⁴ VARGAS, Getúlio. Educar. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n. 11/12, p.5, ago/set. 1933.

³¹⁵ Ibidem. p.5.

³¹⁶ Ibidem. p.6.

³¹⁷ Ibidem. p.8.

³¹⁸ Ibidem. p. 8.

A partir da descrição mais pormenorizada do discurso de Getúlio Vargas de 1933 sobre educação, realizado na Bahia, reforçamos nosso argumento de que a fala de Vargas estava afinada com a de intelectuais da Primeira República e do Museu, que defendiam a educação e o saneamento como propostas para a nação brasileira.

Destacamos em negrito as palavras empregadas pelos políticos e intelectuais que tiveram seus discursos divulgados pela revista quando se referem à população brasileira, ao povo. Os termos empregados são bastante emblemáticos: “doentes analfabetos”, “coeficiente apavorante de iletrados”, “rebanhos de carneiros eleitorais a serem transformados em eleitores conscientes”, “populações rurais”, sertanejo, cidadão, “sertanejo rude feito cidadão consciente”. Pela localização e forma em que essas expressões são utilizadas é perceptível o reforço de alguns estereótipos nos discursos desses homens, algumas fórmulas que acabam por estigmatizar a população brasileira pela referência constante ao analfabetismo e à doença. Analfabetismo e doença são vistos como estigmas que pairavam sobre o povo brasileiro e o impediam de se comportar de maneira produtiva e colaborativa com a construção da nação. A única maneira de transformar essas “populações rurais”, “doentes analfabetos” e “sertanejos rudes” em cidadãos conscientes era por meio da homogeneização. “Dever-se ia, então, homogeneizar a população brasileira, constituindo-se num referente de coesão que legitimava o discurso e prática das instituições reguladoras da educação e da saúde³¹⁹”. A educação encontrada nesses discursos se enquadra em uma perspectiva civilizatória, de transmitir formas de se comportar e de agir a partir da valorização do pensamento racional e da ciência, de forte influência iluminista³²⁰.

Como já dissemos anteriormente, a Revista Nacional de educação estava afinada com a perspectiva de educação civilizatória e de valorização das sensibilidades e da arte, o que é perceptível pela presença de colunas como: *Como ouvir música*³²¹? *Lições de Desenho*³²², *Lições de fotografia*³²³, *Seara Alheia*, que abordava poemas e textos e suas traduções e também uma quantidade bastante significativa de quadros, nacionais ou internacionais, sendo alguns deles clássicos e bastante famosos. Esses artigos carregam consigo uma perspectiva de

³¹⁹ COSTA, Deane Monteiro Vieira da. **A Campanha de Adolescentes e Adultos no Brasil e no Estado do Espírito Santo (1947-1963)- um projeto civilizador**. São Carlos: Pedro&João Editores, 2016.p. 76.

³²⁰ Ibidem. p. 84.

³²¹ SINZIG, Frei Pedro. Como ouvir música? **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.4/n. 5, jan-fev. 1933.

³²² SETH, Álvaro Marins. Lições de Desenho. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, 3, 4,5 e 7.

³²³ GUERRA-DUVAL, F. Palestras sobre Fotografia. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n. 4-8, jan-mai. 1933.

educação dos sentidos. Pressupõem, portanto, que os sujeitos são flexíveis e, por meio da educação e aprimoramento de sua capacidade de ver, ouvir, falar, desenhar, podem aprender a valorizar e usufruir do acervo cultural da humanidade³²⁴. Nos debates sobre renovações na educação e, especialmente, a partir do movimento da Educação Nova, a educação estética esteve presente. Essa preocupação pode ser percebida nos escritos do intelectual escolanovista Fernando de Azevedo em que sublinha ser a ciência insuficiente para satisfazer as solicitações do espírito³²⁵ e também na própria epígrafe da Revista Nacional de Educação que afirma pretender ser o conforto moral da ciência e da arte.

A escola nova não defende apenas a ciência, “a civilização para ser completa precisa de sujeitos habilitados ao gosto, ao prazer, às possibilidades de manifestar suas sensibilidades³²⁶”. A educação estética se enquadra, portanto, no contexto de valorização das culturas nacionais e, concomitantemente, de valorização do ser individualizado e racionalizado. Nesses primeiros anos da república, a grande preocupação era em produzir recepção estética porque, para as elites do país, a população não tinha preparo algum³²⁷. Essa ausência de preparo e cultura geral mínima, para os padrões da elite brasileira, que observava as diretrizes europeias, era perceptível não apenas em relação à arte e à necessidade de “refinar” o gosto e os sentidos da população. Era possível notar a ausência de preparo também em relação à ciência e a seus conceitos considerados básicos. Para esse grupo de intelectuais da publicação, a ausência de conhecimentos mínimos sobre o funcionamento da natureza e da sociedade, a partir da perspectiva europeia e de caráter civilizatório, e o que ela já havia produzido em termos de conhecimento, era uma lacuna que dificultava e chegava até mesmo a inviabilizar o desenvolvimento do Brasil.

Apesar de a análise da divulgação científica, com as formas e estratégias que a revista utilizava para aproximar-se do público, ser o tema central deste capítulo, a discussão sobre a educação também é extremamente relevante. Os diferentes discursos mobilizados acima evidenciam as deficiências da educação brasileira, a falta de verba e integração nacional que a educação escolar sofria e que dificultava ou, para alguns dos discursos acima, chegava a inviabilizar o sucesso dessa empreitada educacional. Como sublinhamos anteriormente, ainda

³²⁴ VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 406.

³²⁵ Ibidem. p. 408.

³²⁶ Ibidem. p.409.

³²⁷ Ibidem. p.409.

faltava tudo em matéria de educação neste país. A revista, portanto, buscava suprir ao menos parte dessa lacuna. Motivada por essa preocupação com a educação e, sem deixar de pontuar a perspectiva nacionalista do caráter fundamental atribuído à educação, ela contribuía com conhecimentos de arte, ciência e pedagogia. Defendemos que a Revista encarava a vulgarização da ciência como uma forma de complementar a educação formal tendo em vista sua evidente deficiência. Era a partir da divulgação científica que o periódico buscava contribuir com a tarefa de educar a população. Portanto, neste momento, cabe fazermos uma incursão à divulgação científica, tanto no que se refere a seu conceito quanto à sua importância no contexto das décadas de 1920 e 1930.

3.2 Divulgação científica: conceito e iniciativas nas décadas de 1920 e 1930

Primeiramente, é válido pontuar que a ação de divulgar a ciência se insere nas discussões internas da comunidade científica acerca de seu papel político e social. Essa ação está envolvida em um projeto político-social mais amplo de reconhecimento e validação da ciência junto à sociedade. Mas, afinal, como podemos definir divulgação científica? O que compreendemos hoje como divulgação da ciência? Mendes, Vergara e Massarani esclarecem o significado desse termo e o colocam em contraposição com os demais, difusão científica, disseminação da ciência e vulgarização científica. As três autoras afirmam que a difusão científica compreende qualquer processo ou recurso utilizado para a veiculação de informações científicas ou tecnológicas. A disseminação científica, por sua vez, é a transferência de informações, transcritas em códigos especializados a um público seletivo de especialistas e, pode ocorrer, entre cientistas da mesma área ou de áreas diferentes. Já a divulgação científica, termo mais utilizado, ou vulgarização da ciência, é a veiculação de informações científicas ao público leigo em geral. O objetivo é tornar o conteúdo acessível ao maior número de pessoas e, para isso, conta com a mediação de Museus, Centros de Ciência e a Mídia³²⁸. Como também sublinha Vergara, a vulgarização ou divulgação é o meio pelo qual a ciência, escrita em uma linguagem específica, pode ser traduzida para expressões comuns e

³²⁸ MENDES, Marta Ferreira Abdala. **Uma perspectiva histórica da divulgação científica: a atuação do cientista divulgador José Reis (1948-1958)**. 2006. 240 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2006.p.27-28.

compreensíveis. E a necessidade de traduzi-la é produto da desigualdade da distribuição cultural na sociedade³²⁹.

Mendes ressalta que na compreensão da divulgação científica subsiste um modelo linear e ideológico no qual os cientistas são os especialistas e o público passivo e homogêneo é visto como leigo e que precisa ser formado e informado e as falhas e ausências de conhecimento sobre a ciência precisam ser corrigidas. A autora define esse enfoque como o “modelo de déficit”, no qual a informação sempre flui em uma única direção, dos especialistas, detentores do saber, para o público, leigo e sem conhecimento sobre a questão³³⁰. Mendes continua mobilizando autores e reflexões para tratar sobre as perspectivas mais atuais acerca da divulgação da ciência. Por uma corrente mais atual, a ciência não se diferencia em essência de sua divulgação, são compreendidas como uma continuidade. Os processos de divulgar e expor a ciência são parte do procedimento científico, não há aí uma diferença fundamental entre a produção e sua comunicação.

No entanto, notamos que boa parte da Revista Nacional de Educação utiliza a perspectiva de déficit em sua forma de divulgar a ciência, o conhecimento é entendido de maneira unidirecional, dos cientistas e intelectuais que escreveram o periódico para o público da revista, que seria pouco culto e com conhecimento pequeno ou nulo sobre ciência. Apesar da predominância dessa perspectiva unidirecional, a Revista utilizou alguns mecanismos de comunicação com seu público, principalmente pelo estímulo para que os leitores produzissem seu próprio acervo de plantas, como ressaltamos anteriormente. Essa via de comunicação não deixava de levar em consideração que os autores se consideravam como os detentores de um saber específico e seu público era visto como aprendiz. Para Vergara, os críticos desse movimento de vulgarização da ciência o caracterizam como superficial por sua incapacidade de transmitir rigor científico e, principalmente, por não aproximarem, de fato, a ciência da população leiga. O problema é justamente que essa ação do vulgarizador omitia os limites da ciência. “Sem reduzir a distância entre leigos e ciência, a vulgarização científica contribui, ao contrário, para aumentá-la, dando ao leitor a ilusão de ter compreendido o princípio, sem

³²⁹ VERGARA, Moema de Rezende. **A revista brasileira: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República**. 2003.234f. Tese em História- PUC, Rio de Janeiro. p.16-17.

³³⁰ MENDES, Marta Ferreira Abdala. **Uma perspectiva histórica da divulgação científica: a atuação do cientista divulgador José Reis (1948-1958)**. 2006. 240 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2006.p. 92-93.

discutir os processos cognitivos da atividade da ciência contemporânea³³¹”. Justamente por omitir os limites da ciência que a ação vulgarizadora pode aumentar ainda mais o fosso entre cientistas e leigos. E, de certa forma, a Revista Nacional de Educação faz isso quando reforça em seu discurso a autoridade do cientista que escreve determinado artigo para passar conhecimentos que ele considera básicos para a população. Todavia, apesar de considerarmos o discurso da Revista autoritário e predominantemente unidirecional, é necessário ressaltar que notamos um potencial de aproximação do público com algumas reflexões de cunho científico, mesmo que não aprofunde o debate ou abra precedente para a contribuição do leitor de maneira igual e horizontal.

Ao falar sobre a institucionalização da ciência no Brasil, Mendes afirma que a atividade de divulgação científica acompanhou o processo de desenvolvimento e expansão da ciência moderna na busca por tornar a ciência um empreendimento público. Para que a ciência pudesse se institucionalizar no Brasil foi preciso conquistar não apenas um espaço para o trabalho científico, mas também torná-la uma atividade respeitável e fazer com que seus valores fossem aceitos³³². Apoiada em uma considerável bibliografia sobre a institucionalização das ciências, a autora coloca que, na segunda metade do século XIX, houve um aumento do interesse pela divulgação científica e sua expansão para o Brasil. Ainda de acordo com Mendes, as primeiras instituições científicas no Brasil surgiram ainda no início do século XIX com a vinda da família real. No entanto, do século XIX até meados do XX, perdurou uma política utilitarista em relação à ciência. Como já ressaltamos nos capítulos anteriores, algumas transformações na sociedade brasileira do século XIX para o XX fizeram com que o governo voltasse suas atenções para a saúde, a luta contra doenças e o saneamento básico. De modo geral, o desenvolvimento da ciência ocorreu de modo circunstancial e com iniciativas que atenderam à solução de problemas concretos.

Apesar de seu caráter pragmático e certa relação, mesmo que indireta, com o desenvolvimento da economia nacional, a atividade científica não atraía a maior parte da elite intelectual. Portanto, para Mendes, a pesquisa científica era realizada por um pequeno grupo oriundo de uma reduzida elite interessada em ciência e formada ao redor de figuras relevantes

³³¹ VERGARA, Moema de Rezende. **A revista brasileira: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República**. 2003.234f. Tese em História- PUC, Rio de Janeiro. p.17.

³³² MENDES, Marta Ferreira Abdala. **Uma perspectiva histórica da divulgação científica: a atuação do cientista divulgador José Reis (1948-1958)**. 2006. 240 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2006.p.128.

e trabalhando em unidades isoladas como museus, observatórios ou escolas médicas³³³. Ainda sobre esse grupo, Massarani completa que a maior parte desses cientistas era composta por médicos e engenheiros de formação e alguns autodidatas. Embora o trabalho desses cientistas fosse direcionado aos padrões internacionais, suas escolhas eram motivadas pelos interesses e demandas locais. Até por isso, o desenvolvimento científico no Brasil esteve atrelado à atuação do Estado. Mesmo que ligados ao Estado, esses institutos de ciência sobreviveram mais à custa de esforços individuais e idealismo profissional do que por diretrizes de uma política nacional voltada para o desenvolvimento da ciência³³⁴.

A partir da trajetória de Roquette-Pinto e da própria Revista Nacional de Educação podemos concordar com os pontos que Schwartzman levanta acerca da dificuldade de perseguir e consolidar a ciência no Brasil: como a falta de um grupo socialmente significativo que entendesse a ciência como algo a se perseguir; falta de um contexto universitário; dependência tecnológica; falta de ação governamental a longo prazo e certo desconhecimento sobre como a atividade científica se organiza e do que ela precisa³³⁵. No caso de Roquette-Pinto havia um grande esforço pessoal ligado à crença na missão social do intelectual que o motivava frente às dificuldades de falta de verba e apoio.

É interessante notar como Mendes ressalta o contexto dos anos 1910, 1920 e 1930 e coloca que:

“as discussões, no âmbito da coletividade científica, por condições de trabalho e carreira confluíram com o movimento de educadores pela educação da sociedade, fortalecendo tanto o tema da educação pública como a questão da ciência em relação à reivindicação de recursos para que a esta pudesse se reproduzir para além do aplicado³³⁶.”

A Sociedade Brasileira de Ciências (1916) e posterior Academia Brasileira de Ciências (1922) e a Associação Brasileira de Educação (1924) lideraram um movimento de renovação do ensino no país e das condições de trabalho para os cientistas. Reiteramos o que já defendemos nos capítulos anteriores sobre o fato de que esses intelectuais e artistas ganharam espaço a

³³³ MENDES, Marta Ferreira Abdala. **Uma perspectiva histórica da divulgação científica: a atuação do cientista divulgador José Reis (1948-1958)**. 2006. 240 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2006. p.131.

³³⁴ Ibidem. p.128.

³³⁵ SCHWARTZMAN apud MENDES, Marta Ferreira Abdala. **Uma perspectiva histórica da divulgação científica: a atuação do cientista divulgador José Reis (1948-1958)**. 2006. 240 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2006. p.132.

³³⁶ MENDES, Marta Ferreira Abdala. **Uma perspectiva histórica da divulgação científica: a atuação do cientista divulgador José Reis (1948-1958)**. 2006. 240 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2006. p. 134.

partir da transformação política ocorrida em 1930 e estiveram investidos da função de reformadores sociais e imersos no projeto de construção da nação³³⁷. A grande preocupação da divulgação científica desse período era com um sentido cultural amplo, havia a preocupação de elevar o nível cultural de uma sociedade composta majoritariamente de iletrados e percebida nessa incipiente divulgação científica iniciada nos anos de 1920 no Rio de Janeiro³³⁸.

Para Massarani, a década de 1920 foi marcada pela retomada das iniciativas de divulgação científica que haviam se iniciado na segunda metade do século XIX. Este surto de desenvolvimento da ciência estaria relacionado ao surgimento de uma pequena elite intelectual que criou, em 1916, a Sociedade Brasileira de Ciências, da qual Edgard Roquette-Pinto, os irmãos Ozório, Henrique Morize e Manoel Amoroso Costa eram alguns dos membros. Esse grupo começou a traçar um caminho para o desenvolvimento da pesquisa básica e para a difusão da ciência no Brasil³³⁹. Reiteramos que a década de 1920 foi uma época de significativa movimentação científica, mesmo que ainda bastante presa à perspectiva pragmática (voltada principalmente para a saúde e o saneamento), com pouca capacidade de atrair estudantes da elite para essa profissão e com uma falta de políticas públicas voltadas para esse fim. Mesmo com essas questões, que levantamos anteriormente, são claras as iniciativas desse grupo: a criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a recepção de cientistas renomados, as ações individuais em suas instituições de trabalho, como o caso de Edgard Roquette-Pinto no Museu Nacional e a criação do Serviço de Assistência ao Ensino nesta instituição. Massarani reforça a crença desses intelectuais no papel basilar das novas tecnologias e em sua disseminação barata, rápida e fácil. A importância desses recursos também estaria na possibilidade de colaborar para a tarefa de educar a população brasileira, chegar onde a escola não conseguia alcançar. Reforçando o que Mendes havia dito, essas iniciativas se concatenavam com um espírito renovador, que refletia um aspecto cultural amplo e uma grande ânsia quanto à definição da brasilidade, que também estava presente nas artes³⁴⁰.

³³⁷ MENDES, Marta Ferreira Abdala. **Uma perspectiva histórica da divulgação científica: a atuação do cientista divulgador José Reis (1948-1958)**. 2006. 240 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2006. p.134-135.

³³⁸ Ibidem. p. 126.

³³⁹ MASSARANI, Luísa. **A divulgação científica no Rio de Janeiro: algumas reflexões sobre a década de 20**. 1998.127f. Dissertação – Universidade Federal do Rio de Janeiro, ECO. p. 51.

³⁴⁰ Ibidem. p. 53.

Consideramos válida essa introdução justamente porque vemos a Revista a partir dessa perspectiva, uma atitude de vulgarização científica cujo objetivo era elevar o nível cultural da população. Nesse sentido, a ciência e a educação caminhavam juntas. A ciência era a racionalidade, o símbolo do desenvolvimento e da perspectiva de civilização, que deveria ser transmitida ao povo brasileiro por meio da educação. A expansão da educação básica, da alfabetização, era fundamental, recurso mínimo, para que a população brasileira pudesse ter acesso à ciência e à perspectiva racional de mundo e de resolução dos problemas, inclusive de saúde. A revista, bem como outras iniciativas de divulgação científica da época, explicitam as deficiências da educação formal no Brasil e reforçam a busca por outros meios para contribuir com a educação. A citação de um dos cientistas do período, Miguel Osório, feita por Massarani, é bastante emblemática para ilustrar a relação da educação com a ciência segundo a perspectiva da época. “Poder-se-ia imaginar um grande desenvolvimento científico em um país de analfabetos? Ou sólida instrução profissional sem professores de ciência e homens de pesquisa?³⁴¹” Para Miguel Osório de Almeida, quem quisesse possuir cultura superior, não tinha outro recurso senão ir ao estrangeiro, mesmo que essa formação não fosse a mais adequada para o brasileiro.

A despeito das limitações ao desenvolvimento da ciência no Brasil, houve interferência desse grupo de intelectuais brasileiros ligados à criação da Academia Brasileira de Ciências nos debates encaminhados sobre cooperação intelectual na Liga das Nações após a Primeira Guerra Mundial. É interessante notar como esses intelectuais percebiam e preconizavam a contribuição da ciência brasileira à chamada ciência universal e quais foram as estratégias de afirmação e legitimação desse grupo no cenário da ciência nacional e internacional. Souza analisa o trabalho de alguns intelectuais brasileiros, como Afrânio Peixoto, Miguel Osório de Almeida e Edgard Roquette-Pinto, como presidentes da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual, criada em 1923 na Academia Brasileira de Letras e transferida em 1937 para o Itamaraty. Essa comissão era responsável por representar o Brasil nos debates internacionais sobre cooperação intelectual. Esses debates aconteciam, por exemplo, na Organização Internacional de Cooperação intelectual da Liga das Nações, que pretendia desenvolver a colaboração dos povos nos domínios da inteligência, a fim de assegurar o bom entendimento internacional para a preservação da paz. Essa organização era composta por uma Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (criada em 1921), um

³⁴¹ OZÓRIO, Miguel apud MASSARANI, Luísa. **A divulgação científica no Rio de Janeiro: algumas reflexões sobre a década de 20**. 1998.127f. Dissertação – Universidade Federal do Rio de Janeiro, ECO. p. 95.

Instituto Internacional de Cooperação Intelectual e 45 Comissões Nacionais³⁴². Ainda a partir de Souza, é possível afirmar que a cooperação intelectual no âmbito internacional expressava a grande confiança depositada na ciência e na educação como importante elemento para a reconfiguração das relações no pós Primeira Guerra.

Neste contexto internacional, a Comissão Brasileira foi instituída em 1923 e passou a funcionar na Academia Brasileira de Letras em 1925. A criação dessa instituição foi motivada pela responsabilidade de coletar informações necessárias para responder aos questionários do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual sobre o cenário cultural e científico brasileiro e coordenar os projetos de cooperação. Inicialmente privada, não permaneceu independente do governo por muito tempo e, por volta de 1937, marcou o desenvolvimento de uma diplomacia cultural no governo de Getúlio Vargas. Houve, nesse sentido, uma aproximação ainda maior do Ministério das Relações Exteriores. É interessante notar como o cientista e presidente da Comissão Brasileira, Miguel Osório de Almeida, compreendia a ciência e o papel que o Brasil teria nesse quadro de produção da ciência no mundo. Para ele, o desenvolvimento da ciência deveria ultrapassar as fronteiras nacionais, porque os conhecimentos científicos seriam universais. Apesar de sublinhar que o cientista brasileiro deve lidar com os problemas locais, é direito e dever dos pesquisadores brasileiros colaborar com as grandes questões científicas. Como delineamos acima, Osório era um ardoroso defensor da ciência pura no contexto das primeiras décadas do século XX, no qual a legitimação do papel social do cientista se dava por meio da capacidade desse profissional de responder aos problemas sociais do país. Souza conclui que essas comissões e organismos de cooperação intelectual internacional são locais importantes para discutir a questão da afirmação e legitimação do papel do cientista no país³⁴³.

Reiteramos o posicionamento de Souza no que se refere à relevância desse contexto internacional para compreendermos melhor o papel da ciência no Brasil e o caminho que trilhou para sua institucionalização.

³⁴² SOUZA, Letícia Pumar Alves de. Por uma ciência universal: a atuação de intelectuais brasileiros no projeto de cooperação intelectual da Liga das Nações (décadas de 1920 a 1940). Simpósio Nacional de História – Anpuh, 26., jul. 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História. p.1-15. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300803039_ARQUIVO_TextoANPUH-2011.pdf. jul. Acesso em: 15 fev. 2012. jul. 2011.

³⁴³ Ibidem, p.1-15.

3.3 A ciência na Revista Nacional de Educação

Neste tópico pretendemos levantar alguns questionamentos centrais sobre a ciência na revista a fim de compreendermos melhor a maneira como ela é trabalhada e divulgada na publicação. Como questões norteadoras desta seção, destacamos: como a ciência aparece na Revista? Quais são os temas mais recorrentes? E, de que maneira os autores dos artigos buscam realizar o trabalho de adaptação da linguagem e, conseqüentemente, qual a relação desse conhecimento divulgado com o público? Esse público é visto como parceiro desses cientistas, ou como inferior e que, por isso, necessitava da tutela desses homens iluminados pela ciência e razão?

Como afirmamos no item anterior, a ciência e sua divulgação tinha caráter fortemente pragmático nas décadas de 1920 e 1930, as instituições existentes lidavam basicamente com questões relativas à saúde pública e à solução dos problemas brasileiros. Contudo, havia também a preocupação com a elevação da cultura geral do povo brasileiro e de seu nível de educação, e a ciência teria papel fundamental nesta tarefa. Por isso, compreenderemos a ciência como conhecimento que busque formar e informar o público leitor da revista nos e sobre os fundamentos da sociedade dita civilizada e o arcabouço de conhecimentos científicos e culturais necessários. Entendemos a ciência de maneira ampla, como conhecimento racional, fruto de pesquisas e estudo, que engloba as diversas modalidades, ciências naturais, físicas, exatas, humanas, dentre outras.

De antemão, é indispensável traçarmos o caminho que utilizamos para chegarmos às respostas para as indagações levantadas no parágrafo anterior sobre como a ciência se apresenta na revista. Primeiramente, devemos sublinhar que, neste momento, apenas destacaremos as matérias que consideramos tratar sobre ciência. A tabela número 3 que fizemos no capítulo anterior e que ressaltava as temáticas presentes na publicação e o número de artigos que correspondiam a cada uma delas, nos auxiliará neste momento. Excluimos todas as matérias sobre educação, todos os poemas e leis e decretos. Das outras categorias, consideramos como ciência e, portanto, passíveis de análise aqui, todos os textos que havíamos encaixado como ciências físicas e da natureza e de higiene e saúde, e também a maioria dos de ciências exatas e boa parte dos de humanidades e antropologia.

Sobre a abordagem acerca das ciências feita pela revista, vale ressaltarmos duas questões centrais. A primeira delas se refere à finalidade e, de certa forma, ao público ao qual

o periódico busca alcançar. Embasamos nossa interpretação na leitura dos artigos da publicação e também de alguns documentos encontrados no arquivo SEMEAR do Museu Nacional, como cartas de leitores agradecendo e elogiando a remessa ou requerendo o recebimento do periódico. Analisando essas correspondências pudemos concluir que boa parte delas era de associações de trabalhadores, escolas e bibliotecas. Eram, portanto, de instituições que mediavam e, de certa forma, exerciam a função de distribuir e disponibilizar o acesso a essas publicações.

É necessário, por isso, relativizar o *todos* da epígrafe da revista: “em todos os lares o conforto moral da Ciência e da Arte”, não só pela questão da logística, como fizemos no início do segundo capítulo. Vale reiterar que no capítulo anterior afirmamos que não podemos considerar a palavra *todos* de maneira literal pelas evidentes dificuldades de integração do território brasileiro. Desses pontos inferimos que, apesar das cartas de diversos lugares: Ceará, Campinas, Guarapuava (Paraná), Pojuca (Bahia), São Fidélis (Rio de Janeiro), Três Corações (Minas Gerais), sua circulação era limitada e possivelmente eram pouquíssimos exemplares que chegavam às localidades mais distantes. Fizemos essa breve retrospectiva a fim de destacarmos outra ressalva a esse *todos* da epígrafe, a do interesse e do conteúdo. Nem *todos* os brasileiros conseguiriam compreender esses debates ou sequer teriam interesse em saber detalhes sobre hieróglifos egípcios, vasos gregos ou as funções e classificações do caule de uma planta. Além da dificuldade logística, a linguagem e os temas também afastavam parcela significativa da população brasileira dessa publicação.

Com isso, não pretendemos afirmar que a revista não tinha público ou que não chegava a nenhum lugar. A partir de nossas pesquisas no arquivo e da análise do periódico, concluímos que chegava a alguns municípios mais distantes e que tinha sim seu público. No entanto, consideramos que o público não pode ser vagamente compreendido como *todos* ou como *povo*. O público era composto basicamente por escolas, bibliotecas, associações de trabalhadores, artistas e entusiastas da educação e da ciência, alguns advogados ou profissionais liberais. O que pretendemos sublinhar aqui é que o povo, analfabeto ou semianalfabeto, dos sertões ou das periferias das cidades não tinha acesso direto aos conhecimentos divulgados pela publicação. E, se a população mais pobre e marginalizada chegava a ter algum contato com o periódico e suas ideias, era uma aproximação mediada, por meio de escolas ou associações de trabalhadores. Ou seja, quando e caso, as professoras primárias ou os líderes de seus sindicatos ou associações utilizassem essas ferramentas em

suas preleções ou atividades de quaisquer tipos. Compreendemos a revista como uma publicação voltada principalmente para mediadores e indivíduos não especialistas, mas com alguma instrução, e curiosos em relação à ciência.

A segunda questão se refere à predileção pela abordagem nacionalista e voltada para a técnica, as pesquisas e as ciências da natureza em oposição à abordagem retórica e afeita às “lantejoulas do discurso”, bastante frequente nos intelectuais de princípios do século XX. A preferência por essa abordagem técnica e nacionalista é perceptível pela observação do artigo de Roquette-Pinto sobre Alberto Torres, no qual ele afirma:

“Eu, para quem as frases sem ideias sempre foram como luvas guardadas, murchas e inúteis; eu que sempre tive horror aos estilistas e aos retóricos, havia sempre fugido de ler os artigos que ele (Alberto Torres) vinha então publicando com ruidoso aplauso nos jornais do Rio. Dizia comigo: deve ser palavreado. Naquela manhã descobri o pensador.³⁴⁴”

Essa citação de Roquette-Pinto sobre sua descoberta do pensamento de Alberto Torres é muito rica. E fala aquilo que é possível deduzir a partir da análise do conjunto das matérias, que os textos são, em geral, curtos e buscam ter respaldo na pesquisa científica. Não há um excesso de retórica, herança da cultura bacharelesca, mas uma busca latente pela objetividade e, em vários momentos, pela cientificidade. Em outro momento desse mesmo artigo, Roquette-Pinto ressalta a importância do mestre de Alberto Torres, Menezes Vieira, para que ele não se perdesse entre as lantejoulas dos discursos. Por isso, Roquette-Pinto sublinha que, apesar de ter sido um orador dos mais claros e dominantes, não foi um discursador³⁴⁵. “A cultura biológica salvou o pensador. Na sua biblioteca achava-se o que havia de mais profundo e de melhor em matéria de biologia”.³⁴⁶ Mais à frente, Roquette-Pinto completa: “Não seria possível escrever o que ele deixou em matéria social sem uma base biológica³⁴⁷”. Essa característica de valorização do conhecimento biológico pode ser percebida ao longo das matérias que compõem a revista. É interessante ressaltar como a biologia e ciências afins serviam de base para o estudo da sociedade. Estudo esse que, segundo esse grupo e a perspectiva da revista, era mais válido justamente por ser considerado mais preciso e pelo fato de demandar pesquisa e utilização de métodos da biologia, que dariam mais precisão para as análises e conclusões acerca da sociedade. Essa característica pode ser atribuída ao próprio

³⁴⁴ ROQUETTE-PINTO, Edgard. Alberto Torres. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.18/19, p. 3, mar/abr. 1934.

³⁴⁵ Ibidem. p.6.

³⁴⁶ Ibidem. p.6.

³⁴⁷ Ibidem. p.6.

grupo ao qual Roquette-Pinto se filiava e aos locais em que atuava, como a Academia Brasileira de Ciências e o Museu Nacional, instituições que se pautavam no desenvolvimento da ciência nacional.

Analisando a perspectiva de ciência da Revista Nacional de Educação também pudemos observar não só a presença de elementos que podem ser considerados como úteis ao objetivo de formar uma nação brasileira e de instruir a população em termos práticos. O periódico não se resume à cartilha da ciência pragmática vinculada ao nacionalismo e expressa por meio de discursos sobre a importância da educação e da saúde. Havia também referência às descobertas científicas universais e a busca por colocar o leitor a par de conhecimentos e debates que, mesmo não sendo pragmaticamente úteis, pertencem à noção de cultura geral mínima e bagagem cultural para se tornar um cidadão minimamente informado e culto. Porque, como afirmamos na seção anterior deste capítulo, a divulgação científica da década de 1920 preocupava-se com um sentido cultural amplo, de elevar o nível cultural de uma sociedade composta majoritariamente de iletrados e percebida nessa incipiente divulgação científica iniciada nos anos de 1920 no Rio de Janeiro³⁴⁸.

Vale agora adentrarmos um pouco mais nos meandros dessas matérias sobre ciência e compreendermos melhor aquilo que dissemos anteriormente acerca da abordagem científica da Revista e sua filiação com esse movimento de valorização das ciências naturais em contraposição ao bacharelismo e à influência de debates intermináveis, retóricos e com base em discussões estrangeiras. Como evidenciamos no capítulo anterior, a maior parte dos artigos versa sobre ciências naturais e físicas, o que é plenamente compreensível visto que é uma publicação do Museu Nacional do Rio de Janeiro, um museu de história natural. O tema mais recorrente ao longo do periódico é botânica, presente em todos os exemplares. O objetivo de irmos às matérias das revistas é o de analisar como a ciência era divulgada: quais temáticas eram mais abordadas, de que forma ocorria essa abordagem e por que a divulgação se processava dessa maneira.

Há uma preocupação eminente em auxiliar os professores em classificar as plantas com detalhes. Já no primeiro exemplar da Revista, o artigo *Toda escola deve possuir uma*

³⁴⁸MENDES, Marta Ferreira Abdala. **Uma perspectiva histórica da divulgação científica: a atuação do cientista divulgador José Reis (1948-1958)**. 2006. 240 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2006. p.126.

*coleção de botânica*³⁴⁹ advoga a importância da botânica para os alunos, inclusive para estimular o patriotismo nas crianças. Que elas conheçam o patrimônio natural brasileiro e, desta forma, deem valor a ele. De modo que cresçam e mantenham uma relação saudável e respeitosa para com a natureza, riqueza do país. Por isso, Carlos Vianna Freire defende a criação de museus escolares, a fim de que a criança aprenda na prática, pela observação e o toque. Esse artigo pode ser mais bem compreendido quando percebemos que na sequência, logo no segundo número do periódico, há o artigo *Como se classifica uma planta*³⁵⁰. Nele, A.J de Sampaio, ensina o passo a passo de como colher o material, examiná-lo e utilizar o microscópio. Novamente, nota-se a preocupação com a formação desses professores e professoras e o reforço da necessidade de que eles se apropriem desses conhecimentos a fim de que possam ensiná-los aos alunos. Por fim, essa preocupação e reforço em cima dos conteúdos de botânica podem ser sentidos ao longo de toda a revista, visto que em todos os exemplares há uma seção sobre botânica. Com exceção dos números 1 e 5 que têm, respectivamente, *Toda escola deve possuir uma coleção de botânica* e *Quadros didáticos de iniciação à botânica sistemática*, todos os demais exemplares possuem a coluna *Noções elementares de botânica*. Essa seção trata com uma linguagem bastante técnica sobre as diversas funções e classificações das diversas partes da planta: raiz, caule, folhas. E apresenta as diversas nomenclaturas e sistemas de classificação. Compreendemos essas seções e vertentes da revista como uma espécie de curso de formação sobre botânica para professores ou curiosos. E acreditamos se justificar por duas razões: 1) pela crença de que conhecer botânica pode colaborar com a conscientização sobre a preservação da natureza brasileira e, conseqüentemente, com o patriotismo e a valorização do país; 2) por acreditarem que esses conhecimentos fazem parte de uma bagagem cultural e científica mínima que deve ser divulgada para um público mais amplo do que o de especialistas.

Outro tema recorrente sobre ciências naturais são os animais. Há artigos sobre formigas agricultoras, cigarras, aranhas, vespas solitárias e a vida das rãs. Os artigos sobre formigas, cigarras, aranhas, vespas e rãs têm uma forma bastante semelhante. Todos iniciam de uma maneira bastante simples e quase anedótica, com características que são facilmente perceptíveis pela observação de um não especialista. O caso da cigarra é bastante interessante.

³⁴⁹ FREIRE, Carlos Viana. Toda escola deve possuir uma coleção de botânica. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.23, out. 1932.

³⁵⁰ SAMPAIO, A.J. Como se classifica uma planta. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 2, nov. 1932.

No artigo Cigarras³⁵¹, Mello-Leitão inicia sua explanação falando sobre o esplendor dos dias de verão, nos quais canta a cigarra. “Chamando impertinentes os que passam à sombra das plantas em que se abrigam, ou zangarreando alegres suas canções estridulas, não podiam passar despercebidas de nenhum morador desta linda cidade e é justiça que delas falemos na lição de hoje³⁵².” É muito interessante ressaltar a referência que o autor faz à fábula da cigarra e da formiga, que até hoje domina as imagens sobre as cigarras, mesmo aqueles a quem os estudos sistemáticos ou os anos já despoetizaram. E chega a descrever a ilustração da fábula sobre esse animal: “A cigarra, sob o aspecto de uma formosa rapariga, com um longo xale espanhol, os cabelos ondedados, segura na mão franzina o violão à porta da formiga, a camponesa de olhar altivo, em roupas de trabalho, pendente da cintura a tesoura, enquanto os ramos se cobrem de neve³⁵³”. Após essa referência, o autor questiona o que são as cigarras zoológicamente, e, a partir daí, inicia uma apresentação mais técnica do animal e de suas características físicas e seus hábitos. Há ainda uma mescla entre essas características com a referência à cigarra nas diferentes culturas.



Figura 7- Aracnídeos

³⁵¹ MELLO-LEITÃO, Cândido. As cigarras. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.6, p.3, mar. 1933.

³⁵² MELLO-LEITÃO, Cândido. As cigarras. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.6, p.3, mar. 1933.

³⁵³ Ibidem. p.3.

A citação de referências à cultura popular e à história foi, a nosso ver, a forma encontrada por Mello-Leitão para didatizar o conteúdo e torná-lo inteligível e interessante ao público não especializado em zoologia. A utilização de imagens de diferentes espécies de cigarras também foi outro recurso empregado pelo autor. Nos demais artigos sobre animais citados anteriormente, como no caso de *As Aranhas*³⁵⁴, ou *Vida das Rãs*³⁵⁵ o modelo é bastante semelhante. Há uma mescla de elementos técnicos sobre a classificação das aranhas e demais aracnídeos e as rãs com as lendas, mitos e apropriações diversas desses animais pelas diversas civilizações. Atribuem, inclusive, características humanas a esses animais a fim de facilitar a compreensão de algumas características. Como, por exemplo, quando exclama: que bons maridos os sapos!³⁵⁶ Essa personificação dos sapos em maridos e, ainda, bons, faz referência a uma característica biológica de algumas espécies desses animais, de receberem os ovos da fêmea e os guardarem em uma espécie de bolsa em seu próprio corpo. Há, portanto, claramente, uma busca por tornar a linguagem acessível ao público de não especialistas.

Ainda dentro da perspectiva de ciências biológicas e físicas, podemos destacar artigos que versam sobre proteção ambiental. Essas matérias divulgam iniciativas de proteção ambiental em outros países e também conferências, encontros e ideias para melhorar a experiência brasileira nesse quesito. No artigo *Proteção à natureza no Brasil*³⁵⁷, A. J de Sampaio busca apresentar como diferentes países lidam com a questão da proteção ao meio ambiente e como eles poderiam servir de exemplo para o Brasil. A. J de Sampaio afirma em *1ª Conferência Brasileira de Proteção à natureza*³⁵⁸ que esse primeiro encontro para discutir a questão ambiental no Brasil excedeu suas expectativas. E coloca que o atraso do Brasil nessa matéria tem muita relação com o fato de ainda ser um país jovem e ter bem nítidas as marcas do regime colonial, cuja preocupação central era a exploração. O mote central desse conjunto de artigos está justamente na necessidade de conscientização e ampliação da discussão sobre essa temática.

A arqueologia é outro ramo da ciência bastante presente. A sua presença é constantemente percebida em seções sobre hieróglifos, vasos gregos, estátuas gregas,

³⁵⁴ MELLO-LEITÃO, Cândido de. *As Aranhas*. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.8, p.4, mai. 1933.

³⁵⁵ MELLO-LEITÃO, Cândido de. *Vida das rãs*. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.13/14, p.1, out/nov. 1933.

³⁵⁶ *Ibidem*. p. 3.

³⁵⁷ SAMPAIO, Alberto José de. *Proteção à natureza no Brasil*. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.15, p. 2, dez. 1933.

³⁵⁸ SAMPAIO, Alberto José de. *1ª Conferência Brasileira de Proteção à natureza*. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.18/29, p.31, mar/abr. 1934.

toucadores e outros objetos da antiguidade e textos sobre o calendário e as diferentes formas de medir o tempo. É perceptível um diálogo entre a história e a arqueologia, com valorização da descrição de objetos antigos que serviriam de mote para uma história descritiva, bastante baseada em descobertas arqueológicas e com pouca ou nenhuma abertura para questionamentos e diversidade de abordagens e críticas. A perspectiva de História da Revista reforça os padrões do eurocentrismo, com ênfase significativa em uma valorização da história tradicional, das civilizações consideradas como berço da humanidade, como Grécia, Roma e Egito Antigo, além disso, era bastante descritiva. Na matéria sobre os Vasos Gregos³⁵⁹ há imagens de diversos tipos de vasos e recipientes e seus diferentes usos pela sociedade grega. Há uma quantidade significativa de ilustrações a fim de facilitar a compreensão do leitor no que se refere à variedade de formatos e utilizações.

Na mesma linha e do mesmo autor, Alberto Childe, vale ressaltar o artigo Strigilos, espelhos, etc³⁶⁰. Novamente, o autor enfoca no modo de viver dos antigos gregos: “É indispensável conhecer o modo de viver dos antigos gregos para avaliar a importância dos banhos, e especialmente dos ginásios, naquela época³⁶¹”. Childe afirma que a vida social dos gregos se passava ao redor das ágoras (praças públicas) e também dos ginásios. Chega a dizer que as “grandes” doutrinas e questões filosóficas foram discutidas nos ginásios, onde os jovens também praticavam arremesso ou luta. Interessante, ilustrativo e didático quando o autor afirma:

“Imagem fiel dos costumes daquela intelectualidade grega, seria, se imaginarmos que num recinto esportivo como o Fluminense Clube, viesse um poeta, um dramaturgo declamar seus poemas perante um grupo de jovens banhistas ou um filósofo discorrer sobre o Bem verdadeiro, num círculo de negociantes, engenheiros e militares³⁶²”.

Havia, entre os gregos, a valorização de uma educação que ilustrasse o espírito, cultivasse o gosto e fortalecesse o corpo. O mesmo corpo que, entre os cristãos durante a Idade Média, sofreu forte desdém. Esse aspecto capturou a nossa atenção justamente porque se coaduna muito bem com a perspectiva da Revista Nacional de Educação e do grupo, liderado por Roquette-Pinto, que a organizava. A educação preconizada por esses homens e colocada em prática na Revista levava em conta o enriquecimento da bagagem cultural e a

³⁵⁹ CHILDE, Alberto. Vasos Gregos. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.45, out. 1932.

³⁶⁰ CHILDE, Alberto. Strigilos, espelhos, etc. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.4, p.20, jan. 1933.

³⁶¹ Ibidem. p.20.

³⁶² Ibidem. p.20.

apuração do gosto; a ilustração do espírito e da mente, a partir de conhecimentos específicos e científicos sobre as diversas áreas do conhecimento e também ressaltava a manutenção do corpo em bom estado, com o reforço da higiene preventiva e da recomendação para os exercícios físicos.

Apesar dessa inspiração no modelo de educação grego, reiteramos que o artigo *Strigilos, espelhos, etc*³⁶³ reforça o modelo da matéria anteriormente citada sobre os Vasos Gregos. A partir de objetos antigos, descobertas arqueológicas, o autor desenvolveu uma história que privilegiou as curiosidades e as maneiras com as quais esses artefatos eram utilizados. Há uma mistura de descrição dos objetos com a tentativa de encaixá-los no cotidiano do povo grego. Mas apesar das tentativas, a descrição desses objetos, que também eram representados por figuras, predominava.

A coluna *A leitura dos hieróglifos*³⁶⁴ é uma versão mais breve e adaptada da conferência proferida por Alberto Childe, conservador de arqueologia do Museu Nacional e especialista em egiptologia. Segundo o artigo da Revista Nacional de Educação, a fala original, mais longa e técnica, seria publicada na Revista do Instituto Histórico. Os objetivos dessa versão mais simplificada e menos técnica continuam sendo as mesmas: como podem ser lidas as escritas hieroglíficas, como esse sistema gráfico poderia se aplicar às línguas modernas e, por fim, como Champollion conseguiu decifrá-los. A partir da constatação de que o texto da Pedra da Roseta estava escrito em três línguas diferentes: o grego, o demótico e o egípcio hieroglífico, Champollion buscou decifrá-lo por comparação. Por meio do domínio do grego, buscava compreender o significado da escrita hieroglífica. O importante aqui é notar que Childe tenta descrever a trajetória percorrida por Champollion de maneira fidedigna, mas buscando diminuir o nível de complexidade do trabalho. O ponto alto dessa tarefa de exemplificar e aguçar a curiosidade do público leigo, feita por Childe, foi a utilização de imagens dos hieróglifos e os sons correspondentes na língua moderna. O resgate da história egípcia pode ser compreendido pela formação e interesse pessoal de Alberto Childe, que era um egiptólogo, e também pela perspectiva de inserção do público do periódico na cultura “civilizada” do mundo, cujo berço na antiguidade era a sociedade do Egito Antigo, da Grécia Antiga e de Roma.

³⁶³ CHILDE, Alberto. *Strigilos, espelhos, etc*. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.4, p.20, jan. 1933.

³⁶⁴ CHILDE, Alberto. *A leitura dos hieróglifos*. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 24, nov. 1932.



Figura 8- Hieróglifos



Figura 9- Palavras formadas a partir de hieróglifos

Ainda no ramo das humanidades, vale ressaltar a quantidade significativa de biografias sobre figuras consideradas relevantes, especialmente de cientistas e pensadores. Cabe citar aqui as biografias de Alberto Torres³⁶⁵, Wilhelm Michler³⁶⁶ e Gregório de Matos³⁶⁷. As biografias reforçam uma perspectiva tradicional da História porque partem da ideia da existência dos grandes homens cujas histórias merecem ser contadas e exaltadas a fim de que sirvam de exemplo e inspiração para os demais brasileiros. A biografia de Michler é interessante por se tratar de um químico alemão que foi professor de Química Industrial na Escola Politécnica e conseguiu realizar um trabalho memorável em condições muito precárias. O laboratório de Química Industrial da Escola Politécnica foi considerado modelo, à altura dos demais do mundo. Contudo, as despesas para o funcionamento eram cortadas ao máximo, até por virem do bolso de Michler. “Trabalhador infatigável e abnegado³⁶⁸”, de suas visitas e estudos sobre as fábricas no Brasil foi publicado um relatório sobre a Indústria no Brasil e seu nome é citado e lembrado como um químico relevante.

A biografia de Alberto Torres, por sua vez, é escrita pelo próprio Edgard Roquette-Pinto³⁶⁹ e é evidente o tom de ode e até mesmo reverência ao pensamento e à figura de Alberto Torres. “Harmonia perfeita de vida e de pensamento, ardor social e qualidades estéticas de uma pureza de linhas; pensamentos que não de frutificar um dia na consciência universal como já hoje floresceu na consciência dos seus concidadãos- eis a figura do mestre³⁷⁰”. O autor da biografia inicia falando da permanência e aumento da influência do pensamento de Alberto Torres mesmo após sua morte com a Sociedade de Amigos de Alberto Torres, da qual o próprio Roquette-Pinto faz parte. Logo depois, há uma veemente exaltação de sua figura, de sua cidade natal e também das pessoas que estavam ao redor de Alberto Torres e teriam contribuído para que ele fosse o “cidadão perfeito”. Primeiramente, cita a sua “bela e forte e santa companheira de tantos anos³⁷¹”. O que seria desse pensador tão vibrátil, sem a delicadeza e o ambiente de amor e carinho que sua companheira sempre procurou proporcionar e manter a seu redor? É interessante notar neste trecho o papel atribuído à esposa

³⁶⁵ ROQUETTE-PINTO, Edgard. Alberto Torres. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.18/19, p.1, mar/abr. 1934.

³⁶⁶ MENDONÇA, Bourguy de. Wilhelm Michler. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.15, p.45, dez. 1933.

³⁶⁷ JULIO, Silvio. Gregório de Matos e Quevedo. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.11/12, p.85, ago/ set. 1933.

³⁶⁸ MENDONÇA, Bourguy de. Whilhelm Michler. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.15, p.46, dez. 1933.

³⁶⁹ ROQUETTE-PINTO, Edgard. Alberto Torres. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.18/19, p.1, mar/ abr. 1934.

³⁷⁰ Ibidem. p.8.

³⁷¹ Ibidem. p.2.

de Alberto Torres e utilizá-lo para refletir sobre o papel da mulher no início do século XX. A mulher ideal era aquela que estava presente de maneira doce e amável na vida de seu companheiro a fim de que ele pudesse crescer e se tornar um “grande homem”. A “grande mulher”, por sua vez, seria aquela que conseguisse ser a esposa perfeita, santa, bela e que soubesse o seu papel de ser o suporte para o seu marido.

Outra figura que Roquette-Pinto considera basilar para a trajetória de Alberto Torres é a de seu mestre Menezes Vieira, ao qual atribui uma série de características positivas que o biografado desenvolveu. O estilo mais direto e pouco afeito às “lantejoulas do discurso” teria relação direta com a figura de seu preceptor que, segundo o biógrafo, foi um dos precursores do ensino científico no Brasil, país de gramáticos. A biografia também trata de aspectos centrais do pensamento de Alberto Torres e destaca o seu viés patriótico e nacionalista. A obra desse pensador seria guia, norte e possibilidade de esperança para os brasileiros. “Felizes os povos que na confusão das crises de crescimento encontram caminho limpo e luminoso guiados pela voz de um de seus filhos”³⁷². A presença da biografia de Alberto Torres é bastante esclarecedora e reforça a influência basilar que seu pensamento exerceu na trajetória de Edgard Roquette-Pinto e, conseqüentemente, da Revista Nacional de Educação.

Essa incursão às duas biografias evidencia a relevância da exaltação das trajetórias de pessoas que contribuíram para o desenvolvimento de algum ramo da ciência ou para o pensamento sobre a sociedade brasileira e suas possibilidades de progresso e desenvolvimento de maneira ampla. Compreendemos a presença de biografias desse tipo ao longo da revista de modo semelhante às pequenas biografias encontradas na coluna Notas e Opiniões sobre a foto da capa de cada exemplar, ressaltadas no capítulo 2. Apesar de não serem tão longas, desenvolvidas e ricas em detalhes, o objetivo de ambas é reafirmar e apresentar os exemplos positivos de cidadãos brasileiros. Colocar em evidência o que o país produziu de positivo, entre educadores, cientistas, artistas, políticos e “heróis nacionais” a fim de que servissem de exemplo e modelos de cidadãos.

A higiene e a saúde são exemplos de abordagem científica presentes com regularidade na Revista e que se justificam pelo contexto já fartamente citado e discutido nos primeiros capítulos desse trabalho: a saúde e a higiene, juntamente com a educação, eram vistos como possibilidades de escape da situação de miséria e pobreza em que os brasileiros se

³⁷²ROQUETTE-PINTO, Edgard. Alberto Torres. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.18/19, p.8, mar/ abr. 1934.

encontravam. Colunas como *Decálogos Sanitários*³⁷³, *Pecados na colheita e manipulação do leite*³⁷⁴, *Instrução e Educação Sanitárias*³⁷⁵, *Saúde e Doença*³⁷⁶, *O tricentenário da Quina*³⁷⁷ e *Fontes de Saúde*³⁷⁸ nos auxiliam a compreender como a saúde e a higiene eram retratadas a partir da Revista.

Em *Decálogos Sanitários*³⁷⁹, o médico Sebastião Barroso separa dez recomendações sobre prevenção à saúde. Dentre as principais dicas, vale destacar: procurar um médico para exames de rotina de tempos em tempos; fazer exames de sangue, urina e de pressão ao menos uma vez por ano, mesmo que não haja quaisquer sintomas. Esses cuidados rotineiros poderiam facilmente evitar as mortes súbitas. O médico também prescreve o cuidado com as gestantes, que devem ser examinadas ao menos de dois em dois meses e a ida ao dentista ao menos a cada seis meses. A matéria *Instrução e Educação Sanitárias*³⁸⁰, também do médico Sebastião Barroso, complementa as recomendações anteriores quando sublinha a necessidade de criar o hábito da higiene. E levanta a necessidade de educar, de fato, e não apenas instruir. Instruir seria enriquecer o espírito com conhecimento, proporcionar o contato da população com as regras de higiene e recomendações para a prevenção de doenças e males de saúde, por exemplo. A Revista Nacional de Educação cumpria o papel de instruir, apresentar e inculcar nos indivíduos os conhecimentos de cunho formal e racional. Educar, por sua vez, é quando esses preceitos e recomendações se tornam parte do hábito do indivíduo. E, para essa matéria, a educação deveria ficar a cargo das mães.

O artigo ressalta o papel das mães nesse processo de educação sanitária das crianças, elas deveriam escutar as recomendações dos sanitaristas e inculcá-las em seus filhos. Essa educação sanitária que as mães deveriam ministrar a seus filhos fundava-se no culto à saúde e na convicção de que a maior parte dos problemas e perturbações poderia ser evitado caso

³⁷³ BARROSO, Sebastião. Decálogos Sanitários. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.99, nov. 1932.

³⁷⁴ FRESNEL, Otto. Pecados na colheita e manipulação do leite. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p.29, nov. 1932.

³⁷⁵ BARROSO, Sebastião. Instrução e Educação Sanitárias. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n. 6, p.54, mar. 1933.

³⁷⁶ BARROSO, Sebastião. Saúde e Doença. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.7- 8, abr-mai. 1933.

³⁷⁷ SAMPAIO, Alberto José. O tricentenário da Quina. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.10, p.1, jul. 1933.

³⁷⁸ REIS, Deodoro. Fontes de Saúde. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.13/14, p.33, out/nov. 1933.

³⁷⁹ BARROSO, Sebastião. Decálogos Sanitários. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, n.2, p.99, nov. 1932.

³⁸⁰ BARROSO, Sebastião. Instrução e Educação Sanitárias. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.6, p.54, mar. 1933.

aceitassem e observassem os postulados dos cientistas higienistas. É papel da mãe: “Mostrar que banho não é luxo, limpeza de boca não é vaidade, o dormir e levantar-se cedo são necessidades, o sentar-se à mesa a horas certas é imprescindível, inculcar tudo isto no ânimo da criança, é encaminhá-la para o melhor sucesso na vida³⁸¹”. A fim de convencer e até mesmo exercer certa pressão nas mães a fim de fazê-las compreender a centralidade de seu papel, a revista pondera: “A saúde de seu filhinho o fará distinto nos estudos, eficiente na profissão que abraçar, respeitado e prestigioso quando chegado à velhice. O melhor patrimônio de uma nação é a robustez física e intelectual do seu povo. E isso deve ser cuidado desde a meninice³⁸²”.

*Fontes de Saúde*³⁸³ mantém a mesma linha de prevenção de doenças, valorização do corpo e da manutenção de hábitos saudáveis. No entanto, o foco é alertar sobre a necessidade da prática de exercícios físicos e sublinhar a importância do corpo e da manutenção de sua saúde. É relevante sublinhar a associação feita entre a importância de cuidar do corpo humano e fortalecê-lo por meio de exercícios, com a necessidade de ter um país forte e, conseqüentemente, um povo forte. A fim de reforçar essa relação entre a necessidade de corpos fortes e saudáveis para que o país e seus cidadãos também fossem dessa maneira, Reis inicia seu artigo citando o exemplo de Esparta e de Roma. Nessas sociedades antigas, especialmente Esparta, o menino, desde que nascia, deveria ser preparado para a guerra e a defesa da cidade e a força e beleza física eram imprescindíveis. Caso tivesse algum problema físico, o indivíduo era sacrificado ainda criança, justamente porque não seria útil como soldado, protetor e defensor de Esparta. Em Roma, apesar de mais flexível, havia também a preocupação com o corpo humano. Essa introdução sobre as sociedades antigas é justificada pelo autor quando afirma que essa questão do cuidado com o corpo e sua importância para o desenvolvimento da nação era tema de constantes debates nos países cultos.

Para Deodoro Reis, era necessário aprimorar o desenvolvimento do esporte e da educação física no Brasil, especialmente entre as mulheres. Os homens ainda praticavam o futebol que, segundo ele, não era a melhor modalidade, mas ao menos era uma forma de exercitar-se. Sobre as mulheres: “No que tange ao sexo frágil, eternamente frágil (ainda que elas não queiram), é deplorável o que se vê. A mulher brasileira pode-se dizer, não faz

³⁸¹ BARROSO, Sebastião. Instrução e Educação Sanitárias. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.6, p.56, mar. 1933.

³⁸² Ibidem. p.56.

³⁸³ REIS, Deodoro. Fontes de Saúde. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.13/14, p.33, out/nov. 1933.

exercício físico; não lhe despertaram ainda o gosto para isto³⁸⁴”. Para o autor do artigo, a falta de exercício faz com que a mulher brasileira seja fraca e até raquítica, um pouco de ginástica serviria para ajeitar corpos mal ajeitados e mal acabados.

Apesar de toda exaltação à importância dos exercícios físicos, Deodoro Reis afirma que eles não são suficientes para tornar o povo brasileiro forte e saudável e pôr fim às doenças e falta de conhecimentos de higiene e prevenção que assolavam a população. Os exercícios resolvem apenas parte do problema. “A outra parte, entende-se com a Biologia, a Higiene e a Puericultura, enfim, com toda a Ciência Médica amparada na lei, para não consentir que se casem os doentes de moléstias contagiosas e os tarados de toda ordem³⁸⁵”. É perceptível, portanto, que a higiene e a atenção aos exercícios não eram suficientes, era necessário o cuidado com os casamentos e a prevenção de uniões que pudessem formar tipos considerados degenerados. “Tempo há de vir em que o médico será o primeiro juiz de casamentos. E a eugenia, com todas suas promessas de felicidade ao homem do futuro, terá dado o primeiro passo³⁸⁶.”

Nesse momento, fica clara a referência à eugenia que, como afirmamos no primeiro capítulo: “foi uma tentativa científica de “aperfeiçoar” a população humana por meio do aprimoramento de traços hereditários- noção popular por toda Europa e América no período entreguerras³⁸⁷”. Esse trecho acena para um flerte com a eugenia “pesada”, que busca remover o acervo reprodutivo de indivíduos considerados indesejados, nesse caso parece uma intervenção no livre arbítrio do indivíduo. O desejo do autor da matéria da revista era de que a vontade do médico se sobrepusesse à vontade do casal no que se refere ao casamento.

Além da higiene em relação ao cuidado com o próprio corpo e a prevenção a diversos tipos de doenças para si e para seus filhos e parentes, a Revista também discute as consequências mais amplas dessa falta de cuidado com a higiene. Em *Pecados na colheita e manipulação do leite*³⁸⁸, Otto Fresnel levanta os numerosos pecados do fazendeiro como criador de gado leiteiro. Há enorme dificuldade na observância de condições básicas de higiene e, com o objetivo de instruir o fazendeiro e o ordenhador, o autor vai descrevendo e

³⁸⁴ REIS, Deodoro. Fontes de Saúde. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.13/14, p.34, out/nov. 1933.

³⁸⁵ Ibidem. p.35.

³⁸⁶ Ibidem. p.33.

³⁸⁷ DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil 1917-1945**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. p.31.

³⁸⁸ FRESNEL, Otto. Pecados na colheita e manipulação do leite. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.31, nov. 1932.

enumerando as medidas que deveriam ser tomadas. Extrair o leite em local limpo, apropriado e longe de estrume, lama e moscas; o ordenhador deve estar ao menos com o braço e o antebraço limpos com água, sabão e escova; o vasilhame disponível para o armazenamento do leite também deve ser limpo, sem ferrugem e esterilizado. A disponibilidade dos materiais deve ficar a cargo do fazendeiro, responsável por seus funcionários e pela qualidade do leite. Percebemos como o autor relaciona a má qualidade do leite e dos laticínios com o ínfimo consumo dos produtos. Para Fresnel, boa parte do problema está no comodismo, na avareza ou no atraso desses produtores de leite que, inclusive, reverberam nas vendas de seu próprio produto. Sobre esses fazendeiros que produzem leite: “De qualquer maneira, porém, ele está enganado, pois, prejudica-se a si mesmo, uma vez que o leite ruim continuará a ter preço ruim. Apenas ele consegue prejudicar ao seu colega cuidadoso e ao consumidor confiante³⁸⁹”.

A fim de reforçar a gravidade do problema e propor uma solução para apressar a melhora na qualidade do produto:

“E o leite, não é o almoço e o jantar de grande maioria dos cidadãos brasileiros em que depositamos o futuro do Brasil: as criancinhas? Essas, coitadinhas, muitas vezes, em vez da vida, bebem a morte, porque o fornecedor do leite é demasiadamente comodista, atrasado ou mesmo avarento³⁹⁰”.

Referenciar as crianças como representantes do futuro do Brasil e atribuir a responsabilidade pela boa formação física delas a um grupo de fazendeiros produtores de leite evidencia como as questões de saúde, educação e divulgação científica estavam imbricadas. A presença da produção de leite na revista nos mostra como a higiene era vista como uma questão de saúde pública e, portanto, diretamente ligada ao futuro da nação e dos brasileiros. Portanto, um espaço de divulgação da ciência e educação como a Revista Nacional de Educação deveria tratar sobre como essas noções científicas de higiene, mesmo que aparentemente simples, se aplicavam nos diversos ambientes e atividades dos brasileiros. E que a inculcação de alguns preceitos científicos podem se transformar em hábitos aparentemente simples, mas de significativa importância para o estado de doença e falta de conhecimento em que o Brasil se encontrava. A utilização de linguagem bastante emocional, como no trecho acima, nos permite inferir que essa é uma estratégia para que a melhora na higiene seja mais facilmente assimilada e compreendida pelos leitores da revista.

³⁸⁹ FRESNEL, Otto. Pecados na colheita e manipulação do leite. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.32, nov. 1932.

³⁹⁰ Ibidem. p.32.

É válido ressaltar aqui também os artigos que se destacam justamente pelo caráter de apêndice ou apoio ao conteúdo escolar. São textos sobre temas variados e que parecem ter mais claramente essa função didática, de facilitar a compreensão ou até mesmo ensinar conteúdos que são de suma importância para a educação formal. A busca pela simplificação do conteúdo e da linguagem é ainda mais evidente. Matérias como *Datas e Séculos*³⁹¹, *A Regra da Justiça*³⁹², *Travessia Demorada*³⁹³, *Adições Longas*³⁹⁴ e *Evaporação*³⁹⁵.

*Datas e séculos*³⁹⁶ já começa com a seguinte pergunta: “Várias vezes temos observado o embaraço de certas pessoas- não apenas estudantes do curso secundário-, quando se trata de reconhecer de pronto, sem hesitação, a que século pertence tal ou qual data³⁹⁷”. Portanto, a partir da observação de uma dificuldade notada em um público amplo, mas especialmente escolar, o autor escreve essa matéria com o objetivo de sanar algumas dúvidas frequentes e divulgar essas respostas. A explicação ocorre de modo bastante claro e simples: “O raciocínio é dos mais simples. Preliminarmente recordemos essa visão elementaríssima: “um século tem cem anos³⁹⁸””. A partir daí, o autor começa a citar exemplos, dizendo que o intervalo entre os anos 1 e 100 fazem parte do século I e do 101 ao 200, do século II.

Logo no início do artigo *A regra da justiça*³⁹⁹, o autor, O. R., afirma que o leitor não encontrará esse termo em nenhum compêndio de aritmética e parte para um exemplo do cotidiano para explicá-lo. “Se alguém trabalha pouco, deve receber pouco de estipêndio; se muito se esforça, maior paga lhe deve competir. A isso chamamos justiça, pois não⁴⁰⁰?” Portanto, a partir desse exemplo do cotidiano e também referenciando o direito romano em que, segundo o autor, se confundem os termos de justiça e proporcionalidade, há a introdução da regra de três. Esse princípio matemático básico seria fundamental por proporcionar a justiça ou a proporcionalidade perfeita. “O negociante, o funcionário, a dona de casa, a empregada doméstica, todos necessitam dessa interessante “regra⁴⁰¹””. Notamos que, a fim de

³⁹¹ SERRANO, Jonathas. *Datas e séculos*. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.21, out. 1932.

³⁹² O. R. *A regra da Justiça*. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.39, out. 1932.

³⁹³ O.R. *Travessia demorada*. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.53, out. 1932.

³⁹⁴ REIS, Othello. *Adições Longas*. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.3, p.8, dez. 1932.

³⁹⁵ OLIVEIRA, Augusta Queiroz de Carvalho. *Evaporação*. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.20/21, p.72, mai/jun. 1934.

³⁹⁶ SERRANO, Jonathas. *Datas e séculos*. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.21, out. 1932.

³⁹⁷ *Ibidem*. p.21.

³⁹⁸ *Ibidem*. p.21.

³⁹⁹ O. R. *A regra da Justiça*. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.39, out. 1932.

⁴⁰⁰ *Ibidem*. p.39.

⁴⁰¹ *Ibidem*. p.39.

facilitar e aproximar o conteúdo matemático do público, O.R inicia seu texto explicitando a relevância e a necessidade práticas de dominar esta habilidade matemática com sua explanação sobre a justiça e a importância de aplicá-la no cotidiano. Depois, para introduzir a explicação matemática, ele faz uso de um exemplo também ligado à prática, bastante realista e palpável. O problema aritmético aparece da seguinte maneira: “Assim, se a cozinheira recebe por mês 70\$000, quanto deve receber pelos 19 dias em que permaneceu em minha casa?”⁴⁰² A partir daí, inicia-se a explicação matemática, que é bastante detalhada e repleta de esquemas explicativos a fim de deixar claro o passo a passo para se obter a proporcionalidade ou justiça perfeitas, de acordo com a matemática. É uma matéria cujo objetivo evidente é auxiliar na tarefa de educar a população com claras deficiências em sua formação. Notamos como o conteúdo matemático é justificado pela sua aplicabilidade e necessidade para qualquer cidadão. Não é um conhecimento específico ou fruto de recente descoberta científica, mas um saber considerado básico e cuja necessidade é clara e a deficiência desse conhecimento pode acarretar em prejuízos para o próprio indivíduo, que ficaria a mercê da justiça de terceiros.

A matemática aplicada ao cotidiano também aparece em *Adições Longas*⁴⁰³, onde novamente é evocada a necessidade prática de alguns conhecimentos matemáticos, como o da soma. Othello Reis inicia afirmando que, nessa operação, em que deveríamos ser mestres pela segurança, cometemos mais erros do que em outras consideradas mais complexas. Por isso, o artigo busca dar dicas para sanar os problemas e equívocos ao fazer uma adição. Primeiramente, o autor afirma que nunca se deve prescindir à prova, é necessário conferir o resultado. Outra dica é anotar as reservas em uma adição com muitas parcelas, há também uma representação de como deve ser feita a separação das reservas e como se deve montar uma operação longa. O artigo traz uma série de métodos e dicas diferentes para efetuar adições com mais precisão e velocidade. Essas recomendações são feitas de maneira detalhada, demonstrando o passo a passo, a fim de que os leitores compreendam e possam aplicar.

Chama a atenção também a forma como a questão do fuso-horário é explicada na matéria *Travessia Demorada*. Inicia-se com uma história sobre coronel Fulgêncio, fazendeiro do Mato Grosso que viajava de trem para São Paulo. A caminho de São Paulo, em uma das paradas, Fulgêncio:

⁴⁰² O. R. A regra da Justiça. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.39, out. 1932.

⁴⁰³ REIS, Othello. *Adições Longas*. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.3, p.8, mai. 1933.

“olhou para o relógio da estação, 1 hora e 10 minutos! Eta!, pensou ele, que travessia demorada. Depois puxou seu relógio, marcava apenas 12 horas e 10 minutos. Que magua! Pela primeira vez o Patek (seu relógio) lhe pregava uma peça. Uma hora exata de atraso! Duas surpresas: a longa duração da travessia do Paraná e seu relógio falhando... Não tardou que contasse sua grande tristeza (um relógio de tanta confiança!) ao companheiro de banco, um viajante instruído. Foi este que o tranquilizou. Não se amofinasse, o relógio estava bom. Aquilo seria “mudança do fuso”. E explicou-lhe, o melhor que pode, como era essa história de fuso horário⁴⁰⁴.”

Destacamos essa citação, mesmo que um pouco longa, pois perderíamos a riqueza de detalhes e a forma com a qual o conteúdo é introduzido e didatizado por meio deste artigo da Revista. A fim de explicar uma questão abstrata e de difícil compreensão para aqueles que não possuem noções mais claras e aprofundadas sobre ciência, visto que compreender essa questão significa saber sobre o movimento de rotação da Terra sobre o seu próprio eixo. Para introduzir esse assunto, aparentemente distante e complexo, o autor conta a história do fazendeiro Fulgêncio. A partir dessa narrativa, O.R mostra a influência que essa questão “científica” exerce na vida do cidadão comum, de qualquer pessoa que simplesmente saia de seu estado de origem e vá para outro um pouco mais distante. Depois de justificar a relevância desse conteúdo, o autor busca explicar, em linhas bastante gerais, o que é esse fenômeno e por que ele ocorre. Não há longas explanações nem exemplos distantes do cotidiano da população, o autor mantém os estados de Mato Grosso e São Paulo como exemplos.

“Para entender o que acontecera, é necessário lembrar-se de que o Sol anda (aparentemente) em torno da Terra, indo de Leste para Oeste. Quando passa por São Paulo, os relógios devem marcar meio dia. Mas quando está passando por São Paulo é claro que não está passando por nenhuma povoação de Mato Grosso, pois este Estado fica muito, muito longe. A distância de Mato Grosso à cidade de São Paulo é tão grande, que quando o sol está a passar por esta cidade, em Mato Grosso ainda tem de esperar nada menos de 1 hora para que ele passe por lá e os relógios marquem $\frac{1}{2}$ dia⁴⁰⁵.”

Foi dessa maneira que O.R explicou o fuso horário para o fazendeiro da história e, conseqüentemente, para todos os outros brasileiros do interior, matutos ou, que não possuíam esse conhecimento, mesmo que fossem da cidade. Sem muitos detalhes e profundidade na explicação. Depois, coloca um mapa com os fusos-horários para permitir a visualização do quadro geral.

⁴⁰⁴ O.R. Travessia demorada. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.53, out. 1932.

⁴⁰⁵ Ibidem, p.53-54.



Figura 10 - Mapa dos Fusos Horários

A didatização e a preocupação com a divulgação também é o cerne da matéria Evaporação, transcrição de uma aula de física de 2º e 3º anos, que foi ao ar no rádio. Desde o início, é clara a tentativa de aproximar o conteúdo de física dos alunos e, posteriormente, dos ouvintes da rádio e leitores da revista. “Hoje vocês receberão noções sobre certos princípios científicos que regulam alguns fenômenos que nos são muito comuns mas que, no entanto, observamos somente seus efeitos, passando despercebida a causa⁴⁰⁶.” Novamente, há a justificativa para o aprendizado desse princípio científico. Sua importância reside justamente no fato de que os efeitos da evaporação são sentidos, conhecidos e, inclusive, utilizados por todos. Há, portanto, a necessidade de conhecer o mecanismo de funcionamento desse fenômeno físico. O texto prossegue mantendo a linguagem simples e repleta de exemplos e, inclusive, mantém os elogios e repreensões da professora aos alunos que colaboram com observações durante a exposição. A evaporação é explicada a partir de um exemplo envolvendo uma bacia com água.

“Se expusermos ao ar, um pires, um prato ou uma bacia com água, veremos que dentro dum certo tempo a água desaparece e se a colocarmos sob os raios solares, este fato ou este fenômeno se realizará ainda mais rapidamente e se tornará ainda mais ativa a evaporação quanto maior for a superfície do pires ou do prato porque maior será a superfície do líquido⁴⁰⁷.”

Depois, outros exemplos do cotidiano são acrescentados, como o da secagem das roupas no varal, evaporação do álcool na pele e a sensação de um leve frescor, bem como de possíveis

⁴⁰⁶ OLIVEIRA, Augusta Queiroz de Carvalho. Evaporação. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, n.20/21, p.72, mai/ jun. 1934.

⁴⁰⁷ Ibidem. p.72.

calafrios após o banho. Todas essas situações são lembradas para agregar e enriquecer a explicação sobre esse fenômeno.

Ainda na perspectiva de ressaltar as diversas abordagens sobre ciência e sua divulgação na Revista Nacional de Educação, devemos ressaltar a presença da antropogeografia ou geografia humana, da antropometria e dos relatos sobre o interior do país e seus habitantes. São áreas que dialogam bastante com Rondônia, principal obra de Edgard Roquette-Pinto e, também, com duas questões amplamente discutidas no primeiro capítulo: a valorização do homem do interior do país e a refutação às ideias de que o meio ou a raça podem explicar a inferioridade e a falta de desenvolvimento do Brasil e de seu povo.

Com a intenção de explicar de maneira compreensível, Bastos D'Ávila busca, em *Técnica Antropométrica*⁴⁰⁸, apresentar o que é a antropometria e a sua função e aplicabilidade. Essa matéria também foi transmitida como palestra pelo rádio.

“Que é antropometria? O próprio termo a define: é a medida do homem. Outra questão ocorre desde logo: e para que medir o homem? A resposta é vaga. Geralmente quando se mede o homem já tem em vista um determinado objetivo, por exemplo, indagar do grupo racial a que pertença, do biótipo, em que melhor se enquadre⁴⁰⁹”.

D'Ávila diz que, nas escolas, a antropometria servia para comparar o desenvolvimento de peso e estaturas das crianças de determinada escola com as de outras, a fim de perceber a influência do meio e das condições de nutrição e higiene no desenvolvimento físico da criança. Como função dessa técnica também está a classificação de determinada amostra da população em raças e sub-raças. É válido relembrar, neste momento, a importância que era dada à questão racial no contexto das décadas de 1920 e 1930. Seja para endossar ou refutar a crença na existência de raças inerentemente inferiores e que atrapalhavam o desenvolvimento do país. E, no calor destes debates, já fartamente apontados e discutidos nos capítulos anteriores, Bastos D'Ávila apresenta os instrumentos utilizados pelos cientistas para realizar essas medições e também reforça que o emprego da técnica antropométrica exige três condições fundamentais: instrumental adequado, observância das regras pré-estabelecidas e a probidade científica do pesquisador. A fim de demonstrar o funcionamento deste método, o autor separa imagens de diversos instrumentos utilizados para as medições e apresenta de maneira detalhada a forma como eles devem ser empregados para o bom funcionamento.

⁴⁰⁸ D'ÁVILA, Bastos. *Técnica Antropométrica*. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.20/21, p.57, mai/jun. 1934.

⁴⁰⁹ *Ibidem*. p.57.

A antropogeografia ou geografia humana é uma temática bastante relevante e contemporânea nos debates das décadas de 1920 e 1930. Inicialmente, Raimundo Lopes apresenta a disciplina, que estuda o homem e a localização e posição que ocupa em sua relação com o meio ambiente. Lopes afirma que o germânico Ratzel foi considerado o pai ou precursor dessa vertente da geografia. No Brasil, essa disciplina teria se desenvolvido mais tardiamente, “como o de todos os progressos da ciência geográfica⁴¹⁰”. O objeto desse ramo da geografia é a relação do homem com a natureza e em que medida era possível alterá-la e modificá-la.

Raimundo Lopes destaca que “Euclides da Cunha, com a sua visão genial, de naturalista e historiador, da terra e da gente, traçou n’ “Os Sertões” e alhures, páginas de alta compreensão antropogeográfica⁴¹¹”. Lopes cita também a obra de Edgard Roquette-Pinto: “Roquette-Pinto o mestre da nossa etnologia, já documentando a etnografia “sertaneja”, já aplicando os métodos geográficos ao estudo das tribos da “Rondônia” contribuiu decisivamente para as ideias antropogeográficas no nosso país⁴¹²”. Cita também Delgado de Carvalho e sua contribuição para a modernização da geografia econômica e do ensino geográfico. Além disso, Raimundo Lopes lembra de sua própria pesquisa de observação do Maranhão e, a partir disso, de como delineia a geografia do Brasil. Ainda recorda a relevância de autores já comentados em outros momentos do texto, como Alberto J. de Sampaio e sua atenção à geografia botânica; Silvio Fróes de Abreu e o campo industrial e arqueológico e, por fim, Heloísa Alberto Torres e seus estudos sobre a cerâmica de Marajó, que “tem revelado vivo espírito geográfico⁴¹³”. Depois dessa introdução inicial acerca da definição e dos principais autores e obras que se dedicam e se destacam nesse campo de estudos no Brasil, Raimundo Lopes tenta explicar melhor o conteúdo abordado pela antropogeografia a partir de exemplos sobre a cidade do Rio de Janeiro e a relação entre o campo e a cidade a partir de utensílios aparentemente simples.

Essa discussão sobre a geografia humana se estende e se aprofunda no artigo *Antropogeografia: O Homem em face da Natureza*⁴¹⁴. Nesta matéria, Raimundo Lopes discorda e retruca a ideia de que a natureza e o meio ambiente do Brasil dificultaram o

⁴¹⁰ LOPES, Raimundo. Antropogeografia: Suas origens, seu objeto, seu campo de estudos e tendências. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n. 11/12, p.18, ago/ set. 1933.

⁴¹¹ Ibidem. p.18.

⁴¹² Ibidem. p.18.

⁴¹³ Ibidem. p.18.

⁴¹⁴ LOPES, Raimundo. Antropogeografia: O Homem em face da natureza. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, n. 15, p.29, dez. 1933.

desenvolvimento do país. Para isso, Lopes cita Buckle, e o reconhece como extraordinário historiador, filósofo e um dos precursores da geografia humana. No entanto, Lopes logo demonstra discordar do britânico quando ele “obtempera que, no Brasil, a população indígena e mesmo a colonizadora não puderam se desenvolver, (!) porque a opulência da natureza, a sua força, no nosso país incontrastável, na opinião do autor, como em nenhum outro, anularam todo esforço civilizador⁴¹⁵”. Lopes sublinha que Buckle:

“levava a sua displicente deturpação da geografia de um continente ao ponto de considerar as serras brasileiras tão altas, que tolham a marcha do povoamento, ao passo que, ante o espetáculo da civilização incaica, admitia levemente que eram mais favoráveis as condições da terra peruana, sem refletir que os Andes tem mais altura que a Mantiqueira e a Serra do Mar mesmo se as imaginássemos superpostas, e poderiam exercer lá maior fator inibitório, se outros fatores, cá e lá, não tornassem mais complexos os termos do problema⁴¹⁶”.

Em Buckle o determinismo geográfico era bastante exagerado, em outros autores, ele aparece de forma mais moderada. O próprio Euclides da Cunha, considerado um dos principais mestres da antropogeografia brasileira com seu livro *Os Sertões*, frisa que, “na Amazônia, a Natureza não está preparada para o homem; é terra em embrião, ainda a lembrar antigos tempos geológicos⁴¹⁷”. Lopes não discorda radicalmente da ideia de que as características físicas e geográficas de determinada região influenciam em sua habitabilidade, acredita que há sim influência, mas de maneira moderada. O autor justifica seu ponto de vista quando afirma: “o fato é que nem o excesso de calor, de umidade ou de altitude nem ainda as catástrofes da natureza por si sós tolhem a atividade humana⁴¹⁸”. Essas limitações do meio físico não restringem a ocupação humana de regiões aparentemente hostis porque o ser humano cria mecanismos para facilitar sua adaptação e sobrevivência nos mais diversos ambientes. Todos os seres humanos, dos com cultura e ciência mais desenvolvidas, aos com menos recursos técnicos e tecnológicos, criam mecanismos de adaptação e sobrevivência ao meio em que habitam. Essas adaptações vão do uso de aquecedores nas regiões mais frias à utilização de urucum no rosto e no corpo pelos indígenas a fim de proteger a pele do excesso de sol. Aos poucos, o autor vai mostrando que o clima de florestas tropicais e equatoriais, não é o que apresenta maiores riscos e dificuldades à ocupação, e sim o clima das regiões polares; e, portanto, não é possível enquadrar o Brasil em apenas um tipo de meio ambiente e vegetação. O país apresenta, portanto, uma gama variada de paisagens e meios diferentes. O

⁴¹⁵ LOPES, Raimundo. Antropogeografia: O Homem em face da natureza. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, n. 15, p.29, dez. 1933.

⁴¹⁶ *Ibidem*.p.30.

⁴¹⁷ *Ibidem*. p.29.

⁴¹⁸ *Ibidem*. p.31-32.

último artigo de Raimundo Lopes sobre *Antropogeografia: Distribuição e níveis da cultura indígena* é mais uma comparação das culturas indígenas com a moderna civilização na América do Sul.

Os dois primeiros artigos de Raimundo Lopes sobre antropogeografia se complementam e possuem elementos muito interessantes se analisados a partir do contexto da época. A questão que nos parece fundamental diz respeito à influência do meio no desenvolvimento do país e a justificativa para explicar seu ínfimo crescimento e vagaroso caminho rumo ao “progresso”. No primeiro capítulo sublinhamos a influência das teses que atrelavam e justificavam os problemas do Brasil por características raciais de seu povo e físicas de sua terra. E afirmamos, ao longo de todo trabalho, que esse grupo liderado por Edgard Roquette-Pinto, se posicionava contrariamente a esses discursos que inviabilizavam o desenvolvimento e progresso do país por essas questões. Estes dois artigos evidenciam como Raimundo Lopes, intelectual vinculado ao Museu Nacional, nega que o problema do Brasil tenha relação com seu clima ou suas características físicas da natureza.

Apesar de não propor a solução para que os problemas do país pudessem ser resolvidos neste artigo, acreditamos que a Revista como um conjunto propôs uma alternativa para por fim ao atraso em que o Brasil se encontrava e para que, dessa forma, o país pudesse desenvolver-se. Essas matérias de Raimundo Lopes contribuem para que compreendamos a Revista como uma espécie de manifesto em favor da viabilidade, da superação do atraso e do desenvolvimento do país. Ao longo dos diversos artigos e temáticas, pudemos notar uma busca por afirmar a capacidade de superação do atraso e de propor um direcionamento, um caminho, para isso. Essa diretriz passava, inegavelmente, pela educação e, conseqüentemente, pela vulgarização da ciência.

Cabe, neste momento, sistematizarmos o que percebemos e descrevemos ao longo desta seção. Afinal, como a ciência e sua divulgação são abordadas na Revista: quais as temáticas privilegiadas, a linguagem e as estratégias utilizadas para realizar a transposição pedagógica e qual a relação do conhecimento divulgado com o público. Já discutimos boa parte dessas questões ao longo desse tópico, no entanto, agora é o momento de sistematizarmos e organizarmos aquilo que apontamos.

Os temas que discutimos anteriormente foram: botânica; fisiologia dos animais; preservação da natureza; arqueologia; biografias; higiene e saúde; antropologia e

antropometria e artigos cujo foco central era colaborar diretamente para a tarefa didática. A escolha por abordar de maneira mais recorrente esses temas se relaciona com o fato de a Revista estar vinculada ao Museu Nacional, fortemente ligado à história natural e às temáticas afins às ciências biológicas e físicas e a práticas que envolviam a ciência e a pesquisa e observação de elementos da natureza. A presença de artigos de botânica em praticamente todos os exemplares reflete o direcionamento do Museu e de seu destaque nas pesquisas e na equipe dessa área. É evidente o foco nas ciências em detrimento da metafísica ou da retórica e a valorização de um conhecimento que contribuísse para que a população em geral e, especialmente o público escolar, conhecesse melhor as riquezas do país e, deste modo, as valorizasse e protegesse. A relação entre divulgação da ciência e estímulo à criação de um sentimento de pertença e amor à nação era perceptível. Havia a crença de que o conhecimento estimularia a ação, a proteção, o cuidado e o amor pelo país. Conhecer a flora do país, saber reconhecer suas características e suas potencialidades econômicas e produtivas são questões recorrentes nas matérias do periódico, notáveis nas diversas seções de *Noções Elementares de Botânica*, e nos artigos sobre as potencialidades do algodão, do trigo, do babaçu ou da carnaúba, já citados anteriormente. Na mesma linha estão as matérias que tratam especificamente sobre a situação de desmatamento das florestas nativas brasileiras e apontam para a necessidade de criação de parques nacionais e a exaltação da atuação de alguns “pioneiros” no processo de reflorestamento.

Artigos sobre animais e sua classificação zoológica também se justificam de uma maneira muito semelhante aos argumentos da botânica. Era necessário conhecer as espécies existentes em nosso país tanto para ampliar a cultura geral e o conhecimento da população acerca de aspectos gerais da fauna local e mundial quanto para que a população aproveitasse as potencialidades de algumas espécies, como o caso das vespas, e pudesse se proteger de outras, como as águas vivas.

Buscamos compreender a presença da arqueologia e das biografias na publicação inseridas na tentativa de apresentar aos leitores da revista os elementos da cultura dita civilizada. Incluí-los no universo da história de povos da antiguidade cuja cultura é vista como berço de formação da sociedade ocidental. Para os colaboradores frequentes da revista, era necessário que essas pessoas e, futuramente, o povo brasileiro, conhecessem, mesmo que minimamente, aspectos da dita História Universal, com presença dominante da história da civilização europeia. Além da necessidade de inserir a população brasileira à civilização e,

consequentemente, ao conhecimento do que é considerado seu berço, em especial os vestígios das sociedades gregas e romanas; há também a busca por exemplos e modelos de cidadãos brasileiros. As biografias podem se justificar, como afirmamos anteriormente, pela busca em dar exemplo de pessoas que fizeram algo considerado positivo por esse grupo de intelectuais, indivíduos que trabalharam pela ciência ou pela educação, por exemplo.

A presença da higiene e da saúde deve ser compreendida a partir do viés da necessidade de educar o povo brasileiro para que possa exercer atividades básicas e ter melhor desempenho. Os artigos dessa temática destacados acima expressam justamente a busca desses intelectuais em tornar o povo brasileiro mais produtivo e, consequentemente, inserir alguns hábitos de higiene e também eugenia a fim de reiterar a capacidade biológica de nosso povo e refutar os determinismos raciais e geográficos. Apesar de considerarmos que a higiene e a eugenia andavam juntas na maior parte das matérias que versavam sobre essas questões e que predominava a concepção de eugenia leve, não podemos esquecer que os anos 1920 e 1930 eram um momento de transição e, portanto, as ideias e ações eram muitas vezes ambíguas e pouco claras. Em alguns momentos pontuais notamos na própria revista a radicalização do discurso da eugenia, demonstrando a necessidade, por exemplo, do aval médico para casamentos. Essa consideração é necessária justamente para reforçarmos também a presença de um discurso um pouco mais radical e a ambigüidade com a qual essa temática era vista na época. De qualquer forma, por meio dessas matérias fica evidente o compromisso da revista e desses intelectuais com a educação e o desenvolvimento do país. Essa mesma justificativa pode ser percebida nas abordagens de divulgação da antropogeografia e também das matérias cujo principal objetivo é contribuir com a formação escolar e didatizar conteúdos a fim de instruir a população em conhecimentos e disciplinas considerados importantes e úteis. Essas três vertentes aparecem mais clara e diretamente ligadas ao objetivo central da revista, servir para refutar as teses de determinismo racial e geográfico e reforçar a possibilidade de desenvolvimento do país a partir da educação das populações, tanto no que se refere à saúde e à higiene, quanto no que se refere aos conhecimentos gerais.

É neste momento que também devemos nos recordar da seção do início deste capítulo na qual falamos sobre educação. Percebemos ali algumas conclusões e também diretrizes de atuação de alguns políticos e intelectuais da época. Foram elencados os principais empecilhos à ampliação da educação e as iniciativas que propunham para que o panorama de quase total desinformação e ínfimo acesso à educação se transformasse.

Descrevemos ao longo desta seção, enquanto levantávamos as diversas abordagens de ciência na revista, a forma com que os conteúdos eram didatizados. Afirmamos, no tópico 3.2 deste capítulo, que a divulgação ou vulgarização científica passava pela necessidade de adaptação da linguagem a fim de que o público mais amplo e leigo pudesse compreender o conteúdo proposto. Essa adaptação do conteúdo científico é notada na Revista a partir da presença de imagens, como já afirmamos anteriormente. A utilização de anedotas, narrativas ou referências a histórias amplamente conhecidas no imaginário popular também colaborou para aproximar os conteúdos, por vezes distantes e, aparentemente, com pouca relação com a população. Isso ocorreu, como já identificamos, na matéria sobre as cigarras, em que são feitas constantes referências à fábula da Cigarra e da Formiga. Outro caso emblemático de alteração e adaptação da linguagem pode ser visto na matéria sobre o fuso horário, Travessia Demorada⁴¹⁹ em que a narrativa de um senhor do interior que ficou intrigado com o descompasso entre a passagem do tempo e o tempo cronológico de seu relógio. E, a partir dessa história, que poderia ter acontecido com boa parte dos brasileiros, especialmente do interior, há a explicação sobre os fusos horários. A preocupação com a matemática básica e a tentativa de fazer com que a população compreendesse minimamente seus princípios a partir de artigos como A Regra da Justiça⁴²⁰, que trata da regra de três, uma ferramenta matemática, procurando justificar sua importância como princípio válido da equidade e da justiça. E, além disso, procura explicá-la a partir de um exemplo prático sobre a variação de salário de uma cozinheira levando em consideração as horas trabalhadas.

De acordo com nossas leituras sobre divulgação científica e a análise da Revista Nacional de Educação, podemos notar que a proposta de vulgarização da ciência da publicação parte de uma perspectiva de tutela dos autores em relação a seu público leitor. Compreendemos o periódico como uma tentativa de ensinar conhecimentos básicos a uma população que, para os autores, nada ou muito pouco sabia. Há uma relação desigual, vertical e de tutela entre as partes envolvidas neste processo. O conhecimento e o saber são vistos de maneira praticamente unidirecional, que deveriam ser passados para os leitores. Como falamos na seção sobre divulgação científica, havia para os intelectuais colaboradores da Revista claramente uma situação de déficit que eles deveriam suprir e, portanto, a relação se tornava vertical. A unilateralidade da relação também se manifestava na escolha dos conteúdos a serem divulgados, baseada na perspectiva dos intelectuais responsáveis pela

⁴¹⁹ O.R. Travessia demorada. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.53-54, out. 1932.

⁴²⁰ O. R. A regra da Justiça. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.39, out. 1932.

publicação. Compreendemos que não houve diálogo e troca em relação às temáticas que a revista aborda e o público que pretendia atingir. Os temas foram escolhidos a partir da perspectiva civilizatória e de tutela que esses intelectuais tinham. Eles, arbitrariamente, julgavam saber o que a população precisava e, deste modo, acreditavam que a vulgarização dos conhecimentos que produziam era útil e de suma importância. É interessante notar que não havia na publicação espaço para os conhecimentos, histórias e modos de viver tradicionais da população brasileira. Não havia uma contrapartida de aproximação e troca, mas um canal de comunicação predominantemente unilateral e de imposição a partir de uma perspectiva civilizatória.

Com base na análise da Revista, tanto de seu perfil, no item 2.4, quanto dos aspectos mais específicos da educação e da divulgação da ciência no terceiro capítulo, defendemos a existência de pontos de conexão entre a publicação e a trajetória de Edgard Roquette-Pinto. Propomos neste trabalho uma leitura da Revista Nacional de Educação, a partir do viés da educação e da divulgação da ciência, e buscamos relacioná-la com a trajetória de Edgard Roquette-Pinto, levando em consideração os lugares que ocupou e as linhas gerais de seu pensamento antropológico. Acreditamos que essa interpretação é profícua porque a relação entre o conteúdo do periódico e os espaços ocupados pelo autor e os intelectuais com os quais se relacionou a partir da publicação, nos auxilia a compreender a revista, as motivações a partir das quais ela foi criada e a inserção que tinha em sua época. Neste momento nos referimos ao nosso arcabouço teórico, em especial a Bourdieu e Sirinelli, que trabalham com conceitos como trajetória e estruturas de sociabilidade intelectual. O conceito de trajetória deve ser compreendido “como série de posições ocupadas por um mesmo agente num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações⁴²¹”. Nesse sentido, a Revista Nacional de Educação é parte da construção do espaço de atuação de Edgard Roquette-Pinto. É um local em que expressa, mesmo que indiretamente, suas concepções de mundo: a partir dos intelectuais com os quais se relaciona; com a escolha de conteúdos, que pode ser percebida inclusive a partir das ausências e da conexão com outros pontos de sua trajetória biográfica.

A fim de delinear melhor essa relação entre a Revista Nacional de Educação e a trajetória de Edgard Roquette-Pinto vale, neste momento, uma incursão às matérias escritas por ele no periódico. No primeiro momento pode parecer uma abordagem repetitiva e

⁴²¹ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta M. (Orgs). **Usos e abusos da história oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.189.

desnecessária, visto que boa parte desses artigos já foi citada ao longo do trabalho quando discutíamos as diversas temáticas levantadas pela publicação. No entanto, esse movimento nos auxilia a organizar e estruturar sua contribuição para o periódico e colocá-la em perspectiva, juntamente com sua atuação como diretor do Museu Nacional, editor da Revista Nacional de Educação e antropólogo. Dessa forma, poderemos explorar melhor as conexões e relações entre a trajetória de Edgard Roquette-Pinto e a publicação.

Edgard Roquette-Pinto escreveu cinco artigos para o periódico. *Reafirmando*⁴²², no primeiro número da Revista, foi o primeiro deles e é um artigo curto, de apenas uma página e meia, que consideramos, como um dos que mais direta e evidentemente discute a questão nacional. A matéria defende em um tom otimista a viabilidade da nação brasileira e repreende parcela significativa da elite que desacreditava no desenvolvimento do país. Como ressaltamos anteriormente no trabalho, o artigo afirma que o Brasil já atingiu o máximo de desenvolvimento para um país sem educação e organização e considera que a Revista Nacional de Educação é uma importante iniciativa do Governo Federal em parceria com o Museu Nacional em prol do progresso do país e da educação da população.

Um texto sem título de menos de uma página e assinado por Roquette-Pinto abre a edição de número 3 do periódico. Nesse pequeno artigo, o autor coloca em xeque o problema das distâncias no Brasil e afirma que os prejuízos são proporcionais ao atraso, visto que as distâncias são relativas e dependem dos meios de transporte e das estradas existentes. Sua contribuição também abre a edição de número 5 em *O Cinema e a Educação Popular no Brasil*⁴²³. Essa matéria já foi citada e discutida diversas vezes ao longo do capítulo 2 e é fundamental porque explica a lei 21.240 que institui a Censura Cinematográfica e também a criação da Revista Nacional de Educação e seu financiamento. Ele aborda aspectos mais específicos e detalhados sobre a Censura Cinematográfica, levanta as motivações que contribuíram para seu surgimento e seus objetivos, bem como a maneira com a qual as funções eram distribuídas em meio ao quadro de pouco investimento em educação e de uma população majoritariamente analfabeta. O artigo é bastante longo, possui 8 páginas, e também aborda um pouco da recepção do periódico.

⁴²² ROQUETTE-PINTO, Edgard. Reafirmando. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.17-18, out. 1932.

⁴²³ ROQUETTE-PINTO, Edgard. O Cinema e a Educação Popular no Brasil. *Revista Nacional de Educação*, Rio de Janeiro, v.1, n.5, p. 1-9, fev. 1933.

Na edição comemorativa 11/12, Edgard Roquette-Pinto publica *Parques Nacionais*⁴²⁴, nele faz um histórico sobre as iniciativas de construir parques e reservas no país. Roquette-Pinto inicia o texto recordando a iniciativa de André Rebouças, ainda no século XIX, e depois ressalta a importância da construção de parques nacionais, inclusive para fomentar o turismo no país. O autor propõe um modelo de investimento na criação dessas unidades, que sirva tanto para o turismo quanto para ser suporte para as pesquisas científicas.

O último artigo de Edgard Roquette-Pinto na publicação foi no exemplar de número 18/19, *Alberto Torres*⁴²⁵. Essa matéria é uma mistura de biografia de Alberto Torres com a discussão sobre a relevância da Sociedade de Amigos de Alberto Torres e a experiência de Roquette-Pinto na leitura e descoberta desse autor. No artigo são discutidas desde as influências encontradas na obra de Torres, como a de sua esposa e de seu preceptor, até a influência da Sociedade de Amigos de Alberto Torres em debates da época sobre proteção à natureza e questões de raça. O cerne dessas oito páginas é apresentar Alberto Torres a partir da perspectiva de Roquette-Pinto, que o via como um dos grandes líderes e defensores do desenvolvimento do Brasil, e ressaltar a atualidade de seu pensamento e da necessidade de pensar os problemas do país a partir de seus debates sobre a necessidade de organização do território.

Identificamos nesses cinco artigos a presença da discussão sobre o Brasil e seus rumos e uma defesa ardorosa do progresso e do desenvolvimento do país. Enquanto na primeira e na segunda matéria há uma espécie de denúncia dos problemas que dificultam o desenvolvimento do Brasil, como a falta de colaboração das elites letradas do país e o atraso tecnológico, na terceira e na quarta são divulgados projetos que colaboram para o alcance do objetivo, com proposições no campo da educação com a lei 21.240 e na área de meio ambiente com diretrizes para a organização de parques nacionais. E, por sua vez, no quinto texto, quando ele discute a biografia de Alberto Torres, entendemos como uma apresentação das influências e do corpo de seu pensamento e também das ações que direcionam a Revista Nacional de Educação.

Acreditamos ser necessário ler as matérias destacadas acima em consonância com os demais artigos do periódico, com as ações de Edgard Roquette-Pinto como diretor do Museu

⁴²⁴ ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Parques Nacionais**. Revista Nacional de Educação, Rio de Janeiro, v.1, n. 11/12, p. 54, ago/set. 1933.

⁴²⁵ ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Alberto Torres**. Revista Nacional de Educação, Rio de Janeiro, v.1, n.18/19, p.1, mar/abr. 1934.

Nacional e com os questionamentos que motivavam o debate intelectual de princípios do século XX. A partir desse esforço de análise, inferimos a existência de conexões entre elementos da trajetória de Roquette-Pinto e a Revista Nacional de Educação. Propomos que as discussões sobre educação e divulgação da ciência levantadas pela revista explicitam sua relação com alguns elementos da trajetória de Edgard Roquette-Pinto: sua carreira como antropólogo; a participação na Comissão Rondon; na Liga Pró Saneamento; a assinatura do Manifesto da Educação Nova e o projeto de Museu que procurou construir a partir da valorização de seu aspecto educativo. Percebemos, a partir da leitura do periódico, a presença desses aspectos nos artigos. Compreendemos a antropologia do autor como fio condutor de todo discurso educativo do periódico. A própria validade da revista enquanto discurso e meio de comunicação que se dirigia a leigos se conecta com a antropologia de Roquette-Pinto, a base era sua crença na viabilidade de uma nação brasileira, mesmo com a presença de elementos mestiços, em que o problema não era biológico ou racial, mas cultural. A transferência da inviabilidade para a perspectiva cultural que propicia a criação de um periódico desse tipo, cujo objetivo era divulgar a ciência e discutir a educação com um evidente direcionamento nacionalista. Se o problema era a falta de cultura e civilização, o mesmo poderia ser resolvido se esses elementos, cultura e civilização, fossem, de alguma forma, colocados à disposição dos brasileiros.

Em um trecho como o de *Travessia Demorada*⁴²⁶, em que a questão do fuso horário aparece sendo tratada a partir de uma anedota cujo protagonista é um fazendeiro, representante do homem genuinamente brasileiro, dos rincões e sertões do país, a relação entre o pensamento antropológico de Edgard Roquette-Pinto e sua perspectiva de valorização dos sertões é bastante evidente. Esse artigo é representativo porque pode funcionar como uma demonstração da função com a qual a revista foi concebida: aproximar esse homem do interior, matuto, das questões da ciência. E, para isso, a modificação da linguagem, o uso de figuras e a utilização de exemplos e referências próximas à população são uma constante em toda publicação. Poderíamos elencar outros artigos que também cumprem com clareza essa função de aproximar a ciência do homem do interior e demonstrar sua importância, como: *Pecados na Colheita e manutenção do Leite*⁴²⁷ e os artigos sobre higiene e saúde.

⁴²⁶ O.R. Travessia demorada. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.53-54, out. 1932.

⁴²⁷ FRESNEL, Otto. Pecados na colheita e manipulação do leite. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.32, nov. 1932.

Como dissemos anteriormente, percebemos nos artigos do periódico elementos que nos remetem à participação de Edgard Roquette-Pinto na Comissão Rondon e sua concepção de sertão e dos sertanejos. Na seleção dos discursos sobre educação ficava evidente a perspectiva sobre a população brasileira e especialmente do interior quando sublinhamos expressões como: “coeficiente apavorante de iletrados”; transformar rebanhos de carneiros eleitorais em eleitores conscientes; sertanejo; cidadão; sertanejo rude feito cidadão consciente. É notável a perspectiva ambígua com a qual Roquette-Pinto compreendia o homem do interior brasileiro. Ao mesmo tempo em que era o cerne e a esperança da nação, era também rude e “selvagem” que precisava ser apresentado à civilização, como as próprias expressões retiradas do texto exemplificam. Os termos empregados vão do destaque da importância dessa população para o Brasil, passam pela crença nesses indivíduos como o futuro da nação e chegam a desqualificá-los reforçando a pouca escolarização e conhecimento que detinham. Defendemos que essa perspectiva fortemente amalgamada nos discursos sobre educação da Revista Nacional de Educação possui conexões com a experiência de Roquette-Pinto com a descoberta dos sertões, por meio da Comissão Rondon, mas também da leitura de Euclides da Cunha. A sua experiência com os sertões fica, a nosso ver, evidente, quando analisamos os discursos sobre educação divulgados. Compreendemos, contudo, que essa característica não se restringia a Roquette-Pinto. Como afirmamos em outros momentos do texto, recordamos a experiência da geração dos sanitaristas e também dos intelectuais que compartilhavam a ideia de que o sertão era também o cerne da autenticidade brasileira. Vale pontuar, inclusive, que Edgard Roquette-Pinto fez parte desse grupo de sanitaristas e defensores da higiene com figuras como Arthur Neiva e Belisário Penna, que também realizaram uma expedição para o interior do país.

O projeto de museu que colocou em prática enquanto diretor, de valorização dos aspectos educativos e da abertura para as escolas com cursos e palestras dos pesquisadores do Museu para as professoras e professores das escolas de ensino primário e secundário e também de criação da Revista Nacional de Educação, deve ser lido e interpretado em conexão com sua atuação enquanto antropólogo e também como militante da educação, que pode ser representada pela assinatura do Manifesto da Educação Nova. Como dissemos no início deste trabalho, é perceptível a influência de sua antropologia questionadora do determinismo racial e geográfico em sua ação enquanto divulgador da ciência, militante da educação e diretor do Museu Nacional. Apesar de a antropologia ter sido a base da construção de seu pensamento e de suas ações, Edgard Roquette-Pinto classifica a publicação como um velho sonho que

consegue executar já em sua maturidade. Sabemos da necessidade de cautela em relação à fala do autor sobre a revista, contudo, defendemos ser possível ver no periódico os diversos momentos e a construção do pensamento de Edgard Roquette-Pinto.

O que buscamos defender ao afirmarmos a existência de conexões entre os diferentes momentos da trajetória biográfica de Edgard Roquette-Pinto e a Revista é que há traços da presença desses elementos nos artigos. A Comissão Rondon e a consolidação da antropologia, a sua atuação enquanto militante da educação e da saúde, seu flerte com as perspectivas da Educação Nova e sua atuação enquanto diretor do Museu aparecem no periódico. Esses elementos estão na publicação em seu conteúdo, a partir da opção por temáticas que pudessem de alguma maneira contribuir para a formação da nação, e também na forma, de distribuição e financiamento, que procurava abarcar parte significativa do território nacional, com destaque para o interior e seus habitantes, sertanejos.

O argumento central de sua antropologia que refuta os determinismos racial e geográfico é desenvolvido ao longo das diversas matérias desses vinte e um exemplares. Dessa forma, consideramos possível agrupar esses artigos a partir de três aspectos no que se refere à sua função. O primeiro grupo é de matérias que se preocupam em diagnosticar e apresentar os problemas brasileiros e reforçar as dificuldades de desenvolvimento encontradas no país. Nesse grupo elencamos, por exemplo, alguns dos discursos educativos que apresentam as dificuldades de ensinar e aprender no Brasil. O discurso de Getúlio Vargas, apesar de também apresentar soluções e possíveis saídas para o desenvolvimento do país, traça um panorama das dificuldades e desafios encontrados para a superação do atraso no qual o Brasil se encontrava. O segundo grupo de matérias se preocupa em elencar sugestões diretas sobre como reverter esse quadro de falta de progresso e desenvolvimento do país. Como exemplos podemos citar os artigos sobre a educação no campo, que também indicavam sugestões de como implantá-la, assim como *Utilinda Brincando*⁴²⁸, cujo objetivo é estimular as crianças a ensinarem outras crianças a ler e escrever por meio da brincadeira. As matérias sobre higiene e saúde também têm esse objetivo primordial, como *Decálogos Sanitários*⁴²⁹ e *Pecados sobre a colheita do leite*⁴³⁰, por exemplo. O último conjunto é também o com maior

⁴²⁸ ALMEIDA, Maria da Glória Ribeiro de. *Utilinda Brincando*. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.10, p. 21, jul. 1933.

⁴²⁹ BARROSO, Sebastião M. *Decálogos Sanitários*. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 101, nov. 1932.

⁴³⁰ FRESNEL, Otto. *Pecados na colheita e manipulação do leite*. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.32, nov. 1932.

quantidade de artigos e agrupa os textos que não trazem propostas concretas de interferência nos rumos do país e proposições para o fim do atraso. No entanto, são matérias que carregam consigo a perspectiva civilizatória e de conhecimento necessário para que a população brasileira superasse a ignorância, a partir da perspectiva dessa elite intelectual. Esse grupo agrega as matérias de diversas temáticas de divulgação científica e o objetivo central desses textos é apresentar ou ensinar os conhecimentos e saberes já consagrados pela civilização ocidental europeia como fundamentais para uma bagagem cultural, mesmo que mínima. Era forte a associação entre a posse desse conjunto de conhecimentos por parte da população brasileira, em especial sertaneja, e a formação da nação. O Brasil só poderia se transformar em nação por completo quando sua população se transformasse em povo, que compreendesse minimamente as regras, normas, cultura e perspectivas “civilizadas”, uma concepção de civilização eurocêntrica e elitista.

Considerações Finais

Nesse momento final do texto é válido retornarmos à epígrafe da Revista Nacional de Educação “Em todos os lares do Brasil, o conforto moral da Ciência e da Arte” porque, a nosso ver, ela representa de maneira bastante clara e sucinta o significado que Edgard Roquette-Pinto e seus colaboradores atribuíam à Revista Nacional de Educação. Podemos constatar que a publicação buscava colocar as populações marginalizadas, pobres e rurais do Brasil, em contato com a ciência e a educação e, dessa forma, civilizá-las a partir da perspectiva eurocêntrica. Dessa maneira, defendemos que os responsáveis pela publicação acreditavam estar colaborando para transformar o país em uma nação civilizada e desenvolvida. O conforto moral da ciência e da arte, como nos diz a epígrafe, é compreendido por esses intelectuais como uma missão social, representada por ações que pleiteavam e defendiam a possibilidade de desenvolvimento e progresso do Brasil.

Portanto, vale reiterar que ao longo de nosso trabalho buscamos fazer uma leitura da Revista Nacional de Educação com ênfase nas questões relativas à educação e à divulgação da ciência. Entendemos que o nosso estudo do periódico está intrinsecamente relacionado com a compreensão do pensamento e das ações tomadas por Edgard Roquette-Pinto, que foi editor da publicação e diretor do Museu Nacional dos anos de 1926 a 1936, e do contexto de transformações sociopolíticas das décadas de 1920 e 1930 no Brasil.

Na dissertação fizemos o esforço de nos atentarmos a três questões centrais: Edgard Roquette-Pinto e sua biografia; o contexto dos anos 1910, 1920 e 1930 com as discussões sobre progresso, nação, raça, educação e ciência e, por fim, a análise da Revista Nacional de Educação. Com isso, procuramos compreender os elementos centrais do pensamento de Edgard Roquette-Pinto e também a relação de seu posicionamento com os debates que ocorriam à época sobre as possibilidades de superação do atraso brasileiro e a capacidade de desenvolvimento do país. Após essa triagem do ambiente intelectual e do posicionamento de Roquette-Pinto no contexto da Primeira República ao longo do capítulo 1, buscamos compreender o perfil da Revista Nacional de Educação no segundo capítulo e a maneira com a qual ela abordava a questão da educação e da divulgação da ciência no terceiro.

A escolha por abordar a educação e a divulgação da ciência se deu justamente a partir das leituras feitas sobre o contexto das primeiras três décadas do século XX, da biografia do autor e também da leitura inicial e exploratória da documentação que realizamos logo no

início do projeto. Como afirmamos ao longo do texto, notamos que essas temáticas, educação e divulgação científica, eram recorrentes nos debates da Primeira República e incitadas com o intuito de criar e valorizar a nação brasileira e também se faziam presentes no pensamento e, principalmente, nas ações e lugares ocupados por Edgard Roquette-Pinto. A seção 2.4 sobre o perfil da revista nos auxilia a compreender e perceber a relevância dessas questões tanto para Roquette-Pinto quanto para o debate intelectual da época quando, a partir da análise das tabelas, percebemos a predominância de textos sobre educação e divulgação da ciência.

No primeiro capítulo, quando discutimos a antropologia de Edgard Roquette-Pinto, afirmamos que ele pretendeu traçar um retrato racial da população brasileira. As décadas de 1910 e 1920 foram cruciais para o desenvolvimento de sua compreensão sobre as populações do Brasil e, conseqüentemente, o momento áureo de sua carreira enquanto antropólogo. Sua participação na Comissão Rondon em 1912, onde pôde entrar em contato com as populações do interior do Brasil e escrever sua principal obra, *Rondônia*, foi fundamental para o início e o amadurecimento da sua concepção acerca da população brasileira. Nos anos de 1910 e 1920, iniciou o questionamento sobre a vida das populações sertanejas e também a necessidade de documentar a existência dos indígenas. Após esse contato inicial com os problemas dos rincões brasileiros, Edgard Roquette-Pinto também participou de pesquisas sobre os tipos antropológicos no Brasil, nas quais entrevistou indivíduos de várias cidades do Brasil. O resultado completo sobre essas pesquisas saiu em 1928 nos Arquivos do Museu Nacional, *Notas sobre os typos antropológicos do Brasil*.

Ao longo do trabalho apresentamos Roquette-Pinto como um dos primeiros antropólogos brasileiros a questionar a interpretação comum à época de que a culpa pelo atraso no desenvolvimento do país era da mestiçagem racial. Neste momento, vale recordamos a periodização de sua trajetória proposta por Nísia Trindade Lima, quando sugere a existência de duas “fases” em sua trajetória. Nos primeiros anos de sua carreira, ela destaca a sua atuação enquanto antropólogo, em contrapartida, a partir da década de 1930, Roquette-Pinto passa a se dedicar mais intensamente à educação e divulgação dos conhecimentos científicos⁴³¹. Apesar de concordarmos e utilizarmos essa periodização na dissertação, compreendemos que esses dois momentos estão conectados. Inferimos que a concepção de povo, raça e nação brasileira que Roquette-Pinto construiu durante sua carreira como antropólogo, influenciou diretamente em sua atuação como educador e divulgador da ciência.

⁴³¹ LIMA, Nísia Trindade. **Um Sertão chamado Brasil**. São Paulo: HUCITEC Editora, 2013.

Ousamos afirmar que a Revista Nacional de Educação surgiu desse esforço de contribuir para o que, para ele era tarefa urgente, educar a população brasileira e, desse modo, contribuir para o desenvolvimento da nação. Não apenas a criação da Revista pode ser entendida como uma maneira de por em prática o arcabouço teórico de sua formulação antropológica, como também os conteúdos e a abordagem defendida e desenvolvida no periódico.

É válido reiterar que compreendemos a Revista Nacional de Educação como uma das ações de Edgard Roquette-Pinto em prol da Educação e da Saúde como contraposição às visões de determinismo racial que ainda mobilizavam e influenciavam boa parte da população e colocavam em dúvida a viabilidade do desenvolvimento do Brasil enquanto nação. A publicação deve ser entendida em consonância com sua atuação como diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro que, como vimos na seção 1.5 do primeiro capítulo, buscou reforçar e ampliar o papel educativo do museu. Apesar de, neste trabalho, focarmos na atuação de Edgard Roquette-Pinto, é válido reiterar que essas iniciativas em prol da educação e da higiene e saúde eram vistas como possibilidade de saída para o problema do atraso brasileiro por uma parcela significativa de intelectuais das primeiras décadas do século XX, e, ao longo do primeiro capítulo, discutimos as diversas proposições e pensamentos a respeito do atraso brasileiro.

Após essas considerações sobre a biografia de Edgard Roquette-Pinto, sua antropologia, o contexto da Primeira República, a importância do Museu Nacional e sua atuação como diretor dessa instituição, iniciamos o segundo capítulo tratando da Revista Nacional de Educação. Inicialmente, introduzimos alguns aspectos primordiais sobre o financiamento e o alcance da publicação. Logo depois abordamos as transformações sociopolíticas que ocorreram no Brasil a partir da Revolução de 1930 e a forma com que essa mudança trouxe uma aproximação com as pautas voltadas para a educação e a saúde defendidas por Roquette-Pinto. Para os limites de nosso trabalho, a culminância dessa aproximação foi o financiamento da Revista Nacional de Educação por meio da verba obtida a partir da Censura Cinematográfica. Após delinear os contornos do flerte do governo varguista com esses intelectuais nacionalistas vinculados ao Museu Nacional, fizemos algumas considerações teóricas sobre a história intelectual. Dessa parte conceitual, vale destacarmos os conceitos de estruturas de sociabilidade; geração intelectual e redes de sociabilidade. Essas considerações foram úteis porque foram incorporadas à análise da revista que fizemos na parte final do segundo capítulo. Os conceitos citados anteriormente

contribuíram para melhorar nossa compreensão sobre a Revista Nacional de Educação e, principalmente, sobre o grupo de seus principais colaboradores.

Além de considerações teóricas, também traçamos um caminho metodológico acerca das particularidades do emprego de revistas como fonte e também como parte significativa do objeto da pesquisa. Metodologicamente, seguimos os passos de Tânia Regina de Luca e buscamos seguir sua recomendação de considerarmos a estrutura do periódico como um todo, tanto seus aspectos materiais: números de página, impressão e formas de financiamento, quanto os aspectos relativos ao grupo responsável pela publicação e à temática predominante nos artigos, por exemplo.

A última parte do segundo capítulo foi a mais longa e também a que basicamente resume os seus objetivos centrais porque apresentamos e analisamos os principais aspectos da Revista Nacional de Educação. Realizamos esse movimento de análise a partir dos 10 pontos propostos pela metodologia de Luca. A partir disso, afirmamos que a revista não foi o único periódico publicado pelo Museu Nacional, mas se distinguiu por dar mais ênfase à divulgação da ciência para o grande público do que para a disseminação científica entre pares. A relevância das imagens na publicação também foi amplamente discutida e notamos que sua abundância estava intrinsecamente relacionada com seu objetivo central de ser uma publicação de linguagem mais acessível a um público mais amplo. Também percebemos e ressaltamos os diversos tipos e também diferentes funções que as figuras adquiriram na revista, visto que tinham desde imagens ilustrativas e esquemáticas sobre como proceder para fazer um museu escolar de plantas a quadros consagrados de pintores como Leonardo Da Vinci.

Compreendemos a Revista como uma estrutura de sociabilidade da qual Roquette-Pinto não apenas participou, mas foi seu principal organizador. Essa estrutura, a forma com a qual foi organizada, seus participantes, principais temáticas trabalhadas e forma de tratar o conteúdo também são indicadores do pensamento e de parte da trajetória de Edgard Roquette-Pinto. A fim de conhecer melhor os colaboradores regulares do periódico, fizemos uma pequena biografia de cada um. Sabemos que essas pequenas biografias são instrumentos bastante limitados e que não podemos, com isso, afirmar que compreendemos ou mapeamos as redes de sociabilidade da publicação. No entanto, mesmo reconhecendo as limitações deste recurso, o consideramos profícuo, pois foi possível conhecer as áreas de atuação e os locais em que boa parte dos colaboradores regulares do periódico trabalhou. E, a partir desse

movimento, notamos que parcela significativa dos colaboradores constantes da revista tinha ligação com o Museu Nacional, já era professor ou colaborador da instituição. Não podemos afirmar que eles compartilhavam as mesmas ideias e soluções para os problemas brasileiros, no entanto, notamos certa regularidade no que se refere às temáticas que a revista veicula.

No que se refere à temática, a ciência, especialmente as biológicas e da natureza, e a educação foram as predominantes dessa publicação. Essa predominância das ciências e da educação está fortemente relacionada ao contexto dos primeiros anos da república e da eminente necessidade de tirar o Brasil do atraso e transformar sua população em povo e o país em nação e também à própria característica do Museu Nacional, que sempre foi uma instituição ligada à História Natural e aos estudos biológicos. A fim de chegar a essas conclusões sobre as temáticas recorrentes no periódico, fizemos um levantamento de diversos dados e construímos três tabelas. A primeira tabela mostra os autores que mais publicaram no periódico e a quantidade de artigos, a segunda, as seções regulares na revista e seus respectivos autores, já a terceira evidencia o número de matérias em relação às temáticas presentes na revista. A combinação dos dados dessas tabelas nos levou a conhecer melhor os intelectuais que escreveram no periódico e as matérias e assuntos mais recorrentes, o que nos auxiliou a relacionar com as temáticas que predominaram no periódico que, como já dissemos, foram a educação e a divulgação da ciência.

O objetivo central do último capítulo foi discutir a perspectiva de educação e de divulgação da ciência veiculadas pelo periódico. Analisamos as diretrizes dos discursos sobre educação da revista e notamos uma conexão com todo o contexto que mobilizamos ao longo do trabalho. São encontrados discursos de membros das sociedades de educação e também de políticos de relevância nacional como Getúlio Vargas. A análise desses discursos colocou em evidência duas questões fundamentais e recorrentes ao longo do texto, a questão do sertanejo como uma figura ambígua, ao mesmo tempo cerne da nacionalidade e selvagem ou pouco civilizado e, conseqüentemente, da centralidade da educação como meio de incutir esses valores ditos civilizados na população. Vale sublinhar também a presença de discursos de figuras políticas e instituições de considerável destaque naquela época, como é o caso das falas de Getúlio Vargas e Francisco Campos e também de membros da Sociedade Carioca de Educação como Dulcídio Cardoso e Jonathas Serrano. A presença desses indivíduos e instituições colaborou para que pudéssemos compreender a perspectiva e as diretrizes de educação que a revista veiculava. A ampliação do sistema educacional, sua melhor organização e também a inserção de algumas discussões mais modernas à época sobre

métodos e formas de aprendizagem são questões veiculadas nessa parte da revista. Novamente aparece a necessidade da educação para a transformação do Brasil em nação e dos brasileiros em povo, civilizar a população.

Também discutimos o significado de divulgação da ciência como adaptação da linguagem para que facilitasse a compreensão do público leigo. A busca pelo significado de vulgarização científica nas décadas de 1920 e 1930 nos possibilitou concluir que essa vulgarização tinha um sentido amplo de elevação da cultura geral. A análise do periódico no aspecto da divulgação nos auxilia a compreender que o objetivo geral era incorporar esse cidadão à civilização a partir da apresentação de elementos considerados básicos da cultura geral. Notamos a presença de conteúdos de botânica; fisiologia dos animais; preservação da natureza; arqueologia; biografias; higiene e saúde; artigos cujo foco central era colaborar diretamente para a tarefa didática; antropometria e antropogeografia. A justificativa para a presença desses temas é variada e vai da relação da publicação com o Museu Nacional, uma instituição ligada às ciências naturais, à preocupação em dar suporte à estrutura educacional incontestavelmente falha e pequena para atender às crescentes demandas. A preocupação com a higiene e a saúde e a crença na possibilidade de melhorar e educar a população do país por meio da educação, mas também a partir da higiene e do fim de algumas doenças que incapacitavam os indivíduos e dificultavam o progresso do país.

Já no final do último capítulo, procuramos estabelecer conexões entre a Revista Nacional de Educação e a trajetória de Edgard Roquette-Pinto. Após o esforço em conhecermos o perfil da publicação e as temáticas, autores, influências, financiamento e motivações que possibilitaram sua criação, notamos que ela nos aproxima da trajetória de Edgard Roquette-Pinto, bem como o estudo deste autor também colabora para a melhor compreensão do periódico. É uma relação recíproca, a conexão entre a trajetória do autor e a revista, um colabora para a melhor compreensão do outro. Isso porque é possível compreender a revista como parte da trajetória deste autor, é um espaço de sociabilidade criado e mediado por ele com o objetivo de por em prática as ideias e fundamentações teóricas de sua pesquisa como antropólogo e das conclusões que chegou sobre a viabilidade de desenvolvimento e progresso do Brasil por meio da educação.

Acreditamos, portanto, que a principal contribuição deste trabalho seja discutir as questões relativas à educação e à ciência em um periódico do Museu Nacional que foi, até então, pouco explorado pelos historiadores, a Revista Nacional de Educação. Procuramos

realizar esse debate em conjunto com as perspectivas e discussões das primeiras três décadas do século XX, período em que essas questões de educação e ciência assumiram um papel de centralidade e se alicerçaram a questões relativas à raça e de possibilidade de desenvolvimento e viabilidade do Brasil. A atuação e o pensamento de Edgard Roquette-Pinto também tem importância em nossa discussão à medida em que esse médico, antropólogo e diretor do Museu Nacional, foi o principal responsável por essa publicação. Esperamos contribuir para os debates acerca das propostas e iniciativas para lidar com os problemas do país e a expectativa em torno de sua viabilidade durante o período de transição entre a Primeira República e o início do governo de Getúlio Vargas e como a educação e a ciência eram encaradas nesse contexto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Fontes:

Cópia de ofícios do Museu Nacional de Janeiro a Agosto de 1935.

REVISTA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde Pública/Museu Nacional, Out (1932) – Jun (1934). Mensal.

Relatório da Diretoria do Museu Nacional ao Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1931. SEMEAR/Museu Nacional/UFRJ.

Relatório da Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1934. SEMEAR/Museu Nacional/UFRJ.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Ensaio de antropologia brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

Referências Bibliográficas:

ABDALA, Rachel Duarte. **A fotografia além da ilustração: Malta e Nicolas construindo imagens da Reforma Educacional no Distrito Federal (1927-1930)**. São Paulo, USP, 2008.p.97. Disponível em: <http://www.usp.br/niephe/publicacoes/docs/cap2_Abdalal.pdf>. Acesso em 24 out. 2017.

AGOSTINHO, Michele de Barcelos. A Revista Arquivos e a biblioteca do Museu Nacional: espaços de circulação e conservação das ciências naturais do Brasil Imperial. **Acervo-Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.26, n.1, p. 81-92, jan-jun.2013.

ALMEIDA, Carlos Aguiar. **O cinema como “agitador de almas”**: argila, uma cena do Estado Novo. São Paulo: Editora Annablume, 1999.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2.ed. São Paulo: Moderna, 1996.

ARANHA, Jaime; Massarani, Luiza; Moreira, Ildeu de Castro. Roquette-Pinto e a divulgação científica. In: DE SÁ, Dominichi Miranda; Lima, Nísia Trindade (Org.). **Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

BARIANI, Edison. **O Estado demiurgo: Alberto Torres e a construção nacional**. Caderno CRH. Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Centro de Recursos Humanos, v. 20, n. 49, p. 161-167, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/6423>>. Acesso em: 01/08/2017.

BARRETO, Maria Renilda Nery; CARVALHO, Teresa Raquel. **A circulação e a divulgação do conhecimento de Edgard Roquette- Pinto**. In: 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: www.14snhct.sbhc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1826. Acesso em: 11/07/2016.

BARRETO, Maria Renilda Nery; CARVALHO, Teresa Raquel Dalta de. **Intelectuais, ciência e nação: a atuação de Edgard Roquette-Pinto no movimento sanitarista nas primeiras décadas do século XX**. In: 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Florianópolis, 2016. Disponível em: http://www.15snhct.sbhc.org.br/resources/anais/12/1471208436_ARQUIVO_TextocompletoSBHC2016.pdf. Acesso em: 02/03/2017.

BOJUNGA, Claudio. **Roquette-Pinto - o corpo a corpo com o Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2017.

BOMENY, Helena. **Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional**. Estudos Históricos - Os anos 20, Rio de Janeiro, v.6, nº 11, p.24-39, 1993. Acesso em: 01/07/2017
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1955/1094>

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta M. (Orgs). Usos e abusos da história oral.8. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.p. 183-191.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados: escritos de História e Política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

COIMBRA JR., Carlos E. A; LIMA, Nísia Trindade; SANTOS, Ricardo Ventura. Rondonia de Edgard Roquette-Pinto: Antropologia e projeto nacional. In: DE SÁ, Dominichi Miranda; Lima, Nísia Trindade (Org.). **Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

COLI, Jorge. A violência e o caipira. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.30, p.23-30, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2172>>. Acesso em: 24 out. 2017.

COSTA, Deane Monteiro Vieira da. **A Campanha de Adolescentes e Adultos no Brasil e no Estado do Espírito Santo (1947-1963)- um projeto civilizador**. São Carlos: Pedro&João Editores, 2016.

COSTA, Verônica Albano Viana. **Entre imagens e palavras: educação e nacionalismo no Estado Novo (1937-1945)**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação de Minas Gerais, 2009. (Dissertação de mestrado).

CRESPO, Regina (Org.). **Revistas en América Latina: proyectos literarios, políticos y culturales**. Ediciones Eón, 2010.

CUNHA, Marcos Vinícius da. Estado e Escola Nova na História da Educação Brasileira. In: Saviani, Dermeval (Org.). **Estado e Políticas Educacionais na História da Educação Brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil 1917-1945**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

DE SÁ, Dominichi Miranda; LIMA, Nísia Trindade. Roquette-Pinto e sua geração na República das Letras e da Ciência. In: DE SÁ, Dominichi Miranda; Lima, Nísia Trindade

(Org.). **Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade. Alberto José Sampaio- um botânico brasileiro e o seu programa de proteção à natureza. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, v. 21, n.33, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752005000100007>.

Acesso em: 24 out. 2017.

DUARTE, Regina Horta. **A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação científica e práticas políticas no Brasil – 1926-1945**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2010.

DUARTE, Regina Horta. Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte: a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-34). **História, Ciências e Saúde**, vol.11, n.1, 2004.

FERREIRA, Luiz Otávio. O ethos positivista e a institucionalização das Ciências no Brasil. In: DE SÁ, Dominichi Miranda; Lima, Nísia Trindade (Org.). **Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. **Cândido de Mello Leitão: as ciências biológicas e a valorização da natureza e da diversidade da vida**. História, Ciências, Saúde- Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p. 1265-1290, out-dez. 2007. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5847/1/ARTIGO_CandidoMelloLeite.pdf.

FREYRE, G. Casa- grande & senzala. 51ª Ed. rev.- São Paulo: Global, 2006.
GOMES, Ângela Maria de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996.

GOMES, Angela Maria de Castro. **História, ciência e historiadores na Primeira República**. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. (Org.). *Ciência, Civilização e República nos Trópicos*. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2010, v. 1.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. *Prefigurações da paisagem historiográfica: revistas, coleções e mediações*. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Orgs.). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade. *Condenado pela raça absolvido pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República*. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça, ciência e sociedade**. FIOCRUZ/CCBB, 1996.

KARVAT, Erivan Cassiano; MACHADO, Valeria Floriano. **História intelectual e história de intelectuais: reflexões, perspectivas, problemas**. Disponível em: <http://www.erh2014.pr.anpuh.org/anais/2014/426.pdf>.

KEULLER, Adriana Tavares do Amaral Martins. **Os estudos físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: cientistas, objetos, idéias e instrumentos (1876-1939)**. 2008. SP: tese (Doutorado em História Social). USP, 2008.

LEITE, José Nailton; LEITE, Cecília Sayonara G. Alexandre Rodrigues Ferreira e a formação do pensamento social na Amazônia. **Instituto de Estudos Avançados de São Paulo**, São Paulo, v.24, n.68, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100019>. Acesso em: 24 out. 2017.

LIMA, Nísia Trindade. **Ciência Brasileira: Sensibilidade e narrativa da História da Ciência na obra de Edgard Roquette-Pinto**. Natal: ANPUH, 2013. (Comunicação oral).

LIMA, Nísia Trindade. **Um Sertão chamado Brasil**. São Paulo: HUCITEC Editora, 2013.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. **Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país.** *Ciência e Saúde Coletiva*, 5 (2), 2000. pp. 313-332, 2000.

LISBOA, Karen Macknow. **Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: Quadros da Nação e esboços de uma civilização.** São Paulo, 1992.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX.** Editora Hucitec/ Editora UnB, 2009.

LOUREIRO, José Mauro M. **Museu de ciência, divulgação científica e hegemonia.** *Ciência da informação*, Brasília, n.1, p.88-95, 2003.

LUCA, Tânia Regina de. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezy (org.). **Fontes Históricas.** 2. ed., São Paulo: Contexto, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. Revista do Brasil (1938-1943), um projeto alternativo? In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. **Política, Nação e Edição: o lugar dos impressos na construção da vida política.** São Paulo: Annablume, 2006.

Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. especial, p.188–204. ago. 2006.

MASSARANI, Luísa. **A divulgação científica no Rio de Janeiro: algumas reflexões sobre a década de 20.** 1998.127f. Dissertação – Universidade Federal do Rio de Janeiro, ECO.

MENDES, Marta Ferreira Abdala. **Uma perspectiva histórica da divulgação científica: a atuação do cientista divulgador José Reis (1948-1958).** 2006. 240 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2006.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Os anos 30: as incertezas do regime**. ANPUH, XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa, 2003. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.182.pdf>>. Acesso em: 24 out.2017.

PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

RANGEL, Jorge Antônio. **Ciência e educação na construção do Museu Social Republicano: A experiência de geração de Edgard Roquette-Pinto no Museu Nacional do Rio de Janeiro**. In: VIII Congresso Brasileiro de História da Educação: Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil. 2013. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/CIENCIA%20E%20EDUCACAO%20NA%20CONSTRUCAO%20DO%20MUSEU%20SOCIAL.pdf>. Acesso em: 11/07/2016.

SANTOS, Maria Cristina Ferreira dos. **Educação e Ciência no Brasil Republicano: a atuação de Cândido de Mello Leitão no Museu Nacional do Rio de Janeiro (1931-1937)**. In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação - Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil. 2013. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/EDUCACAO%20E%20CIENCIA%20NO%20BRASIL%20REPUBLICANO.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2017.

SANTOS, Ricardo Ventura dos. Os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século XX: Os sertões e a medicina-antropologia do Museu Nacional. In: DE SÁ, Dominichi Miranda; Lima, Nísia Trindade (Org.). ***Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Roquette-Pinto***. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

SARLO, Beatriz. **Intelectuales y revistas: razones de una practica**. Universidade de Buenos Aires, 1992. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/ameri_0982-9237_1992_num_9_1_1047. Acesso em: 06/03/2017.

SARNAGLIA, Marcela. O Brasil sob o olhar estrangeiro: um estudo da obra Dois Anos no Brasil de Auguste François Biard. Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique de Faria Pereira; Valdeci Lopes de Araujo (orgs). **Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas**. Ouro Preto: EdUFOP, 2012.p.3.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SCHVARZMAN, Scheila. Edgard Roquette-Pinto e o cinema. In: DE SÁ, Dominichi Miranda; Lima, Nísia Trindade (Org.). ***Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Roquette-Pinto***. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. **Roquette-Pinto e o debate sobre raça e imigração no Brasil**. In: DE SÁ, Dominichi Miranda; Lima, Nísia Trindade (Org.). ***Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Roquette-Pinto***. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

SILY, Paulo Rogério Marques. **Casa de ciência, casa de educação: ações educativas do Museu Nacional (1818-1935)**. Rio de Janeiro: Uerj, 2012. Tese (doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação.

SILY, Paulo Rogério Marques. **Casa de ciência, casa de educação: ações educativas do Museu Nacional (1818-1935)**. In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação- Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil. 2013.p. 12-13. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/CASA%20DE%20CIENCIA-%20CASA%20DE%20EDUCACAO-ACOES%20EDUCATIVAS.pdf>. Acesso em 26 abr. 2018.p.13.

SILVA, Giovane José. Uma janela para o passado: a obra de Jonathas Serrano e a produção de uma ‘historiografia católica’ na República. In: MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda; Varella, Flávia Florentino. (orgs.). **Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?** Ouro Preto: Edufop, 2009. Disponível em: <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/t/giovane_jose_da_silva.pdf>. Acesso em: 24 out. 2017.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragmentos da história intelectual – entre questionamentos e perspectivas**. Campinas, Papirus, 2002.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

SOUZA, Letícia Pumar Alves de. **Por uma ciência universal: a atuação de intelectuais brasileiros no projeto de cooperação intelectual da Liga das Nações (décadas de 1920 a 1940)**. Simpósio Nacional de História – Anpuh, 26., jul. 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História. p.1-15. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300803039_ARQUIVO_TextoANPUH-2011.pdf. jul. Acesso em: 15 fev. 2012. jul. 2011.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres**. Sociologias, Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan/jun 2005, p. 302-323. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n13/23565.pdf>. Acesso em: 01/08/2017.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Arthur Neiva e a 'questão nacional' nos anos 1910 e 1920**. História, ciência, saúde-Manguinhos. Rio de Janeiro, v.16, n.1, p.249-264. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702009000500012>. Acesso em: 24 out. 2017.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. “As leis da eugenia” na antropologia de Edgard Roquette-Pinto. In: DE SÁ, Dominichi Miranda; Lima, Nísia Trindade (Org.). **Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. 2010.382f. RJ: tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), FIOCRUZ, 2010.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros. A reflexão francesa sobre a diversidade humana**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1993.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000 p. 409.

VENÂNCIO, Giselle Martins. Prefigurações da paisagem historiográfica: revistas, coleções e mediações. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Orgs.). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

VERGARA, Moema de Rezende. **A revista brasileira: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República**. 2003.234f. Tese em História- PUC, Rio de Janeiro.

WINOCK, Michel. As idéias políticas. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

XAVIER, Libânia Nacif. Interfaces entre a história da educação e a história social e política dos intelectuais: conceitos, questões e apropriações. In: GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patricia Santos. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

Sites:

Suplemento Ciência para todos. Jornal A manhã. 29/10/1950. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=085782&pagfis=475&url=http://memoria.bn.br/docreader#> Acesso em: 06/03/2017.

Biografia de Dulcídio Cardoso. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARDOSO,%20Dulc%C3%ADdio%20do%20Esp%C3%ADrito%20Santo.pdf> Acesso em: 06/03/2017.

Biografia de Luís Cruls. Wikipedia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_Cruls. Acesso em: 24 out. 2017.

Seth. Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa208720/seth>. Acesso em: 24 out. 2017.

Biografia de Teixeira de Freitas. Disponível em: <http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/pioneiros-do-ibge/mario-augusto-teixeira-de-freitas.html>. Acesso em: 06/03/2017.

